

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**Instituto de Geociências**  
**Programa de Pós-Graduação em Geografia**

Letícia Maria Resende Epaminondas

**ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA EM BELO HORIZONTE:**  
**possibilidades e desafios**

Belo Horizonte  
2023

Letícia Maria Resende Epaminondas

**ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA EM BELO HORIZONTE:  
possibilidades e desafios**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Geografia.

Área de Concentração: Organização do espaço.

Linha de Pesquisa: Produção do espaço, ecologia, política, cultura e educação em Geografia

Orientadora: Profa. Heloísa Soares de Moura Costa

Belo Horizonte

2023

E63e  
2023

Epaminondas, Letícia Maria Resende.

Estudo de impacto de vizinhança em Belo Horizonte [manuscrito] : possibilidades e desafios / Letícia Maria Resende Epaminondas. – 2023.  
183 f., enc.: il. (principalmente color.)

Orientadora: Heloísa Soares de Moura Costa.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2023.

Área de concentração: Organização do Espaço.

Linha de pesquisa: Produção do Espaço, Ecologia, Política, Cultura e Educação em Geografia.

Bibliografia: f. 126-131.

Inclui apêndices e anexos.

1. Planejamento urbano – Belo Horizonte (MG) – Teses. 2. Direitos de vizinhança – Belo Horizonte (MG) – Teses. 3. Política urbana – Belo Horizonte (MG) – Teses. I. Costa, Heloísa Soares de Moura. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Geociências. III. Título.

CDU: 347.241:711.4(815.1)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
COLEGIADO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**"ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA EM BELO HORIZONTE: POSSIBILIDADES E DESAFIOS"**

**LETÍCIA MARIA RESENDE EPAMINONDAS**

Tese de Doutorado defendida e aprovada, no dia 01 de novembro de 2023, pela Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais constituída pelos seguintes professores:

**Renata Bovo Peres**

UFSCAR

**Luciana Moreira Barbosa Ostos**

PBH

**Rita Aparecida da Conceição Ribeiro**

UEMG

**Rogério Palhares Zschaber de Araújo**

UFMG

**Geraldo Magela Costa**

IGC/UFMG

**Heloísa Soares de Moura Costa - orientadora**

IGC/UFMG



Belo Horizonte, 01 de novembro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Heloísa Soares de Moura Costa, Professor(a)**, em 03/11/2023, às 15:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rita Aparecida da Conceição Ribeiro, Usuária Externa**, em 06/11/2023, às 09:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Geraldo Magela Costa, Professor Magistério Superior - Voluntário**, em 06/11/2023, às 11:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Moreira Barbosa Ostos, Usuária Externa**, em 10/11/2023, às 14:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Palhares Zschaber de Araujo, Professor do Magistério Superior**, em 13/11/2023, às 17:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Bovo Peres, Usuária Externa**, em 24/11/2023, às 19:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador 2741518 e o código CRC A327FDA2.

## **AGRADECIMENTOS**

De início, quero manifestar minha gratidão à Professora Heloísa Soares de Moura Costa, pela gentileza, paciência e acolhimento, sem o seu apoio, não teria conseguido finalizar esta pesquisa.

Agradeço aos Professores Renata Bovo Peres, Rogério Palhares Zschaber de Araújo e Geraldo Magela Costa pela disponibilidade e pelas ricas contribuições na qualificação, à Professora Rita Aparecida da Conceição Ribeiro e à Doutora Luciana Moreira Barbosa Ostos por, tão gentilmente, aceitarem participar da banca examinadora.

Agradeço, também, aos entrevistados pela disponibilidade e aos colegas da Prefeitura de Belo Horizonte pelas interlocuções que tanto contribuíram para as reflexões presentes neste trabalho.

Um abraço afetuoso aos colegas do IGC, familiares e amigos, especialmente para Maria Amélia e Flavinha, pela presença e pelas caminhadas urbanas que inúmeras vezes me resgataram de um lugar bastante nebuloso.

Por falar em resgate, meu reconhecimento aos profissionais que me acompanharam com cuidado e atenção, de modo destacado, à Dra. Aline Camille Yehia, amiga mais que especial.

Para Adriano, Alice e Inácio, todo meu amor.

O espaço é um valor de uso, mas ainda assim é tempo ao qual ele está, em última análise, vinculado, porque tempo é a nossa vida, nosso valor de uso fundamental.

Henri Lefebvre

## RESUMO

O Estudo de impacto de Vizinhança (EIV) é um instrumento de política urbana proposto para a mediação de conflitos relacionados à implantação e operação de empreendimentos cujos impactos são eminentemente urbanísticos. Ele é um estudo de natureza técnica e multidisciplinar que pode ser utilizado como apoio à distribuição mais equilibrada dos ônus e bônus da urbanização e à implementação dos objetivos da política urbana municipal. Nesse sentido, esta tese se insere no contexto de investigação da aplicação do EIV enquanto instrumento de planejamento urbano. Para tanto, delimitou como objeto de estudo a sua implementação no município de Belo Horizonte e se apoiou em dados dos processos de licenciamento urbanístico, em entrevistas com atores partícipes, em registros das reuniões do Conselho Municipal de Política Urbana, em leis, decretos e rotinas administrativas municipais. O estudo dos processos de licenciamento urbanístico permitiu a identificação da relação entre agentes e instâncias envolvidos, bem como entre tipologias de empreendimentos sujeitos a EIV, suas localizações e tratamento de seus impactos. A sua inserção nos processos de produção do espaço faz com que a discussão do EIV envolva questões afetas ao embate entre função social da propriedade urbana e o direito de propriedade. A pesquisa identificou desafios e potencialidades do licenciamento urbanístico em contribuir para a gestão urbana no tocante aos momentos de participação em que podem ser explicitados os conflitos entre os diversos agentes implicados; à determinação de medidas de tratamento dos impactos gerados pelos empreendimentos; à integração das políticas setoriais.

Palavras chaves: Estudo de Impacto de Vizinhança; planejamento urbano; gestão urbana; Belo Horizonte.

## **ABSTRACT**

The Neighbourhood Impact Assessment is an urban policy instrument proposed to mediate conflicts related to the implementation and operation of developments whose impacts are eminently urban. It is a technical and multidisciplinary study that can be used to support a more equitable distribution of the burdens and bonuses of urbanisation and the implementation of urban policy goals. This thesis is part of an investigation into the application of the instrument as an urban planning tool. To this end, it delimited its implementation in the municipality of Belo Horizonte as the object of study and relied on data from urban licensing processes, interviews with stakeholders, records of meetings of the Municipal Council for Urban Policy, laws, decrees and administrative routines. The study of urban licensing processes allowed the identification of the relationship between the agents and instances involved, as well as between the types of developments, their locations and the treatment of their impacts. Its inclusion in the processes of spatial production means that the discussion of the Neighbourhood Impact Assessment involves issues related to the clash between the social function of urban property and property rights. The research identified the challenges and potential of urban licensing to contribute to urban management in terms of the moments of participation in which conflicts between the various agents involved can be made explicit; the determination of measures to deal with the impacts generated by developments; and the integration of sectoral policies.

Key words: Neighborhood Impact Assessment; urban planning; urban management; Belo Horizonte.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - EIV: possíveis conexões, atores, instâncias .....	21
Figura 2 - Belo Horizonte e RMBH .....	22
Figura 3 - Visão esquemática do processo histórico de fusão conceitual entre meio ambiente meio urbano.....	49
Figura 4 - Esquema histórico da forma como eram tratadas e analisadas as questões relacionadas à natureza e ao urbano .....	52
Figura 5 – Etapas – licenciamento ambiental – Lei 7277/97 .....	60
Figura 6 - Quadro síntese de impactos X medidas de controle determinado pelo Decreto 13276/08.....	62
Figura 7– Procedimentos licenciamento urbanístico – Decreto 14479/11.....	71
Figura 8 - Definição das atribuições nos licenciamentos ambiental e urbanístico conforme Decreto 14594/11.....	72
Figura 9 - Atores envolvidos nos procedimentos de licenciamento ambiental e urbanístico conforme definido pelo Decreto 14594/11 .....	73
Figura 10 – Parecer de Licenciamento Urbanístico - Exemplo da relação entre Impacto, Condicionante e Diretrizes.....	75
Figura 11 – Procedimentos para o licenciamento urbanístico conforme Decreto 14594/11 .....	76
Figura 12 - Procedimentos para licenciamento urbanístico conforme Decreto 14594/11 e Deliberações Normativas do COMPUR .....	77
Figura 13 - Esquema do tratamento dado pela Lei 11181/19 aos empreendimentos anteriormente considerados sujeitos a EIV. ....	83
Figura 14 – Exemplo da relação entre impactos e condicionantes – PLU 0448/21....	113
Figura 15 – Exemplo da relação entre condicionantes e diretrizes – Anexo 1 do PLU 0448/21 .....	113
Figura 16 - Aplicação do EIV: planejamento e gestão urbanos.....	121
Figura 17 - Linha do tempo: principais marcos da regulação urbana e ambiental no município de Belo Horizonte – 1897 a 2023.....	122

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantidade de municípios brasileiros que apresentam EIV em suas normas 2013/2015. ....	54
Gráfico 2 – Percentual de OLEIs emitidas por Regional Administrativa julho de 2011 a agosto de 2023 .....	91

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Aplicação do EIV nos municípios da RMBH (2018) .....	23
Mapa 2 – Processos de licenciamento urbanístico relativos a parcelamento, parcelamento e ocupação residencial, parcelamento e ocupação não residencial. (julho de 2011 a agosto de 2023).....	92
Mapa 3 – Processos de licenciamento urbanístico relativos à ocupação – edificações residenciais, não residenciais e de uso misto. (julho de 2011 a agosto de 2023) .....	93
Mapa 4 - Processos de licenciamento urbanístico relativos a uso – casa de shows, hipermercados, serviços de uso coletivo (julho 2011 a agosto de 2023) .....	95
Mapa 5 - Processos de licenciamento urbanístico relativos a intervenções viárias, OUC, helipontos, demanda do MP-MG (julho de 2011 a agosto de 2023) .....	96
Mapa 6 – Processos de licenciamento urbanístico relativos a uso: casa de festas e flexibilização de parâmetros de localização de atividades (julho de 2011 a agosto de 2019) .....	100



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Paineis dos significativos momentos afetos às políticas ambientais e urbanas no contexto brasileiro .....	25
Quadro 2 - Lista de entrevistados .....	30
Quadro 3 – Tipos de empreendimentos sujeitos a licenciamento ambiental por categoria de enquadramento nos termos do artigo 2º da Lei 7277/97.....	58
Quadro 4 - Tipos de empreendimentos sujeitos a licenciamento ambiental por categoria de enquadramento conforme Lei 7166/96 alterada pela Lei 9959/10.....	64
Quadro 5 – Alterações nos enquadramentos de licenciamento ambiental (Lei 7277/97 X Lei 7166/96 alterada pela Lei 9959/10).....	65
Quadro 6 - Tipos de empreendimentos sujeitos a licenciamento urbanístico por categoria de enquadramento conforme Lei 7166/96 alterada pela Lei 9959/2010....	66
Quadro 7 - Alterações nos enquadramentos de licenciamento urbanístico (Lei 7166/96 alterada pela Lei 9959/10 X Lei 11181/19).....	80
Quadro 8 - Tipos de empreendimentos sujeitos a licenciamento urbanístico por categoria de enquadramento conforme Lei 11181/19.....	81
Quadro 9- Tipos de empreendimentos sujeitos a licenciamento ambiental por categoria de enquadramento conforme Lei 11181/19.....	81
Quadro 10 Empreendimentos relacionados a atividades econômicas (uso) sujeitos a EIV conforme Lei 11181/19. ....	84
Quadro 11 – Relação entre temas e respectivos órgãos de proposição das condicionantes e de acompanhamento do cumprimento das diretrizes afetas às condicionantes determinadas no licenciamento urbanístico .....	114

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ACD-PLU – Atestado de Cumprimento de Diretrizes de Parecer de Licenciamento de Empreendimento de Impacto

ADE – Área de Diretrizes Especiais

ALF- Alvará de Localização e Funcionamento

BH – Belo Horizonte

BHTrans - Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte

C1- Entrevistado - Consultoria com experiência em licenciamentos de impacto ambiental e urbanístico

C2 - Entrevistado - Consultoria com experiência em licenciamentos de impacto ambiental e urbanístico, em procedimentos de aprovação de projetos de edificação e parcelamento do solo

CA-EIV – Comissão de Análise do EIV

CDPCM-BH - Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte

CF/88 – Constituição Federal de 1988

CI - Comissão de Interface

CLI – Câmara de Análise Integrada para Licenciamento de Empreendimentos de Impacto

CMBH - Câmara Municipal de Belo Horizonte

COMAM – Conselho Municipal de Meio Ambiente

COMPUR - Conselho Municipal de Política Urbana

DLAC - Diretoria de Licenciamento de Alta Complexidade

DN – Deliberação Normativa

DOM - Diário Oficial do Município

EC – Estatuto da Cidade

EIA - Estudo de Impacto Ambiental

EIV – Estudo de impacto de vizinhança

FMC – Fundação Municipal de Cultura

GCPU - Gerência Executiva do COMPUR

GELC - Gerência de Orientação e Licenciamento Integrado

GT – Grupo de Trabalho

ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade

IGC – Instituto de Geociências

LI - Licença de Implantação

LO - Licença de Operação

LP - Licença Prévia

LUOS – Lei de Uso e Ocupação do Solo

LPOUS – Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo – Lei 7166/96

MP-MG – Ministério Público de Minas Gerais

OLA – Orientação para licenciamento ambiental

OLEI – Orientação para licenciamento de empreendimento de impacto

OUC - Operação Urbana Consorciada

P1 – Entrevistado representante do Executivo municipal - administração direta - órgão de apoio aos licenciamentos de empreendimentos de impacto ambiental e urbanístico

P2 - Entrevistado representante do Executivo municipal - administração direta - órgão licenciador de empreendimento de impacto ambiental

P3 - Entrevistado representante do Executivo municipal - administração direta - órgão licenciador de empreendimento de impacto urbanístico

P4 - Entrevistado representante do Executivo municipal - administração indireta - órgão de interface partícipe dos licenciamentos de empreendimentos de impacto ambiental e urbanístico

PBH – Prefeitura de Belo Horizonte

PCA - Plano de Controle Ambiental

PCMO - Programa de Contratação de Mão de Obra

PD – Plano Diretor

PD/19 - Plano Diretor – Lei 11181/19

PD/96 – Plano Diretor – Lei 7165/96

PDDI - Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado

PGRCC – Plano de Gerenciamento de Resíduos de Construção Civil

PGRSE - Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais

PGRSS – Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde

PLU - Parecer de Licenciamento Urbanístico

PREGEE - Plano de Redução de Gases de Efeito Estufa

RCA- Relatório de Controle Ambiental

REIV – Relatório de Estudo de Impacto de Vizinhança

RIMA - Relatório de Impacto Ambiental

RMBH - Região Metropolitana de Belo Horizonte  
SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente  
SLU – Superintendência de Limpeza Urbana  
SMMA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente  
SMOBI - Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura  
SMPU - Secretaria Municipal de Política Urbana  
SUFIS – Subsecretaria de Fiscalização  
SUPLAN – Subsecretaria de Planejamento Urbano  
SUREG – Subsecretaria de Regulação Urbana  
URBEL - Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte  
VLC - Valor Limite das Contrapartidas

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	17
1.1 A escolha do EIV e de Belo Horizonte .....	17
1.2 Questões e procedimentos .....	24
2 APROXIMAÇÕES TEÓRICAS E CONCEITUAIS .....	33
2.1 Henri Lefebvre e a produção do espaço .....	33
2.2 Planejamento urbano e participação .....	37
2.3 Vivências socioespaciais: algumas abordagens .....	42
2.4 Diferentes atores, diversos interesses: a estruturação dos espaços urbanos .....	46
2.5 Sobre o meio ambiente urbano .....	48
3 ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA E SUA IMPLEMENTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE .....	53
3.1 Sobre o Estudo de Impacto de Vizinhança .....	53
3.2 A implementação do EIV em Belo Horizonte .....	56
3.2.1 Licenciamento ambiental – dezembro de 1985 a julho de 2010 .....	56
3.2.2 Licenciamento urbanístico por EIV – janeiro de 2005 a julho de 2010 .....	62
3.2.3 Licenciamento urbanístico por EIV – julho de 2010 a agosto de 2019 .....	63
3.2.4 O novo Plano Diretor de Belo Horizonte e o licenciamento urbanístico a partir de agosto de 2019 .....	79
4 EIV EM BELO HORIZONTE: ALGUMAS REFLEXOES .....	103
4.1 Sobre momentos de participação .....	103
4.2 Sobre o tratamento dos impactos e as políticas setoriais .....	112
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	120
REFERÊNCIAS .....	126
APÊNDICE A - Termo de consentimento livre e esclarecido .....	132
APÊNDICE B - Roteiro entrevistas .....	133
APÊNDICE C - Licenciamentos urbanísticos licenciados e em licenciamento no período de julho de 2011 a agosto de 2022 .....	134

APÊNDICE D - Relação Impactos X Condicionantes considerando os PLUs emitidos no período de junho de 2017 a julho de 2022 .....	140
ANEXO A - Orientação para Licenciamento de Empreendimento de Impacto - OLEI emitida em 2023.....	161
ANEXO B - Parecer de Licenciamento Urbanístico - PLU 0448/21 emitido em 2021.....	173

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por objetivo refletir sobre os desafios e possibilidades da aplicação do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) em contribuir para uma maior articulação entre as políticas setoriais municipais envolvidas nos processos de licenciamentos urbanísticos<sup>1</sup>, bem como para a adoção de práticas democráticas de gestão da cidade a partir da explicitação dos conflitos de interesses manifestados pelos diversos atores envolvidos em sua aplicação. Para tanto, foi adotado como objeto de investigação a implementação do EIV no município de Belo Horizonte (BH).

### 1.1 A escolha do EIV e de Belo Horizonte

Definido pela Lei Federal 10257/01, Estatuto da Cidade (EC), como instrumento de política urbana a ser aplicado no nível local<sup>2</sup>, o EIV tem como alguns de seus pressupostos: a garantia do direito a cidades sustentáveis; à gestão democrática; ao planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades.

Proposto com o objetivo de conciliar interesses particulares e coletivos, compatibilizar crescimento e adensamento urbanos com a capacidade de suporte das infraestruturas e com as características ambientais e culturais do contexto em que se inserem, o EIV tem como objetivo diagnosticar e prever os impactos potenciais nas áreas de influência dos empreendimentos e atividades, com vistas à mitigação e/ou compensação de seus efeitos negativos e potencialização daqueles positivos. (Araújo; Oliveira; Silva, 2019, p. 1)

O EIV constitui, portanto, um rico objeto de estudo ao permitir várias aproximações analíticas. Inicialmente, pode ser avaliado quanto à capacidade de atender seus pressupostos. Essa abordagem está sensivelmente relacionada com a forma como o instrumento é implementado no contexto das práticas de regulação urbana, refletindo os modelos de planejamento urbano e gestão adotados.

---

<sup>1</sup> O termo licenciamento urbanístico é utilizado em vários contextos, podendo se relacionar a concessão de Alvará de Construção, Alvará de Funcionamento e Localização, licença para parcelamento do solo. Nesta tese, quando o utilizarmos, estaremos nos referindo ao licenciamento de empreendimento de impacto urbanístico por EIV.

<sup>2</sup> O EC definiu, nacionalmente, o EIV como instrumento de política urbana, contudo, estudos similares já eram aplicados, anteriormente, em outros municípios tais como Porto Alegre e São Paulo. Mesmo Belo Horizonte, já previa situações especiais em que seria necessária a anuência prévia pelo Conselho Municipal de Política Urbana (COMPUR) para instalação de determinadas atividades. Para maiores informações acerca do processo da inserção do EIV no EC, sugerimos consulta a Schvarsberg; Martins; Cavalcanti (2016) e Merícia (2018).

O EIV, além de constituir um estudo de natureza técnica e multidisciplinar, é também um instrumento para mediação de conflitos e para apoio à implementação dos objetivos da política urbana municipal. (Schvarsberg, Martins, Cavalcanti, 2016, p.13). Em 2006, um dos aspectos identificados em minha dissertação de mestrado<sup>3</sup>, foi a possibilidade de se avançar no fortalecimento da função social da propriedade urbana a partir da aplicação integrada dos instrumentos de regulação urbana e de controle ambiental:

Em que pese a atual tendência de instrumentalização da natureza pela reestruturação ecológica do mercado imobiliário fazendo com que o meio ambiente seja incorporado como capital nas relações sociais de produção (Costa, 2006a; Escobar, 1996)<sup>4</sup>, o fato é que as legislações urbanísticas têm sua capacidade de atuar como reguladora das ações dos agentes modeladores potencializada pela aplicação em conjunto com as legislações ambientais. Uma das possíveis explicações para este reforço é que as normas de cunho ambiental, de preservação da natureza, vêm fortemente atreladas a uma ideia de coletividade, que acaba por reforçar o princípio da função social da propriedade. (Epaminondas, 2006, p.117)

A pesquisa conduzida, então, investigou a inserção do planejamento urbano na produção do espaço em BH, tendo como objeto de estudo a estruturação do Bairro Buritis<sup>5</sup>. Ela significou uma rica experiência de aprendizado e foi especialmente influenciada pela prática profissional como arquiteta da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), atuando como técnica (1994 a 1996) e como gerente (1997 a 2001) do setor responsável pelo licenciamento de projetos de edificações no município. Sendo que no período de 2001 a 2005, acompanhei os licenciamentos municipais de impacto ambiental coordenando e emitindo os pareceres afetos à regularidade dos empreendimentos frente aos parâmetros de parcelamento, ocupação e uso do solo.

A partir de 2006, tive a oportunidade trabalhar nos setores de planejamento urbano (onde, como gerente, acompanhei a elaboração do Plano de Revitalização do

---

3 Mestrado em Geografia – Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação do Prof. Geraldo Magela Costa.

4 COSTA, H.S. Mercado imobiliário, Estado e natureza na produção do espaço metropolitano. *In*: COSTA, Heloisa S. M (org.). **Novas periferias Metropolitanas**. A expansão metropolitana de Belo Horizonte em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no Eixo Sul. Belo Horizonte: Editora C/ Arte, 2006. pp. 101-12

ESCOBAR, Arturo. Constructing Nature: elements for a poststructural political ecology. *In*: PEET, R.; WATTS, M. (org.) **Liberation ecologies. Environment, development, social movements**. London & New York: Routledge, 1996. pp.46-68

<sup>5</sup> A hipótese da pesquisa era: a evolução dos instrumentos de regulação urbanística presentes nas leis de parcelamento, ocupação e uso do solo promulgadas para Belo Horizonte acompanhou a crescente complexidade dos processos socioespaciais envolvidos na produção do espaço do município e que a capacidade destas leis em contribuir para o desenvolvimento socioespacial é potencializada pelas instâncias de participação e monitoramento por elas instituídas.



Hipercentro e do Programa de Estruturação Viária do município); de regularização urbanística de interesse social e de programas de modernização de processos (como gerente de projetos especiais); de planejamento metropolitano (em que acompanhei a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI); de apoio técnico ao Comitê Municipal sobre Mudanças Climáticas e Ecoeficiência (colaborando com as ações de sustentabilidade adotadas em BH, elaborando o Termo de Referência para a elaboração do primeiro Plano de Redução de Gases de Efeito Estufa - PREGGE e participando do grupo de trabalho organizador do Congresso Mundial ICLEI<sup>6</sup> 2012).

Finalmente, atuo, desde novembro de 2012, como gerente de suporte ao licenciamento de empreendimento de impacto urbanístico na Diretoria de Licenciamento de Alta Complexidade (DLAC) da Secretaria Municipal de Política Urbana (SMPU). Nessa função, colaboro na preparação e emissão das orientações e termos de referências, acompanho os licenciamentos por EIV e apoio as interlocuções tanto entre os órgãos da PBH que participam das análises técnicas quanto entre a PBH e o público externo – empreendedores e consultorias técnicas. Por isso, o interesse em pesquisar acerca do EIV, pois esse é um momento em que posso contribuir para a discussão do instrumento de um lugar específico, a ser construído a partir de articulações entre aportes teóricos e prática profissional.<sup>7</sup>

Considerando a característica do EIV de envolver agentes diversos e poder apresentar instâncias de participação e consultas públicas, há a possibilidade de investigação não só de aspectos relacionados a representatividade e legitimidade dos atores e processos (Souza, 2004) mas, também, de práticas socioespaciais, de interações entre os moradores e o lugar, de relações transescalares (Costa, 2015), do papel desempenhado pelo Estado (Costa, 2008b).

No que se refere ao planejamento urbano, o EIV pode ser avaliado como uma de suas faces expostas, em que são explicitados o contexto político, os paradigmas

---

<sup>6</sup> Governos Locais pela Sustentabilidade (ICLEI) trata-se de uma associação mundial de governos locais e subnacionais dedicada ao desenvolvimento sustentável. O Congresso Mundial de 2012 ocorreu em junho desse ano em Belo Horizonte e foi uma etapa preparatória para a discussão de políticas locais para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20, que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, naquele mês.

<sup>7</sup> Esses quase trinta anos no executivo municipal conviveram com não poucas inquietações. A maioria delas está refletida na trajetória tão diversa e, somente na aparência, um pouco aleatória. Mas existem fios condutores a serem considerados e o mais importante deles é acreditar que sempre há algo a fazer. No fundo, o que nos move é o encantamento pela cidade e por tudo o que ela ainda pode vir a ser.

adotados e os marcos jurídicos de sua proposição, trazendo do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) alguns elementos já incorporados de avaliação de impactos, suas mitigações e compensações<sup>8</sup> refletindo uma articulação entre as abordagens de controles ambiental e urbanístico (Costa, 2008a).

A implementação do EIV possibilita a investigação de múltiplas conexões. Sob o enfoque da regulação urbana: como se dão as articulações entre os licenciamentos por EIV e por estudos ambientais; se há integração entre as políticas setoriais conduzidas no âmbito municipal (meio ambiente, habitação, patrimônio cultural, mobilidade, infraestrutura, saneamento, por exemplo); como são efetuados os procedimentos afetos à verificação da execução das medidas de tratamento dos impactos negativos ou positivos através de ações de monitoramento e acompanhamento - muitas vezes materializadas em concessões de licenças e em procedimentos de fiscalização.

Com relação à possibilidade de explicitação de conflitos, conforme o formato implementado por cada município, os licenciamentos por EIV podem apresentar momentos em que é possível a manifestação de diferentes posicionamentos tais como pesquisas de percepção, audiências públicas, fóruns e conselhos. As formas como essas instâncias são conduzidas e instituídas no tocante à definição de interlocutores, à composição de seus membros, às competências deliberativas ou consultivas interferem fortemente nos debates e nos resultados alcançados. Nessas ocasiões, podem ser identificados os atores envolvidos (agentes governamentais, empreendedores, consultorias, representantes da comunidade, movimentos sociais, setores técnicos e empresariais), seus interesses, como se relacionam e como são evidenciados seus poderes de negociação, como percebem tanto o empreendimento quanto sua inserção na cidade. Além desses, não se pode ignorar a atuação do Ministério Público, seja acompanhando os processos, seja questionando e, até mesmo, demandando o licenciamento por EIV.

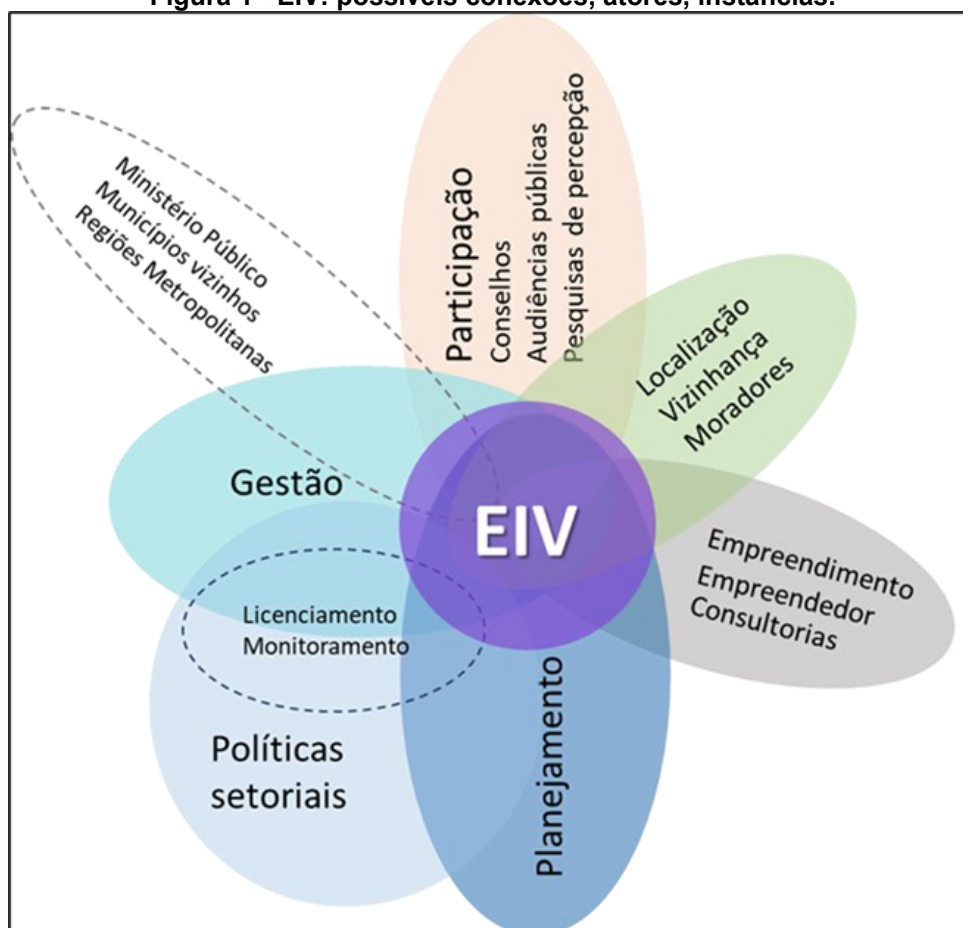
Outro importante aspecto a ser considerado diz respeito à vizinhança, aos moradores e suas vivências cotidianas, aos efeitos socioambientais porventura

---

<sup>8</sup> Em relação ao tratamento dos impactos gerados pelo empreendimento: são consideradas medidas mitigadoras aquelas que têm como objetivo minimizar, interiorizar ou eliminar impactos de vizinhança considerados negativos; as medidas compensatórias são aquelas que, mediante impactos negativos não passíveis de mitigação, visam compensar tais impactos através de ações compensatórias; existem, também, as medidas potencializadoras que dizem respeito a impactos positivos que podem ser fortalecidos e/ou incentivados.

causados pelo empreendimento. A abrangência e a complexidade dos estudos contemplados no EIV devem considerar tanto as características do objeto do licenciamento quanto a sua inserção no espaço urbano e acabam por refletir a escala a ser considerada. Assumindo o risco da esquematização: local em casos de empreendimentos de menor porte ou menos impactante; regional para empreendimentos maiores ou para quando há a concentração de vários empreendimentos de impacto num determinado território, em situações de aplicação do EIV para viabilização de Operação Urbana Consorciada<sup>9</sup> (OUC), ou em situações em que o empreendimento se localiza nas áreas limítrofes de municípios, por exemplo. Essa última opção configura um especial desafio por trazer um ingrediente de integração de planejamento regional ou metropolitano nem sempre incorporado às regulamentações municipais do EIV. (Figura 1)

**Figura 1 - EIV: possíveis conexões, atores, instâncias.**

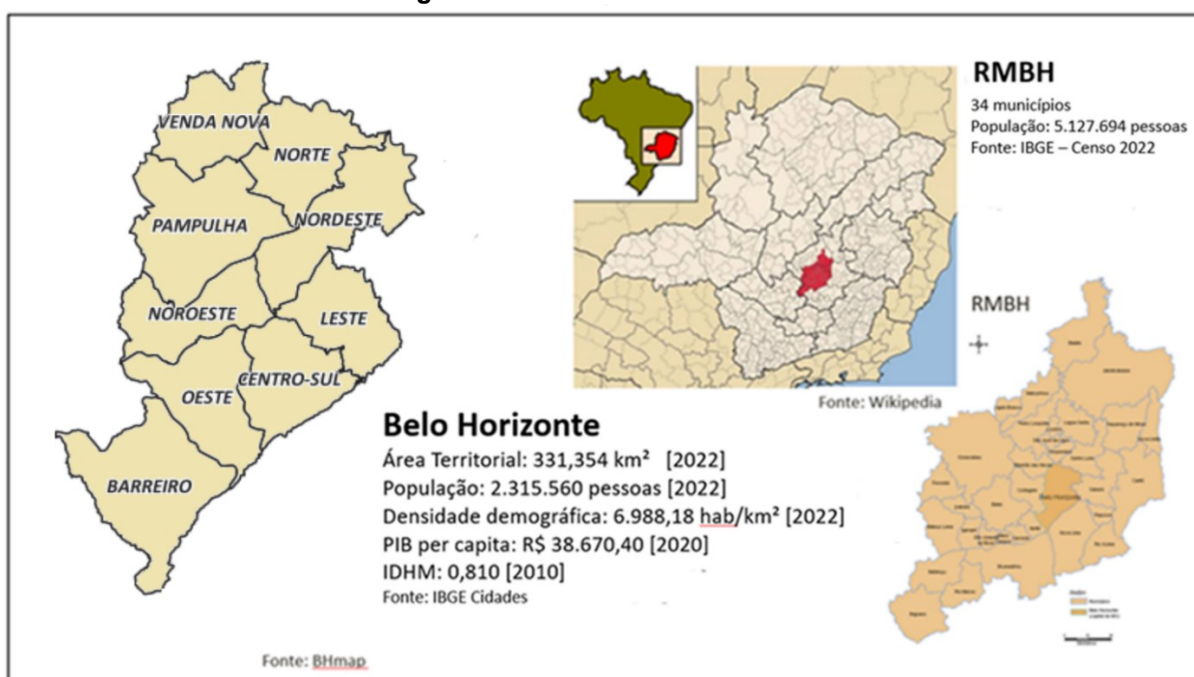


Elaborado pela autora.

<sup>9</sup> O OUC é, também, um instrumento de política urbana de aplicação local instituído pelo EC. O EIV foi definido como um dos elementos obrigatórios a constar no plano da Operação que, por sua vez, deverá instruir a lei específica que criará a OUC.

Como delimitação da pesquisa, pretende-se avaliar a implementação do EIV, através do licenciamento de empreendimentos de impacto urbano em Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais. Trata-se de um município relativamente pequeno em extensão territorial - área de 331 km<sup>2</sup> - possuindo população de 2.315.560 milhões de habitantes e dividida em nove Regiões Administrativas (Centro-Sul, Barreiro, Venda Nova, Norte, Oeste, Noroeste, Nordeste, Pampulha e Leste). Consiste na cidade polo da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) que é formada por 34 municípios, contando com uma população de 5.127.694 em 2022.<sup>10</sup> (Figura 2).

**Figura 2 - Belo Horizonte e RMBH**



Elaborado pela autora.

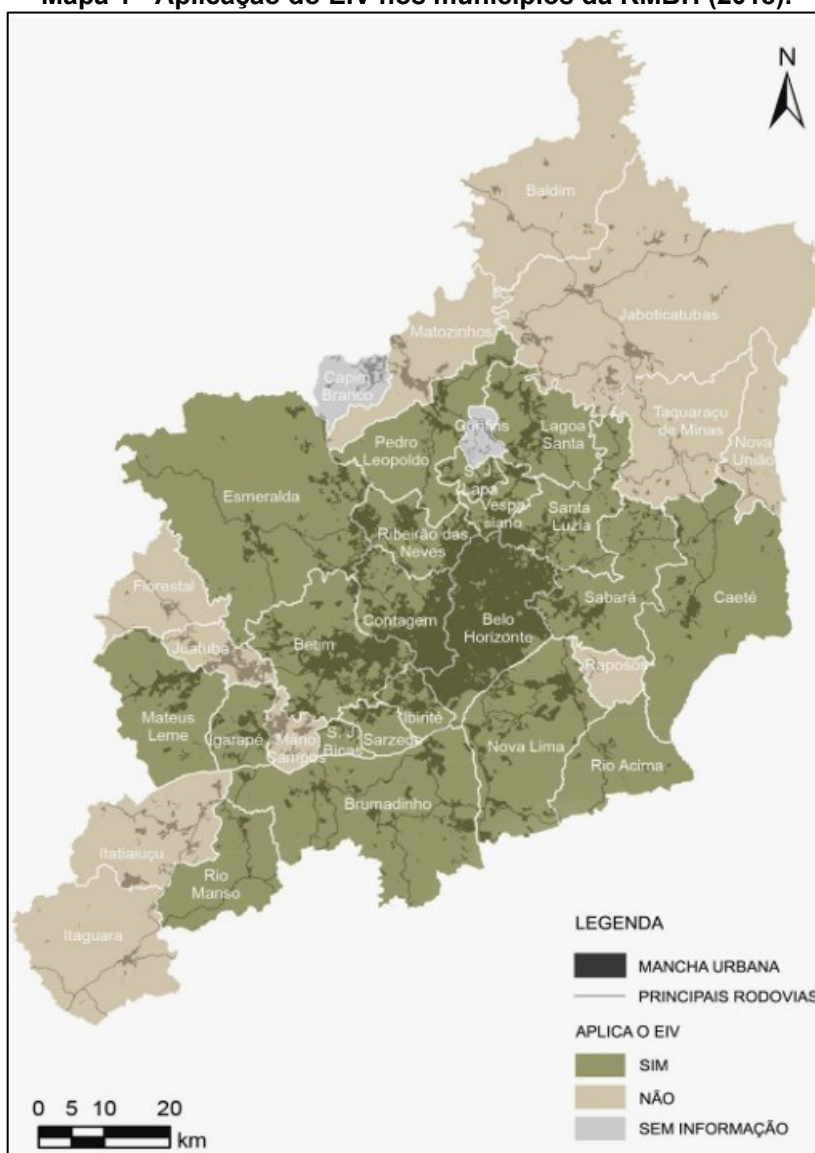
Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br> [www.pbh.gov.br](http://www.pbh.gov.br) acesso em julho 2023

Vale destacar que o instrumento tem sido aplicado, em diferentes graus de institucionalização, na RMBH (Mapa 1) sendo que:

O maior grau de regulamentação e aplicação do EIV coincide com o maior grau de comprometimento dos respectivos municípios com o processo de metropolização a partir de Belo Horizonte, revelando também o perfil da dinâmica imobiliária em cada um deles[...]. (Araújo; Oliveira; Silva, 2019, p.16)

<sup>10</sup> Segundo dados do Censo IBGE 2022. Para informações sobre a recente dinâmica demográfica da RMBH sugerimos consulta a <https://www.observatoriodasmegropoles.net.br/censo-2022-regiao-metropolitana-de-belo-horizonte-e-a-3a-maior-do-pais-mesmo-com-perda-de-populacao> acesso em setembro 2023

**Mapa 1 - Aplicação do EIV nos municípios da RMBH (2018).**



Fonte: Araújo; Oliveira; Silva (2019, p.8)

Além de sua inserção nesse contexto afeto ao EIV, Belo Horizonte convive com instrumentos de regulação urbana desde sua fundação, em 1897. Nascida como cidade planejada, teve promulgada sua primeira Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) em 1976 e, desde então, existiram sucessivas normas que acompanharam as tendências do planejamento nacional (Epaminondas, 2006), sendo a mais recente, o Plano Diretor (PD) de 2019 - Lei 11181/19 (PD/19).

De mesmo modo, a gestão urbano-ambiental tem uma presença consolidada no município e apresenta coerência com os contextos nacionais (Araújo, 2009). Desde 1997, é praticado o licenciamento ambiental e, em 2011, houve a regulamentação do EIV. BH apresenta, portanto, as duas modalidades de licenciamento de

empreendimento de impacto há cerca de doze anos<sup>11</sup>, envolvendo cada qual um órgão colegiado municipal de caráter deliberativo, Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAM) e Conselho Municipal de Política Urbana (COMPUR), seguindo o disposto nas definições do EIV pelo EC:

#### Seção XII

##### Do estudo de impacto de vizinhança

Art. 36. Lei municipal definirá os empreendimentos e atividades privados ou públicos em área urbana que dependerão de elaboração de estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento a cargo do Poder Público municipal.

Art. 37. O EIV será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo a análise, no mínimo, das seguintes questões:

- I – adensamento populacional;
- II – equipamentos urbanos e comunitários;
- III – uso e ocupação do solo;
- IV – valorização imobiliária;
- V – geração de tráfego e demanda por transporte público;
- VI – ventilação e iluminação;
- VII – paisagem urbana e patrimônio natural e cultural.

Parágrafo único. Dar-se-á publicidade aos documentos integrantes do EIV, que ficarão disponíveis para consulta, no órgão competente do Poder Público municipal, por qualquer interessado.

Art. 38. A elaboração do EIV não substitui a elaboração e a aprovação de estudo prévio de impacto ambiental (EIA), requeridas nos termos da legislação ambiental. (Brasil, 2001a)

## 1.2 Questões e procedimentos

O EIV pode ser entendido como um reflexo da confluência de políticas ambientais com políticas urbanas (Quadro 1), adequando ao contexto urbano a abordagem da mitigação/compensação oriunda do licenciamento ambiental (Costa, 2008a). Se no campo ambiental, a função social da propriedade tem afinidade com a noção de coletividade e equidade, se relacionando ao direito difuso ao ambiente saudável e ao desenvolvimento sustentável, no campo do planejamento urbano, essa função é delimitada<sup>12</sup> pelo atendimento ao Plano Diretor (PD) que mantém fortes laços com o direito de propriedade definindo regras para o parcelamento, ocupação e uso

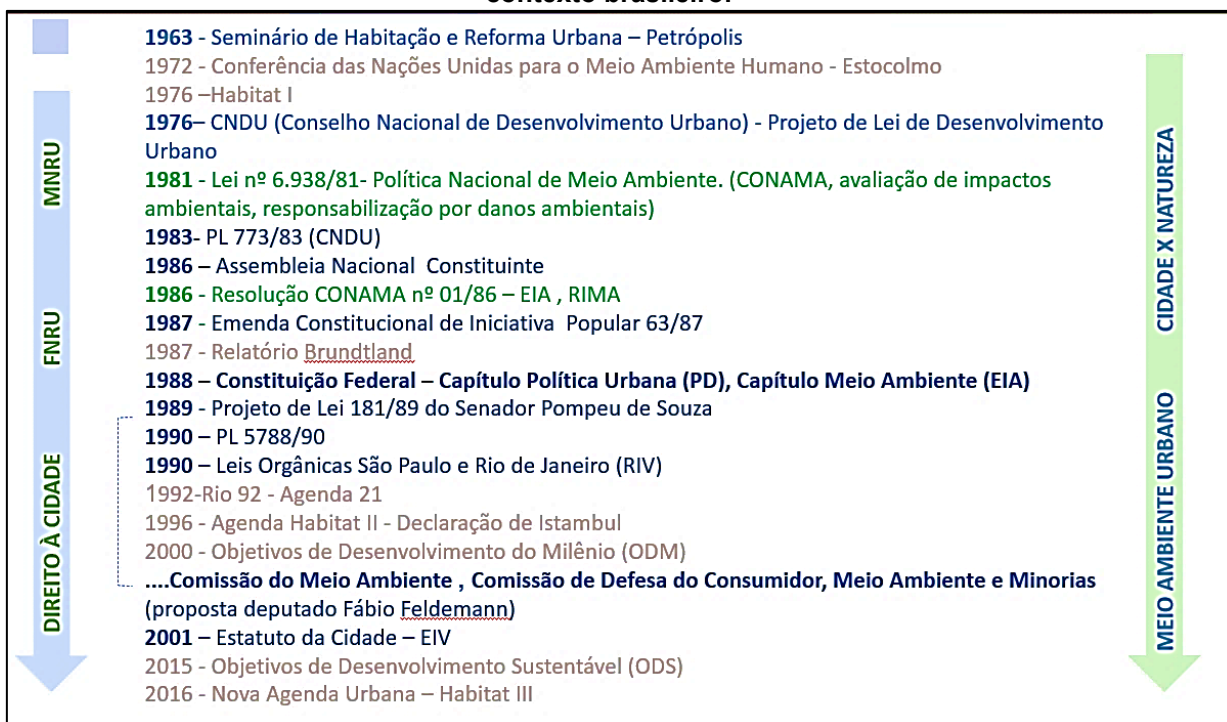
<sup>11</sup> Antes de 2011, o EIV era aplicado em BH em situações bem específicas e, por isso mesmo, teve uma presença pouco significativa, situação que será explanada no Capítulo 3.

<sup>12</sup> Considerando o disposto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, parágrafo 2º do artigo 182:

§ 2º - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

da propriedade urbana o que, por seu turno, influenciam não apenas a possibilidade do acesso aos bens e serviços urbanos como também são componentes da renda da terra que participa da estruturação dos espaços da cidade.

**Quadro 1 - Pannel dos significativos momentos afetos às políticas ambientais e urbanas no contexto brasileiro.**



Elaborado pela autora.

Siglas:

FNRU: Fórum Nacional de Reforma Urbana

MNRU: Movimento Nacional pela Reforma Urbana.

Legenda das cores:

Em verde - momentos afetos a questões ambientais

Em azul: momentos afetos a questões urbanas

Em negrito (azul): momentos afetos a questões ambientais e urbanísticas

Em marrom: contextos internacionais

Seguindo por esse caminho, chega-se às questões basilares da presente pesquisa. De que forma o deslocamento da explicitação dos conflitos, antes tratados em instâncias e abordagens ambientais, para searas mais próximas da regulação urbana pode configurar um maior risco de captura do instrumento pela lógica do mercado? Essa proximidade com a regulação urbana pode se transformar numa identificação tal que acabaria por se tornar um limite à capacidade do EIV em contribuir para a consecução de uma melhor distribuição dos ônus e dos benefícios da urbanização? Como a implementação do EIV pode se configurar uma estratégia do

governo local em direção a uma maior flexibilização frente à regulação ambiental entendida como mais restritiva e normatizada? <sup>13</sup>

Cumpre destacar que, ainda que no campo ambiental o tratamento da natureza como capital ocorra com frequência<sup>14</sup>, nossa questão é, ao existir esse deslocamento para o debate eminentemente pautado pela regulação urbana, o risco não se tornaria maior? Ou as disputas pela garantia da qualidade da vida cotidiana, propiciadas pelas instâncias de participação previstas nos processos de licenciamentos urbanísticos, podem contribuir para a apreensão da cidade como meio ambiente urbano transcendendo o tradicional antagonismo entre meio urbano e natureza?

Tomando, portanto, a direção indicada por essas questões, a pesquisa busca investigar se a implementação do EIV em Belo Horizonte possibilitou abarcar as contradições inerentes à produção do espaço de modo a permitir a explicitação de conflitos existentes entre os diversos agentes e interesses envolvidos nos processos de licenciamento urbanístico, bem como se contribuiu para a qualidade da gestão urbana ao permitir maior integração entre as políticas setoriais participantes dos processos de licenciamento urbanístico e ao propiciar a determinação de medidas de tratamento aos impactos gerados pelos empreendimentos.

Nesse caminho, os momentos de participação dos cidadãos (pesquisas de percepção, audiências públicas e reuniões do COMPUR) serão de grande importância para essa investigação. Com relação ao tratamento dos impactos de modo a equacionar a justa distribuição dos ônus e bônus da urbanização será tomado como objeto de estudo os processos de licenciamento por EIV no município, especialmente no tocante à determinação das medidas de mitigação e compensação dos impactos

---

<sup>13</sup> Normatizada no sentido de que há regras em instâncias supralocais. Ou seja, se por um lado o EIV tem o mérito de ser um instrumento de aplicação municipal possibilitando sua adaptação ao contexto de cada município, por outro, ele não tem o lastro das legislações estaduais e federais que podem fortalecer a aplicação do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) no nível local e, conseqüentemente, a definição de contrapartidas por parte do empreendimento.

<sup>14</sup> Como registrado no discurso do empreendedor em Epaminondas (2008, p. 261):

Tamanho desafio em compatibilização imobiliária e ambiental, ele [sic] é uma preocupação legítima tanto dos ambientalistas como nossa também, por termos no verde que ali preservamos, o nosso principal ponto de venda. [...] Tais modificações aumentam – e valorizam ainda mais as áreas verdes no bairro, permitindo a conservação da maior parte possível das reservas naturais da região. Foi justamente através desta 'valorização do verde' que procuramos minimizar as perdas comerciais a que fomos obrigados pela PBH, com a redução da quantidade de lotes existentes. (trecho de documento do empreendedor presente às folhas 56 e 57 do processo PBH n.01-059.392/93-03, grifo próprio)



negativos e das medidas potencializadoras dos impactos positivos oriundos da implantação e operação dos empreendimentos.

E no sentido da integração das políticas setoriais, sob o enfoque da aproximação das questões ambientais e urbanas no contexto da cidade, partindo do entendimento de que as fronteiras entre elas são tênues, posto que estão todas relacionadas aos conflitos e disputas inerentes aos processos constituintes do meio ambiente urbano, serão analisados os procedimentos determinados pelas normas municipais (leis e decretos).

Considerando os aspectos acima levantados, a pesquisa será conduzida tomando como base:

1. As informações afetas aos processos de licenciamento de impacto urbanístico. Nessa abordagem serão considerados os dados relacionados às Orientações para Licenciamento de Empreendimento de Impacto (OLEI) e aos Pareceres de Licenciamento Urbanístico (PLU) consultados nos seguintes endereços eletrônicos: <https://dados.pbh.gov.br/dataset/smpu-licenciamento-de-empreendimento-de-impacto-urbanistico> e <https://dom-web.pbh.gov.br/>. Nesse ponto, convém detalhar:

- a OLEI é o documento emitido pela PBH baseado na caracterização do empreendimento informada pelo munícipe. Nessa orientação estão presentes: o enquadramento do empreendimento como de impacto nos termos da legislação municipal; a sua localização e o responsável legal; os termos de referência para elaboração dos estudos; a documentação necessária para formalização do processo de licenciamento urbanístico; os órgãos que serão envolvidos na análise do EIV. Como exemplo, o ANEXO A contém uma OLEI emitida em 2023;

- o atendimento da OLEI se dá mediante a apresentação dos respectivos estudos e documentos à PBH, consistindo na formalização do processo de licenciamento urbanístico. Tal processo é de competência da Subsecretaria de Planejamento Urbano (SUPLAN) que é responsável pela coordenação técnica das análises setoriais. Caso o EIV seja

considerado satisfatório, é emitido em Relatório de Estudo de Impacto de Vizinhança<sup>15</sup> (REIV) que será avaliado pelo COMPUR. Aprovado o REIV, é publicado no Diário Oficial do Município (DOM) o PLU que indica os dados do empreendimento (enquadramento, características, localização, representante legal e responsável técnico pela coordenação do EIV); os impactos gerados e as respectivas medidas de tratamento bem como as ações necessárias para seu cumprimento. Para auxiliar no entendimento desse documento, no ANEXO B consta um PLU publicado em 04/12/2021.<sup>16</sup> Vale ressaltar que, no tocante às medidas de tratamento dos impactos, serão considerados os PLUs emitidos a partir de 2017, ano em que foi adotado o atual modelo de Parecer.

2. Consulta a pautas, atas e a gravações de reuniões do Conselho Municipal de Política Urbana (COMPUR). Importante esclarecer que o COMPUR consiste numa instância de discussão e deliberação de políticas de planejamento urbano e gestão instituído em 1996 pelo Plano Diretor – Lei 7165/96 (PD/96). Ele é formado por 22 membros e respectivos suplentes, sendo: 11 representantes da Administração Municipal designados pelo Prefeito, 2 representantes da Câmara Municipal (CMBH) e 9 representantes da sociedade civil (3 do setor técnico, 3 do setor empresarial e 3 do setor popular) com mandato de dois anos. Os representantes da sociedade são eleitos em assembleias setoriais.<sup>17</sup> Com a adoção das medidas de restrição para o enfrentamento da pandemia COVID-19, as reuniões do Conselho passaram a ser realizadas na modalidade virtual e as respectivas gravações, a partir de maio de 2020, estão disponibilizadas em <https://prefeitura.pbh.gov.br/politica-urbana/conselho/compuronline>. Antes

---

<sup>15</sup> O REIV possui certa similaridade com o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) ao apresentar de forma sintética e mais acessível os resultados do EIV.

<sup>16</sup> A OLEI presente no ANEXO A foi tarjada em alguns conteúdos de modo a preservar informações que poderiam ser consideradas pessoais ou privativas. Por outro lado, não tivemos esse cuidado no ANEXO B pelo fato de ser informação pública disponibilizada no DOM: [DOM - Diário Oficial do Município \(pbh.gov.br\)](https://dom.pbh.gov.br/)

<sup>17</sup> Para maiores informações quanto à composição, aos membros e ao regimento do COMPUR, bem como suas Deliberações Normativas (DN), sugerimos consulta a <https://prefeitura.pbh.gov.br/politica-urbana/conselho>. acesso em outubro de 2023.

desse momento, as pautas e atas das reuniões presenciais podem ser consultadas em <https://dom-web.pbh.gov.br/>. Somadas aos registros publicizados, existem as impressões da pesquisadora que acompanha as reuniões do Conselho desde sua fundação (sendo de modo constante desde 2012), tendo sido conselheira representante da SMPU por alguns meses em 2017.

3. Leis municipais que definiram os enquadramentos dos empreendimentos sujeitos ao licenciamento urbanístico e ambiental, decretos regulamentadores, disponíveis em <https://www.cmbh.mg.gov.br>. Todos decretos e leis municipais citados na presente tese podem ser consultados nesse endereço eletrônico, razão pela qual os respectivos textos não foram incluídos em sua integralidade.
4. Entrevistas junto a atores envolvidos – representantes do executivo municipal e consultorias técnicas<sup>18</sup> com experiência nas duas modalidades de licenciamento de empreendimento de impacto – ambiental e urbanístico, cotejando com os registros das entrevistas realizadas por Araujo (2009b)<sup>19</sup>. Nesses registros é possível captar as expectativas dos entrevistados quanto à implementação do EIV em Belo Horizonte, propiciando verificar a percepção de possíveis conquistas e desafios. As entrevistas atuais foram conduzidas na modalidade virtual em setembro de 2023, gravadas mediante autorização expressa dos envolvidos, estando sob a guarda da pesquisadora conforme APÊNDICES A e B. Por respeito à privacidade dos entrevistados, eles serão identificados no texto como exposto no Quadro 2.

---

<sup>18</sup> O foco nesses atores foi dado pela dificuldade da pesquisadora, enquanto técnica da PBH, em entrevistar membros do COMPUR representantes dos setores popular e empresarial. Nos contatos iniciais, identificamos uma certa resistência e, para evitarmos maiores constrangimentos, decidimos analisar as falas e posicionamentos desses atores durante as reuniões do COMPUR.

<sup>19</sup> Gostaria de deixar registrado meu agradecimento ao Prof. Rogério Palhares Zschauber Araújo pelo gentil empréstimo dos registros das entrevistas então efetuadas.

**Quadro 2 - Lista de entrevistados**

<b>Entrevistado</b>	<b>Representação</b>	<b>Participou das entrevistas conduzidas por Araújo (2009b)?</b>
P1	Executivo municipal - administração direta - órgão de apoio aos licenciamentos de empreendimentos de impacto ambiental e urbanístico	SIM
P2	Executivo municipal - administração direta - órgão licenciador de empreendimento de impacto ambiental	SIM
P3	Executivo municipal - administração direta - órgão licenciador de empreendimento de impacto urbanístico	NÃO
P4	Executivo municipal - administração indireta - órgão de interface partícipe dos licenciamentos de empreendimentos de impacto ambiental e urbanístico	SIM
C1	Consultoria com experiência em licenciamentos de impactos ambiental e urbanístico	NÃO
C2	Consultoria com experiência em licenciamentos de impacto ambiental e urbanístico, em procedimentos de aprovação de projetos de edificação e de parcelamento do solo.	NÃO

Esta tese se insere num contexto de investigação dos alcances e das perspectivas do EIV como instrumento de política urbana que visa a compatibilização dos interesses privados e coletivos, o incentivo a práticas democráticas de gestão, o zelo “pela ordem urbanística e pelo uso socialmente justo e ambientalmente equilibrado dos espaços urbanos” (Schvarsberg; Martins; Cavalcanti, 2016, p.13).

Há uma significativa produção acadêmica sobre o instrumento como identificado por Abreu e Peres (2021, p.10), podendo ser destacados alguns trabalhos. Houve autores que se dedicaram a avaliar a relação do EIV com outros instrumentos de política urbana. Monteiro (2014) que tratou a relação entre EIV e as Operações Urbanas Consorciadas (OUC), focalizando nas proposições de OUC e utilizando exemplos do Brasil (São Paulo e Belo Horizonte) e de experiências similares na Espanha, na França e na Colômbia. Moreira (2007) que buscou avaliar processo de licenciamento ambiental em BH tomando como referência os critérios mínimos exigidos pelo EIV. Tomanick (2008) que investigou as possibilidades e entraves para a integração dos licenciamentos ambiental e urbanístico.

Outros, como Barreiros (2017) e Freire (2015), buscaram uma maior sistematização do instrumento a partir da definição de requisitos, parâmetros e metodologias para a verificação das questões mínimas determinadas pelo EC. Existiram trabalhos que se debruçaram em estudos de casos, Alves (2015) em

Goiânia, Ghizzo (2010) em Florianópolis, Merícia (2018) na RMBH, e trabalhos que se dedicaram a avaliar os conteúdos dos relatórios e estudos, como Marques (2010) em Brasília. Perez (2008) dissertou sobre o regime jurídico do EIV, contextualizando historicamente as normas de cunho urbanístico, buscando definir e delimitar os requisitos e condições para a utilização do instrumento.

Considerando os possíveis caminhos a serem percorridos nesta pesquisa e visando a identificação de um ponto de partida analítico, vale referenciar à discussão presente em Geraldo Costa e Heloisa Costa. Segundo os autores, a questão ambiental em países periféricos, como o Brasil, “(...) necessariamente assume um viés urbano, no qual as temáticas socioespacial e ambiental estão amalgamadas” (Costa G.; Gosta H., 2005, p. 366). Sendo assim, pontuam a pertinência de se adotar como fundamento para a análise socioespacial urbana as contribuições do pensamento ambiental e da teoria lefebvriana do espaço.

Em termos de organização do trabalho, no Capítulo 2 serão adotados como temas condutores a Produção do espaço urbano; Planejamento urbano e participação; Vivências socioespaciais; Elementos formadores da estruturação do espaço urbano; Meio ambiente urbano. A primeira seção terá como referências especialmente Lefebvre (1991, 2001) e as contribuições de Harvey (1996) e Gottdiener (1997). Na segunda seção, serão considerados os autores Maricato (2001), Fernandes (2021), Souza (2004) e Costa (2008b). Com relação ao terceiro tema, serão tomadas como base as discussões efetuadas por Simmel (1973), Santos (1996), Massey (2000), Mbembe (2021) e Sanin-Restrepo (2017). Na quarta seção, os autores referenciados serão Harvey (1980), Castells (1999), Farret (1985), Singer (1979) e Costa (1983, 2006). E, finalmente, com referência às discussões afetas ao meio ambiente urbano, serão considerados os autores: Geraldo Costa e Heloisa Costa (2005), R. Bryant e S. Bailey (1997), Heynen, Kaika e Swyngedow (2006), Costa (2012), Swyngedow (2001).

No Capítulo 3, inicialmente, será feito um painel sobre o EIV no Brasil e na RMBH, em que serão tomadas como referências Brasil (2001b), Cassiano e Peres (2017), Araújo e Campante (2017), Merícia (2018), Araújo, Oliveira e Silva (2019), Abreu e Peres (2021). Importante pontuar que não nos aprofundaremos em discussões relacionadas à definição territorial de vizinhança nem relativas a classificações de impactos visto que tal assunto já foi devidamente tratado em alguns dos trabalhos citados anteriormente, aos quais sugerimos consulta. Em seguida,

apresentaremos os principais momentos da implementação do EIV em Belo Horizonte. Nele serão tratadas as normas instituídas e seus desdobramentos, em que contaremos com as discussões de Araújo (2009a), com as entrevistas ora efetuadas e com os registros presentes em Araújo (2009b).

O Capítulo 4 se configura como um momento em que serão avaliadas questões afetas à participação popular nos processos de licenciamento urbanístico, bem como à possibilidade da aplicação do EIV contribuir para maior integração entre as políticas setoriais urbanas e para a melhor equalização dos impactos gerados pelos empreendimentos de impacto urbanístico.

Finalmente, teremos as Considerações Finais, seguidas das Referências e dos Apêndices e Anexos sendo:

- APÊNDICE A - Termo de consentimento livre e esclarecido;
- APÊNDICE B - Roteiro das entrevistas;
- APÊNDICE C - Licenciamentos Urbanísticos Licenciados e em Licenciamento no período de julho de 2011 a agosto de 2022;
- APÊNDICE D - Relação Impactos X Condicionantes considerando os PLUs emitidos no período de junho de 2017 a julho de 2022;
- ANEXO A - Orientação para licenciamento de empreendimento de Impacto - OLEI emitida em 2023;
- ANEXO B - Parecer de Licenciamento Urbanístico - PLU 0448/21 emitido em 2021.

## 2 APROXIMAÇÕES TEÓRICAS E CONCEITUAIS

### 2.1 Henri Lefebvre e a produção do espaço

Coerente com sua formação de filósofo, Lefebvre toma como princípio norteador o método dialético e constrói seus conceitos a partir da análise crítica das transformações que ocorreram, ao longo da história, nas concepções da relação espaço/tempo. Nas palavras de David Harvey:

Espaço e tempo não são nem absolutos nem externos aos processos, mas são condicionados e contidos por eles. Existem múltiplos espaços e tempos (e espaço-tempos) envolvidos em diferentes processos físicos, biológicos e sociais. Estes últimos *produzem* – para usar a terminologia de Lefebvre (1991) – suas próprias formas de espaço e tempo. Processos não operam *no*, mas *constroem ativamente* espaço e tempo e, fazendo isso, definem distintas escalas para seu desenvolvimento. (Harvey, 1996, p.53, tradução própria)<sup>20</sup>.

De acordo com Henri Lefebvre (1991), além dos domínios da produção, consumo e troca, há a necessidade de se abordar o espaço de um modo mais ampliado, pois existe um quarto domínio a ser considerado: a produção de riqueza a partir do *design* espacial. Ou seja, a forma como o espaço é materialmente organizado e o modo como é utilizado e apreendido pela sociedade contribui para a produção, não apenas como meio de trabalho conforme entendido pela economia política, mas como efetiva força produtiva. “Isto quer dizer que ela [a cidade] não é um lugar passivo da produção ou da concentração dos capitais, mas sim que o urbano intervém como tal na produção (nos meios de produção)” (Lefebvre, 2001, p. 57). Deste modo, o espaço passa a incorporar o conflito inerente ao processo produtivo, possuindo, portanto, múltiplos aspectos: participa ativamente das relações de produção, apresenta-se como mercadoria e - já que é em parte por meio dele que a sociedade se reproduz - contribui para a manutenção das relações sociais de produção e reprodução.

No intuito de elaborar uma teoria do espaço e avançar na compreensão do mesmo enquanto produto social, Lefebvre (1991) decodifica-o em três conceitos que

---

<sup>20</sup> Space and time are neither absolute nor external to processes but are contingent and contained with them. There are multiple spaces and times (and space-time) implicated in different physical, biological, and social processes. The latter all produce – to use Lefebvre’s (1991) terminology – their own forms of space and time. Processes do not operate in but actively construct space and time and in so doing define distinctive scales for their development (Harvey, 1996, p.53).

se interpenetram num constante processo de transformação: prática espacial, representações do espaço e espaço de representações. A prática espacial existe a partir do espaço percebido, construído pelo cotidiano, pelos fluxos (rotas, redes, trocas) e pelos fixos (os elementos dotados de materialidade, as características físicas do ambiente), permeado pelas convenções e práticas sociais que garantem a coesão necessária à produção e à reprodução social. Por seu turno, as representações do espaço referem-se ao espaço concebido, conceituado (verbalizado) pelos especialistas (cientistas, planejadores, urbanistas), imersas em conhecimento e em relações de poder. Já o espaço das representações é, por sua vez, aquele difícil de ser verbalizado, construído pelo espaço vivido através dos símbolos e imagens, é o espaço que a imaginação tenta se apropriar e modificar.<sup>21</sup>

Prosseguindo em sua elaboração, o autor identifica a necessidade de compreender as forças que atuam sobre o espaço e que são definidas como campos: o campo físico (o mundo em sua materialidade original), o campo mental (abstrações, as ideias do homem sobre o mundo e sobre o próprio homem), e, finalmente, o campo social que não apenas se distinguiria dos dois primeiros como também os transcenderia. A ação desses campos ocorre, portanto, em um contínuo processo de mutação, explicitando a qualidade dialética do espaço e demandando uma teoria de caráter unitário que faria a união de tais campos:

Que termo poderia ser utilizado para descrever a divisão que mantém os vários tipos de espaço separados entre si, de tal forma que espaço físico, espaço mental e espaço social não coincidam? [...] De fato, o termo usado é bem menos importante que a distância que separa espaço 'ideal', que tem a ver com categorias mentais (lógico-matemáticas), do espaço 'real', que é o espaço da prática social. Na realidade, cada um destes dois tipos de espaço envolve, confunde-se e pressupõe o outro. (Lefebvre, 1991, p.14, tradução própria).<sup>22</sup>

Lefebvre, então, conceitua diferentes espaços que interagem entre si. Seguindo uma linha histórica, apresenta o espaço absoluto cuja origem nos remete à antiguidade e que incorpora – por mediação simbólica - fragmentos da natureza. Tal

<sup>21</sup> Tais conceitos não devem ser entendidos de maneira esquemática e rígida, pois eles se interpenetram num constante processo de transformação. Sua elaboração, portanto, visa mais um melhor entendimento das relações socioespaciais e menos um modelo de categorização.

<sup>22</sup> What term should be used to describe the division which keeps the various types of space away from each other, so that physical space, mental space and social space do not overlap? [...] As a matter of fact the term used is far less important than the distance that separates 'ideal' space, which has to do with mental (logical-mathematical) categories, from 'real' space, which is the space of social practice. In actuality each of these two kinds of space involves, underpins and presupposes the other. (Lefebvre, 1991, p.14).



mediação preenche de significado místico e político a natureza, primordialmente sem conotação, “confiscada” pelo espaço absoluto. Este espaço permanece não apenas como base do processo histórico de transformação das cidades, mas - como está fundado em relações simbólicas, mágicas e políticas - influencia decisivamente a construção dos espaços de representação.

Sobreposto ao espaço absoluto surge o espaço abstrato, que emerge concomitante ao novo modo de produção capitalista, exteriorizando suas práticas econômicas e políticas e, ainda, incorporando antigas contradições históricas que permeavam o espaço anterior. Este espaço torna-se abstrato da mesma forma que o trabalho - ao se descolar do processo de reprodução responsável pela manutenção da vida social - torna-se uma abstração. O espaço abstrato pressupõe homogeneidade e hierarquia e, fundado no valor de troca, traz consigo não apenas os novos conflitos inerentes ao modo capitalista de produção, mas implica, igualmente, a existência de contratos e acordos (não necessariamente explícitos) que regulam as relações sociais que se dão *no* e *pelo* espaço: “Espaço abstrato, o espaço da burguesia e do capitalismo, ligado como está à troca (de bens e de mercadorias, assim como de palavras escritas e faladas, etc) depende de consenso mais do que qualquer outro espaço anterior a ele.” (Lefebvre, 1991, p.57, tradução própria)<sup>23</sup>

O espaço abstrato segue a lógica da eficiência e da funcionalidade para os processos de produção e de reprodução social, para isso busca a uniformização e a neutralização das diferenças. Entretanto, como também apresenta novas e antigas contradições, acaba por gerar, dentro de si, um novo espaço, o espaço diferencial:

Eu chamarei esse novo espaço diferencial, porque, tendo em vista que espaço abstrato tende à homogeneidade, à eliminação das diferenças ou peculiaridades existentes, um novo espaço não pode nascer (ser produzido) a não ser que ele acentue diferenças. Ele irá também restituir integridade àquilo que espaço abstrato dissolveu – funções, elementos e momentos da prática social. (Lefebvre, 1991, p. 52, tradução própria ).<sup>24</sup>

Segundo o autor, algumas destas contradições, potencialmente transformadoras, podem ser encontradas nas relações entre:

<sup>23</sup> Abstract space, the space of the bourgeoisie and of capitalism, bound up as it with exchange (of goods and commodities, as of written and spoken words, etc.) depends on consensus more than any space before it. (Lefebvre, 1991, p.57)

<sup>24</sup> I shall call that new space ‘differential space’, because, inasmuch as abstract space tends towards homogeneity, towards the elimination of existing differences or peculiarities, a new space cannot be born (produced) unless it accentuates differences. It will also restore unity to what abstract space breaks up – to the functions, elements and moments of social practice. (Lefebvre, 1991, p. 52)

- necessidades e desejos - o espaço de consumo produzido segundo a lógica capitalista está voltado para o suprimento de produtos que devem atender determinadas necessidades, mas esta mesma lógica desconsidera a demanda gerada por desejos cujo atendimento nem sempre se dá por objetos ou por bens;

- quantidade e qualidade – o espaço abstrato, na medida em que se apresenta racionalmente organizado e funcionalmente hierarquizado torna-se mensurável, passível de quantificação e de manipulações estatísticas. Entretanto, existem atributos não mensuráveis (afetos a valores de uso, de apropriação e de identificação com os lugares) que se relacionam a aspectos significativos das relações socioespaciais e que não podem ser ignorados;

- consumo produtivo e consumo não produtivo do espaço – o primeiro é a forma de consumo priorizada pelo espaço abstrato, implica o investimento visando lucro e está relacionado ao sistema capitalista de produção e de reprodução. Já o segundo não gera lucro, pois implica investimentos sem retorno financeiro e está relacionado à fruição, à obtenção de prazer e de bem estar;

- valor de uso e valor de troca – relacionados, respectivamente a processos de apropriação e dominação. Apesar da supremacia dos valores de troca imposta pelo espaço abstrato, os valores de uso emergem das variadas formas de apropriação do espaço cotidiano. Os valores de uso decorrem, especialmente, de relações afetivas, emocionais e culturais, distinguindo-se daquelas originadas do sistema capitalista de produção (Lefebvre, 1991, p. 352-400).

A existência de conflitos é, portanto, inerente ao próprio espaço abstrato e ao sistema capitalista. E são dessas contradições que emergem as novas relações sociais e as novas práticas espaciais que possibilitam a ocorrência do espaço diferencial. A subversão do espaço abstrato por esse movimento de singularização gerado pelo espaço diferencial, denominado por Lefebvre de “explosão de espaços”, acarreta a possibilidade de se resgatar um outro espaço, o espaço social. Esse é um espaço potencialmente transformador, na medida em que prioriza o valor de uso e que é fundado em práticas cotidianas de apropriação. Os usuários do espaço assumem, deste modo, um papel central neste processo de transformação:

Em contraste com outros marxistas, [...] Lefebvre entende a problemática concernente aos usuários do espaço com alguma articulação complexa entre forças econômicas, políticas e culturais, mais do que como algo que emerge

unicamente do domínio político. Os usuários do espaço de Lefebvre, portanto, são usuários da vida cotidiana. A partir dessa perspectiva, está claro que todos somos candidatos potenciais à luta socioespacial. (Gottdiener, 1997, p.157).

No entanto, em contraposição a essa possível revolução urbana, Lefebvre situa o Estado, definindo-o como uma estrutura para o exercício de poder que age, na maioria das vezes, em consonância com os interesses do capital. O papel do Estado seria, então, contraditório, pois ao mesmo tempo que intervém para manter a coesão necessária à reprodução social, atua no sentido de reforçar a hegemonia do espaço abstrato (Gottdiener, 1997, p.148).

E é na superação dos conflitos e contradições inerentes ao espaço produzido segundo a lógica capitalista que reside um dos principais dilemas do planejamento urbano: como contribuir para a qualidade da vida urbana no sentido da garantia de alguma justiça socioambiental se, ao minimizar os conflitos, tende-se à manutenção de um espaço autoritário, hierarquizado e segregado? Um dos possíveis caminhos para lidar com esta questão é entender essas contradições não apenas como variáveis a serem conhecidas e incorporadas pela prática do planejamento, mas também como potenciais indutoras de novas propostas e novas políticas urbanas, capazes de contribuir para o resgate do espaço social, fundado no valor de uso, criativo e democrático.

## 2.2 Planejamento urbano e participação

O planejamento urbano brasileiro tem convivido com diferentes abordagens baseadas em distintas premissas que se mesclam num movimento dinâmico. De forma sintética, tal movimento pode refletir tendências e princípios tais como o empresariamento urbano e a função social da propriedade. O primeiro conceito considera a cidade uma empresa e, como tal, esta deve apresentar atributos de competitividade e produtividade. Nesse enfoque, o desenvolvimento urbano é visto como o resultado de uma estratégia que visa a inserção privilegiada da cidade-empresa no campo de forças formado pela reestruturação produtiva do capitalismo

contemporâneo.<sup>25</sup> Essa abordagem não apenas despolitiza a questão urbana (pois gera uma naturalização dos conflitos e contradições que ocorrem na produção do espaço) como também enfatiza a criação de pseudo-consensos, em que prepondera a criação de uma imagem de cidade eficiente, competitiva, conectada às redes internacionais de negócios e de investimentos.

O segundo enfoque toma o princípio da função social da propriedade urbana como base para propostas que buscam uma distribuição mais equânime dos benefícios e ônus da urbanização. Interessa-nos, portanto, o planejamento urbano lastreado em tal conceito, na medida que considera o desenvolvimento urbano sob o prisma da justiça socioambiental e que incentiva práticas democráticas de gestão urbana, como direcionado pela Constituição Federal de 1988 (CF/88).<sup>26</sup>

A maior conquista social resultante das mobilizações que marcaram os anos 80, no que se refere à política urbana foi a inserção dos artigos 182 e 183 na Constituição Federal de 1988. Alguns instrumentos ou mesmo conceitos previstos na Emenda Constitucional de Iniciativa Popular de Reforma Urbana (subscritos por mais de 130.000 eleitores) lograram fazer parte do texto da carta nacional. O antigo PL [Projeto de Lei] do Desenvolvimento Urbano também inspirou parte do texto do capítulo da Política Urbana. A vitória, no entanto, não foi completa. O tratamento dado à implementação da função social da propriedade dificultou muito sua aplicação. (Maricato, 2001, p.100-101).

Além definir a função social da propriedade urbana<sup>27</sup>, a CF/88 delineou uma nova institucionalidade que influenciou um processo de rompimento com o paradigma

<sup>25</sup> Para uma crítica desse planejamento, denominado planejamento estratégico, ver VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES, O. et alli. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000. pp. 75 –103.

Para uma análise das estratégias de desenvolvimento adotadas pelas cidades neste contexto marcado pelas relações, ao mesmo tempo, locais e globais ver COMPANS, R. O paradigma das global cities nas estratégias de desenvolvimento local. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 1. Campinas: ANPUR, 1999. pp.91-114.

<sup>26</sup> O Capítulo da Política Urbana da CF/88 foi influenciado pela discussão da Reforma Urbana e pela Emenda Constitucional de Iniciativa Popular de Reforma Urbana (Maricato, 2001)

<sup>27</sup> A CF/88 dispõe em seu capítulo sobre política urbana:

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - parcelamento ou edificação compulsórios;

II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

centralizado e tecnocrático das políticas públicas, tendo como eixo dessa mudança o fortalecimento da autonomia dos municípios e a abertura de canais de participação que possibilitariam a incorporação de diferentes segmentos sociais e a ampliação da representação dos interesses envolvidos na vida cotidiana das cidades (Santos, 2002, p.13-14).

Posteriormente, em 2001, como regulamentação do capítulo da Política Urbana da CF/88, houve a promulgação do EC. Nas palavras de Edésio Fernandes:

A aprovação do Estatuto da Cidade - EC gerou uma enorme expectativa de que as experiências promissoras, mas até então limitadas, de promoção de reforma urbana pelos municípios nos anos 1990, através da aprovação de seus Planos Diretores Municipais - PDMs, ganhariam mais folego, dando assim sentido concreto ao princípio constitucional da função social da propriedade. Fruto da mobilização social, além da sua legitimidade sociopolítica, essa Lei Federal também tem outra característica especial no cenário jurídico brasileiro: o EC não apenas contém uma lista de princípios e diretrizes de política urbana e reconhece nominalmente diversos direitos sociais e coletivos, mas também estabelece uma série de processos, mecanismos, instrumentos e recursos a serem incorporados de alguma forma nos PDMs para possibilitar a materialização dos princípios declarados e dos direitos reconhecidos. Chamado por muitos de “caixa de ferramentas” — o EC contém mais de 30 instrumentos jurídicos, urbanísticos e financeiros —, a lei propôs uma articulação rara entre Direito, gestão pública e financiamento do desenvolvimento urbano. (Fernandes, 2021 p.11)

Fernandes destaca que esses vinte anos de EC conviveram com não poucos desafios e que o otimismo inicial tem dado lugar a um certo descrédito quanto ao alcance de sua aplicação e indica preocupantes deslocamentos nos campos do Direito Urbanístico e da Política Urbana tais como: a preponderância da liberdade econômica

---

III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais. (Brasil, 1988) (grifo próprio)

Cabe ressaltar que se encontra em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a Proposta de Emenda à Constituição - PEC n° 80 de 2019 que consiste num sério risco ao alcance desse artigo pois impõe importantes limitações ao ora previsto:

Art... 182.....

.....  
 § 2° A propriedade urbana cumpre sua função social quando é utilizada sem ofensa a direitos de terceiros e atende ao menos uma das seguintes exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor:

I-parcelamento ou edificação adequados;

II-aproveitamento compatível com sua finalidade;

III -preservação do meio ambiente ou do patrimônio histórico, artístico, cultural ou paisagístico.

...

§ 5° O descumprimento da função social de que trata o § 2° somente será declarado por ato do Poder Executivo, mediante autorização prévia do Poder Legislativo, ou por decisão judicial.

§ 6° A desapropriação por descumprimento da função social será feita pelo valor de mercado da propriedade urbana. Texto inicial da PEC 80/79 disponível em

<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/136894> acesso em agosto 2023 (grifo próprio)

sobre a função social da cidade; a financeirização da cidade sobre a agenda de reforma urbana; direitos individuais sobre os direitos coletivos; estratégias de privatização sobre gestão pública democrática (Fernandes, 2021 p.11).

Sob o enfoque da gestão democrática e implementação de instâncias de participação, Marcelo Lopes de Souza (2004, p. 386-389) salienta que há várias modalidades possíveis de participação, relacionadas aos seus diversos graus de representatividade e de autonomia, elencando três questões que podem atuar como obstáculo à abrangência de suas atuações:

- a problemática da implementação – que relaciona-se às dificuldades na implementação de políticas progressistas, especialmente participativas, enfrentadas pelas administrações. Estas dificuldades podem se apresentar na forma de deficiências técnicas e organizacionais, boicotes internos ou externos e implicam, muitas vezes, a necessidade de negociação política que pode vir a desvirtuar o que foi proposto inicialmente;

- a problemática da desigualdade – relacionada às dificuldades para a participação voluntária inerentes à condição de vida das populações envolvidas e que explicitam grandes contrastes tanto de recursos materiais quanto de recursos não quantificáveis como capacidade de articulação na comunicação, autoconfiança e desembaraço;

- a problemática da cooptação – trata-se de uma deformação da participação, que pode se tornar uma ferramenta de instrumentalização da sociedade civil pelas forças políticas no poder do Estado.

Souza (2004, p.203-205) identifica, também, oito graus de abertura para a participação popular<sup>28</sup> que vão da pura e simples coerção dos indivíduos e grupos por parte do Estado à autogestão:

- coerção – não existe a menor possibilidade de diálogo ficando a sociedade civil à mercê da ação do Estado. Comumente ocorre na ausência da democracia representativa, em situações de autoritarismo ou totalitarismo;

- manipulação – situação em que o Estado não pretende estabelecer um diálogo efetivo, mas viabilizar uma ação a partir do convencimento por meio de

---

<sup>28</sup> O autor esclarece que tais categorias foram uma adaptação da escada da participação popular proposta por Sherry Arnstein. (Souza, 2004, p. 202)

propaganda ou de distorção da informação de modo a atuar como pretendido evitando a utilização de força bruta;

- informação – há a disponibilização de informações sobre as intervenções pretendidas pelo Estado, que pode ser mais ou menos transparente em sua comunicação;

- consulta – além da disponibilização da informação, o Estado consulta a população sobre o assunto, não havendo, porém, compromisso em acatar ou incorporar as manifestações dos consultados (pesquisas de opinião, audiências, por exemplo) em suas ações;

- cooptação – situação em que indivíduos ou segmentos mais ativos são convidados a participar do governo ou de instâncias participativas que podem ter caráter permanente. Souza pontua o risco da desmobilização se a institucionalização ocorrer sem um mínimo de independência político-institucional e financeira. A cooptação pode ser vantajosa para determinados grupos ou indivíduos, mas se mostra danosa para a coletividade a longo prazo;

- parceria – consiste no primeiro grau de autêntica participação, nela Estado e sociedade civil organizada colaboram para a viabilização de políticas ou intervenções;

- delegação de poder – nela o Estado abre mão de atribuições antes vistas como exclusivas em favor da sociedade civil. Trata-se de uma cogestão, como no caso da parceria;

- autogestão – a delegação de poder alcança seu maior nível nos marcos do binômio capitalismo e democracia representativa.

Segundo Souza, as categorias que constituem uma autêntica participação são aquelas relacionadas à autogestão, delegação de poder e parceria. As categorias intermediárias referem-se à cooptação, à consulta e à informação, consideradas como exemplos de pseudoparticipação. Por fim, identifica a coerção e a manipulação, “que nada mais são que manifestações evidentes e sem retoques de heteronomia” (Souza, 2004, p.389).

Um dos fatores, portanto, que mais influenciam a efetividade das instâncias de participação, enquanto espaços ampliados de manifestação de cidadãos, relaciona-se à sua própria definição - se são instâncias de caráter consultivo ou deliberativo. Considerando as ressalvas levantadas acima, em que pese as limitações referentes a operacionalidade, representatividade e, mesmo, legitimidade dessas instâncias,

elas mantêm sua importância para o planejamento urbano, na medida que podem se apresentar como espaços ampliados de gestão das políticas urbanas e que podem contribuir para uma maior transparência das relações entre governo, anseios coletivos, interesses privados, interesses individuais. De modo semelhante, estas instâncias podem possibilitar a explicitação de conflitos e demandas que nem sempre a prática tradicional do planejamento urbano (fundamentada nas etapas de diagnóstico, proposição, implementação, monitoramento) consegue abarcar.

Torna-se central avaliar o novo papel do Estado, tanto na formulação e implementação de políticas socioambientais quanto na condição de elemento mediador e catalizador das instâncias de participação. Os mecanismos de regulação e fiscalização ambiental, concebidos em uma atmosfera de participação da população, com instâncias colegiadas de deliberação, audiências públicas etc., constituem uma excelente fonte de reflexão sobre os limites e possibilidades de mediação e explicitação dos conflitos de interesses na esfera socioambiental. (Costa, 2008b, p. 87-88)

Nesse sentido, as instâncias de participação incorporadas pelo planejamento urbano podem se constituir em arenas onde seriam explicitadas as disputas pelos bônus e benefícios da urbanização. Lembrando que o direito à cidade implica não apenas moradia digna, acesso aos serviços urbanos, boas condições de mobilidade e acessibilidade, mas também a garantia da qualidade do meio ambiente urbano, ao encontro, ao convívio entre os diferentes, ao exercício da política.

Reconhecendo a importância da vida cotidiana nos processos socioespaciais, bem como das interpenetrações entre o campo mental, o espaço diferencial e o espaço das representações, torna-se pertinente percorrer algumas discussões afetas às vivências urbanas. Pois, como destaca Souza

Embora a lógica da ação do Estado em uma sociedade capitalista tenda a ser da reprodução da ordem vigente, isso não precisa ser sempre uma verdade; aquilo que é verdade “no atacado” ou estruturalmente, não é, necessariamente, sempre verdade “no varejo”, ou conjunturalmente. Contradições e conflitos, se bem explorados, podem conduzir a situações bem diferentes de um simples reforço da dominação, perpetuamente renovado por parte do Estado. (Souza, 2004, p.29)

## 2.3 Vivências socioespaciais: algumas abordagens

Sob o enfoque da importância dos usuários dos espaços, vale apresentar algumas abordagens que podem ser identificadas, em diferentes graus, nas manifestações dos cidadãos em instâncias de participação. Começando por Simmel



(1973)<sup>29</sup>, sociólogo que produziu uma significativa reflexão sobre a vida mental na metrópole. Segundo ele, nos anos 1900s, o processo ocidental de urbanização seguia sua marcha implacável, a vida urbana se definia em oposição ao cotidiano rural e, nesse contexto, ao se inserir num modo de produção hiper especializado, o homem se distanciava das bases tradicionais da vida das pequenas cidades (fundada na aquisição lenta e contínua de hábitos que se constroem nos níveis mais inconscientes do psiquismo) e passava a participar de relações de trocas que eram múltiplas, simultâneas, despersonalizadas e que demandavam uma sofisticação da vida psíquica que era, por sua vez, da instância do intelecto. Esse emaranhado de relações induzia um excesso de estímulos que acabava por gerar, no indivíduo, uma saturação, uma dessensibilização configurando uma atitude denominada de *blasé*. Tal atitude garantia ao indivíduo duas condições: a sua inserção nas relações monetizadas num contexto ampliado e, no âmbito pessoal, a possibilidade de desenvolver autonomia e individualidade.

Se no início do século XX, observando o processo de urbanização, Simmel argumentava que a intelectualidade poderia atuar na preservação da vida subjetiva, no final desse século, Santos (1996) - considerando o processo de globalização - adotou uma outra abordagem. Este autor salienta que o homem contemporâneo vive uma nova inserção no mundo em que a identidade se forma a partir da relação com o que lhe é diferente. Assim, argumenta a necessidade de se investigar novos significados para o local e a vida cotidiana.

Como forma de se aproximar das práticas socioespaciais, o autor distingue a interação mediada pela técnica e por racionalidades daquela mediada pelos símbolos e pela ação comunicacional. Por esse caminho, pensar em espaço é pensar em compartilhamento que, por seu turno, implica distintas formas de apropriação - função dos diferentes graus das forças individuais. Lugar do encontro, as cidades materializam a entropia característica de tais intercâmbios já que a utilização conjunta do território impõe a interdependência como *práxis*. Como os eventos são inúmeros e simultâneos, a ação consciente do homem passa a depender mais da descoberta do que da experiência. E, sob esse aspecto, quanto menos inserido nas relações hegemônicas, mais próximo da descoberta. Pois, por estar à margem do consumo,

---

<sup>29</sup> Texto originalmente publicado em 1902.

poder-se-ia elaborar um novo diálogo com coisas e pessoas. Assim, o consumo imaginado e não atendido geraria uma nova consciência (a partir do atrito dialético entre culturas de massa e popular) enriquecendo a diversidade socioespacial, multiplicando as possibilidades de mudança e de construção de sistemas de solidariedade.

Massey (2000), por sua vez, argumenta que os lugares se tornaram ao mesmo tempo particulares e globais, conectados a distintas lógicas econômicas e políticas, como se estivessem imersos num imenso campo de vetores que se entrecruzam num movimento contínuo de oposição, contradição e unidade. Assim, o significado do lugar deve ser construído a partir do reconhecimento das relações com o que lhe é externo. E nesse contexto, apesar dos lugares poderem apresentar características singularizantes, as distintas formas de se relacionar com esses espaços acabam por engendrar múltiplas identidades.

Com relação ao componente espacial do cotidiano, Mbembe pontua que é “a partir da localidade ou da região, horizontalmente, que a vida pode ser reorganizada material e simbolicamente” (Mbembe, 2021, p.170). Contudo, o autor ressalta o componente de virtualidade das vivências individuais e das relações interpessoais inserido na vida cotidiana pelos dispositivos digitais. Desta forma, a tecnologia propicia um movimento de fluxos e redes que participa do processo de conformação tanto da pertença quanto da identificação das comunidades com os lugares.

Segundo Mbembe, os indivíduos se fundem e se confundem com os fluxos de informações, acreditando que tais fluxos possibilitariam a apreensão de conhecimentos infinitos e emancipadores. Contudo, essa crença traz em si uma falácia:

[...] a ignorância e a indiferença, sejam elas induzidas ou cultivadas, nunca foram tão difundidas. Isso porque, tal como o conhecimento, a ignorância é uma forma de poder. Saber não conduz automaticamente à liberdade, ao mesmo tempo que não saber liberta de praticamente qualquer responsabilidade, permitindo, onde for necessário, um ganho de controle e poder. (Mbembe, 2021 pp. 87 - 88)

A fantasia do conhecimento pleno é fundada numa racionalidade chamada pelo autor de inteligibilidade digital. Se antes a apreensão era mediada pelas palavras, os números deixaram de ser indicadores e passaram a ser, eles próprios, o objeto da cobiça visto que possibilitam a quantificação do mundo. Os aparatos tecnológicos trazem esses recortes de pseudo-realidades para a vida cotidiana dos indivíduos. Há

uma falsa transparência que se estende sobre as decisões sobre quais os dados, relações e cenários serão construídos e considerados. As informações chegam de tal modo veloz e em tais quantidades que dificultam a existência de um tempo de maturação, para o devido questionamento e posterior apreensão crítica. As pessoas tornam-se, então, eficientes transmissores e consumidores de fluxos. “São esses fluxos que agora nos constituem e dão substância e forma à vida social. Em certo sentido, portanto, a esfera pública agora se confunde com uma economia de fluxos ininterruptos que surgem, sobem e caem como ondas” (Mbembe, 2021, p. 94).

Essa condição contemporânea tem suas dificuldades. Não se trata apenas da dimensão invasiva das tecnologias. Trata-se, também, de sua capacidade de apagar a própria ideia de limite ou verdade, noções que são cruciais tanto para a formação do sujeito democrático quanto para a própria vitalidade de uma esfera pública e de um espaço cívico. (Mbembe, 2021. p. 101)

Nesta perspectiva, Sanin-Restrepo (2017) indica o desafio da descriptação do poder como inevitável para o avanço das transformações sociais. Segundo este autor, na sociedade capitalista, o exercício do poder é estratificado em sistemas de identidades que são construídos por meio de modelos transcendentais. Sendo assim, o poder está distribuído conforme a aderência a esses modelos, que por sua vez, são de tal modo mutantes e “naturalizados” que chegam a ficar “invisíveis”, tornando refém desse sistema toda a possibilidade de inserção na arena de disputa.

Desse modo, as diferenças, que são a base para o embate político, deixam de ser identificadas pela relação entre os seres, mas entre estes e os modelos. E essa referência dificulta a possibilidade de diálogo pois apenas aqueles que dominam os códigos criptografados do poder são reconhecidos como atores. As formulações, linguagens e vivências alheias aos modelos passam a ser também invisíveis e destituídas do exercício da política. A lógica do poder criptografado está, portanto, sempre lidando com processos de invisibilização: naturalizando as estruturas e modelos de controle e, ao mesmo tempo, consolidando a exclusão daqueles que já lhe são externos.

As abordagens acima apresentadas podem nos auxiliar na compreensão das manifestações que ocorrem nos espaços de participação, contudo, além da inserção da vida cotidiana e da forma como se dão as vivências socioespaciais, há outras dimensões a serem consideradas. E um importante aspecto a ser destacado é o

embate entre o valor de uso e o valor de troca, pois quando se trata de políticas urbanas ele não pode ser ignorado.

## 2.4 Diferentes atores, diversos interesses: a estruturação dos espaços urbanos

De acordo com Harvey (1980, p. 139-142), podem ser destacados alguns grupos cujas ações implicam não apenas o próprio funcionamento do mercado de moradias<sup>30</sup> como também a determinação dos valores de troca e de uso embutidos neste sistema:

I- os usuários das moradias – apesar da meta principal residir no valor de uso do imóvel, como proprietários, também se interessam em preservar ou aumentar o seu valor de troca. É comum identificar nesse grupo o movimento denominado por Castells (1999) como “não em meu quintal”. Segundo Castells, esse movimento atua como difusor de preocupações ambientais, notadamente presente nos subúrbios elitizados e em áreas ocupadas pelas camadas de rendas média e média-alta, mas apresenta, de maneira geral, um caráter defensivo e reativo preocupando-se somente com a preservação da qualidade de seu próprio espaço;

II- os corretores de imóveis – operam como intermediários no mercado, visam obter valor de troca;

III- os proprietários – de modo geral, enfatizam o valor de troca - especialmente como locatários, entretanto, como usuários a motivação pode se dar também pelo valor de uso;

IV- os incorporadores e a indústria da construção de moradias – atuam em dois sentidos, criam valores de uso para outrem e para eles mesmos realizam valores de troca;

V- as instituições financeiras – agem focadas no valor de troca, que é obtido por meio dos financiamentos de oportunidades para a criação ou aquisição de valores de uso;

VI – as instituições governamentais – apresentam dois tipos de ação: ação direta, através da provisão da habitação – construção de moradias; ação indireta, por meio do auxílio às instituições financeiras e à indústria da construção e também pela

---

<sup>30</sup> A despeito de Harvey ter feito esta análise para o uso residencial, entendemos que ela pode ser adaptada para as demais atividades urbanas.

regulamentação do uso do solo urbano. Com relação ao valor de uso, sua ação pode ser identificada especialmente na provisão de serviços e infraestrutura (que, por sua vez, irá interferir no valor de troca capturado pelo mercado de imóveis).

Seguindo esta análise, percebe-se que a disputa nos espaços de participação reflete diferentes interesses e pode significar tanto oportunidades de melhor distribuição dos ônus e benefícios da urbanização como também interferir na renda auferida pela propriedade privada do solo. Segundo Farret (1985), a estruturação do espaço urbano é uma questão de poder e este espaço é o resultado de leis estruturais e conjunturais que regeriam tanto sua existência quanto sua transformação.

Uma das principais questões trabalhadas pelos teóricos marxistas quando se debruçam sobre a estruturação do espaço urbano é aquela relativa à renda da terra. Isto porque reconhecem a necessidade de se compreender os mecanismos que atuam na formação dos valores praticados e a sua importância na alocação e localização das atividades urbanas bem como no processo de segregação socioespacial. De fato, a forma como é entendida a geração e a apropriação da renda fundiária é determinante para o enfoque a ser adotado para a análise da produção do espaço urbano (Farret, 1985).

Singer (1979) identifica três formas de renda da terra:

I - Renda Absoluta – intrinsecamente relacionada ao seu estatuto de propriedade privada, assegura ao proprietário uma renda ao ser transacionada, seja por venda, seja por aluguel;

II - Renda Diferencial – refere-se ao lucro excedente propiciado por específicas características do solo. Podem estar relacionadas a determinantes naturais como topografia, qualidade geológica, vegetação ou a atributos relacionados à localização, presença de bens de serviço, infraestrutura, índice de aproveitamento proporcionado pela legislação urbanística, dentre outros. A Renda Diferencial pode ser Renda Diferencial 1 ou Renda Diferencial 2, a primeira resulta da aplicação de igual quantidade de recursos em terras com características diferenciadas, a segunda ocorre quando os recursos aplicados variam em quantidade;

III - Renda de Monopólio – está ligada à ideia de raridade, em outros termos, a terra possui características únicas que lhe conferem o monopólio em relação a elas. Pode estar relacionada à sua localização ou a atributos especiais. Depende dos níveis

de concorrência do mercado imobiliário, da qualidade da mercadoria e da capacidade de pagamento dos consumidores. (Singer, 1979, pág. 28).

Segundo Costa (1983, p.38-39), dentre os elementos que atuam na definição e diferenciação do preço da terra, o principal deles é o que envolve significados sociais e ideológicos que identificam uma determinada área com uma classe social, processo estreitamente relacionado à renda diferencial do solo urbano. A renda diferencial apresenta peculiaridades conforme o tipo de consumidor:

A renda diferencial é paga pelas empresas tendo em vista o superlucro que cada localização específica lhe proporciona. A renda paga pelos indivíduos depende da sua quantidade, da repartição da renda pessoal e de necessidades míticas que a própria promoção imobiliária cria. (Singer, 1979, p. 28).

Considerando, portanto, que os espaços de participação refletem essa dinâmica de interesses, os licenciamentos urbanísticos se inserem num contexto de disputa e, muitas vezes, tem seus pressupostos de tratamento dos impactos e qualificação urbanos capturado pela lógica da mercantilização dos espaços urbanos, num processo de modernização ecológica como observado por Costa (2006) nos processos de implantação de loteamentos exclusivos no eixo sul da RMBH:

A partir das relações sempre presentes entre Estado e mercado, observa-se que tanto estado como capital imobiliário vem incorporando valores e práticas ecológicas e ambientais, pelo que se depreende do contexto empírico estudado: o capital imobiliário/fundiário incorpora tal modernização, por um lado premido pela regulação estatal, por outro pela capacidade de mercantilizar o valor de uso exigido pela regulação em valor de troca, ou ainda, de se apropriar das rendas diferenciais e de monopólio garantidas pela valorização ambiental em suas muitas formas, assim como pela simples valorização simbólica da natureza metamorfoseada em qualidade de vida e sonho de consumo de uma habitação exclusiva e diferenciada. (Costa, 2006, p.120)

## 2.5 Sobre o meio ambiente urbano

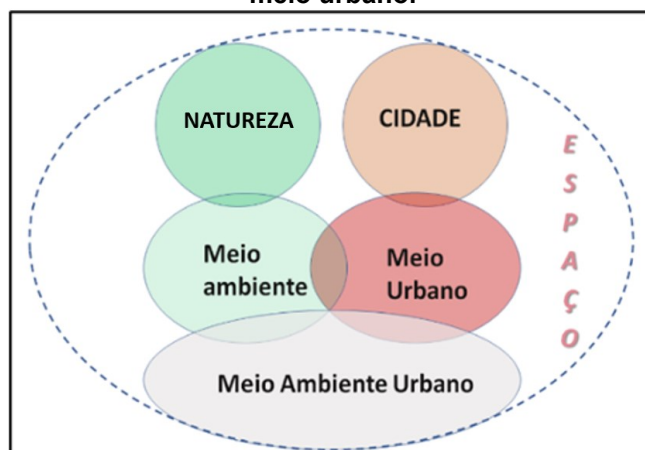
Heloisa Costa e Geraldo Costa (2005) pontuam que há uma pluralidade de abordagens no espectro político-ideológico e uma relativa ambiguidade nos conceitos de desenvolvimento sustentável, bem como nos discursos ambientais. Podem ser identificadas, portanto, inúmeras correntes de pensamento que vão da ecologia profunda, explicitamente antiurbana, àquelas que enfatizam a “noção de internalização da natureza pelo capital como elemento essencial para a reprodução do capitalismo da atualidade”. (Costa G.; Costa, H., p.377)

Ainda no campo conceitual, R. Bryant e S. Bailey (1997) lembram que o embate ecológico não está apenas relacionado ao controle sobre práticas materiais, mas também, está ligado à tentativa de regular as ideias, bem como à constatação de que apesar das relações assimétricas entre os atores envolvidos, há sempre a possibilidade de atuação, pois não há um ator que consiga controlar, simultaneamente e absolutamente, todos os demais e nem todas as variáveis envolvidas.

Dentre as múltiplas formas de se aproximar da questão ambiental, destaca-se a Ecologia Política que propõe a “(...) reflexão sobre as relações natureza-sociedade, as causas da degradação ambiental e a necessidade de repensar o próprio conceito de desenvolvimento.” (Costa, 2008b, p.85). Nesse sentido, vale salientar as reflexões presentes em Heynen, Kaika e Swyngedouw (2006).

De acordo com os autores, a ideia de que o meio ambiente urbano configurava um oxímoro está sendo, gradualmente, suplantada pelo entendimento que o urbano e o natural se encontram, inexoravelmente, associados. Assim, no mundo contemporâneo - ocidental e capitalista, o espaço está imerso em um duplo movimento de condensação/dispersão, explosão/implosão (Lefebvre, 1991) que pode ser identificado nos conceitos de urbanização extensiva trabalhado por Monte-Mór e de urbanização-*cyborg* apresentada por Swyngedouw (Costa, 2008a). (Figura 3)

**Figura 3 - Visão esquemática do processo histórico de fusão conceitual entre meio ambiente e meio urbano.**



Elaborado pela autora

Tal processo de fusão não apenas influencia as práticas socioespaciais, mas também explicita relações assimétricas de poder em que o “natural” é apropriado e instrumentalizado seja como mercadoria, seja como discurso. Nesse contexto, não se

consegue mais distinguir os problemas ambientais da produção do urbano, de modo geral, e da estrutura interurbana, de modo particular. Segundo Heloisa Costa:

A partir de meados do século passado, o campo da ecologia política surgiu trazendo a análise crítica das formas e custos de apropriação da natureza como um elemento central para a compreensão do desenvolvimento capitalista. Se num primeiro momento o debate opunha ambientalistas e desenvolvimentistas, com forte participação da demografia, logo a seguir a percepção de limites na natureza, a noção de escassez, os custos crescentes associados à poluição industrial, entre outros fatores, contribuíram para que a questão ambiental fosse internalizada por vários agentes sociais, entre os quais setores do capital industrial e o Estado, por meio de processos de regulação ambiental. Este processo, geralmente conhecido por modernização ecológica (Harvey, 1996)<sup>31</sup>, teve o mérito de incorporar alguns parâmetros ambientais aos processos produtivos e às políticas públicas e privadas. Ao se institucionalizar, porém, o processo perde a radicalidade dos primeiros movimentos então pautados na crítica à modernidade capitalista e à sociedade urbano-industrial em geral. Nas últimas décadas, ganha força um movimento de re-politização da ecologia política, fundamentada por princípios de justiça socioambiental e de reconhecimento dos conflitos socioambientais como uma instância privilegiada de luta contra a desigualdade na apropriação social da riqueza e do conhecimento (Costa, 2012, p. 105)

No esforço de análise crítica desse momento, tornam-se pertinentes as questões elencadas por Heynen, Kaika e Swyngedouw (2006, p.11-12)<sup>32</sup>:

- 1- Mudanças ambientais e sociais se determinam mutuamente;
- 2- o mundo urbano é um mundo *cyborg* – natural/social, técnico/cultural sem definições inequívocas de fronteiras, centros ou margens, pois

Não há nada 'puramente' social ou natural na cidade, e ainda, menos antissocial ou antinatural; a cidade é, ao mesmo tempo natural e social, real e fictícia. Na cidade, sociedade e natureza, representação e ser são inseparáveis, mutuamente integrados, infinitamente ligados e simultâneos; essa coisa híbrida socio-natural chamada cidade é cheia de contradições, tensões e conflitos. (Swyngedouw, 2001, p. 100)

- 3- as mudanças físicas e ambientais dependem e refletem as específicas condições histórica, social, cultural, política, econômica de um contexto;
- 4- a circulação e o metabolismo dos componentes físicos, químicos ou biológicos são inerentes aos processos socioespaciais;

<sup>31</sup> HARVEY, David. **Justice, nature and the geography of difference**. Blackwell Publishers, 1996.

<sup>32</sup> No texto em referência, as questões elencadas são apresentadas como princípios da Ecologia Política, que pode ser considerada como importante instrumental e como episteme cujo objeto é o processo da produção da socionatureza, relacionada à aproximação entre pensamento ecológico, economia política, estudos urbanos, teoria crítica social e cultural.



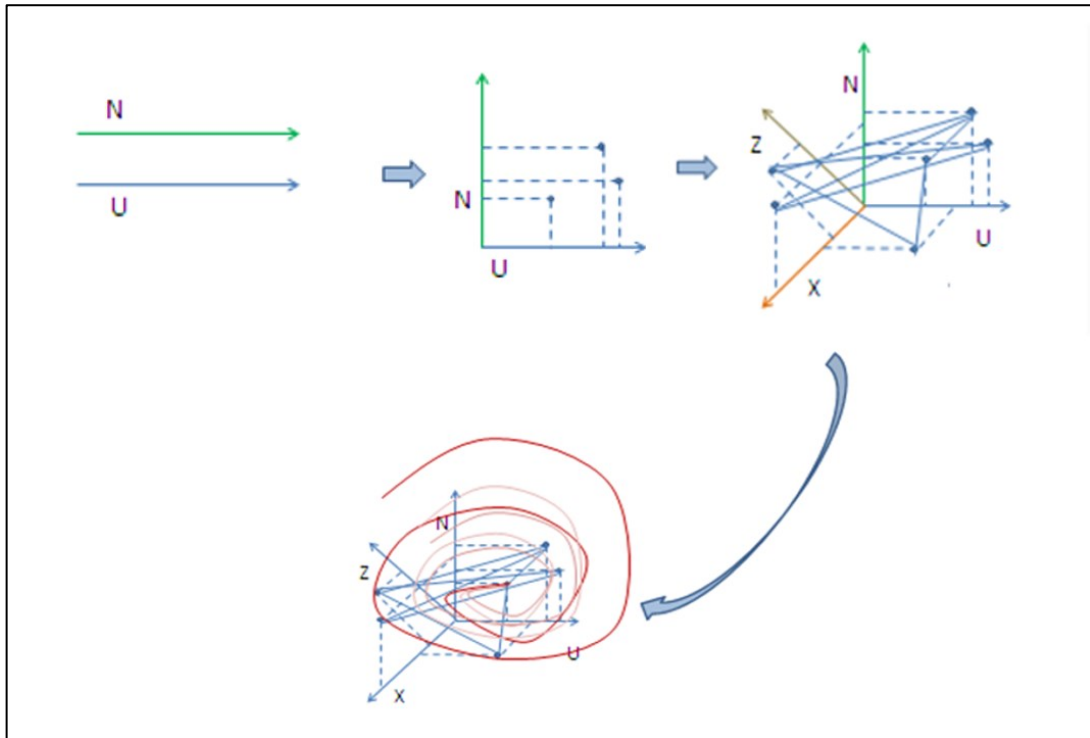
- 5- metabolismos socioambientais engendram distintas e desiguais condições sociais e ambientais;
- 6- processos de mudanças metabólicas nunca são neutras tanto social quanto ecologicamente;
- 7- as relações sociais de poder através das quais ocorrem os processos metabólicos de circulação são particularmente importantes, configurando geometrias de poder;
- 8- questões afetas a sustentabilidade socioambiental são fundamentalmente questões políticas – a tendência de confluência entre as políticas de controle ambiental e de controle urbano pode ser um reflexo desse entendimento;
- 9- transformações ambientais são dependentes das lutas de classes, gêneros, étnicas e outras;
- 10- sustentabilidade socioambiental apenas pode ser alcançada por meio da reconstrução dos processos socioambientais organizados e democraticamente controlados com a identificação de estratégias através das quais se alcance distribuição mais equitativa de poder e processos mais inclusivos de produção

Nascida de uma aparente dicotomia, a convergência das análises urbana e ambiental tem o potencial de abarcar a complexidade e multiplicidade dos processos envolvidos na produção do espaço *cyborg*. De início, o urbano e o natural eram vistos como realidades distintas e antagônicas, semelhantes a retas paralelas em constante oposição. Ao longo do tempo, essa ideia foi adaptada para uma abordagem matricial em que sua relação comporia cenários a serem avaliados e enfrentados. A essa matriz foram incorporadas novas variáveis e escalas que indicaram uma aproximação às redes multidimensionais em que os processos são múltiplos, simultâneos e interdependentes. Estaríamos, agora, num momento em que as redes se implodiriam em fractais? A aproximação analítica poderia se dar em movimentos transescalares em que, qualquer que seja o ponto focal seria possível identificar a lógica basilar (pensar globalmente e agir localmente, por exemplo)? (Figura 4)<sup>33</sup>

---

<sup>33</sup> A Figura 4 foi influenciada pelas discussões ora apresentadas e pelos momentos expostos no Quadro 1.

**Figura 4 - Esquema histórico da forma como eram tratadas e analisadas as questões relacionadas à natureza e ao urbano**



Elaborado pela autora.

Legenda:

N=Natureza,

U=Urbano

N,Z, X...= variáveis constituintes do meio ambiente urbano

Seguindo esse norte, de busca por uma visão mais integradora, o EIV, como instrumento de política urbana, pode contribuir para a ampliação do enfoque sobre a estruturação urbana ao possibilitar o entendimento de que seu objeto está relacionado ao meio ambiente urbano (superando a aparente dicotomia entre natureza e cidade) e ao propiciar momentos de participação em que são articulados diferentes atores e interesses (nem sempre de modo transparente e geralmente de forma assimétrica).

### **3 ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA E SUA IMPLEMENTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE**

#### **3.1 Sobre o Estudo de Impacto de Vizinhaça**

Em 2001, após a promulgação do Estatuto da Cidade, a Câmara dos Deputados publicou um guia para sua implementação em que o EIV é apresentado como um instrumento de democratização da gestão urbana. Segundo o documento, apesar do Zoneamento Urbanístico ter a função de garantir aos cidadãos a proteção quanto aos usos incômodos, ele não tem a capacidade de mediar conflitos de vizinhança. E é nesse sentido, da mediação entre os interesses coletivos e privados, que foi proposto o Estudo de Impacto de Vizinhaça. (Brasil, 2001b, p. 199).

Em 2016, Schvarsberg, Martins e Cavalcanti organizaram um importante material de apoio aos municípios com orientações para a implementação do EIV, destacando que:

O Estudo de Impacto de Vizinhaça tem o intuito de analisar e informar previamente à gestão municipal quanto às repercussões da implantação de empreendimentos e atividades impactantes, privadas ou públicas, em áreas urbanas, a partir da ótica da harmonia entre os interesses particulares e o interesse da coletividade de modo a:

- a) evitar desequilíbrios no crescimento das cidades;
- b) garantir condições mínimas de qualidade urbana; e
- c) zelar pela ordem urbanística e pelo uso socialmente justo e ambientalmente equilibrado dos espaços urbanos.

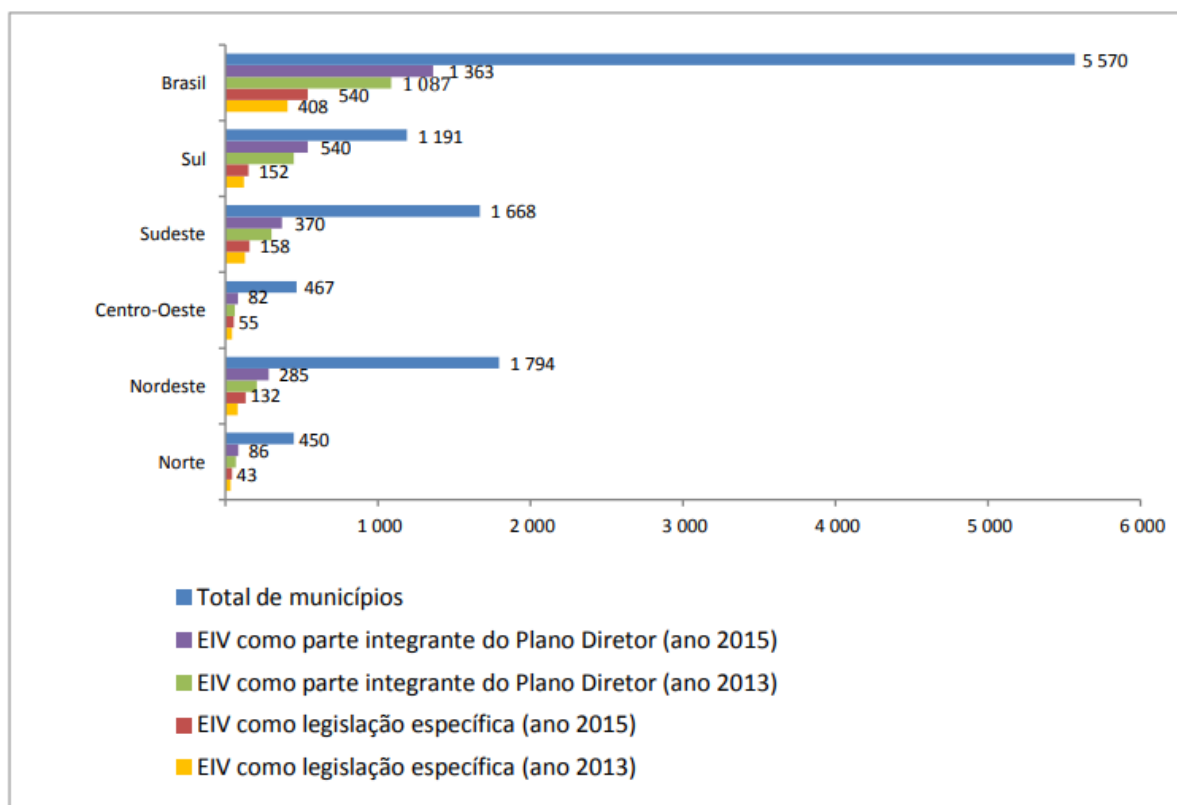
Sob a ótica da mitigação de impactos e do controle social, o EIV deve funcionar como uma ferramenta de apoio ao processo de licenciamento urbanístico, oferecendo subsídios ao poder público para decidir sobre a concessão da licença ou condicioná-la à implantação de medidas compensatórias. (Schvarsberg; Martins; Cavalcanti, 2016, p.13)

Os autores enfatizam que há dois conceitos fundamentais para aplicação do instrumento: impacto e vizinhança. De modo geral, toda atividade gera algum tipo de alteração no contexto em que se insere, mas, para fins do EIV, devem ser considerados os impactos que afetam a qualidade de vida da população urbana causando incomodidade significativa. Com relação à vizinhança, indicam que deve ser considerado o conjunto de pessoas, edifícios e atividades inserido no território que sofrerá os efeitos dos empreendimentos (Schvarsberg; Martins; Cavalcanti, 2016, p.13-14).

Segundo Cassiano e Peres (2017)<sup>34</sup>, tem havido uma crescente presença do EIV nos instrumentos normativos municipais (Gráfico 1), o que não significa, necessariamente, efetiva implementação:

O que pode ser verificado é que trata-se ainda de um instrumento em consolidação, mas de crescente interesse e aplicação por parte dos municípios. Se considerarmos aqueles municípios com mais de 20 mil habitantes (com obrigação legal de elaborar seus planos diretores) temos um total de 1.103 municípios com legislação de EIV, equivalendo a 63,3% do total deste universo. Contudo, ainda que a tendência histórica apresente uma evolução temporal em termos quantitativos, ainda há muito que aperfeiçoar nos aspectos de regulamentação do EIV, sobretudo no que diz respeito às competências e etapas do processo administrativo, ao detalhamento do seu escopo e conteúdo e às instâncias de participação e democratização social. (Cassiano; Peres, 2017, p. 10)

**Gráfico 1 – Quantidade de municípios brasileiros que apresentam EIV em suas normas 2013/2015.**



Fonte: (Cassiano; Peres, 2017, p. 9)

Araújo e Campante (2017) avaliaram, a partir da análise da implementação do EIV em Belo Horizonte bem como dos dados afetos aos licenciamentos urbanísticos conduzidos no período de 2011 a outubro de 2016, os desafios e potencialidades do

<sup>34</sup> Cassiano e Peres (2017) também discutem as relações entre o EIV e o EIA, apresentando importantes painéis afetos às confluências entre os estudos bem como aos seus componentes.

instrumento para a “promoção do equilíbrio das funções urbanas em benefício da coletividade”, os autores ressaltam que

Os casos de indeferimento de licenças urbanísticas a projetos submetidos a EIV ilustram ainda sua importante função na explicitação de conflitos, permitindo que a articulação dos grupos de interesses se dê na esfera pública em oposição à tradicional aprovação de empreendimentos e atividades que impactam a coletividade por meio apenas de procedimentos burocráticos a portas fechadas.

Por outro lado, observa-se também que os maiores gargalos continuam a ser associados à ainda limitada participação popular, às dificuldades de integração intersetorial das análises e à burocratização excessiva dos processos de aprovação, além da precária fiscalização e falta de acompanhamento das medidas adotadas pós licenciamento, dificultando a avaliação dos resultados e o monitoramento de efeitos cumulativos. (Araújo, Campante, 2017, p.19)

Merícia (2018) se dedicou à implementação do EIV na RMBH e definiu como objeto os municípios de BH, Contagem e Betim. Salientou as dificuldades de implementação afetas tanto a parâmetros norteadores e procedimentos quanto à própria capacidade institucional dos municípios. Nesse sentido, considerando os três municípios destacados, pontua a possibilidade de integração entre os licenciamentos urbanísticos e ambientais dentro de um contexto de gestão plena.

Araújo, Oliveira e Silva (2019) também avaliaram a aplicação do EIV na RMBH identificando uma tendência de fragilização do mesmo como instrumento de planejamento urbano motivada tanto pela adoção do EIV “como suporte para a definição de contrapartidas direcionadas ao financiamento da infraestrutura viária e de equipamentos públicos para atender a demanda dos novos empreendimentos” quanto pela “adoção de medidas de caráter adaptativo aplicadas à estrutura urbana em detrimento de medidas mitigadoras vinculadas à concepção dos empreendimentos ou adoção de soluções que minimizem os impactos dos empreendimentos na vizinhança” (Araújo; Oliveira; Silva, 2019 p. 16-17)

Abreu e Peres (2021) mapearam a produção acadêmica afeta ao EIV e discutiram as possíveis articulações entre os licenciamentos urbanístico e ambiental. Identificaram que, apesar de não ser muito significativa em termos quantitativos, o EIV vem se consolidando ao longo dos últimos anos, especialmente após os marcos constituídos pela publicação do EC e pela Campanha Nacional de Revisão de Planos Diretores Municipais (Abreu; Peres, 2021, p. 10). Ressaltam que o artigo

[...] procurou abordar um aspecto essencial, porém pouco explorado nas políticas públicas brasileiras: a integração entre instrumentos de gestão. Falar da integração de instrumentos, em especial do Estudo de Impacto de Vizinhança e do Licenciamento Ambiental Municipal, pressupõe discutir aperfeiçoamentos de ordem técnica, mas também, evoluir em questões político administrativas. Apesar de apontarem a aproximação das políticas urbana e ambiental como uma demanda urgente, poucos trabalhos levantados na RBS apresentaram propostas para a integração desses instrumentos. (Abreu; Peres, 2021, p. 25)

Nesse sentido, buscando contribuir para a discussão sobre a implementação do EIV e possíveis articulações das políticas setoriais, serão desenvolvidas as próximas seções.

### 3.2 A implementação do EIV em Belo Horizonte

Com relação à regulamentação do licenciamento de empreendimentos de impacto no município, há alguns marcos a serem considerados. A Lei 7165/96 (PD/96) já previa a necessidade de definir e disciplinar, em legislação específica, as obras e as atividades causadoras de impacto ambiental, em relação às quais deveriam ser adotados procedimentos especiais para efeito de licenciamento. Assim sendo, foi promulgada a Lei 7277/97 de 17 de janeiro de 1997 que instituiu o licenciamento ambiental no município e definiu os empreendimentos de impacto ambiental sujeitos ao Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e ao Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Iniciou-se, então, a experiência do município nos procedimentos de análise e licenciamento de empreendimentos sob a ótica de estudos específicos.

#### 3.2.1 Licenciamento ambiental – dezembro de 1985 a julho de 2010

Em Belo Horizonte, a gestão ambiental<sup>35</sup> no tocante a instrumentos de controle de impactos, teve como marco inicial a Lei 4253/85 de 04 de dezembro de 1985 que dispunha sobre a política de proteção e conservação do meio ambiente e da melhoria da qualidade de vida no município. A lei criava o Conselho Municipal do Meio Ambiente (COMAM)<sup>36</sup> e definia as competências da Secretaria Municipal de Meio

---

<sup>35</sup> O Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA prevê a municipalização da gestão ambiental desde que devidamente regulamentada em nível local.

<sup>36</sup> O COMAM é um órgão colegiado que era, então, composto por cinco representantes do executivo municipal, um da Câmara Municipal de BH (CMBH), quatro de setores técnicos, dois do setor empresarial, dois do setor civil,

Ambiente (SMMA), criada em 1983, dentre as quais se destacava a de exercer ação fiscalizadora e o poder de polícia em casos de infração das normas de proteção ambiental. Definia, também, que as fontes poluidoras, quando da sua construção, instalação, ampliação e funcionamento, deveriam submeter-se a parecer prévio da SMMA, ocasião em que seriam avaliados seus impactos sobre o meio ambiente.

O licenciamento de empreendimentos de impacto em BH, como dito anteriormente, foi instituído pela Lei 7277/97. Naquela ocasião, a cidade convivia com duas novidades. No tocante à regulação urbana, a vigência das Leis 7165/96 e 7166/96 respectivamente Plano Diretor (PD/96) e Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo (LPOUS). E no que se refere à regulação ambiental, era criada uma modalidade específica de licenciamento que rebatia no território municipal regulamentações adotadas nos níveis federal e estadual.

A Lei 7277/97 definia como empreendimentos de impacto aqueles, públicos ou privados, que poderiam sobrecarregar a infraestrutura urbana ou ter repercussão ambiental significativa. Determinava, também, que a construção, a ampliação, a instalação e o funcionamento deles estavam vinculados à prévia obtenção do licenciamento ambiental: “Art. 11 – Os órgãos da administração municipal somente aprovarão projeto de implantação ou ampliação de atividades sujeitas à Licença Ambiental após a expedição da mesma, sob pena de responsabilidade administrativa e nulidade dos seus atos.” (Belo Horizonte, 1997)

Até então, para emissão de alvarás de construção, era apenas o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (CDPCM-BH) que deveria ser consultado em caso de inserção do empreendimento em políticas de proteção cultural.<sup>37</sup> O início dos procedimentos afetos ao licenciamento ambiental significou, no âmbito da secretaria de regulação urbana, o aumento do tensionamento com os empreendedores da construção civil.<sup>38</sup> Com a nova modalidade, havia a

---

um do governo estadual (e respectivos suplentes). Tem atribuições consultivas e deliberativas sendo responsável pela decisão quanto à concessão da licença ambiental.

<sup>37</sup> A precariedade na articulação entre os dados e informações dos órgãos de proteção do patrimônio cultural e de regulação urbanística criava um contexto de insegurança para a aprovação de projetos de edificação. Essa fragilidade de interlocução gerava situações de grande desgaste nas equipes técnicas. No início da década de 1990, por exemplo, houve abertura de um processo criminal por autorização de demolição de imóvel protegido, equívoco gerado justamente por falha nessa integração.

<sup>38</sup> O período de 1997 a 1999 foi especialmente tenso pois, na PBH, convivíamos com os novos regramentos da LPOUS, com o novo procedimento de licenciamento ambiental e ainda tínhamos um passivo de projetos a serem acompanhados pela antiga Lei de Uso e Ocupação do Solo. (Epaminondas, 2006)

necessidade de apresentação das devidas licenças ambientais, o que (na visão dos empreendedores) atrasava a emissão dos alvarás de construção.

Na ocasião, o artigo 2º da Lei 7277/97 listava os empreendimentos que deveriam se submeter ao licenciamento ambiental que podem ser sistematizados em função de sua inserção nas atividades urbanas: (Quadro 3)

**Quadro 3 – Tipos de empreendimentos sujeitos a licenciamento ambiental por categoria de enquadramento nos termos do artigo 2º da Lei 7277/97.**

Enquadramento	Lei 7277/96 - empreendimento de impacto ambiental
Ocupação	edifícios destinados a uso misto em que o somatório da razão entre o número de unidades residenciais e 150 e da razão entre a área da parte da edificação destinada ao uso não residencial e 6.000m² seja igual ou superior a 1
Ocupação	edifícios destinados a uso não residencial nos quais a área edificada seja superior a 6.000m²
Ocupação	edifícios destinados a uso residencial que tenham mais de 150 unidades
Infraestrutura	distritos e zonas industriais
Infraestrutura	estações de tratamento de esgotos sanitários
Infraestrutura	ferrovias, subterrâneas ou de superfície
Infraestrutura	linhas de transmissão de energia elétrica, acima de 230kv
Infraestrutura	obras para exploração de recursos hídricos, tais como barragens, canalizações, retificações de coleções de água, transposições de bacias e diques
Infraestrutura	oleodutos, gasodutos, minerodutos, troncos coletores e emissários de esgotos sanitários
Infraestrutura	terminais de minério, petróleo e produtos químicos
Infraestrutura	usina de asfalto
Infraestrutura	usinas de geração de eletricidade, qualquer que seja a fonte de energia primária, acima de 10mw
Infraestrutura	vias de tráfego de veículos com 2 (duas) ou mais faixas de rolamento
Parcelamento do solo	parcelamentos de solo vinculados, exceto os propostos para terrenos situados na ZEIS - Zona de Especial Interesse Social - com área total parcelada inferior a 10.000m²
Uso	aterros sanitários e usinas de reciclagem de resíduos sólidos
Uso	autódromos, hipódromos e estádios esportivos
Uso	cemitérios e necrotérios
Uso	matadouros e abatedouros
Uso	presídios
Uso	quartéis
Uso	terminais rodoviários, ferroviários e aviários

Elaborado pela autora. Fonte: Belo Horizonte (1997)

Importante ressaltar que era também indicado que novos empreendimentos poderiam ser enquadrados como sujeitos a licenciamento ambiental por Deliberações Normativas (DN) do COMAM. Esse foi o caso, por exemplo, dos postos de gasolina. Outro fato a se destacar foi a definição, posterior, do enquadramento como



empreendimento de impacto para os helipontos por meio da promulgação da Lei 9084/05 de 11 de maio de 2005.

O licenciamento ambiental promovido em Belo Horizonte seguia os modelos do licenciamento conduzido nas esferas federal e estadual aos quais é normativamente subordinado, sendo objeto de convênio autorizativo firmado entre as esferas estadual e municipal. Seguia, assim, o modelo de três licenças consecutivas: Licença Prévia, Licença de Implantação, Licença de Operação. De modo sintético<sup>39</sup>:

- Licença Prévia (LP): demanda os estudos mais detalhados, EIA e RIMA ou Relatório de Controle Ambiental (RCA) que subsidiam a avaliação da concepção do empreendimento e que conclui pela sua viabilidade e das condições para o prosseguimento da proposta;

- Licença de Implantação (LI): demanda Plano de Controle Ambiental (PCA), a verificação do cumprimento das condicionantes da LP, a definição de condicionantes para a Licença de Operação, pré-requisito para a obtenção de licenças urbanísticas tais como aprovação de projeto de parcelamento do solo e emissão de Alvará de Construção;

- Licença de Operação (LO): verificação do cumprimento das condicionantes da LI, definição das condições para a operação do empreendimento, pré-requisito para a obtenção de licença e certificações urbanísticas tais como Termo de recebimento de parcelamento do solo, Certidão de Baixa de Construção, Alvará de Localização e Funcionamento (ALF).

À cada licença (LP, LI, LO), correspondiam vários documentos e procedimentos<sup>40</sup> que podiam envolver órgãos tanto da PBH (meio ambiente, regulação urbana, mobilidade, obras públicas, limpeza urbana, patrimônio cultural, habitação) quanto estaduais e federais. Os procedimentos contemplavam, também, pesquisas de percepção sobre os potenciais impactos do empreendimento, junto a diferentes atores sociais na área de influência, ou seja, da vizinhança (frequentemente obrigatórias), audiências públicas (que nem sempre ocorrem), análise e deliberação

---

<sup>39</sup> Atualmente, há várias possibilidades de conjugação dessas licenças, inclusive licenciamentos mais simplificados, delegados pelo COMAM à SMMA. Extrapola o objetivo deste texto o detalhamento desses procedimentos. Para uma importante análise do licenciamento ambiental em Belo Horizonte na primeira década de sua implementação, ver Araújo (2009)

<sup>40</sup> Para um maior detalhamento dos procedimentos adotados, então, sugerimos consulta a Araújo (2009, p.70-71)

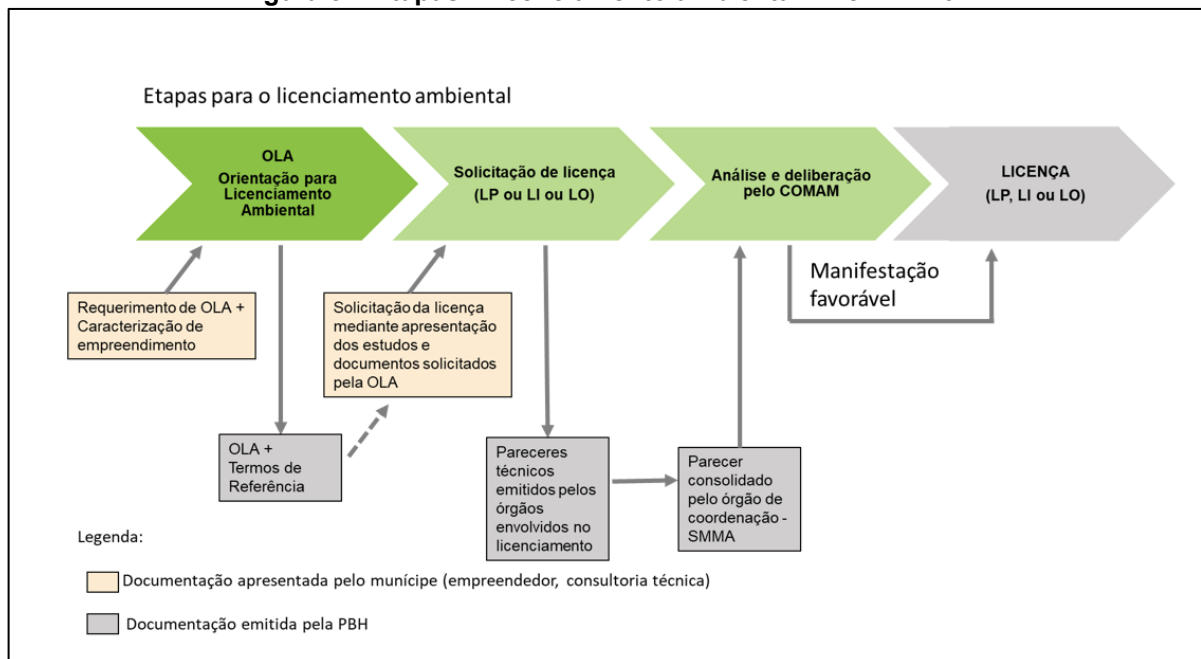
do órgão colegiado responsável pela decisão quanto à concessão da licença ao empreendimento.

Os procedimentos do licenciamento ambiental se iniciavam com a solicitação de Orientação para Licenciamento Ambiental (OLA), o requerimento era instruído com a caracterização do empreendimento (indicação da localização, porte, atividades pretendidas, áreas utilizada e construída, vagas de estacionamento, geração de resíduos entre outros).

Com base na caracterização, a OLA era emitida apresentando o enquadramento, a licença ambiental necessária, os termos de referência para a elaboração dos estudos e documentos a serem elaborados e os órgãos da PBH a serem envolvidos na análise do licenciamento.

O atendimento da OLA configurava a solicitação da licença ambiental. Caso os estudos fossem considerados satisfatórios pelos órgãos da PBH, o processo era encaminhado para análise e deliberação do COMAM quanto à possibilidade da concessão da licença e quanto à definição das condições para a efetivação do licenciamento (medidas mitigadoras, compensatórias, potencializadoras). Os procedimentos de então podem ser assim esquematizados:

**Figura 5 – Etapas – licenciamento ambiental – Lei 7277/97**



Elaborado pela autora.

Dada sua natureza multidisciplinar, o licenciamento de empreendimento de impacto ambiental demandava exame e manifestação de vários órgãos do executivo municipal. Os pareceres eram solicitados pelo munícipe (geralmente o consultor técnico coordenador dos estudos) diretamente aos setores o que gerava uma análise fragmentada e dessincronizada. Comumente, essa rotina implicava retrabalho e desgaste tanto para o empreendedor e sua consultoria técnica quanto para a administração local.

A fim de enfrentar essa situação, foi criado em 2002, no âmbito da municipalidade, um Grupo de Trabalho<sup>41</sup> - GT com técnicos representantes dos órgãos envolvidos no licenciamento ambiental. Esse grupo se encontrava semanalmente para discutir e tentar (frequentemente sem sucesso) compatibilizar as análises, procedimentos, prazos. Mesmo não tendo existência formalizada por norma específica, esse GT pode ser considerado o embrião de uma nova instância: a Comissão de Interface – CI instituída em 2011, como será explicado posteriormente.

Ao final de dez anos de licenciamento ambiental no município, havia a percepção de que existiam muitos desafios a serem enfrentados:

Outra consequência evidenciada pela pesquisa empírica também associada à crescente sofisticação dos procedimentos de licenciamento ambiental refere-se à “reputação” a ele atribuída como um processo caro, mas principalmente demorado, penalizando tanto empreendedores quanto à máquina estatal com procedimentos burocráticos sofisticados e produção de muita informação que não é sequer sistematizada. Estas razões, dentre outras, explicam as tentativas observadas de “fuga” do respectivo enquadramento legal e pressões de agentes públicos e privados no sentido da sua simplificação. Dentre as propostas cogitadas, destaque foi conferido às discussões acerca da possível regulamentação do Estudo de Impacto de Vizinhança pelo Município de Belo Horizonte, com o objetivo de criar um licenciamento urbanístico, para empreendimentos de menor porte, restringindo ainda mais as categorias de atividades objeto de licenciamento ambiental. A este respeito, disputas internas entre órgãos setoriais da própria administração evidenciam os riscos de agravamento da compartimentação da análise de impactos urbanísticos e ambientais, sendo um dos principais méritos constatados na prática de licenciamento ambiental a busca de uma análise integrada de impactos no meio ambiente urbano. Parece importante, entretanto, como se depreende das entrevistas realizadas, adequar a abrangência dos estudos e a modalidade de licenciamento à complexidade, abrangência e magnitude dos impactos potencialmente provocados pelos empreendimentos, buscando-se ao mesmo tempo maior integração entre os diversos órgãos participantes e a uma participação mais abrangente da sociedade em geral. (Araújo, 2009, p. 177)

---

<sup>41</sup> Particpei da criação do GT em que atuei até 2005. A formação do grupo de trabalho foi facilitada pelo fato de os órgãos participantes estarem subordinados a uma mesma secretaria de coordenação, responsável, então, pelas políticas urbanas no município. O grupo foi criado por iniciativa dos próprios técnicos, muitos ocupando funções gerenciais, com a concordância dos respectivos secretários. Não houve sua formalização por meio de Portaria ou Decreto.

### 3.2.2 Licenciamento urbanístico por EIV – janeiro de 2005 a julho de 2010

Instituído em 2001 pelo EC, o EIV foi inicialmente implementado em BH na regulamentação da Área de Diretrizes Especiais<sup>42</sup> (ADE) da Pampulha pela Lei 9037/05 de 14 de janeiro de 2005. Em 27 de agosto de 2008, o Decreto 13276/08 definiu os procedimentos para a elaboração do estudo para os casos previstos na Lei de 2005. Esse Decreto continha um formulário a ser preenchido pelo responsável técnico e que era tanto o termo de referência quanto, ao ser preenchido, o próprio EIV, buscando abarcar os requisitos mínimos determinados pelo EC. Nesse formulário, existia um último quadro em que deveriam ser indicados os impactos, seus tratamentos e os prazos para suas consecuições. (Figura 6)

**Figura 6 - Quadro síntese de impactos X medidas de controle determinado pelo Decreto 13276/08**

4 – IMPACTOS NA VIZINHANÇA E MEDIDAS DE CONTROLE INDICADAS			
4.1 - Considerando as respostas anteriores, descreva os impactos gerados pelo empreendimento na vizinhança e indique medidas mitigadoras e/ou compensatórias desses impactos. Definir o prazo para implantação de tais medidas.			
QUADRO SÍNTESE:			
Impacto(s) Potencial(ais)	Medida Mitigadora Indicada	Medida Compensatória Indicada	Prazo de implantação da medida

Fonte: Belo Horizonte (2008).

Contudo, a aplicação do EIV segundo essas normas não foi significativa pois, além de ser pertinente a situações bem específicas eram previstos procedimentos bastante burocráticos, tendo havido apenas quatro processos de 2008 a 2010 (Merícia, 2018, p.198).

<sup>42</sup> As ADEs foram criadas a partir da LPOUS e referem-se a áreas que, por suas peculiaridades, demandam parâmetros de controle urbanístico diferenciados. A Lei 9037/05 instituiu o plano de ação - Programa de Recuperação e Desenvolvimento Ambiental da Bacia da Pampulha - PROPAM - em Belo Horizonte, e regulamentou as ADEs da Bacia da Pampulha, da Pampulha e Trevo, em conformidade com as Leis nº 7165/96 e 7166/96.

Além disso, deve-se destacar a promulgação da Lei 9074/05 em 18 de janeiro de 2005, tal norma tratava da regularização de parcelamento do solo e de edificações comprovadamente existentes na data de sua publicação. Apesar de sua importância no sentido de possibilitar a regularização de caráter social e pública, bem como de imóveis que não atendiam aos parâmetros urbanísticos definidos pelos PD e LPOUS, ela criava uma flexibilização frente aos licenciamentos de empreendimento de impacto ao definir em seus artigos 5º e 15 que, para fins de utilização de seus dispositivos, tanto a edificação quanto o parcelamento do solo não se configuravam como empreendimento de impacto.

Cabe ressaltar que a Lei 9074/05 encontra-se em vigor tendo sido atualizada pela Lei 11181/19 (PD/19), desse modo, os artigos citados permanecem, sendo 9 de agosto de 2019 a nova data a ser considerada para a comprovação da existência dos imóveis.<sup>43</sup> As edificações e os parcelamentos do solo que fazem jus à aplicação da Lei 9074/05 podem ser regularizados sem a necessidade de licenciamento ambiental ou de EIV, ficando sujeitas ao licenciamento específico somente as atividades consideradas como de impacto.

### 3.2.3 Licenciamento urbanístico por EIV – julho de 2010 a agosto de 2019

Em Belo Horizonte, o EIV somente teve sua aplicação fortalecida com a publicação da Lei 9959/10 de 20 de julho de 2010 que alterou o PD/96 e a LPOUS vigentes. Seguindo a Lei de 2010, a LPOUS passou a ter os seguintes artigos:

Art. 73 - Empreendimentos de impacto são aqueles, públicos ou privados, que venham a sobrecarregar a infraestrutura urbana ou a ter repercussão ambiental significativa.

Art. 74 - A instalação, a construção, a ampliação ou o funcionamento dos empreendimentos de impacto, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis, ficam sujeitos a:

I - licenciamento ambiental pelo COMAM, nos termos da legislação específica, nos casos em que o empreendimento implique repercussões ambientais significativas;

II - licenciamento urbanístico pelo COMPUR, nos casos em que o empreendimento implique repercussões preponderantemente urbanísticas. (Belo Horizonte, 1996b alterada por Belo Horizonte, 2010)

---

<sup>43</sup> Com algumas exceções, como no caso de imóveis inseridos em conjunto de proteção cultural, nessa situação, deve ser considerada a data em que foi instituída a proteção.

As tipologias sujeitas a licenciamento ambiental foram determinadas e alteradas como exposto nos Quadros 4 e 5 a seguir:

**Quadro 4 - Tipos de empreendimentos sujeitos a licenciamento ambiental por categoria de enquadramento conforme Lei 7166/96 alterada pela Lei 9959/10**

<b>Enquadramento</b>	<b>Lei 7166/96 alt. Lei 9959/10 - empreendimento de impacto ambiental</b>
Infraestrutura	estações de tratamento de água
Infraestrutura	estações de tratamento de esgotos sanitários
Infraestrutura	ferrovias, subterrâneas ou de superfície
Infraestrutura	interceptores de esgoto
Infraestrutura	intervenções em corpos d'água - tais como barragens, canalizações, retificações de coleções de água - e em diques
Infraestrutura	linhas de transmissão de energia elétrica, acima de 230 kV
Infraestrutura	obras de arte compreendidas por viadutos, túneis e trincheiras
Infraestrutura	terminais de minério, de produtos químicos e petroquímicos
Infraestrutura	usina de asfalto
Infraestrutura	usinas de geração de eletricidade, qualquer que seja a fonte de energia primária, acima 10 MW
Infraestrutura	barragens para contenção de rejeitos ou resíduos
Infraestrutura	oleodutos, gasodutos, minerodutos
Parcelamento do solo	loteamentos
Parcelamento do solo	parcelamentos destinados a uso industrial
Uso	aterros sanitários e usinas de reciclagem de resíduos sólidos e estação de transbordo de resíduos
Uso	autódromos, hipódromos e estádios esportivos
Uso	cemitérios e crematórios
Uso	estabelecimentos prisionais
Uso	extração ou tratamento de minerais
Uso	garagem de empresas de transporte de passageiros e de cargas
Uso	hospitais
Uso	indústrias com repercussão ambiental significativa
Uso	matadouros e abatedouros
Uso	postos de abastecimento de veículos e de revenda de combustíveis
Uso	terminais rodoviários, ferroviários e aeroviários
Uso	unidades de incineração de resíduos
Outro	tipologias de atividades e empreendimentos arrolados pelo Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM -, como modificadoras do meio ambiente, sujeitas ao licenciamento ambiental ou à autorização ambiental de funcionamento

Elaborado pela autora. Fonte: Belo Horizonte (1996b; 2010)

**Quadro 5 – Alterações nos enquadramentos de licenciamento ambiental (Lei 7277/97 X Lei 7166/96 alterada pela Lei 9959/10)**

Enquadramento	Lei 7227/96 - empreendimento de impacto ambiental
Ocupação	edifícios destinados a uso misto em que o somatório da razão entre o número de unidades residenciais e 150 e da razão entre a área da parte da edificação destinada ao uso não residencial e 6.000m <sup>2</sup> seja igual ou superior a 1
Ocupação	edifícios destinados a uso não residencial nos quais a área edificada seja superior a 6.000m <sup>2</sup>
Ocupação	edifícios destinados a uso residencial que tenham mais de 150 unidades
Infraestrutura	distritos e zonas industriais
Infraestrutura	estações de tratamento de esgotos sanitários
Infraestrutura	ferrovias, subterrâneas ou de superfície
Infraestrutura	linhas de transmissão de energia elétrica, acima de 230kv
Infraestrutura	obras para exploração de recursos hídricos, tais como barragens, canalizações, retificações de coleções de água, transposições de bacias e diques
Infraestrutura	oleodutos, gasodutos, minerodutos, troncos coletores e emissários de esgotos sanitários
Infraestrutura	terminais de minério, petróleo e produtos químicos
Infraestrutura	usina de asfalto
Infraestrutura	usinas de geração de eletricidade, qualquer que seja a fonte de energia primária, acima de 10mw
Infraestrutura	vias de tráfego de veículos com 2 (duas) ou mais faixas de rolamento
Parcelamento do solo	parcelamentos de solo vinculados, exceto os propostos para terrenos situados na ZEIS - Zona de Especial Interesse Social - com área total parcelada inferior a 10.000m <sup>2</sup>
Uso	aterros sanitários e usinas de reciclagem de resíduos sólidos
Uso	autódromos, hipódromos e estádios esportivos
Uso	cemitérios e necrotérios
Uso	matadouros e abatedouros
Uso	presídios
Uso	quartéis
Uso	terminais rodoviários, ferroviários e aeroviários
Legenda: Considerando alterações pela Lei 7166/96 alterada pela Lei 9959/10	
	Mantido como de impacto ambiental
	Passou a ser empreendimento de impacto urbanístico
	Deixou de ser empreendimento de impacto

Elaborado pela autora. Fonte: Belo Horizonte (1996b; 1997, 2010)

Em consonância com o disposto no EC foi indicado que, em caso de necessidade de duplo licenciamento (ambiental e urbanístico por EIV), os estudos de vizinhança seriam incorporados ao licenciamento ambiental. Sobre esse último, houve a redefinição dos empreendimentos sujeitos ao licenciamento específico, com a inclusão de novas tipologias e a transferência de alguns, com adaptações, para o licenciamento urbanístico, especialmente aqueles relacionados a enquadramentos de ocupação (Quadro 6).

**Quadro 6 - Tipos de empreendimentos sujeitos a licenciamento urbanístico por categoria de enquadramento conforme Lei 7166/96 alterada pela Lei 9959/2010**

<b>Enquadramento</b>	<b>Lei 9959/10 (alt. Leis 7166/96 e 7166/97) - Licenciamento urbanístico por EIV</b>	<b>Tipo Licenciamento</b>
Ocupação	edifícios não residenciais com área de estacionamento maior que 10.000 m <sup>2</sup> ou com mais de 400 vagas	empreendimento de impacto urbanístico
Ocupação	edifícios destinados a uso residencial que tenham mais de 300 unidades	empreendimento de impacto urbanístico
Ocupação	edifícios destinados a uso misto com mais de 20.000 m <sup>2</sup>	empreendimento de impacto urbanístico
Uso	destinados a serviço de uso coletivo com área maior que 6.000 m <sup>2</sup>	empreendimento de impacto urbanístico
Uso	casas de show, independentemente da área utilizada	empreendimento de impacto urbanístico
Uso	centro de convenções, independentemente da área utilizada	empreendimento de impacto urbanístico
Uso	casa de festas e eventos com área utilizada superior a 360 m <sup>2</sup> (trezentos e sessenta metros quadrados)	empreendimento de impacto urbanístico
Uso	hipermercados com área utilizada igual ou superior a 5.000 m <sup>2</sup>	empreendimento de impacto urbanístico
Parcelamento	parcelamentos vinculados, na figura de desmembramento, que originem lote com área superior a 10.000 m <sup>2</sup> ou quarteirão com dimensão superior a 200 m	empreendimento de impacto urbanístico
Infraestrutura	as intervenções em áreas urbanas consolidadas, compreendidas por modificações geométricas significativas de conjunto de vias de tráfego de veículos	empreendimento de impacto urbanístico
Outro	helipontos	empreendimento de impacto urbanístico
Outro	outros empreendimentos sujeitos a EIV definidos por lei municipal	empreendimento de impacto urbanístico
Parcelamento	parcelamentos para condomínios com área entre 50.000 m <sup>2</sup> e 100.000 m <sup>2</sup>	empreendimento sujeito a EIV
Ocupação	flexibilização do número mínimo de vagas de estacionamento em empreendimentos não sujeitos ao EIV ou ao Licenciamento Ambiental pelo COMAM, a serem instalados em edificações já existentes até 27 de dezembro de 1996	empreendimento sujeito a EIV
Uso	escolas infantis e os estabelecimentos de ensino fundamental e médio lindeiros a vias arteriais	empreendimento sujeito a EIV
Uso	acesso de empreendimento por via de menor permissividade	empreendimento sujeito a EIV
Uso	alteração ou modificação de direito de permanência de uso, dentro dos limites dos parâmetros urbanísticos fixados pela Lei	empreendimento sujeito a EIV
Outro	operação urbana consorciada	empreendimento sujeito a EIV
Outro	empreendimento de impacto já instalado sujeito à convocação do COMPUR	empreendimento sujeito a EIV

Elaborado pela autora. Fonte: Belo Horizonte (1996b; 2010)



De acordo com a nova disposição, o EIV seria adotado nas seguintes situações:

- 1- como condição para viabilização de instrumento de política urbana, no caso da Operação Urbana Consorciada;
- 2- mediante convocação do COMPUR;
- 3- como condição para a adoção de parâmetros urbanísticos diferenciados por determinados empreendimentos, especialmente relacionados às vagas de estacionamento e à flexibilização na localização de usos (empreendimentos sujeitos ao EIV como indicado no Quadro 6);
- 4- como condição para a implantação e operação de empreendimentos classificados como de impacto urbanístico, nesse tocante, migraram do licenciamento municipal ambiental para o EIV especialmente aqueles empreendimentos que não eram previstos como de impacto na legislação ambiental estadual.

Com relação ao deslocamento de alguns empreendimentos do licenciamento ambiental para o urbanístico podemos pontuar:

A - em relação às atividades econômicas ficaram sujeitas a EIV aquelas atividades consideradas geradoras de maior impacto urbanístico (grandes atradoras de público e de veículos; geradoras de transtornos de vizinhança relacionados a ruídos e resíduos; como condição para a flexibilização na localização de atividades através da determinação de medidas de controle e mitigação dos incômodos);

B - quanto ao parcelamento do solo: ao limitar os enquadramentos a condomínios fechados e a parcelamentos vinculados na figura do desmembramento<sup>44</sup>, a lei restringiu o número de casos, pois os parcelamentos classificados como loteamentos (muitas vezes na modalidade vinculada) se mantiveram como de impacto ambiental, pois foi considerado o potencial poluidor da abertura de vias e da implantação de quadras;

---

<sup>44</sup> Segundo a Lei 7166/96:

Art. 15 - O parcelamento do solo urbano pode ser feito por meio de loteamento ou desmembramento.

§ 1º - Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação que implique a abertura, o prolongamento, a modificação ou a ampliação de vias de circulação ou de logradouros públicos.

§ 2º - Considera-se desmembramento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, que não implique a abertura de novas vias e logradouros públicos, nem o prolongamento, a modificação ou a ampliação dos existentes.

§ 3º - Para efeito da caracterização da modalidade de parcelamento do solo urbano, são consideradas vias públicas aquelas oficializadas ou pavimentadas pelo Poder Público.

§ 3º acrescentado pela Lei nº 8.137, de 21/12/2000 (Art. 47) (Belo Horizonte, 1996b)

C - com relação aos enquadramentos de empreendimentos de impacto afetos à ocupação para o licenciamento urbanístico, manteve-se a diferenciação quanto à destinação (uso residencial, não residencial e misto) mas houve um significativo aumento no porte a ser considerado:

- edificações residenciais: aumento de 100% (eram 150 unidades passaram a ser 300 unidades habitacionais);
- edificações de uso misto: alteração na forma de enquadramento, antes era feito um cálculo específico (ver Quadro 5), sob o novo regramento, houve simplificação combinada com o aumento da área total para 20.000m<sup>2</sup>;
- edificações não residenciais: aumento significativo da área considerada (passou de 6.000 m<sup>2</sup> para 20.000 m<sup>2</sup>) e inseriu um novo parâmetro relativo à área de estacionamento/número de vagas (10.000 m<sup>2</sup> ou 400 vagas). Na nova lei, seria de impacto o empreendimento que ultrapassasse qualquer desses limites (área total ou estacionamento) numa clara indicação da preocupação com a relação entre atração de veículos e impacto na mobilidade urbana.

Essa alteração de parâmetros nas tipologias por ocupação coadunou com o discurso do entrevistado representante da indústria da construção civil (Araújo, 2009b) que alegava que a Lei 7227/97 definia limites muito baixos para o enquadramento das edificações gerando a necessidade de um processo complexo de licenciamento de impacto e uma significativa morosidade na implantação dos empreendimentos. O aumento do limite para as unidades habitacionais no caso dos empreendimentos residenciais foi considerado positivo pelo representante da construção civil e pelo representante do setor popular ligado ao movimento pela moradia, como se pode depreender por Araújo (2009b). Se a construção civil seguiu a lógica de dar agilidade e economicidade aos processos, o setor popular argumentava que existia uma grande dificuldade em conciliar a necessidade de moradias com a preservação ambiental visto a intransigência das normas aplicadas nos licenciamentos ambientais. O Setor público, por seu turno, já considerava inadequado e muito alto o limite de 150 unidades vistos os impactos no trânsito e no adensamento construtivo e populacional causados por esses empreendimentos.

Outra discussão identificada nas manifestações de representantes do poder público era se haveria realmente a necessidade de se aplicar as duas modalidades

de licenciamento no município. Os representantes do órgão ambiental alegavam que o EIA já abarcava os impactos urbanísticos e que só se mudaria o local da discussão, do COMAM para o COMPUR, e apresentaram dúvidas se isso não criaria o risco de enfraquecer ainda mais a integração das políticas setoriais. De modo geral, pela análise das entrevistas conduzidas, então, não havia muita clareza do que seria o EIV e de quais os procedimentos seriam adotados, apesar de existir um certo entendimento de que seria o estudo mais adequado para os empreendimentos cujos impactos seriam preponderantemente urbanísticos e não de natureza poluidora ou de degradação ambiental (Araújo, 2009b).

Sobre esse debate, vale ressaltar as manifestações colhidas nas entrevistas conduzidas pela autora. Segundo o entrevistado P4, a proposição de duas modalidades de licenciamento vinculadas a dois Conselhos distintos refletiu uma luta política em que se pretendia deslocar para o COMPUR discussões consideradas eminentemente urbanísticas. Vale pontuar que, naquele momento, o COMAM era visto como um Conselho mais atuante e mais importante nas decisões afetas a estruturação do espaço urbano que o COMPUR que tinha uma natureza mais consultiva do que deliberativa (Epaminondas, 2006). Essas visões, de certo modo, refletem a tradicional dicotomia entre o urbano e o meio ambiente e pode ser entendida como um importante indicador da frágil integração existente entre as políticas setoriais naquele contexto, marcado especialmente por disputas de poder entre os órgãos do executivo municipal.

A implementação do EIV em Belo Horizonte foi influenciada pela percepção de que o licenciamento ambiental era um processo muito robusto e nem sempre o mais adequado para tratar os empreendimentos cujos impactos eram considerados eminentemente urbanísticos (Araújo, 2009). Dentro da intenção de se distinguir um processo do outro, foi promulgado o Decreto 14479/11 de 13 de julho de 2011. Essa norma regulamentou a aplicação do EIV no município, determinando os procedimentos administrativos, prazos e instituindo uma Comissão de Análise do EIV (CA-EIV). De modo geral, o Decreto tratava dos procedimentos e fazia algumas definições tais como:

- a Secretaria de Planejamento Urbano, através da Gerência Executiva do COMPUR (GCPU) como a responsável pelo licenciamento urbanístico;

- a regulamentação de parâmetros para o enquadramento dos empreendimentos;
- a definição do escopo dos estudos que seria feita partir de caracterização de empreendimento a ser apresentado por responsável técnico (que poderia, ou não demandar elaboração de pesquisa de percepção ambiental);
- a publicidade conforme definido pelo parágrafo único do art. 37 do EC seria verificada por comprovação de publicação, pelo requerente, de nota de encaminhamento do empreendimento para licenciamento urbanístico em jornal de grande circulação (que deveria instruir a caracterização);
- a caracterização seria publicada no Diário Oficial do Município (DOM) pela GCPU e apresentada no COMPUR pelo empreendedor;
- após a apresentação no COMPUR, a GCPU emitiria o roteiro para elaboração do EIV propriamente dito e o assunto somente retornaria ao COMPUR no caso de apresentação de recurso pelo empreendedor ao resultado da análise do EIV.

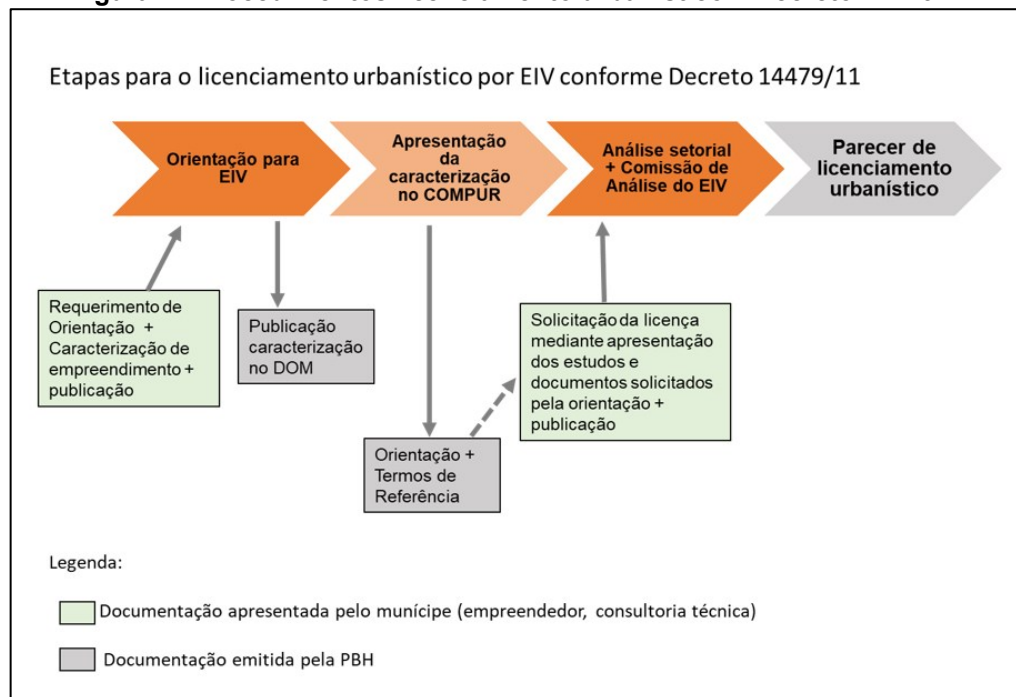
A ideia era que a orientação fosse sucinta, num formato de formulário com os elementos necessários para cumprir os parâmetros mínimos definidos pelo EC. Ao ser preenchido pelo responsável técnico, o documento configuraria o próprio EIV, muito próximo aos moldes do adotado para o EIV na ADE Pampulha. O atendimento da orientação deveria ser instruído com uma segunda publicação, pelo requerente, de nota de protocolo de EIV para análise do órgão competente do Executivo em jornal de grande circulação.

Após a formalização do processo, a análise técnica seria de responsabilidade da CA-EIV composta por representantes dos órgãos afetos ao planejamento urbano, regulação urbana, meio ambiente, limpeza urbana, obras e infraestrutura, mobilidade, habitação e patrimônio cultural. Aprovado o EIV, seria publicado no DOM o Parecer de Licenciamento Urbanístico (PLU), com validade de dois anos.

O Decreto 14479/11 não instituíva procedimentos afetos ao monitoramento do empreendimento (sendo necessária apenas a apresentação de um termo de compromisso de cumprimento das diretrizes porventura existentes no PLU) e definia momentos de participação bem restritos, como demonstrado pela não obrigatoriedade de pesquisa de percepção, por não fazer referência a audiências públicas e por levar ao COMPUR somente a caracterização do empreendimento e não o resultado dos estudos. (Figura 7)

Depreende-se, por esse Decreto, uma clara intenção de fazer a distinção frente aos procedimentos do licenciamento ambiental e de conceder uma natureza mais discricionária ao licenciamento urbanístico.

**Figura 7– Procedimentos licenciamento urbanístico – Decreto 14479/11**



Elaborado pela autora.

Segundo o entrevistado P1, o Decreto 14479/11 foi considerado extremamente confuso o que dificultava tanto seu entendimento quanto sua aplicação. Assim, em 30 de setembro do mesmo ano, foi revogado por um novo regulamento, o Decreto 14594/11 que redefiniu os procedimentos e instituiu a Comissão de Interface (CI).

Diferente da CA-EIV que tratava somente do licenciamento urbanístico, a CI era uma instância em que os órgãos da PBH envolvidos tanto nos licenciamentos ambientais quanto nos urbanísticos discutiam os pareceres setoriais, buscavam a consolidação das análises técnicas e atendiam os representantes dos empreendimentos e seus consultores técnicos. A CI era coordenada administrativamente pela Diretoria de Licenciamento de Alta Complexidade<sup>45</sup> (DLAC) e tecnicamente pelos órgãos responsáveis pelos respectivos licenciamentos, SMMA e Subsecretaria de Planejamento Urbano (SUPLAN).

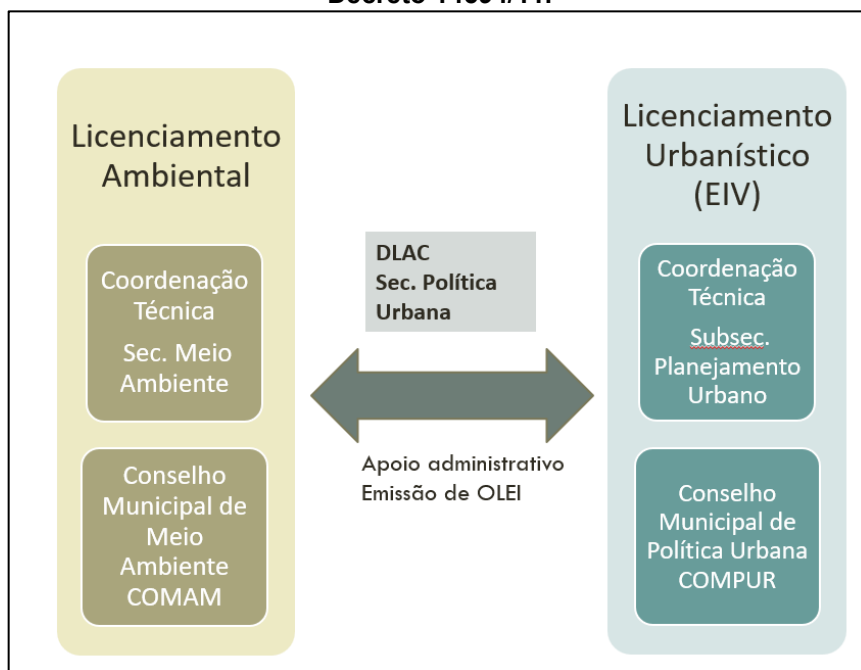
<sup>45</sup> Inicialmente, era chamada de Gerência de Orientação e Licenciamento Integrado (GELC), após reforma administrativa o nome foi alterado para Diretoria de Licenciamento de Alta Complexidade (DLAC). Não houve alteração significativa em suas atribuições, composição e subordinação ao órgão municipal de coordenação de política urbana, assim, para simplificação no texto, optamos por adotar somente a nomenclatura atualizada.

Cabia, então, à DLAC:

- a análise das caracterizações dos empreendimentos e a subsequente emissão de Orientação para Licenciamento de Empreendimento de Impacto (OLEI) tanto ambientais quanto urbanísticas instruídas com os respectivos termos de referência para os estudos técnicos;
- a coordenação administrativa das reuniões da CI;
- a articulação da interlocução entre os requerentes (empreendedores e consultorias técnicas) e os órgãos da PBH;
- a articulação da interlocução entre os órgãos envolvidos no processos de licenciamento de impacto, dando apoio aos órgãos de coordenação técnica;
- o acompanhamento dos processos de licenciamento ambiental e urbanístico, buscando garantir a simultaneidade das análises dos órgãos setoriais;
- a conferência e a distribuição das documentações e dos estudos afetos aos processos de licenciamento ambiental e urbanístico;
- o acompanhamento das reuniões do COMPUR e do COMAM.

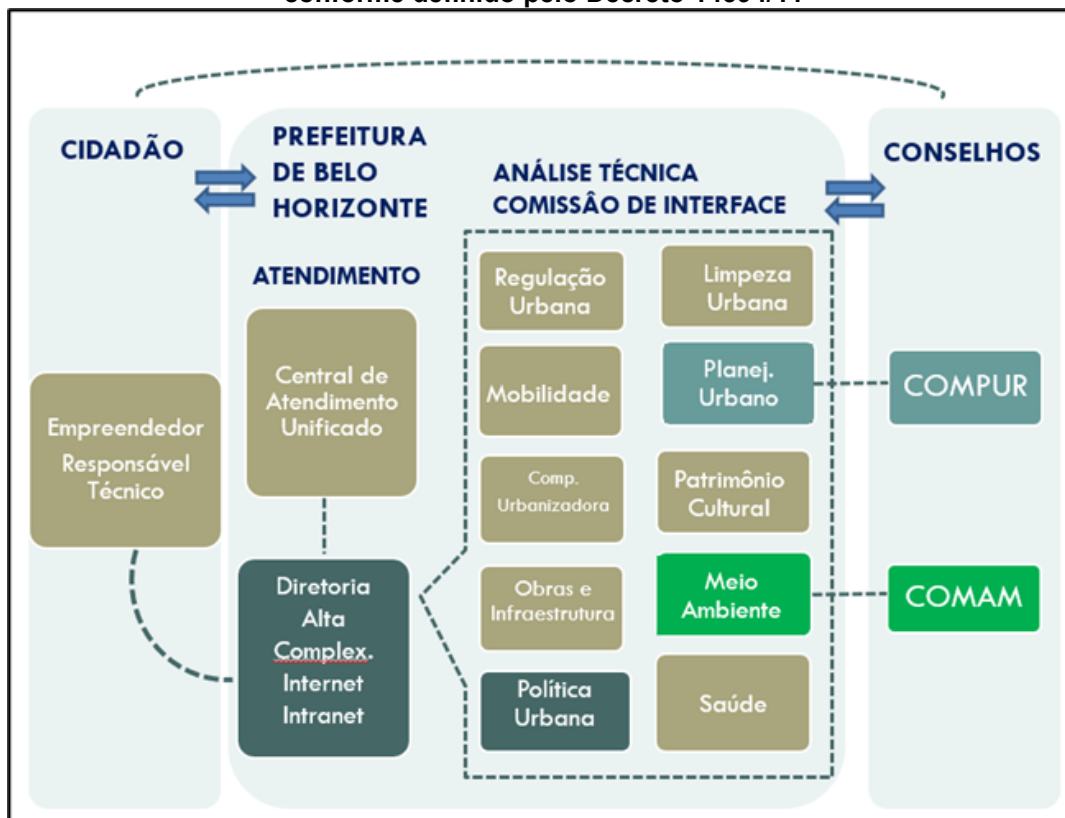
Informalmente, a DLAC era chamada de “Porta Integrada” e era entendida como uma tentativa de centralização de informação e de apoio às análises técnicas. De fato, já havia discussão a respeito dessa instância desde 2009 como registra Araújo (2009, p. 137). (Figuras 8 e 9).

**Figura 8 - Definição das atribuições nos licenciamentos ambiental e urbanístico conforme Decreto 14594/11.**



Elaborado pela autora

**Figura 9 - Atores envolvidos nos procedimentos de licenciamento ambiental e urbanístico conforme definido pelo Decreto 14594/11**



Elaborado pela autora

O Decreto 14594/11 previa, para o licenciamento urbanístico, os principais momentos:

- 1- OLEI: a orientação era elaborada conforme caracterização apresentada pelo munícipe. Os termos de referência eram emitidos pelo órgão de planejamento urbano em que era determinada a necessidade, ou não, das pesquisas de percepção ambiental. A emissão da OLEI era precedida da publicação da caracterização no DOM e da sua apresentação no COMPUR. Esse momento veio no bojo do que estava previsto no Decreto anterior e tinha como objetivo a incorporação de questões nos termos de referência a partir da discussão em plenária do Conselho. Logo, os conselheiros questionaram a necessidade desse procedimento pois acabava se tornando mera apresentação sem maiores contribuições, ocupando tempo que poderia ser destinado a discussões mais proveitosas. Em decorrência desse posicionamento, houve a autorização à PBH para emitir as OLEIs sem o conhecimento prévio do COMPUR,

especialmente considerando que nem todas elas eram atendidas, não gerando, portanto, processos de licenciamento urbanístico;

- 2- EIV: apresentação dos estudos e documentos em atendimento à OLEI. A análise era feita por todos os órgãos determinados na OLEI cabendo à SUPLAN a consolidação da resposta. Caso o EIV fosse considerado satisfatório, era publicado no DOM o Relatório de Estudo de Impacto de Vizinhança (REIV) com a descrição do empreendimento, dos impactos identificados e das medidas mitigadoras, compensatórias, potencializadoras, segundo as naturezas dos impactos. A partir dessas medidas eram definidas as diretrizes que permitiriam sua efetivação. Às diretrizes eram vinculados os respectivos prazos e o(s) órgão(ões) responsável(is) pela conferência de sua execução.

Diferente do licenciamento ambiental trifásico que prevê à cada etapa (LP, LI e LO) a comprovação da efetivação das condicionantes, o licenciamento urbanístico foi concebido numa única etapa, o que, se por um lado pretende-se mais objetivo e expedito, por outro diminui a capacidade de monitoramento e controle social do processo;

- 3- Apresentação do REIV e de possíveis recursos impetrados quanto ao seu conteúdo para discussão no COMPUR. Nesse momento, o Conselho delibera sobre a aprovação do REIV podendo efetuar alterações que julgar pertinentes. Vale esclarecer que, pela regulamentação do EIV em BH, qualquer cidadão pode protocolar questionamento ao REIV num prazo de dez dias após sua publicação no DOM. Na prática, os recursos são apresentados pelo empreendedor ou pela consultoria técnica e na maior parte das vezes solicitando adaptações ou retiradas de exigências para o licenciamento;
- 4- Aprovado o REIV pelo COMPUR, é publicado no DOM o PLU que é o reflexo do Relatório com as alterações porventura determinadas pelo Conselho;
- 5- O PLU não é um documento autorizativo, a efetivação do empreendimento ocorre por meio das licenças e certificações urbanísticas<sup>46</sup> que são obtidas

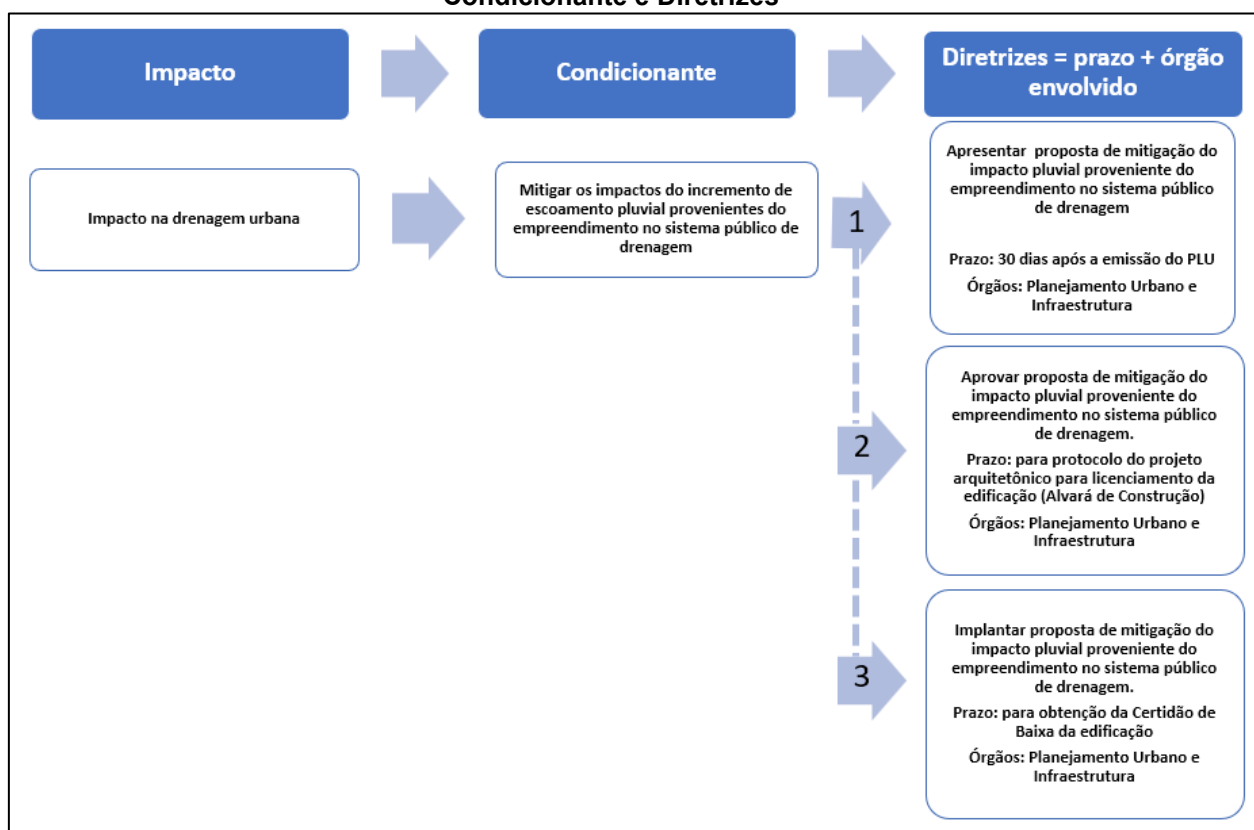
---

<sup>46</sup> Licença para parcelamento do solo, Termo de recebimento de parcelamento do solo; Alvará de Construção, Certidão de Baixa de edificação; Alvará de Localização e Funcionamento.

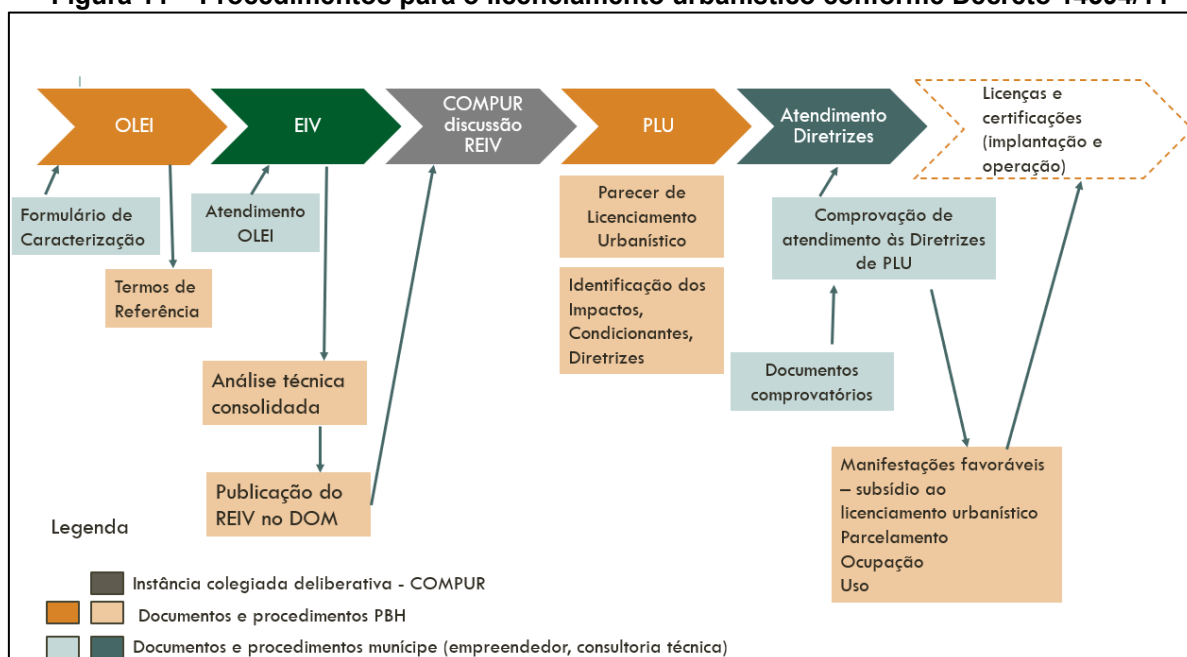


à medida em que as diretrizes correlatas são cumpridas. O monitoramento do atendimento às diretrizes não foi objeto de detalhamento pelo Decreto, ficando à cargo do órgão de regulação urbana – Subsecretaria Regulação Urbana (SUREG) - a devida conferência. Isso gerava uma situação de pouco controle do andamento do processo por parte da SUPLAN e de dificuldade operacional tanto para a SUREG quanto para o empreendedor que tentava atender as diretrizes de forma aleatória nem sempre acompanhando a lógica de construção do PLU. Foi criado, então, um documento denominado Atestado de Cumprimento de Diretrizes de PLU (ACD-PLU) em que a SUPLAN consolidava as manifestações dos órgãos setoriais e atestava o cumprimento integral das diretrizes definidas para a primeira fase de viabilização do empreendimento, ou seja, para sua primeira entrada na SUREG. A partir daí, retornava à atribuição de acompanhamento somente pela SUREG. (Figuras 10 e 11)

**Figura 10 – Parecer de Licenciamento Urbanístico - Exemplo da relação entre Impacto, Condicionante e Diretrizes**



Elaborado pela autora

**Figura 11 – Procedimentos para o licenciamento urbanístico conforme Decreto 14594/11**

Elaborado pela autora

O COMPUR que, até então, tinha poucos processos de natureza deliberativa, passou a ter reuniões cujas pautas eram ocupadas principalmente pelas análises de REIV. Novamente, houve questionamento quanto à necessidade de avaliação de todos os processos de licenciamento urbanístico por parte do Conselho. Especialmente aqueles que não eram enquadrados como de empreendimentos impacto, tais como os de flexibilização de parâmetros urbanísticos. Decorrentes desse contexto, foram publicadas algumas Deliberações Normativas (DN) do COMPUR que visavam a simplificação de procedimentos para os empreendimentos considerados de baixa repercussão:

- escolas infantis e os estabelecimentos de ensino fundamental e médio localizados em terrenos lindeiros a vias arteriais;

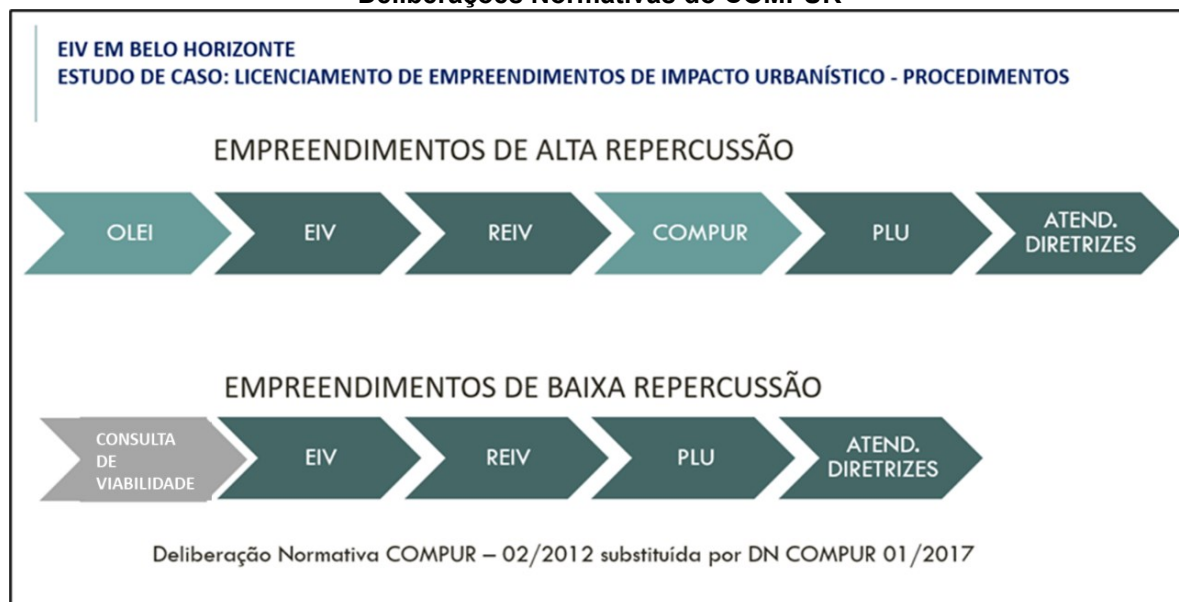
- acesso a empreendimento por via de menor permissividade de uso, no caso de empreendimento em lote ou em conjunto de lotes com frente para logradouros de permissividade de usos diferentes, desde que o terreno possua frente para via de permissividade compatível;

- a edificação na qual se exerça o direito de permanência de uso e que é passível de alteração e acréscimo da área utilizada pela atividade, dentro dos limites dos parâmetros urbanísticos fixados pela LPOUS;

- casa de festas e eventos com área utilizada superior a 360 m<sup>2</sup> e igual ou menor a 2.000 m<sup>2</sup>.

Como todos os casos estavam relacionados a atividades econômicas, os termos de referência foram incorporados às Consultas de Viabilidade<sup>47</sup> ficando desnecessária a emissão de OLEIs. (Figura 12)

**Figura 12 - Procedimentos para licenciamento urbanístico conforme Decreto 14594/11 e Deliberações Normativas do COMPUR**



Elaborado pela autora.

<sup>47</sup> Consulta de Viabilidade é o passo inicial no processo de abertura de uma empresa. O documento informa se o nome empresarial pretendido poderá ser utilizado, e se as atividades pretendidas poderão ser exercidas no endereço escolhido, bem como quais as exigências e condicionantes para o funcionamento de cada atividade econômica. Fonte: [Consulta de Viabilidade - Pessoa Jurídica e MEI | Portal de Serviços \(pbh.gov.br\)](https://portal.pbh.gov.br/) acesso em agosto de 2023.

No período de vigência da Lei 7166/96 alterada pela Lei 9959/10, foram emitidas 492<sup>48</sup> OLEIs sendo:

**Tabela 1 – Situação das OLEIS emitidas conforme Lei 7166/96 alterada pela Lei 9959/10 (julho de 2011 a agosto de 2019)**

<b>LEI 7166/96 ALT. LEI 9959/10</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>% - OLEIS EMITIDAS</b>
OLEIS EMITIDAS	492	100,0
OLEIS ATENDIDAS	338	68,7
LICENCIADAS	260	52,8
EM LICENCIAMENTO	2	0,4
INICIATIVA PRIVADA	461	93,7
INICIATIVA PÚBLICA	30	6,1
PROCEDIMENTO INTEGRAL	342	69,5
PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO	150	30,5

Fonte: PBH – dados atualizados em agosto de 2023.

Nota: apesar dos procedimentos simplificados nem sempre possuírem OLEI, eles foram considerados a partir dos dados dos processos de licenciamento protocolados nessa modalidade.

**Tabela 2 – OLEIS emitidas conforme enquadramentos da Lei 7166/96 alterada pela Lei 9959/10 (julho de 2011 a agosto de 2019)**

<b>ENQUADRAMENTO</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>% - OLEIS EMITIDAS</b>
PARCELAMENTO DO SOLO	8	1,6
USO	368	74,8
USO - FLEXIBILIZAÇÃO	74	15,0
OUC	1	0,2
INTERVENÇÃO VIÁRIA	0	0,0
HELIPONTO	19	3,9
EDIFICAÇÃO RESIDENCIAL	4	0,8
EDIFICAÇÃO NÃO RESIDENCIAL	16	3,3
EDIFICAÇÃO USO MISTO	2	0,4

Fonte: PBH. Dados de setembro de 2019.

Nota: apesar dos procedimentos simplificados nem sempre possuírem OLEI, eles foram considerados a partir dos dados dos processos de licenciamento protocolados nessa modalidade.

<sup>48</sup> Os dados trabalhados e apresentados nas Tabelas 1, 2, 3, 4 e no Gráfico 2 foram retirados de <https://dados.pbh.gov.br/dataset/smpu-licenciamento-de-empreendimento-de-impacto-urbanistico> acesso em agosto de 23.

Antes da criação da DLAC, houve a formalização de 17 processos de licenciamento urbanístico diretamente na SUPLAN, sem a emissão de OLEI. Desse universo, nove não foram concluídos, seja por indeferimento, seja por cancelamento. Por ser um quantitativo pouco expressivo, optamos por não os considerar na presente pesquisa.

Pelos dados apresentados, podemos pontuar:

- a predominância de enquadramentos relacionados ao uso e, dentre eles, a significativa proporção dos licenciamentos simplificados - 30,5% dos empreendimentos se inserem nessa modalidade (Tabela 1), esse universo abarca tanto a flexibilização de uso quanto parte do enquadramento de uso afeto a Casa de Festas com área entre 360 e 2.000 m<sup>2</sup>;
- os enquadramentos afetos a edificações de uso residencial e a parcelamento do solo são pouco expressivos, a explicação é que geralmente edificações com mais de trezentas unidades estão atreladas a loteamentos que se mantiveram enquadrados como empreendimentos de impacto ambiental;
- houve uma OUC relacionada ao Corredor Avenidas Antônio e Carlos Pedro I,<sup>49</sup> apesar da promulgação da lei dessa Operação Consorciada, ela não foi viabilizada e não se encontra em vigor;
- não houve a emissão de nenhuma OLEI para o enquadramento “intervenções em áreas urbanas consolidadas, compreendidas por modificações geométricas significativas de conjunto de vias de tráfego de veículos” dada a inexistência de parâmetros inequívocos, muitas solicitações não foram classificadas como de impacto, não ensejando a emissão de OLEI.

### 3.2.4 O novo Plano Diretor de Belo Horizonte e o licenciamento urbanístico a partir de agosto de 2019

Em 8 de agosto de 2019, foi promulgada a Lei 11181/19 (PD/19) que trouxe significativas mudanças nas diretrizes de organização espacial do município e que definia dois marcos para sua vigência. Grande parte dos dispositivos entrariam em vigor em fevereiro do ano seguinte e somente alguns estariam vigentes na data

---

<sup>49</sup> A OUC Corredor Avenidas Antônio e Carlos Pedro I foi objeto de algumas pesquisas acadêmicas, para maiores informações, sugerimos consulta a:

NASSIF, Thaís. **Linguagem técnica e (im)possibilidades para a produção democrática do espaço urbano** [manuscrito]: uma análise a partir de duas experiências participativas no município de Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais – Escola de Arquitetura, 128p.

MONTEIRO, Livia de Oliveira. **Espacialidades e especificidades: as operações urbanas consorciadas como ferramenta de planejamento e de gestão do espaço**. Tese (Doutorado). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais – Escola de Arquitetura, 2014. 504p.

da publicação. O licenciamento de empreendimento de impacto estava nessa segunda situação. Dessa forma, passou a valer uma nova listagem de empreendimentos sujeitos a licenciamentos específicos (Quadros 7 e 8).

**Quadro 7 - Alterações nos enquadramentos de licenciamento urbanístico (Lei 7166/96 alterada pela Lei 9959/10 X Lei 11181/19)**

Enquadramento	Lei 9959/10 (alt. Leis 7166/96 e 7166/97) - Licenciamento urbanístico por EIV
Ocupação	edifícios não residenciais com área de estacionamento maior que 10.000 m <sup>2</sup> ou com mais de 400 vagas
Ocupação	edifícios destinados a uso residencial que tenham mais de 300 unidades
Ocupação	edifícios destinados a uso misto com mais de 20.000 m <sup>2</sup>
Uso	destinados a serviço de uso coletivo com área maior que 6.000 m <sup>2</sup>
Uso	casas de show, independentemente da área utilizada
Uso	centro de convenções, independentemente da área utilizada
Uso	casa de festas e eventos com área utilizada superior a 360 m <sup>2</sup> (trezentos e sessenta metros quadrados)
Uso	hipermercados com área utilizada igual ou superior a 5.000 m <sup>2</sup>
Parcelamento	parcelamentos vinculados, na figura de desmembramento, que originem lote com área superior a 10.000 m <sup>2</sup> ou quarteirão com dimensão superior a 200 m
Infraestrutura	as intervenções em áreas urbanas consolidadas, compreendidas por modificações geométricas significativas de conjunto de vias de tráfego de veículos
Outro	helipontos
Outro	outros empreendimentos sujeitos a EIV definidos por lei municipal
Parcelamento	parcelamentos para condomínios com área entre 50.000 m <sup>2</sup> e 100.000 m <sup>2</sup>
Ocupação	flexibilização do número mínimo de vagas de estacionamento em empreendimentos não sujeitos ao EIV ou ao Licenciamento Ambiental pelo COMAM, a serem instalados em edificações já existentes até 27 de dezembro de 1996
Uso	escolas infantis e os estabelecimentos de ensino fundamental e médio lindeiros a vias arteriais
Uso	acesso de empreendimento por via de menor permissividade
Uso	alteração ou modificação de direito de permanência de uso, dentro dos limites dos parâmetros urbanísticos fixados pela Lei
Outro	operação urbana consorciada
Legenda	
	Impacto urbanístico desde 2010
	Impacto urbanístico desde 2010 com alterações
	Voltou a ser de impacto ambiental em 2019
	EIV substituído por parecer favorável do órgão de planejamento urbano
	Deixou de demandar EIV

Elaborado pela autora. Fonte: Belo Horizonte (1996b, 2010, 2019)

**Quadro 8 - Tipos de empreendimentos sujeitos a licenciamento urbanístico por categoria de enquadramento conforme Lei 11181/19**

Enquadramento	Lei 11181/19 - Licenciamento urbanístico por EIV
Ocupação	edificações com área de estacionamento maior que 10.000m <sup>2</sup> ou com mais de 400 vagas
Ocupação	edificações com mais de 20.000m <sup>2</sup>
Ocupação	edificações com mais de 300 unidades habitacionais
Uso	atividades classificadas como serviço de uso coletivo como indicado no Anexo XIII da Lei e com área superior a 6.000 m <sup>2</sup>
Uso	casas de shows e espetáculos, discotecas e danceterias
Uso	hipermercados
Parcelamento do solo	parcelamentos vinculados, que originem lote com área superior a 10.000m <sup>2</sup> ou quarteirão com dimensão superior a 200m
Infraestrutura	intervenções viárias significativas
outro	operações urbanas consorciadas
outro	Convocação COMPUR de empreendimento ou conjunto de empreendimentos em instalação, construção, ampliação ou funcionamento para avaliação de impactos, com o objetivo de estabelecer medidas para a mitigação deles

Elaborado pela autora. Fonte: Belo Horizonte (2019)

À guisa de informação complementar:

**Quadro 9- Tipos de empreendimentos sujeitos a licenciamento ambiental por categoria de enquadramento conforme Lei 11181/19**

Enquadramento	Lei 11181/19 - empreendimento de impacto ambiental
Uso	aterros sanitários e usinas de reciclagem de resíduos sólidos e estação de transbordo de resíduos
Uso	autódromos, hipódromos e estádios esportivos
Infraestrutura	barragens para contenção de rejeitos ou resíduos
Uso	cemitérios e crematórios
Uso	estabelecimentos prisionais
Infraestrutura	estações de tratamento de água
Infraestrutura	estações de tratamento de esgotos sanitários
Uso	extração ou tratamento de minerais
Infraestrutura	ferrovias, subterrâneas ou de superfície
Uso	garagem de empresas de transporte de passageiros e de cargas
Outro	helipontos, exceto os localizados em edificações que abriguem serviços de uso coletivo caracterizados como de interesse público
Uso	indústrias
Infraestrutura	interceptores de esgoto
Infraestrutura	intervenções em corpos d'água, como barragens, canalizações e retificações de coleções de água, e em diques
Infraestrutura	linhas de transmissão de energia elétrica, acima de 230kV
Parcelamento do solo	loteamentos que impliquem abertura de novas vias de circulação ou prolongamento das existentes
Infraestrutura	oleodutos, gasodutos, minerodutos
Parcelamento do solo	parcelamentos destinados a uso industrial
Uso	postos de abastecimento de veículos e de revenda de combustíveis
Uso	terminais de minério, de produtos químicos e petroquímicos
Uso	terminais rodoviários, ferroviários e aeródromos
Outro	tipologias de atividades e empreendimentos arrolados pelo Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam, como modificadoras do meio ambiente, sujeitas ao licenciamento ambiental
Uso	unidades de incineração de resíduos
Infraestrutura	usinas de geração de eletricidade, qualquer que seja a fonte de energia primária, acima 10MW
Outro	Convocação COMAM de empreendimento ou conjunto de empreendimentos em instalação, construção, ampliação ou funcionamento para avaliação de impactos, com o objetivo de estabelecer medidas para a mitigação deles

Elaborado pela autora. Fonte: Belo Horizonte (2019)

Tendo em vista os enquadramentos urbanísticos (Quadros 7 e 8) podemos apresentar algumas considerações:

*1- Infraestrutura:*

- o enquadramento “intervenções viárias significativas” apresenta algumas especificidades. Como na maioria das vezes, o empreendedor é órgão governamental, a definição do enquadramento e do escopo dos estudos acaba por trazer algumas peculiaridades nem sempre fáceis de serem tratadas na relação entre os níveis políticos e técnicos. Isso porque muitas vezes a proposta já está em estágio avançado de projetos não permitindo grandes adaptações ou adoções de contrapartidas por restrições orçamentárias ou por delimitação de prazos operacionais e de execução. Outro importante aspecto a ser considerado é que intervenções dessa natureza possuem um papel estratégico como componente da propaganda política afeta à eficiência do governo local demandando por isso agilidade e simplificação de procedimentos. Desse modo, os processos de licenciamento urbanístico desses empreendimentos podem ser permeados de tensionamentos tanto na esfera técnica quanto na esfera deliberativa do COMPUR.

*2- Parcelamento do solo:*

- houve uma ampliação dos empreendimentos sujeitos ao enquadramento urbanístico por parcelamento vinculado. Anteriormente, eram poucos os casos que demandavam o EIV (somente desmembramento) e a maioria dos casos era enquadrada como impacto ambiental por envolver abertura de vias ou por ser se tratar de loteamento. Atualmente, em função de simplificação dos procedimentos de licenciamento ambiental no município (diminuição de enquadramentos objetivando aderência ao determinado no licenciamento ambiental estadual)<sup>50</sup>, há a expectativa de aumento no número dos casos a serem licenciados por EIV.

---

<sup>50</sup> Segundo os entrevistados P1 e P2, a alteração de parâmetros por meio de Deliberação Normativa do COMAM 102 de novembro de 2020 foi resultado da confluência do direcionamento das instâncias decisórias estadual e municipal no intuito de simplificar procedimentos em Belo Horizonte e diminuir o volume de processos de licenciamento ambiental na Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA) frente a sua limitada capacidade operacional.



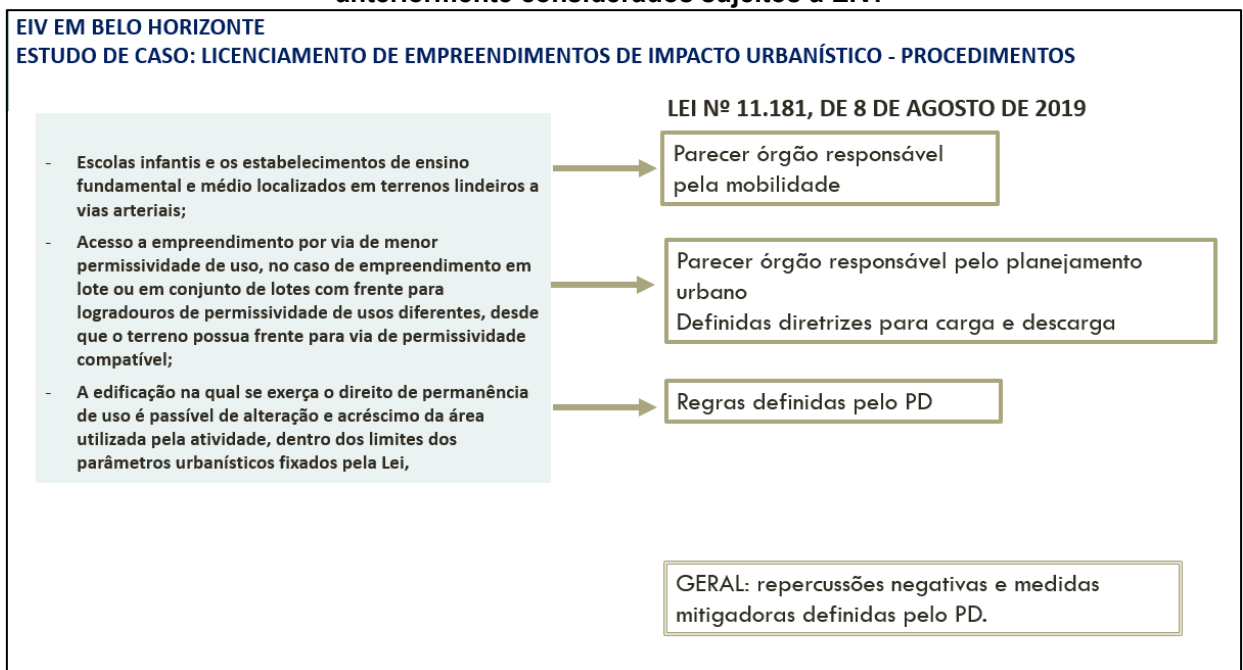
### 3– Ocupação:

- o PD/19 manteve a classificação por porte, mas alterou a vinculação dos parâmetros à destinação da edificação, ou seja, qualquer edificação que apresente um ou mais requisitos expostos no Quadro 8 será de impacto.

### 4- Uso:

a) nas normas anteriores, alguns enquadramentos eram licenciados numa modalidade simplificada nos termos das Deliberações Normativas do COMPUR. O PD/19 adaptou esse procedimento e substituiu a necessidade de EIV por pareceres favoráveis dos órgãos cujas análises eram mais determinantes (Figura 13). A avaliação era que a aplicação do licenciamento urbanístico nos últimos anos tinha gerado informações suficientes afetas aos principais impactos e às medidas necessárias para seu tratamento. Assim sendo, tais medidas foram incorporadas nas Consultas de Viabilidade dessas atividades como exigências para a obtenção do Alvará de Localização e Funcionamento (ALF);

**Figura 13 - Esquema do tratamento dado pela Lei 11181/19 aos empreendimentos anteriormente considerados sujeitos a EIV.**



Elaborado pela autora. Fonte: Belo Horizonte (2019)

b) com relação aos hipermercados, não houve alteração, contudo, para a Casa de Shows<sup>51</sup>, o COMPUR deliberou a possibilidade de adoção de procedimentos simplificados, nos moldes anteriores, para os empreendimentos com capacidade de público de até 500 pessoas. Cabe destacar que foi identificado um movimento dos estabelecimentos em substituir a atividade de Casa de Shows em ALF por licenças temporárias para eventos, mas nos casos em que essas licenças são solicitadas reiteradamente, há a possibilidade de a SUREG recusar a emissão de tais licenças e indicar a necessidade de EIV, pois a atividade de shows deixa de ser esporádica e passa a ser a principal característica do estabelecimento. Para subsidiar essa decisão, a SUREG conta com informações de registro de ações fiscais por parte da Subsecretaria de Fiscalização (SUFIS);

c) a legislação anterior considerava de impacto todos os Serviços de Uso Coletivo que apresentassem área superior a 6.000m<sup>2</sup>, o PD/19 restringiu a somente cinco casos, mantido o parâmetro de área. (Quadro 10 – itens 1 a 5).

**Quadro 10 Empreendimentos relacionados a atividades econômicas (uso) sujeitos a EIV conforme Lei 11181/19.**

I- ATIVIDADES ECONÔMICAS SUJEITAS A LICENCIAMENTO DE EMPREENDIMENTO DE IMPACTO URBANÍSTICO				
ANEXO XIII - NOVO PLANO DIRETOR				
ITEM	ENQUADRAMENTO - NOVO PLANO DIRETOR	SUBCATEGORIA	TIPOLOGIA	ATIVIDADE
1	Inciso IV do artigo 345: atividades classificadas como serviço de uso coletivo, identificadas no Anexo XIII;	Serviços de Uso Coletivo	Espaços e entidades desportivas e recreativas	Gestão de Espaços para exposições e feiras (área utilizada maior que 6.000m <sup>2</sup> )
2	Inciso IV do artigo 345: atividades classificadas como serviço de uso coletivo, identificadas no Anexo XIII;	Serviços de Uso Coletivo	Espaços e entidades desportivas e recreativas	Gestão de ginásio esportivo (área utilizada maior que 6.000m <sup>2</sup> )
3	Inciso IV do artigo 345: atividades classificadas como serviço de uso coletivo, identificadas no Anexo XIII;	Serviços de Uso Coletivo	Espaços e entidades desportivas e recreativas	Gestão de quadras, piscinas e praças de esportes (área utilizada maior que 6.000m <sup>2</sup> )
4	Inciso IV do artigo 345: atividades classificadas como serviço de uso coletivo, identificadas no Anexo XIII;	Serviços de Uso Coletivo	Espaços e entidades desportivas e recreativas	Gestão de instalação de esporte não especificadas anteriormente (área utilizada maior que 6.000m <sup>2</sup> )
5	Inciso IV do artigo 345: atividades classificadas como serviço de uso coletivo, identificadas no Anexo XIII;	Serviços de Uso Coletivo	Outros Serviços	Centros de Convenções (área utilizada maior que 6.000m <sup>2</sup> )
6	Inciso VI do artigo 345: hipermercados, conforme o Anexo XIII;	Comércio	Comércio varejista de produtos alimentícios	Comércio varejista de merceadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercado (área de vendas igual ou maior que 5.000m <sup>2</sup> )
7	Inciso V do artigo 345: casas de shows e espetáculos, discotecas e danceterias, identificadas no Anexo XIII;	Serviços	Serviços de diversão e esportes	Casa de Shows e espetáculos
8	Inciso V do artigo 345: casas de shows e espetáculos, discotecas e danceterias, identificadas no Anexo XIII;	Serviços	Serviços de diversão e esportes	Discotecas, danceterias, salões de dança e similares

Elaborado pela autora. Fonte: Belo Horizonte (2019)

<sup>51</sup> Pelo PD/19 são considerados de impacto os empreendimentos destinados a Casa de Shows e espetáculos, Discotecas e Danceterias, para fins de simplificação, nos referiremos a esse conjunto de atividades como Casa de Shows.

### *5- Instrumento de Planejamento Urbano*

- Operações Urbanas Consorciadas: o PD/19 manteve a necessidade de EIV, em conformidade com o disposto no EC.

### *6- Helipontos:*

- o PD/19 retornou o heliponto ao licenciamento ambiental. Belo Horizonte continua sem uma definição clara de como tratar esses empreendimentos que estão cada vez mais frequentes no município. O constante deslocamento de enquadramento e deliberações tanto do COMPUR quanto do COMAM sobre o assunto podem ser vistos como indicativo dessa indefinição. Mesmo o atual enquadramento ambiental não é entendido de forma unânime pelos entrevistados: dois entendem ser um empreendimento de impactos urbanísticos dados os incômodos para a vizinhança (P2 e P4) e os demais (P1, P3, C1 e C2) avaliam que o principal impacto é de emissão de ruídos o que deve ser tratado na esfera ambiental. Contudo, avaliar os incômodos somente sob esse parâmetro pode ser questionável, pois existiram discussões no COMPUR em que moradores da vizinhança levantaram preocupação quanto à segurança (o heliponto era proposto para a sede de uma empresa cercada por prédios residenciais), à perda de qualidade de vida e à desvalorização de seus imóveis.<sup>52</sup> Por mais que se identifique nesse discurso, uma posição de defesa nos moldes de “não em meu quintal”, talvez seja o caso de se ampliar a discussão sobre os helipontos em oportunidades como a Conferência de Política Urbana<sup>53</sup> prevista no PD/19.

<sup>52</sup> Processo discutido em reunião do COMPUR de 25 de agosto de 2016.

<sup>53</sup>A Conferência de Política Urbana foi instituída pelo PD/96 e atualizada pelo PD/19:

Art. 85 - A Conferência Municipal de Política Urbana tem como objetivo avaliar a condução e os impactos da implementação da política urbana municipal e apontar diretrizes para seu aprimoramento.

§ 1º - A Conferência Municipal de Política Urbana deve ser amplamente convocada e dela poderão participar, debatendo e votando, delegados representantes dos setores com assento no Compur.

§ 2º - A Conferência Municipal de Política Urbana é realizada quadrienalmente, no 2º (segundo) ano de gestão do Executivo.

Art. 86 - A alteração do conteúdo do Plano Diretor deverá observar o prazo mínimo de 8 (oito) anos a partir da entrada em vigor desta lei, sendo vinculada ao projeto de lei resultante dos debates da Conferência Municipal de Política Urbana, ressalvado o disposto nos incisos V e VI do caput do art. 83, nos arts. 99 e 100, no § 2º do art. 107, bem como nos anexos V, VI, VIII, IX e X desta lei.

Parágrafo único - Excetua-se da observância ao prazo disposto no caput deste artigo alteração do conteúdo do Anexo XIII desta lei, que poderá ocorrer quadrienalmente, no 2º (segundo) ano de gestão do Executivo. (Belo Horizonte, 2019)

A Lei 11181/19 apresenta, também, um dispositivo que define que aos empreendimentos que estivessem em processo de licenciamento de impacto na data da sua publicação seria garantido o direito de aprovação junto à SUREG de projetos conforme parâmetros da LPOUS anterior. Tal situação gerou alguns reflexos:

- num primeiro momento, houve uma corrida para o atendimento de OLEIs emitidas conforme a legislação anterior para a formalização dos processos e a garantia dessa condição;

- num momento posterior existiram quatro direcionamentos:

- a viabilização do empreendimento e do licenciamento dentro do curso previsto garantindo os parâmetros da LPOUS entendidos como mais favoráveis;

- a solicitação de cancelamento do processo por parte do empreendedor que verificou que o PD/19 seria mais vantajoso em termos de rentabilidade da proposta. Nesses casos, muitas vezes foram solicitadas novas OLEIs nos termos do novo Plano Diretor;

- a solicitação de cancelamento do processo pelo fato de o empreendimento ter sido desenquadrado pelo PD/19. Nesse caso, o encerramento implicava a isenção da necessidade de cumprimento das diretrizes do PLU, mas era dada ciência ao empreendedor que poderia haver posterior convocação pelo COMPUR caso fossem identificados incômodos significativos para a vizinhança;

- a continuidade do processo conforme a LPOUS mas de forma morosa, seja por sucessivas solicitações de extensão de prazos (num movimento de garantir o direito pelo maior tempo possível), seja pela própria complexidade do empreendimento. Essas situações explicam a existência de dois processos antigos, ainda em licenciamento como exposto na Tabela 1.

Além da vigência da nova lei, os anos 2020 trouxeram algumas novidades. Em 28 de janeiro foi promulgado um novo decreto regulamentador Decreto 17266/20 em que era alterada a instância de análise técnica. A CI foi substituída pela Câmara de Análise Integrada para Licenciamento de Empreendimentos de Impacto (CLI) com alteração em sua composição:

Art. 18 – Fica instituída a Câmara de Análise Integrada para Licenciamento de Empreendimentos de Impacto – CLI –, que aperfeiçoará a participação dos órgãos envolvidos nos processos de licenciamento, com as seguintes funções:

I – promover a análise integrada dos processos de licenciamento de empreendimentos ou intervenções urbanísticas de impacto;

II – atribuir a qualificação de entendimento consolidado aos pareceres quando houver repetição de processos que tratem sobre a mesma matéria;

Art. 19 – A CLI se manifestará por meio de parecer único, que sintetizará o conteúdo das análises técnicas de viabilidade ambiental e urbanística, propondo a elaboração de REA ou REIV ou a rejeição dos estudos.

Art. 20 – A CLI será composta por representantes dos seguintes órgãos e entidades:

I – dois membros indicados pela SMPU;

II – um membro indicado pela SMMA;

III – um membro indicado pela Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte – BHTrans;

IV – um membro indicado pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – Smobi;

§ 1º – Eventualmente, em função das características do empreendimento ou intervenção urbanística de impacto, poderão ser convocados para a CLI representantes das seguintes entidades:

I – Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte – Urbel;

II – Superintendência de Limpeza Urbana – SLU;

III – Fundação Municipal de Cultura – FMC.

§ 2º – Nos pareceres da CLI, aprovados por consenso ou pela maioria dos integrantes da Câmara em atuação, serão consideradas as exigências das políticas públicas em questão, sem prejuízo dos direitos dos administrados, em conformidade com o disposto no art. 22 do Decreto-Lei federal nº 4.657, de 4 de setembro de 1942.

§ 3º – Os órgãos e entidades integrantes da CLI terão autonomia para promover a instrução dos processos de acordo com as especificidades, exigências e competências técnicas e legais pertinentes.

§ 4º – Poderão funcionar tantas CLIs quanto necessárias, em razão das exigências de licenciamento, de acordo com a análise discricionária da SMPU e da SMMA.

Belo Horizonte (2020)

O Decreto 17266/20, de modo geral, manteve para os licenciamentos urbanísticos procedimentos já previstos anteriormente (Figuras 8 e 9), valendo destacar importantes diferenças entre a CI e a CLI:

- enquanto na CI os representantes dos órgãos eram, em sua maioria, ocupantes de funções gerenciais ou decisórias, nem sempre envolvidos diretamente na análise dos estudos, na CLI os representantes são parte do corpo técnico, havendo a participação de outros membros da equipe envolvidos na avaliação;<sup>54</sup>

<sup>54</sup> Não há limite para a participação de técnicos na análise do empreendimento, mas cabe ao membro designado para a CLI a atribuição de responder pelo respectivo órgão. A Secretaria Municipal de Saúde que era participante da CI em função dos Planos de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) não é membro da CLI em decorrência de mudanças de procedimentos administrativos.

- enquanto na CI as discussões buscavam identificar e solucionar incongruências entre pareceres setoriais (não raro os órgãos de interface solicitavam medidas conflitantes entre si), na CLI a ideia era a conclusão da avaliação em conjunto, ou seja, os órgãos deveriam efetuar análises prévias e, na reunião, haveria a consolidação num único parecer da Câmara.

Inicialmente, a tendência foi repetir na CLI o formato adotado na antiga CI, caracterizada pela aglutinação das manifestações setoriais, mas ao longo do tempo, especialmente no licenciamento urbanístico, vem surgindo uma tendência de se discutir o empreendimento e seu licenciamento de uma forma mais conceitual e integrada com o planejamento da cidade (tanto em relação ao planejamento urbano quanto aos programas e projetos setoriais). Essa nova abordagem tem permitido a explicitação de conflitos entre as diversas visões de cidade fundamentadas nas políticas ambientais e de drenagem urbana, de planejamento e de regulação urbanas, de proteção cultural, de mobilidade e de habitação. Tem sido cada vez mais frequente, na ausência de consenso ou de convencimento dos pares, a solução de embates por meio da votação entre seus membros. E tal situação reflete como ainda há um longo caminho a ser percorrido para a integração das políticas afetas ao meio ambiente urbano.

Em termos quantitativos, da vigência do PD/19 até agosto de 2023, foram emitidas 123 OLEIs, sendo:

**Tabela 3 - Situação das OLEIS emitidas conforme Lei 11181/19  
(agosto de 2019 a agosto de 2023)**

<b>LEI 11181/19</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>% - OLEIS EMITIDAS</b>
OLEIS EMITIDAS	123	100,0
OLEIS ATENDIDAS	59	48,0
LICENCIADAS	40	32,5
EM LICENCIAMENTO	19	15,4
INICIATIVA PRIVADA	110	89,4
INICIATIVA PÚBLICA	13	10,6
PROCEDIMENTO INTEGRAL	94	76,4
PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO	29	23,6

Fonte: PBH.

Nota: nos novos procedimentos, os procedimentos simplificados recebem OLEI.

**Tabela 4 - OLEIS emitidas conforme enquadramentos da Lei 11181/19  
(agosto de 2019 a agosto de 2023)**

<b>ENQUADRAMENTO</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>% - OLEIS EMITIDAS</b>
PARCELAMENTO DO SOLO	7	5,7
PARCELAMENTO DO SOLO E USO	2	1,6
PARCELAMENTO DO SOLO E OCUPAÇÃO	4	3,2
USO	66	53,7
OUC	1	0,8
INTERVENÇÃO VIÁRIA	7	5,7
OCUPAÇÃO	35	28,5
DEMANDA MP-MG	1	0,8
<b>TOTAL</b>	<b>123</b>	<b>100</b>

Fonte: PBH.

Nota: há conjugação de enquadramentos, especialmente afetos aos parcelamentos do solo, houve licenciamento de empreendimento (ciclovias) por EIV atendendo a demanda do Ministério Público de Minas Gerais (MP-MG).

Pelos dados apresentados:

- mesmo com a diminuição dos enquadramentos relativos a uso, se manteve a sua predominância e a significativa proporção dos licenciamentos simplificados, ou seja, relacionados a Casa de Shows com capacidade até 500 pessoas;
- como esperado, houve um aumento no número de OLEIs afetas a parcelamento do solo (total de 13 OLEIs em cerca de 4 anos sendo que na legislação anterior foram 8 OLEIS em cerca de 8 anos);
- houve a Operação Urbana Consorciada (OUC) Centro Lagoinha, entretanto, a aprovação do EIV, até o momento, não evoluiu para a promulgação de lei específica;
- diferentemente do período anterior, foram emitidas OLEIs para intervenções viárias significativas, depreende-se que o texto de enquadramento mais sucinto facilitou a classificação de intervenções como empreendimentos de impacto sujeitos ao EIV;
- permanece a predominância dos empreendimentos privados sobre os de iniciativa pública;
- houve um acréscimo de empreendimentos relacionados a ocupação, especialmente enquadrados por seu porte. Muito dessa situação pode ser explicada pela possibilidade de maior verticalização e adensamento na Regional Centro Sul prevista pelo PD/19. Isso tem gerado a proposição de edificações de uso misto com altimetria em torno de 30 a 40 andares o que não ocorria tradicionalmente em BH. Tal tendência pode ser ainda mais acentuada tendo em conta a promulgação da Lei 11513/23 de 6 de junho de 2023 que modificou os parâmetros para cálculo do valor

correspondente à Outorga Onerosa (diminuindo, por exemplo, o valor que era previsto anteriormente em 50% para algumas regiões).

É importante lembrar que os dados, ora avaliados, foram baseados nas informações das OLEIs emitidas presentes no Portal PBH<sup>55</sup>. As OLEIs captam as intenções e podem ter um caráter exploratório por parte das consultorias e dos empreendedores que, várias vezes, adaptam seus empreendimentos de modo a “escapar” do licenciamento ou para receberem termos de referência mais sucintos. Como exposto no Gráfico 2, a regional com maior número de OLEIs é a Centro Sul, tradicionalmente o setor mais valorizado e com maior vitalidade econômica do município, seguida pelas regionais Oeste e Pampulha, onde os empreendimentos voltados para Casa de festas e Casa de shows são muito frequentes. A diminuição significativa do percentual de OLEIs nessas duas regionais é um reflexo da retirada da exigência de EIV para Casas de festas.

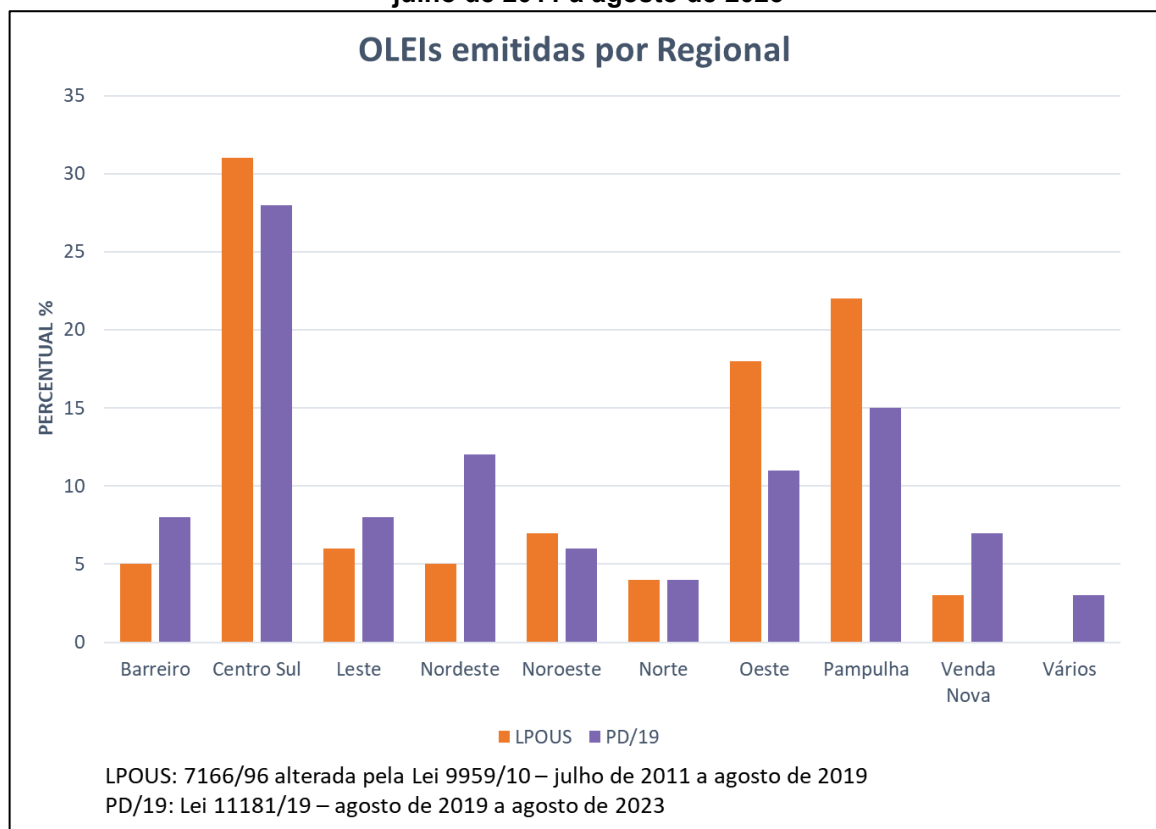
A simplificação nos enquadramentos determinada pelo PD/19 gerou um movimento de adequação na proporção de OLEI emitida por regionais, ou seja, com a diminuição das orientações emitidas para as Regionais Centro Sul, Oeste e Pampulha, houve um aumento relativo no percentual das demais regionais, com destaque para as Regionais Leste, Nordeste e Venda Nova. As OLEIs envolvendo múltiplas regionais estão relacionadas à OUC e às intervenções viárias significativas.

---

<sup>55</sup> <https://dados.pbh.gov.br/dataset/smpu-licenciamento-de-empreendimento-de-impacto-urbanistico> acesso em agosto de 2023



**Gráfico 2 – Percentual de OLEIs emitidas por Regional Administrativa  
julho de 2011 a agosto de 2023**

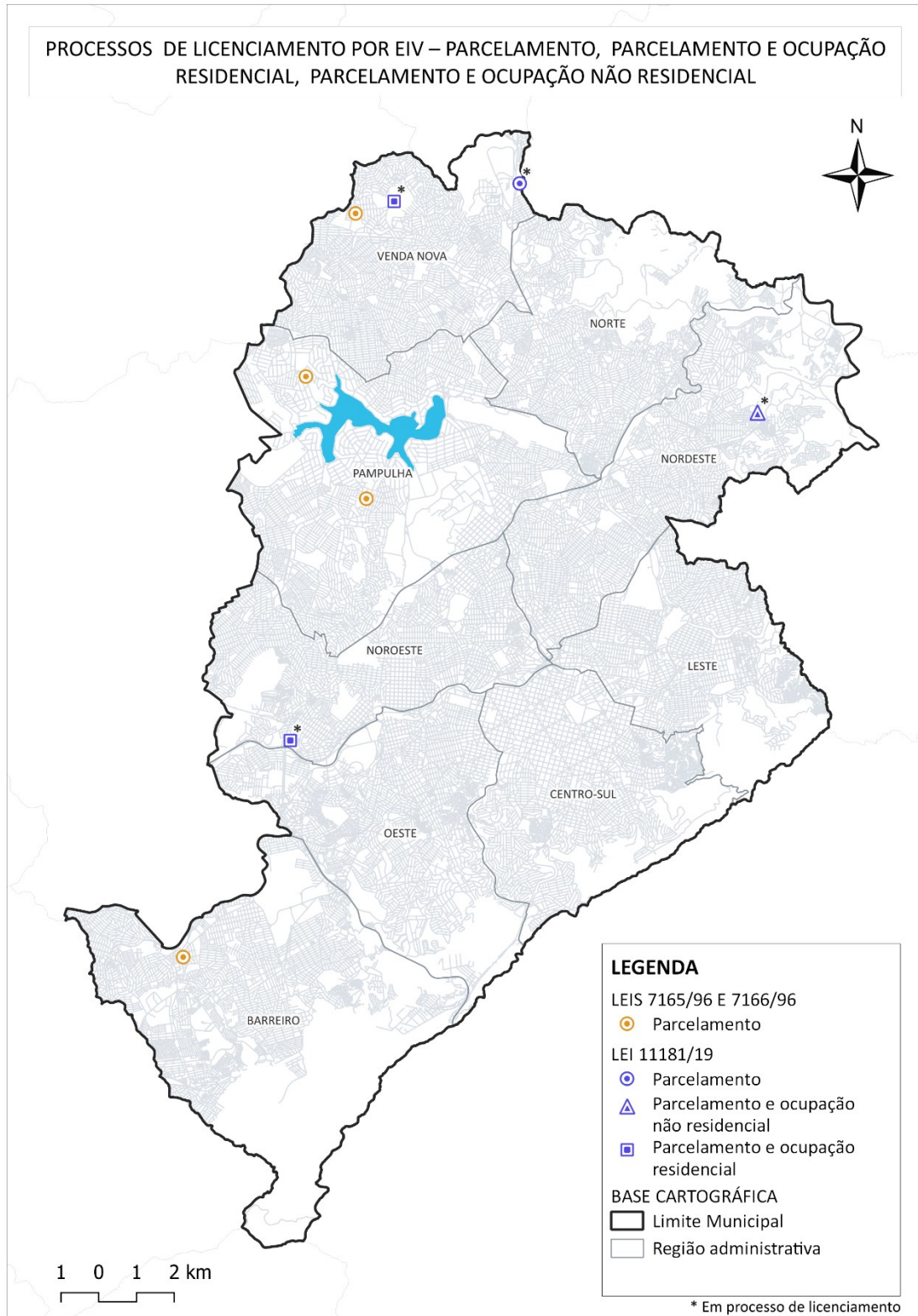


Elaborado pela autora. Fonte: PBH.

Enquanto as OLEIs indicam cenários possíveis, a análise dos processos de licenciamento urbanístico permite a identificação da espacialização dos empreendimentos no território municipal. Para tanto, foi considerado o período de julho de 2011 a agosto de 2023. Além disso, as informações foram trabalhadas do seguinte modo: não foram considerados os processos indeferidos, arquivados e cancelados; somente aqueles licenciados ou em licenciamento. O APÊNDICE C é o resultado dessa consolidação e está refletido nos Mapas 2 a 6 a seguir.

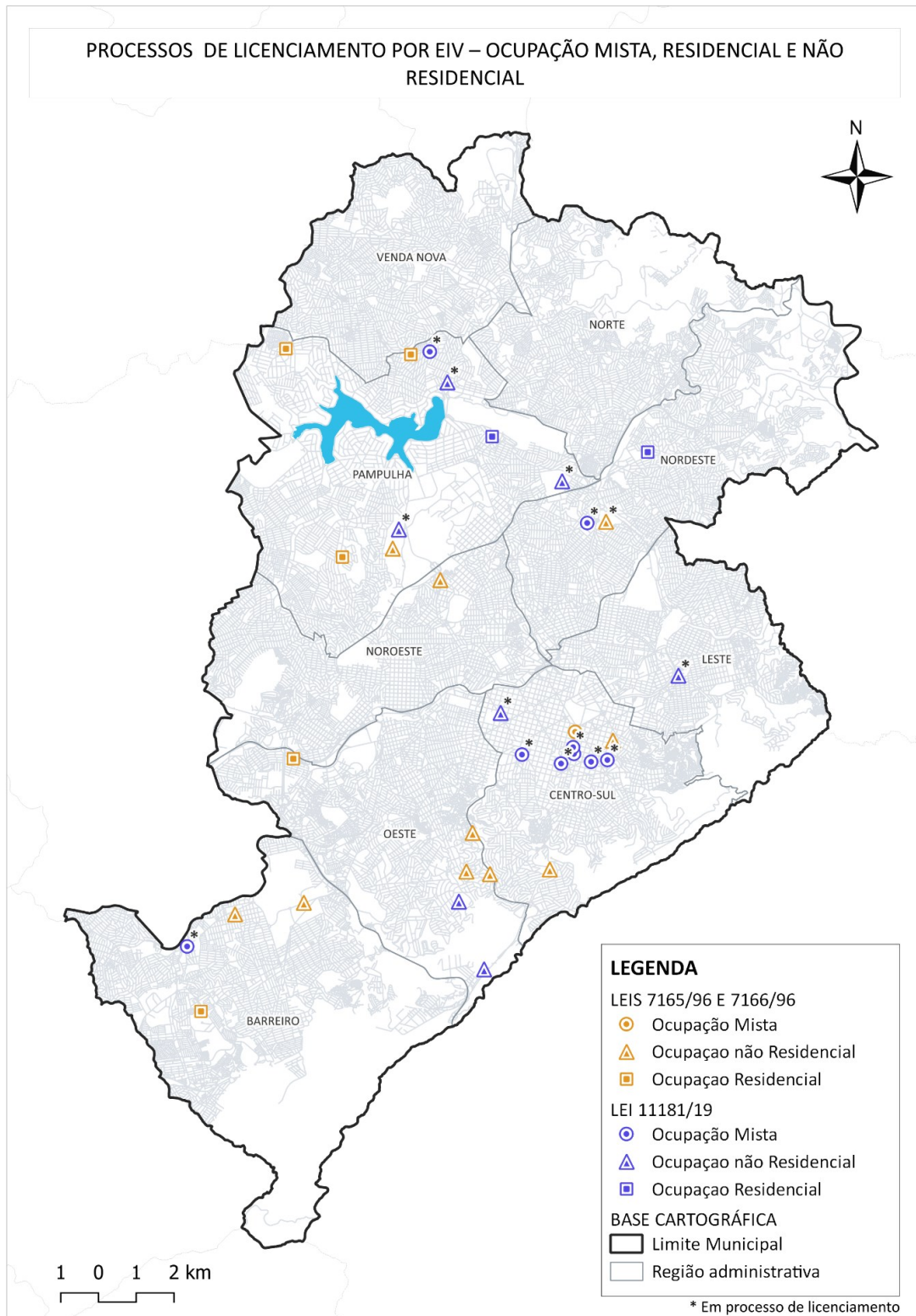
Analisando o Mapa 2, afeto aos licenciamentos de enquadramento de parcelamento vinculado, percebe-se que somente após o PD/19 os empreendimentos começaram a apresentar duplo enquadramento, ou seja, as propostas de parcelamento vieram em conjunto com propostas de ocupação também classificadas como de impacto. Os empreendimentos estão distribuídos por algumas poucas regionais, com maior concentração na Regionais Pampulha e Venda Nova.

**Mapa 2 – Processos de licenciamento urbanístico relativos a parcelamento, parcelamento e ocupação residencial, parcelamento e ocupação não residencial.**  
**(julho de 2011 a agosto de 2023)**



Elaborado pela autora. Fonte: PBH  
 Apoio geoprocessamento: Felipe Andrade Ferreira.

**Mapa 3 – Processos de licenciamento urbanístico relativos à ocupação – edificações residenciais, não residenciais e de uso misto. (julho de 2011 a agosto de 2023)**



Elaborado pela autora. Fonte: PBH  
Apoio geoprocessamento: Felipe Andrade Ferreira

O Mapa 3 afeto aos empreendimentos enquadrados por ocupação apresenta uma distribuição mais equilibrada pelo território com exceção das Regionais Leste, Noroeste, Norte e Venda Nova, valendo destacar alguns pontos:

- no universo dos empreendimentos cujo enquadramento como de impacto se deu pela LPOUS, a predominância era de empreendimentos não residenciais, havendo poucos residenciais, ou seja, com mais de 300 unidades habitacionais e esses se localizam em espaços relativamente periféricos às porções mais valorizadas da cidades, o que é indicativo de sua inserção num mercado de moradia destinado à faixas de poder aquisitivo mais restrito;

- com relação aos empreendimentos enquadrados pelo PD/19, percebe-se que há uma mudança na dinâmica anterior, ocorrendo uma concentração de empreendimentos mistos na Regional Centro-Sul. Contribuiu para esse aumento a junção de dois movimentos: o interesse dos setor da construção civil em empreender nessa área e o fato de que o PD/19 definiu mecanismos que induzem o maior adensamento de áreas com melhor oferta de infraestrutura e serviços. Esses empreendimentos são enquadrados principalmente pelo porte (área construída), o número de unidades residenciais está bem abaixo do limite de 300 (o que indica ser direcionado a faixa de renda mais alta) e a existência de uso comercial muitas vezes é decorrente de benefícios determinados pelo PD/19 que permite maior aproveitamento do terreno mediante a adoção de medidas de gentileza urbana tais como fachadas ativas.<sup>56</sup>

O Mapa 4 reflete a expressiva simplificação de enquadramentos no tocante aos empreendimentos destinados a serviço de uso coletivo pelo PD/19 (não houve licenciamento dessa tipologia), possíveis explicações seriam: a intenção de não se criar obstáculos burocráticos para a viabilização de empreendimentos de interesse social (escolas e hospitais por exemplo); o reconhecimento de que a lei anterior era muito abrangente podendo ser substituído o enquadramento de impacto por diretrizes de funcionamento na Consulta de Viabilidade que devem ser cumpridas para a obtenção do ALF. A diferença numérica entre as Casa de Shows enquadradas pela lei anterior e as pelo PD/19 pode ser um reflexo da contenção determinada pela

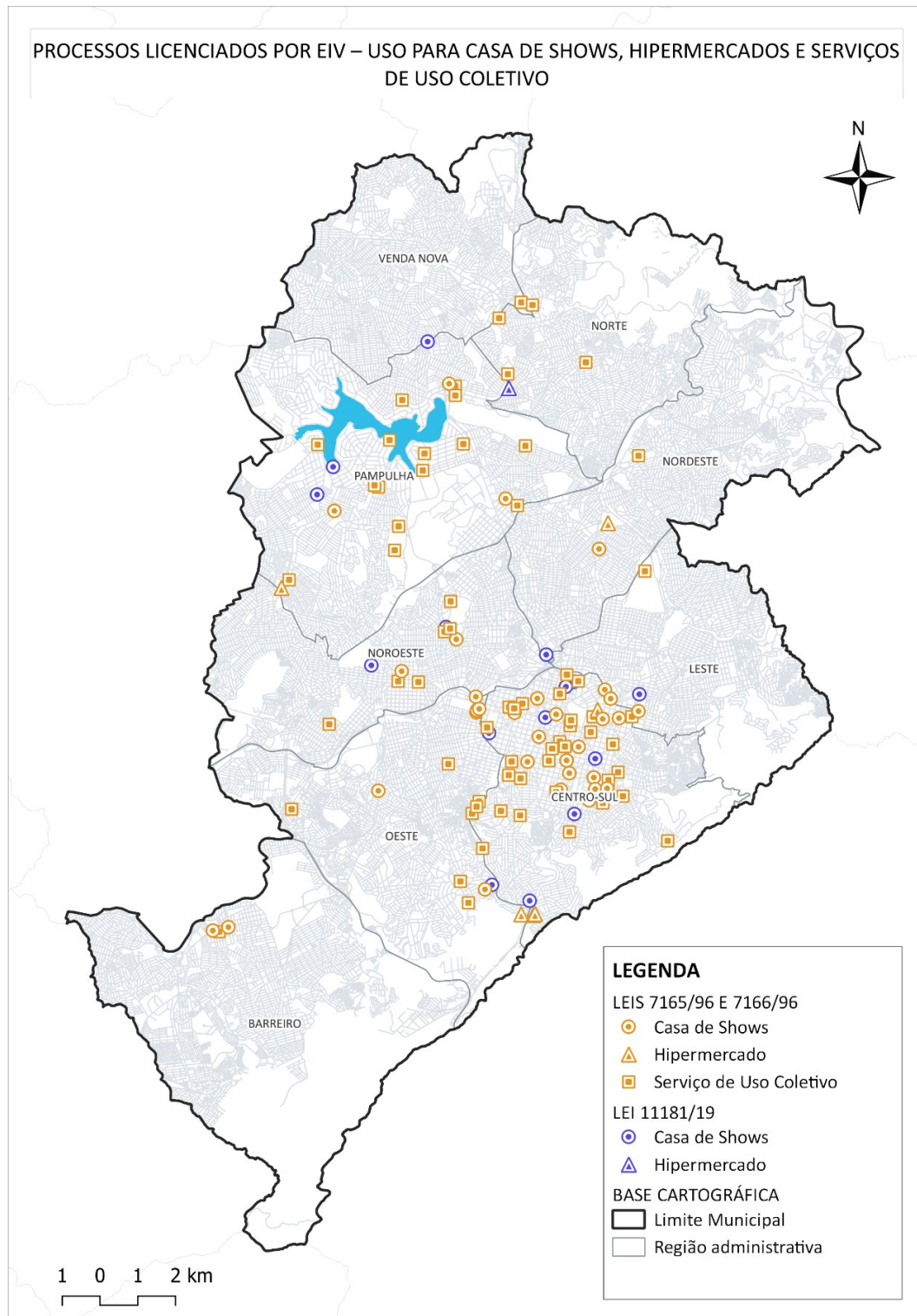
---

<sup>56</sup> Fachadas Ativas são as porções das fachadas com permeabilidade visual, que permitem interação entre o pavimento térreo das edificações e os espaços públicos adjacentes - calçadas e Áreas de Fruição Pública. Fonte: PBH: [e-book-fachada-ativa\\_0.pdf \(pbh.gov.br\)](https://pbh.gov.br/e-book-fachada-ativa_0.pdf) acesso em setembro 2023.



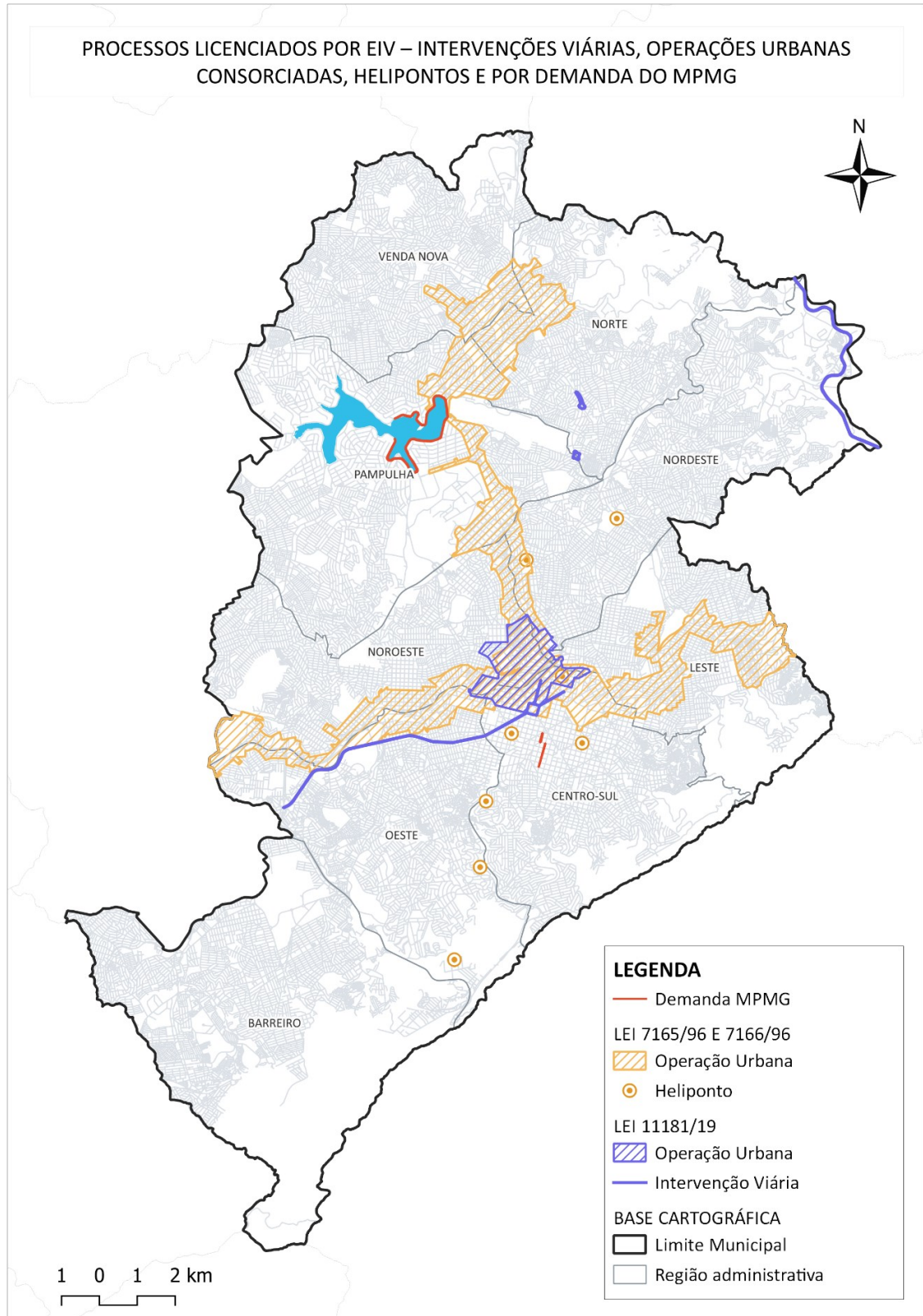
Pandemia COVID-19, pois muitos empreendimentos, antes licenciados, foram fechados e agora estamos percebendo uma retomada dessa atividade.

**Mapa 4 - Processos de licenciamento urbanístico relativos a uso – casa de shows, hipermercados, serviços de uso coletivo (julho 2011 a agosto de 2023)**



Elaborado pela autora. Fonte: PBH  
Apoio geoprocessamento: Felipe Andrade Ferreira

**Mapa 5 - Processos de licenciamento urbanístico relativos a intervenções viárias, OUC, helipontos, demanda do MP-MG (julho de 2011 a agosto de 2023)**



Elaborado pela autora. Fonte: PBH  
Apoio geoprocessamento: Felipe Andrade Ferreira

O Mapa 5 demonstra a espacialização dos empreendimentos que não estão inseridos nos parâmetros afetos a parcelamento, ocupação e uso. De início, percebe-se uma expressiva contenção territorial entre as OUCs propostas. Contudo, mesmo com essa diminuição, talvez assistamos uma reprise: ideias apresentadas como progressistas que acabam limitando sua existência a si mesmas na forma de documentos (mas isso seria matéria para uma outra pesquisa). Podemos destacar alguns pontos: a possível desconexão das propostas frente à dinâmica imobiliária do município; a dificuldade de se traduzir o texto técnico para um formato mais compreensível a todos os envolvidos; o fato das OUCs envolverem processos complexos, nem sempre viabilizáveis, afetos à negociação política, à criação de parcerias e de estruturas administrativas próprias. De todo jeito, a sobreposição da OUC Centro Lagoinha<sup>57</sup> sobre a OUC anterior já é um indicativo da constante intenção do Executivo Municipal de intervir na área.

Com relação aos demais empreendimentos, os helipontos (mais presentes nas Regionais Centro Sul e Oeste) deixaram de ser objeto de licenciamento urbanístico e já há presença de empreendimentos relacionados a intervenções viárias significativas. No mapa estão indicadas a duplicação da estação férrea da empresa Vale (Regional Nordeste) em licenciamento e as intervenções no Corredor Viário da Avenida Amazonas (Regionais Centro Sul e Oeste). As intervenções indicadas em vermelho se referem a ciclovias que foram objeto de EIV, não por se enquadrarem como empreendimento de impacto nos termos do PD/19 mas em função de demanda específica formalizada pelo Ministério Público de Minas Gerais (MP-MG) que entendeu ser necessária avaliação dos impactos gerados pela implantação delas nas vizinhanças envolvidas.<sup>58</sup>

Outra circunstância que extrapolou a regulamentação municipal do EIV, diz respeito a um empreendimento em construção no município de Nova Lima, na divisa

---

<sup>57</sup> A OUC Centro Lagoinha é assim apresentada pela PBH:

Em linhas gerais, o Plano pretende promover a articulação das regiões Central e da Lagoinha por meio da integração e qualificação dos espaços públicos do Complexo Viário da Lagoinha; a melhoria das condições de mobilidade e acessibilidade na área abrangida, especialmente para os pedestres; a valorização, a preservação e a proteção do patrimônio cultural material e imaterial; o incentivo à ampliação de oferta de habitação, inclusive de interesse social, e à diversidade de usos; a valorização das atividades econômicas tradicionais e dos comércios e serviços locais e/ou de pequeno porte, dentre outros. Disponível em [PLANO DE QUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA CENTRO-LAGOINHA | Prefeitura de Belo Horizonte \(pbh.gov.br\)](https://pnh.gov.br/plano-de-qualificacao-urbanistica-centro-lagoinha) acesso em julho de 2022.

<sup>58</sup> Processo administrativo 31.00582337/2022-71.

com BH. Trata-se de edificação multifamiliar vertical (296 unidades) que ocupa um terreno lindeiro a duas vias, uma em Nova Lima e a outra em Belo Horizonte. A via em BH é de trânsito local e está inserida numa área de restrição de ocupação que admite somente residências unifamiliares. O empreendimento foi licenciado ambientalmente em Nova Lima e o projeto arquitetônico aprovado por esse município indicava que o acesso para as 826 vagas de estacionamento se daria exclusivamente pela via belorizontina. Tal fato ensejou o protocolo, pelos moradores da via em BH, da solicitação de licenciamento por EIV do empreendimento em Belo Horizonte. Esse empreendimento também foi objeto de ação pelo MP-MG por não atender às diretrizes de proteção cultural e paisagística da Serra do Curral definidas por Belo Horizonte. Após extensos debates no COMPUR, contrapondo, especialmente, os moradores de BH e os proprietários dos apartamentos em construção, o empreendedor optou por alterar o projeto arquitetônico de modo a localizar os acessos ao empreendimento somente por Nova Lima ficando assim desobrigado da execução do EIV. Com relação à altimetria da edificação, ela foi defendida pelo empreendedor baseada na argumentação de que houve aprovação do projeto pelo município de Nova Lima e teve sua discussão conduzida pelo CDPCM-BH.<sup>59</sup>

Sobre a atuação do MP-MG, cabem algumas pontuações, o órgão tem presença constante nos licenciamentos de impacto: solicitando informações para acompanhamento dos processos; demandando ações específicas como no caso do controle dos incômodos de trânsito e de ruídos no Bairro Olhos D'água localizado na Regional Oeste que concentrava eventos recorrentes (gerando a ação da SUREG em negar as licenças para eventos e solicitar elaboração de EIVs); indicando a necessidade de licenciamento urbanístico como no caso de uma universidade localizada no Bairro Buritis, também na Regional Oeste, que já havia passado por licenciamento ambiental mas que estava gerando significativos impactos na vizinhança. Essa última situação foi muito questionada no COMPUR através de argumentos do empreendedor de que o licenciamento urbanístico seria abusivo pois os impactos já teriam sido tratados no licenciamento ambiental, desconsiderando,

---

<sup>59</sup> Processo administrativo 01-028.112/22-77.



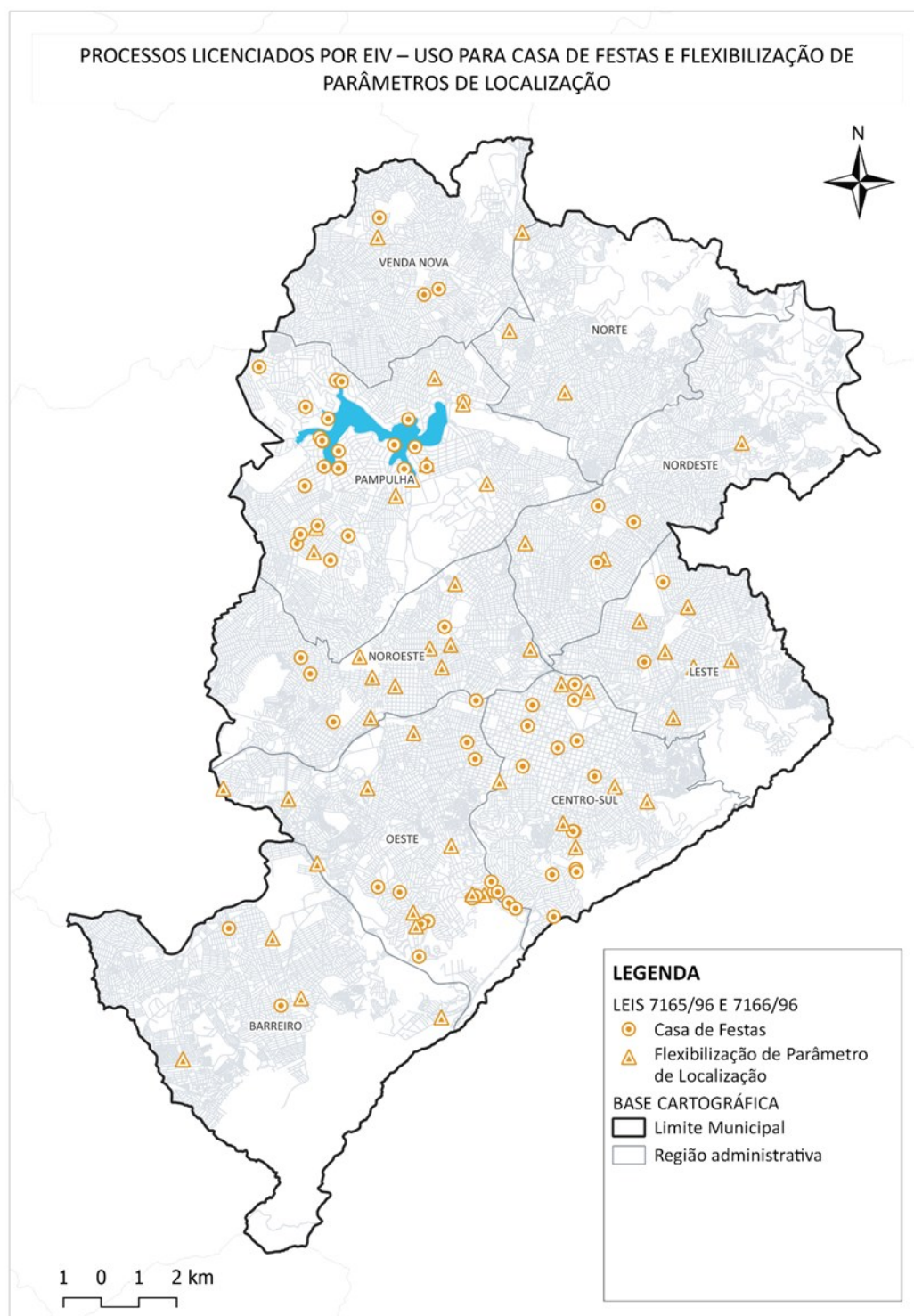
assim, o fato de que tanto a vizinhança quanto o empreendimento tinham sofrido alterações nesse ínterim.<sup>60</sup>

Finalmente, no Mapa 6, estão indicados os empreendimentos licenciados segundo parâmetros da LPOUS e que deixaram de demandar EIV pelo PD/19, vale destacar que estão distribuídos por todo o território, sendo marcante a presença de Casas de festas nas Regionais Centro Sul, Oeste e Pampulha. Na Oeste destaca-se o Bairro Buritis e na Pampulha a região de sua orla. Nessa situação, mesmo atualmente sendo determinadas condições para a obtenção de ALF, resta a dúvida se a concentração de tantos empreendimentos de mesma natureza num dado território não criaria uma certa especialização de espaços, gerando significativos incômodos a possíveis residentes (da vizinhança imediata ou de áreas próximas). Contudo, talvez essa não seja uma situação a ser resolvida por licenciamento por EIV, mas por ações de contenção pela fiscalização.

---

<sup>60</sup> Processo administrativo 31.00017527/2021-89.

**Mapa 6 – Processos de licenciamento urbanístico relativos a uso: casa de festas e flexibilização de parâmetros de localização de atividades (julho de 2011 a agosto de 2019)**



Elaborado pela autora. Fonte: PBH  
Apoio geoprocessamento: Felipe Andrade Ferreira

Somadas às novidades advindas do PD/19 e do Decreto 17266/20, tivemos que lidar com outra importante alteração de rotinas: o isolamento social decorrente da Pandemia Covid-19. Em março de 2020, a PBH entrou em teletrabalho o que gerou a necessidade de aceleração de projetos de informatização anteriormente previstos. A solução temporária foi a adoção em abril de um sistema tramitador para captação das demandas via internet para prosseguir com os procedimentos afetos ao licenciamento urbanístico.

Em junho de 2020, entrou em produção um sistema para captação via internet de atendimento de OLEIs e para a emissão de PLU<sup>61</sup> bem como para comprovação de atendimento de diretrizes<sup>62</sup> de PLU. Assim, todo processo de licenciamento passou a ser em formato digital. Se por um lado isso modernizou os procedimentos, por outro, a forma como o sistema foi construído afetou a legibilidade do processo administrativo.<sup>63</sup>

Em setembro de 2020, também entrou em produção um sistema para emissão de OLEIs<sup>64</sup> via internet. No caso das urbanísticas, o sistema foi parametrizado de modo a permitir a emissão automática para alguns empreendimentos e, para os demais, o sistema foi customizado para a emissão mais eficiente do documento. A avaliação das OLEIs ditas “manuais” é feita em reuniões semanais entre representantes da SUPLAN e da DLAC ocasião em que, além das informações apresentadas na caracterização (formulário eletrônico) pelo requerente, podem ser consultados bancos de dados da PBH<sup>65</sup> e, também, informações de redes sociais e de aplicativos abertos de busca e de mapas. As OLEIs emitidas por sistema são caracterizadas por uma certa uniformização nos termos de referência, essa característica é decorrente da necessidade de parametrização e acaba por incumbir

---

<sup>61</sup> [Licenciamento Urbanístico de Empreendimento de Impacto | Portal de Serviços \(pbh.gov.br\)](http://portal.servicos.pbh.gov.br) acesso em outubro de 2023

<sup>62</sup> [Atendimento às Condicionantes da Licença Ambiental ou do Parecer de Licenciamento Urbanístico \(processos iniciados a partir de 12/06/20\) | Portal de Serviços \(pbh.gov.br\)](http://portal.servicos.pbh.gov.br) acesso em outubro de 2023

<sup>63</sup> O processo administrativo físico segue uma sequência cronológica que facilita seu entendimento, no sistema digital utilizado pela PBH, a leitura não é muito amigável, sendo difícil para quem não conhece a lógica do sistema encontrar as informações necessárias e entender as suas correlações.

<sup>64</sup> [Orientação para o Licenciamento de Empreendimento de Impacto - OLEI | Portal de Serviços \(pbh.gov.br\)](http://portal.servicos.pbh.gov.br) acesso em outubro de 2023

<sup>65</sup> O BHMap é um projeto da PBH que disponibiliza a qualquer interessado um conjunto de mapas e ferramentas para uso geral. Todos os mapas utilizam o SRID (Sistema de Referência Espacial) <http://bhmap.pbh.gov.br/> acesso em outubro de 2023

à consultoria algumas determinações do estudo que antes eram delimitadas pela PBH.

Outra medida adaptativa, foi a realização das reuniões do COMPUR na modalidade virtual. Se de início, existiu uma certa resistência visto que nem todos tinham familiaridade com esse tipo de encontro, atualmente o formato já está bem assimilado e possibilitou uma expressiva transparência nos procedimentos e nos registros pois, como dito anteriormente, as gravações das reuniões ficam disponibilizadas no Portal da PBH. A interação dos atores envolvidos nos processos de licenciamento urbanístico, membros do COMPUR, será tratada no capítulo a seguir.

## 4 EIV EM BELO HORIZONTE: ALGUMAS REFLEXOES

### 4.1 Sobre momentos de participação

Os quase dezessete anos de aplicação do EIV permitem algumas reflexões sobre os momentos de participação previstos pelo EC e pela sua regulamentação municipal. Com relação às audiências públicas, ainda não foi emitida OLEI, em BH, que determine a necessidade desse momento. De fato, no município, podemos destacar somente duas situações. A primeira envolvendo uma Casa de Shows<sup>66</sup> nas proximidades da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais com processo de licenciamento urbanístico concluído e que foi demandada por mobilização dos moradores vizinhos para o fechamento do empreendimento ou para maiores esforços na contenção dos incômodos causados à comunidade (ruídos e brigas produzidos nas vias pelos usuários do estabelecimento e resíduos deixados no entorno). Como o empreendimento foi fechado em decorrência das restrições impostas pela Pandemia COVID-19, não podemos aferir se houve desdobramentos efetivos da audiência realizada, para além da redefinição do PLU.

A segunda situação refere-se às discussões para a viabilização das OUC. Cota (2010, p.383) ressalta a limitação das audiências em se constituir espaços democráticos de participação. Uma das dificuldades relatadas pela autora é a complexidade do assunto que muitas vezes não é apreendido pelos participantes a partir das apresentações e da condução das discussões pelos especialistas. Esse aspecto pode ser considerado, assumindo uma certa simplificação, como reflexo de dois movimentos, a manifestação das representações do espaço (Lefebvre, 1991) e da encriptação da linguagem identificada por Sanin-Restrepo (2017).

Com referência à proposição da OUC Centro Lagoinha, foram realizadas duas audiências públicas: uma em dezembro de 2019 na modalidade presencial em que se inscreveram 80 interessados tendo comparecido 43 munícipes, outra na modalidade virtual em que existiram 188 inscrições com a participação efetiva de 128 interessados. De modo geral, por envolver espaços da vida cotidiana de muitos dos participantes e pela complexidade social, urbanística e ambiental da área objeto da

---

<sup>66</sup> Processo administrativo 01.074.421/13-09.

proposta, foi possível a identificação de vários interesses e perspectivas, a maioria reconhecendo a necessidade de sua qualificação. Algumas falas manifestaram a preocupação com a gentrificação (setor técnico ligado a universidade), em resgatar espaços sociais e atividades produtivas alternativas (moradores e empreendedores locais), outros manifestaram a importância de se inserir a área de forma mais ampliada em processos produtivos imobiliários (setor empresarial).

Comumente, era expressa uma certa desconfiança sobre os desdobramentos do assunto visto que essa era a segunda OUC apresentada para o local. Cabe ressaltar que as audiências foram feitas no contexto de apresentação da proposta da OUC em tela sendo o EIV um de seus componentes, identificado em seu capítulo “Análise de Impactos”. A mudança de formato de presencial para virtual trouxe ganho em termos quantitativos visto a facilidade de participação via computador e dispositivo móvel. Contudo, o fato de estarem presentes na reunião não significa a efetiva participação de todos. Além dos desafios já apresentados (Souza, 2004), há a questão de ordem individual que pode estar relacionada a uma atualização da saturação identificada por Simmel (1973): o isolamento social existente naquele momento nos inseria num excesso de estímulos e numa simultaneidade de tarefas que nem sempre nos garantia a devida concentração e apreensão do que estava sendo discutido. Outro ponto é que a fala nas reuniões virtuais é mais controlada pela organização do evento, sendo mais fácil a delimitação de tempo e de inscrições, não existindo muita oportunidade de debates mais acalorados como nas reuniões presenciais, ocasião em que podem emergir importantes questões a serem avaliadas. Como alternativa a esse controle, muitos acabam por utilizar os *chats* das reuniões para essas discussões - nem sempre acompanhadas pelos demais e nunca registradas em atas, pois são consideradas legítimas apenas as falas devidamente inscritas.

De um modo geral, segundo manifestações dos entrevistados P1 e P2 que participam de audiências afetas a licenciamentos ambientais e, com base nas colocações de Cota (2010), as audiências públicas podem ser vistas, na maioria dos casos, no contexto definido por Souza (2004) como consultas em que os munícipes são informados, mas sem o compromisso oficial de se incorporar as discussões ao projeto.

Com relação às pesquisas de percepção<sup>67</sup>, esse é um momento em que se pode captar vislumbres das vivências socioespaciais como tratadas anteriormente. Tais pesquisas estão mais relacionadas a sondagens das diversas percepções dos interesses em jogo e menos a enquetes do tipo “contra ou a favor” da implantação do empreendimento. Cabem, ainda, alguns destaques:

- em alguns casos, os estudos não apresentam pesquisas de percepção que realmente contribuem para a avaliação da viabilidade da implantação do empreendimento. O fato de serem conduzidas pela consultoria, contratada pelo empreendedor, já inclui um elemento complicador, pois dificilmente os resultados indicam percepções tais que inviabilizem a proposta;

- frequentemente, grandes empreendimentos (no sentido de refletirem altos investimentos e possibilidades de maior rentabilidade bem como maior porte e/ou complexidade e /ou potencial de controvérsias e conflitos) contratam consultorias mais bem estruturadas e preparadas que apresentam pesquisas melhor fundamentadas e executadas. Empreendimentos menores apresentam pesquisas mais sucintas que, comumente, pouco agregam à avaliação do estudo;

- nos casos em que a análise das pesquisas gera dúvidas quanto aos impactos percebidos, segundo o entrevistado P3, é comum a prática de verificação das informações junto ao banco de dados da fiscalização mantido pela Subsecretaria de Fiscalização (SUFIS) da SMPU e ainda a consulta a redes sociais, sites de associações de bairro, dentre outras fontes. Essa prática permite inserir na avaliação os impactos porventura não apresentados no EIV;

- se as vivências socioespaciais podem assumir um caráter subjetivo nem sempre captado pelas pesquisas de percepção, os interesses articulados com o mercado imobiliário (Harvey, 1980) são mais facilmente identificados, especialmente se relacionarmos as respostas às categorias dos respondentes (moradores, proprietários, locatários, empreendedores locais) e, em alguns casos, é possível a identificação de posicionamentos reativos e defensivos inseridos no contexto de “não em meu quintal” (Castells, 1999);

- outro importante aspecto diz respeito à vivência das consultorias entrevistadas: C1 relatou um caso em que a pesquisa identificou a existência de um

---

<sup>67</sup> Para maiores informações sobre a metodologia sugerida para a elaboração das entrevistas pela PBH, ver o ANEXO B.

trecho de via com alto número de atropelamentos (pois a faixa de pedestre não era respeitada pelos transeuntes). Assim, propuseram como medida de qualificação da segurança da vizinhança a implantação de obstáculos no canteiro central de modo a evitar o risco do atravessamento em local inadequado. C2, por seu turno, relatou que uma pesquisa apontou que o produto imobiliário pretendido pelo empreendedor não era o mais rentável, induzindo, então, a adaptação da proposta para um produto com maior aderência às expectativas de seu público-alvo.

As entrevistas, portanto, podem contribuir para a qualidade dos estudos, fornecer importante subsídios não apenas para a análise técnica pelo executivo, mas também para as consultorias e para os empreendedores. Sob a ótica do planejamento urbano e da gestão, há a possibilidade de outras abordagens ainda não aproveitadas pela administração local que dizem respeito a: incluir perguntas no termo de referência de modo a identificar percepções que possam auxiliar a proposição de planos e projetos para a região; sistematização do conjunto de informações coletadas pelas pesquisas de modo a construir um banco de dados cuja natureza extrapola as informações comumente consultadas pelos setores de planejamento urbano – uma alternativa para a viabilização dessa proposta seria incluir nos termos de referência um *template* a ser preenchido, de forma padronizada, pelas consultorias com as respostas coletadas pela pesquisa.

Com referência às discussões efetuadas no COMPUR, algumas questões podem ser identificadas<sup>68</sup>:

I - os entrevistados P1 e P4, que já foram conselheiros, ressaltam que as discussões quase sempre são superficiais pois é muito difícil aos membros tomarem conhecimento prévio aprofundado de todos os processos a serem discutidos na reunião, numa situação em que se coadunam as observações de Mbembe (2021) afetas à transmissão e ao consumo de fluxos de informações sem o devido tempo para maturação e apreensão. Os conselheiros acabam, na maioria das vezes, seguindo os pareceres dos órgãos licenciadores e do relator. A exceção ocorre quando se tem familiaridade com a vizinhança ou com o empreendimento. Nesse ponto, a percepção individual, baseada nas experiências cotidianas e com

---

<sup>68</sup> Parte significativa desse trecho está baseado em percepções próprias, como observadora das reuniões do COMPUR ao longo dos anos.



componentes da prática espacial e do espaço das representações (Lefebvre, 1991) podem se manifestar sobrepondo ao aspecto representativo de algum setor ou categoria;

II - a participação dos setores apresenta peculiaridades:

a) - o setor público ligado ao executivo municipal nem sempre atua em sintonia, mas raramente explicita as discordâncias publicamente. Quando esta é intransponível, geralmente, a opção se dá pela abstenção no voto. Em gestões anteriores, era usual a convocação prévia dos conselheiros para a uniformização das informações e direcionamento do posicionamento. Naquelas condições, dificilmente a decisão tomada era revertida na plenária visto a composição do Conselho (metade dos membros são representantes do executivo municipal);

b) - o setor público ligado ao legislativo municipal é um tanto imprevisível:

- se o representante for alinhado politicamente ao executivo municipal, normalmente ele atua em harmonia com seus representantes, a não ser que o assunto envolva assuntos de seu maior interesse afetos a bases de apoio ou a acordos específicos;

- se o representante estiver ligado a movimentos de oposição ao executivo, a participação se torna ainda mais imponderável, pois apesar da expectativa de contraposição, podem ocorrer articulações outras que resultam em posicionamentos coincidentes;

c) – o setor técnico tende a atuar em conjunto com o setor popular e, às vezes, com o setor público executivo. Também pode apresentar uma certa imprevisibilidade decorrente do entendimento de sua representação: se atua em nome de um grupo ou se entende confortável em assumir posicionamentos próprios em nome da organização que teoricamente deveria representar;

d) – o setor popular apresenta características coerentes com os interesses do grupo que representa, muitas vezes adotando posicionamentos semelhantes ao setor

técnico e/ou ao setor público. Nesse ponto, é importante destacar as falas de uma representante do setor popular ligado ao movimento pela moradia: em entrevista a Araújo (2009b) pontuou que o foco não era a participação no COMAM, mas a atuação no Conselho Municipal de Habitação, numa indicação do entendimento de que urbano, meio ambiente e habitação, naquele momento, eram entendidos como agendas distintas. Atualmente, tal visão foi significativamente alterada, como registrado em manifestação dessa, agora, conselheira na reunião do COMPUR de 29/09/2023<sup>69</sup> em que relata as disputas acirradas pela representação nesse Conselho decorrentes da compreensão de que a luta por moradias deve se expandir para além das Conferências Urbanas e que o COMPUR é um importante fórum de discussão pelo direito à cidade;

e) - o setor empresarial é o que atua em melhor sintonia entre si, como entendido pelo entrevistado P1 e pelas considerações de Cota (2010, p. 238). Esse setor tem feito reiteradas críticas aos licenciamentos urbanísticos, especialmente quanto às medidas de tratamento de impactos consideradas desproporcionais. Como fundamentação, utilizam os argumentos:

- se o Plano Diretor admite o empreendimento é porque os impactos já foram devidamente avaliados e não há que se falar de compensação ou mitigação;

- muitas contrapartidas solicitadas ao empreendedor são de obrigação do executivo que utiliza do licenciamento urbanístico para transferir a responsabilidade e o ônus de suas execuções para a iniciativa privada;

- os empreendimentos geram emprego, renda ou moradia, então, por definição, são virtuosos e seus impactos são insignificantes frente aos ganhos para o desenvolvimento da cidade;

- o licenciamento urbanístico está em descompasso com a Lei da Liberdade Econômica<sup>70</sup> ao criar obstáculos para a operação e implantação dos empreendimentos.

---

<sup>69</sup> Fala registrada em gravação (31:28 a 38:35 minutos) disponível em [Compur on-line | Prefeitura de Belo Horizonte \(pbh.gov.br\)](https://compur.pbh.gov.br) acesso em outubro de 2023.

<sup>70</sup> A Lei Federal 13874/19 conhecida como Lei da Liberdade Econômica é apresentada como uma norma que visa a desburocratização e o incentivo ao empreendedorismo. Ela também define limites para a ação reguladora do Estado e, ao simplificar os processos de licenciamento e de autorizações, pode acarretar um menor controle sobre atividades potencialmente prejudiciais ao meio ambiente urbano.

Com relação aos argumentos apresentados pelo setor empresarial há alguns aspectos a serem destacados. Sobre a questão do Plano Diretor, desde 1996, Belo Horizonte deixou de lado os Zoneamentos Funcionalistas para conviver com a flexibilização de usos em seu território. Assim sendo, a legislação urbanística determinou que essa flexibilização deveria ocorrer mediante o tratamento dos impactos gerados por usos considerados incômodos. Tais tratamentos ocorrem a partir da adoção de medidas mitigadoras previstas em PD/LPOUS que devem ser comprovadas na ocasião do licenciamento da atividade e ser acompanhadas por ações fiscais, caso necessário. E é nesse contexto que se justifica a adoção do EIV, para o tratamento de impactos gerados por empreendimentos cujos incômodos extrapolam o rotineiramente previsto na legislação.

Sobre as questões afetas ao licenciamento de empreendimento de impacto obstaculizar o desenvolvimento econômico e desonerar o poder público de ações de sua competência, vale destacar que as contrapartidas são propostas para absorver demandas geradas pelos próprios empreendimentos e, ao executá-las, há uma valorização da vizinhança em termos de ofertas de serviço de saúde, lazer e mobilidade, por exemplo. Tal valorização é incorporada ao empreendimento contribuindo para obtenção de maior renda diferencial e, em certas situações, de monopólio (Singer, 1979).

Vale pontuar que, atendendo a demandas do setor empresarial por parâmetros claros para a definição de contrapartidas a serem considerados no estudo de viabilidade dos empreendimentos<sup>71</sup>, o governo municipal promulgou o Decreto 18072/22 em 22 de agosto de 2022 que determinou parâmetros para cálculo do valor máximo (mas, não valor mínimo) das contrapartidas afetas aos empreendimentos habitacionais, definindo:

Art. 1º – Fica instituído o sistema de mensuração e definição de contrapartidas exigidas como medidas mitigadoras e compensatórias dos impactos à infraestrutura de equipamentos públicos comunitários causados pelo aumento da densidade populacional decorrente da implantação de empreendimentos habitacionais de impacto sujeitos a licenciamento urbanístico ou ambiental, nos termos dos arts. 340 a 345 da Lei nº 11.181, de 8 de agosto de 2019.

§ 1º – As contrapartidas de que trata o caput deverão estar diretamente relacionadas com o aumento de demanda por atendimento nos equipamentos públicos comunitários, e sua definição terá como premissa a busca pelo

---

<sup>71</sup> Além da articulação política do setor empresarial junto ao governo, tal argumento pode ser identificado em atas do COMPUR e nas entrevistas junto às consultorias C1 e C2

equilíbrio entre os impactos negativos e positivos causados pelo empreendimento em sua área de influência.

§ 2º – A aprovação preliminar das contrapartidas se dará exclusivamente pela Câmara de Análise Integrada para Licenciamento de Empreendimentos de Impacto – CLI –, por meio de análise dos estudos de que trata o art. 5º do Decreto nº 17.266, de 28 de janeiro de 2020, com a consequente emissão de parecer único, conforme previsto no art. 19 do referido decreto.

§ 3º – Cumprido o disposto no § 2º, serão emitidos relatórios, nos termos do § 1º do art. 5º e do art. 6º do Decreto nº 17.266, de 2020, para posterior submissão aos conselhos competentes.

Art. 6º – O VLC [Valor Limite das Contrapartidas] de que trata este decreto se aplica exclusivamente ao cálculo das contrapartidas exigidas como medidas mitigadoras e compensatórias dos impactos à infraestrutura de equipamentos públicos comunitários.

§ 1º – Equipamentos públicos comunitários são aqueles destinados a educação, saúde, cultura, lazer, segurança e similares, nos termos do Anexo XI da Lei nº 11.181, de 8 de agosto de 2019.

§ 2º – Qualquer valor dispendido para implementação das demais contrapartidas decorrentes do procedimento de licenciamento urbanístico ou ambiental de empreendimentos de impacto não será computado para o cálculo do VLC de que trata este decreto. (Belo Horizonte, 2022)

Ainda em atendimento a demandas de simplificação dos processos de licenciamento de empreendimentos de impacto, em 22 de agosto de 2023 foi promulgada a Lei 11582/23 que determinou:

Art. 1º - O empreendimento de impacto submetido a licenciamento urbanístico ou ambiental que tenha sido declarado de utilidade pública ou de interesse social pelo poder público municipal, estadual ou federal poderá obter autorização provisória de funcionamento para o início de suas operações antes do cumprimento integral das condicionantes determinadas no curso do respectivo processo. (Belo Horizonte, 2023b)

A despeito da Lei 11582/23 definir condições para a autorização provisória dos empreendimentos de impacto considerados de utilidade pública, ela significa uma flexibilização sem precedentes no município, sendo questionável não apenas por ir contra normas supralocais - no caso dos licenciamentos ambientais, mas também por fragilizar os processos de licenciamento de empreendimento de impacto ao permitir seu funcionamento sem o cumprimento integral das condicionantes. Um dos argumentos utilizados para a defesa dessa norma é de que ela segue a filosofia da Lei da Liberdade Econômica e, sob esse enfoque, Abreu e Peres (2021) indicam:

Santos Jr. et al. (2020)<sup>72</sup> destacam, ainda, alguns retrocessos advindos da recém aprovada Lei n.º 13.874, de 20 de setembro de 2019, conhecida como

<sup>72</sup> Santos Jr., O. A.; Diniz, T. M. R. G.; Saule Jr., N. (Org). **Dossiê do Desmonte da Política Urbana Federal nos Governos Temer e Bolsonaro e seus Impactos Sobre as Cidades**: Violações de Direitos Humanos e os Riscos

Lei da Liberdade Econômica. Seu artigo 3º, inciso XI, prevê que não deve ser exigida medida ou prestação compensatória ou mitigatória abusiva, sem sede de estudos de impacto ou outras liberações de atividade econômica no direito urbanístico. De acordo com os autores, essa lei enfraquece o sistema de política urbana, uma vez que retira dos entes federativos, nesse caso os municípios, sua capacidade de exigir contrapartidas em processos de licenciamento. A lei interfere principalmente na aplicação do EIV e, de forma geral, na execução do Licenciamento Urbanístico (SANTOS Jr. et al., 2020). (Abreu; Peres, 2021 p.13)

Com relação à participação de cidadãos nas reuniões do COMPUR nota-se uma preponderância de representantes dos empreendimentos (empreendedores e consultorias). Os representantes das vizinhanças somente comparecem em casos de mobilização específica, na maioria das vezes para defesa da manutenção das características do meio ambiente urbano em que se inserem.

Possíveis explicações para a restrita participação dos representantes da vizinhança podem estar relacionadas ao período decorrido entre a informação da proposta do empreendimento através das pesquisas de percepção e as reuniões do COMPUR, à publicização do protocolo do EIV via publicações que não fazem parte do cotidiano das pessoas (não há o hábito de consulta ao DOM e a leitura de jornais tem sido substituída por informações através de sites de notícias e redes sociais). Uma alternativa para o incentivo à participação seria a publicização das pautas das reuniões do COMPUR em redes sociais tais como já são divulgados outros eventos organizados pela PBH. Outra possibilidade seria a instalação de cartazes informativos no local em que se pretende instalar o empreendimento.

Em que pesem as limitações afetas à participação mais ampliada dos munícipes nas reuniões do COMPUR, o Conselho se apresenta como um importante espaço para a explicitação das assimetrias de capacidade de negociação dos atores envolvidos e da manifestação de interesses diversos que consubstanciam a disputa política pelas benesses e encargos da urbanização, expressando coerência com as relações identificadas por Heynen, Kaika e Swyngedouw (2006), Bryant e Bailey (1997).

## 4.2 Sobre o tratamento dos impactos e as políticas setoriais

O EIV não apenas busca a mediação entre os interesses coletivos e privados, ele também tem como pressuposto a justa distribuição dos ônus e dos benefícios da urbanização. Nesse sentido, uma possibilidade de análise se dá através das medidas de tratamento de impactos determinadas pelos licenciamentos urbanísticos. Para tanto, foi efetuado um levantamento dos PLUs publicados no DOM no período de junho de 2017 a julho de 2022<sup>73</sup> (APÊNDICE D).

Nesse levantamento, foram considerados o número da OLEI, a identificação do empreendimento e seu enquadramento como de impacto, o número do processo administrativo, o número do PLU, a data de sua publicação no DOM, os impactos identificados e as respectivas condicionantes, bem como os temas afetos a essa última relação. Importante esclarecer que os PLUs não apresentam uniformidade nos textos, nas categorias de impactos (positivos ou negativos) e nas condicionantes. Por isso, muitas vezes a descrição dos impactos é imprecisa - ora se confunde com os fatores que os causaram ora com as medidas para seu tratamento. Tal imprecisão se reflete na definição das condicionantes que não são classificadas quanto a sua natureza (medidas mitigadoras, compensatórias, potencializadoras).

Os Pareceres também são heterogêneos no tocante à relação entre impactos, condicionantes e diretrizes sendo que a efetivação das condicionantes se dá através do atendimento das diretrizes a elas vinculadas.<sup>74</sup> De modo geral, quanto maior a complexidade do empreendimento ou maior o potencial de conflitos afeto à sua implantação ou operação, mais robusta é a listagem de diretrizes presentes nos Anexos do PLU<sup>75</sup>.

Tomando como exemplo o PLU 0448/21 (ANEXO B), ele apresenta um total de 15 condicionantes e 40 diretrizes sendo que as condicionantes compõem o texto

---

<sup>73</sup> Como exposto anteriormente, foram considerados os PLUs publicados no DOM a partir de junho de 2017, ocasião em que foi adotado o atual modelo de Parecer. No APÊNDICE D não foram computados os PLUs que não apresentaram o Quadro Impactos / Condicionantes (Figura 13) e as alterações de PLUs porventura publicadas após a emissão das versões iniciais.

<sup>74</sup> A relação entre impactos, condicionantes e diretrizes foi apresentada no CAPÍTULO 3 e está graficamente indicada na Figura 10.

<sup>75</sup> Os PLUs e seus Anexos podem ser consultados em <https://dom-web.pbh.gov.br/> (sessão afeta ao COMPUR) tendo como chave de pesquisa as datas das publicações no DOM informadas no APÊNDICE D.

do PLU e as diretrizes estão inseridas no documento denominado Anexo do PLU (Figuras 14 e 15). Considerando que o APÊNDICE D leva em conta 183 PLUs, optamos por nos ater somente às condicionantes como forma de limitar o universo de dados a serem trabalhados. A decisão de organizar a relação entre impactos e condicionantes por temas objetiva mais a apreensão de um panorama de sua frequência nos licenciamentos urbanísticos e menos a efetiva superação da falta de padronização dos PLUs. (Tabela 5). No Quadro 11 estão expostos os órgãos setoriais segundo sua afinidade aos temas. Eles são envolvidos na análise do EIV, na proposição de condicionantes e no acompanhamento do cumprimento de diretrizes a elas correlatas. Atualmente, os órgãos afetos a Saúde, Educação, Esporte e Lazer, Assistência Social somente são envolvidos em casos específicos relacionados a empreendimentos habitacionais nos termos do Decreto que regulamentou o cálculo dos valores para as contrapartidas (Decreto 18072/22).

**Figura 14 – Exemplo da relação entre impactos e condicionantes – PLU 0448/21**

Impactos	N.	Condicionantes
Relacionamento com a vizinhança	1	Implantar Canal de Comunicação com a vizinhança. <b>Ver Nota 1.</b>
	2	Implementar o Plano de Capacitação e Contratação de Mão de Obras – PCMO, preferencialmente na área da vizinhança do empreendimento. <b>Ver Nota 2.</b>
Drenagem Urbana	3	Mitigar os impactos do incremento de escoamento pluvial provenientes do empreendimento no sistema público de drenagem. <b>Ver Nota 3.</b>
Impactos de Obra	4	Implantar Plano de Controle de Poluição Sonora. <b>Ver Nota 4.</b>
Sustentabilidade	5	Implantar sistema de coleta e aproveitamento de água pluvial. <b>Ver Nota 5.</b>
	6	Implantar sistema de medição individualizada de água.
	7	Implantar dispositivos hidráulicos economizadores de água e de aproveitamento de energia solar.

Fonte: PBH - <https://dom-web.pbh.gov.br> (Para a relação completa, ver ANEXO B)

**Figura 15 – Exemplo da relação entre condicionantes e diretrizes – Anexo 1 do PLU 0448/21**

5. ETAPA 5			
PRAZO: para emissão do Alvará de Construção			
Item	Diretrizes	Órgãos	RC*
5.1.	Implantar o Plano de Comunicação com a vizinhança. <b>Ver nota 1 do PLU</b>	SUPLAN	1
5.2.	Implantar o Plano de Capacitação e Contratação de Mão de Obras – PCMO. <b>Ver nota 2 do PLU</b>	URBEL	2
5.3.	Implantar o Plano de Controle de Poluição Sonora. <b>Ver nota 4 do PLU</b>	SMMA	4
5.4.	Implantar Plano de Controle das Emissões dos Veículos a Diesel utilizados na obra, com levantamento de opacidade. <b>Ver nota 6 do PLU</b>	SMMA	8
5.5.	Implantar Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil. <b>Ver nota 12 do PLU</b>	SLU	14

\* Referência à condicionante

Fonte: PBH - <https://dom-web.pbh.gov.br> (Para a relação completa, ver ANEXO B)

**Tabela 5 – Temas: relação entre impactos e condicionantes conforme exposto no APÊNDICE D  
PLUs publicados no DOM – junho de 2017 a julho de 2022**

<b>Temas</b>		
<b>Relação entre impactos e condicionantes</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>Percentual %</b>
Mobilidade e acessibilidade .....	506	42,1
Tratamento de resíduos sólidos .....	174	14,5
Relacionamento com a vizinhança .....	133	11,1
Controle poluição sonora .....	97	8,1
Sustentabilidade e qualificação do empreendimento .....	88	7,3
Drenagem urbana .....	54	4,5
Supressão de vegetação .....	32	2,7
Segurança do usuário e/ou da vizinhança .....	28	2,3
Qualificação dos espaços e serviços públicos .....	24	2,0
Proteção ao patrimônio cultural e/ou ambiental .....	21	1,7
Operação Urbana Consorciada .....	14	1,2
Controle de emissões atmosféricas .....	12	1,0
Incentivos sociais .....	10	0,8
Proteção avifauna .....	3	0,2
Outros .....	7	0,6
<b>Total .....</b>	<b>1203</b>	<b>100,0</b>

**Quadro 11 – Relação entre temas e respectivos órgãos de proposição das condicionantes e de acompanhamento do cumprimento das diretrizes afetas às condicionantes determinadas no licenciamento urbanístico**

<b>Temas: relação entre impactos e condicionantes</b>	<b>Órgãos - Políticas Setoriais</b>
Mobilidade e acessibilidade	Mobilidade, Planejamento Urbano*
Tratamento de resíduos sólidos	Limpeza Urbana, Meio Ambiente
Relacionamento com a vizinhança	Planejamento Urbano
Controle poluição sonora**	Meio Ambiente, Planejamento Urbano
Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Meio Ambiente, Planejamento Urbano, Regulação Urbana***
Drenagem urbana	Obras e Infraestrutura, Meio Ambiente, Planejamento Urbano
Supressão de vegetação	Meio Ambiente
Segurança do usuário e/ou da vizinhança	Mobilidade, Planejamento Urbano, Regulação Urbana
Qualificação dos espaços e serviços públicos ****	Meio Ambiente, <u>Saúde, Educação, Esporte e Lazer, Assistência Social</u> , Urbanização de Áreas de Interesse Social, Planejamento Urbano, Cultura
Proteção ao patrimônio cultural e/ou ambiental	Meio Ambiente, Cultura
Operação Urbana Consorciada *****	Planejamento Urbano
Controle de emissões atmosféricas	Meio Ambiente
Incentivos sociais	Urbanização de Áreas de Interesse Social
Proteção avifauna	Meio Ambiente

\* Planejamento urbano, como órgão de coordenação técnica, participa de todo o processo de definição de condicionantes e consolida os pareceres afetos ao atendimento de diretrizes que envolvem mais de um órgão.

\*\* Controle de poluição sonora é o tema em que o envolvimento da Fiscalização é mais recorrente no período de operação do empreendimento, pós licenciamento urbanístico.



\*\*\* Regulação Urbana é o órgão licenciador que recebe os documentos da Aeronáutica e do Corpo de Bombeiros, por exemplo, para instrução dos seus processos específicos (licenciamento de atividades econômicas, de edificações e de parcelamento do solo).

\*\*\*\* Qualificação dos espaços e serviços públicos pode demandar a participação de órgãos da municipalidade que não fazem, formalmente, parte da CLI. Eles estão em destaque no Quadro 11.

\*\*\*\*\* Operação Urbana Consorciada envolve vários setores, contudo, como é proposta e coordenada pelo Planejamento Urbano, optamos por indicar somente esse órgão.

A Tabela 5 indica expressiva preponderância do tema “Mobilidade e Acessibilidade”, nele estão incluídas medidas relacionadas a: projetos viários; implantação ou recuperação de ciclovias; adaptações geométricas de vias; instalação de sinalização vertical e horizontal; incentivo à utilização de transporte coletivo; adaptações no projeto arquitetônico (acessos, vagas de estacionamento e de carga e descarga); planos de logística de funcionamento. Ele é o principal tema trabalhado nos PLUs de todos os enquadramentos de impacto à exceção de Casa de Shows que tem como tema mais recorrente o “Relacionamento com a vizinhança” que será detalhado mais adiante.

O protagonismo do tema “Mobilidade e Acessibilidade” se justifica por alguns aspectos: pelo fato de que grande parte dos enquadramentos se relaciona com tipologias atratoras de pedestres, veículos e mercadorias; por refletir preocupações manifestadas nas pesquisas de percepção e nos debates no COMPUR; pelo reconhecimento de que o trânsito e o transporte coletivo em BH apresentam problemas crônicos; por estar inserido num contexto setorial atuante - o órgão municipal afeto à mobilidade participa dos licenciamentos de empreendimentos de impacto desde 1997 e possui um formato de participação no processo bem consolidado. Vale destacar que as solicitações desse órgão muitas vezes foram alvo de críticas por parte de empreendedores e de membros do COMPUR no sentido de que as contrapartidas extrapolavam o incômodo gerado pelo empreendimento e que transferiam para a iniciativa privada atribuições que seria da municipalidade, sendo usual a retirada ou alteração de condicionantes desse tema por parte da plenária do Conselho.

O tema “Tratamento de resíduos sólidos”, segundo mais recorrente, está relacionado aos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais (PGRSE) – presente em todos os empreendimentos que apresentam uso não residencial, de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde (PGRSS) – solicitado quando há essa natureza de serviços no empreendimento, de Gerenciamento de

Resíduos de Construção Civil (PGRCC) – necessário para a implantação de empreendimentos afetos a ocupação (novas edificações ou reformas significativas). Esse tema também se relaciona à limpeza do entorno dos empreendimentos, especialmente aqueles que produzem grande volume de resíduos (Hipermercados) ou atraem público significativo (Casa de Shows).

O tema “Relacionamento com a vizinhança” é o terceiro mais frequente e diz respeito à implementação e à divulgação de canais de comunicação do empreendimento junto à vizinhança. Esses canais estão relacionados à operação de empreendimentos que apresentam uso não residencial e ao período de implantação de empreendimentos que demandam obras – tipologias afetas a parcelamento do solo, ocupação, intervenções viárias significativas. Vinculado a essas mesmas situações, está o tema “Controle poluição sonora” que trata do controle de emissão de ruídos. Nas Casa de Shows, o tema tem dois níveis: o ruído interno que é controlado por instalação de tratamento acústico e o ruído externo gerado pelos usuários que pode ser tratado por medidas de internalização das filas para entrada e por campanha de educação sobre gentileza urbana. Além dessas medidas, há o papel da fiscalização que atua, geralmente, por demanda dos cidadãos nos casos que os canais de relacionamento não são suficientes para a boa convivência entre empreendimento e vizinhança.

Sobre os temas “Relacionamento com a vizinhança”, “Controle de poluição sonora” e “Mobilidade e Acessibilidade” cabem alguns comentários: eles eram os mais frequentes para os empreendimentos sujeitos a EIV (flexibilização de usos) e para as Casas de festas<sup>76</sup> e apresentavam uniformidade nas condicionantes e diretrizes. Essa padronização indicou que o EIV solicitado para esses empreendimentos poderia ser substituído por inserção de diretrizes nas Consultas de Viabilidade, o que foi feito pela promulgação do PD/19.

“Sustentabilidade e qualificação do empreendimento” está relacionado ao empreendimento em si e não ao seu entorno, tanto pode conter medidas de adoção de aproveitamento de águas pluviais, quanto paisagismo, telhados verdes, gentileza urbana nos termos do PD/19, dentre outras. Tais ações têm uma particularidade: geralmente são propostas ou bem recebidas pelo empreendedor pois valorizam o

---

<sup>76</sup> Licenciamentos urbanísticos conforme a LPOUS que geraram dados para o APÊNDICE D.

empreendimento e são utilizadas na sua divulgação e no aumento de seu preço de venda/locação, num movimento nos moldes do identificado por Costa (2006).

“Drenagem urbana” e “Supressão de vegetação” são temas que ocorrem, comumente, em licenciamentos que implicam a execução de obras para a implantação do empreendimento. A frequência desses temas reflete a menor proporção dos empreendimentos afetos ao enquadramento parcelamento do solo e ocupação e não sua importância para o meio ambiente urbano, especialmente para BH que convive com sérios problemas de inundações em épocas de chuvas. “Segurança do usuário e/ou da vizinhança” pode envolver medidas educativas, atestados de segurança, iluminação de calçadas lindeiras ao empreendimento, permeabilidade visual do gradil.

“Qualificação dos espaços e serviços públicos” relaciona-se tanto a intervenções em espaços públicos (áreas de lazer, praças, parques, postos de saúde e escolas) quanto à oferta de serviços afetos a lazer, educação, assistência social, esporte e saúde. Nesses assuntos, há a necessidade de consulta aos respectivos órgãos setoriais que avaliam as demandas e as oportunidades de intervenções na vizinhança afetada. Contudo, o Decreto 18072/22 que instituiu o sistema de mensuração e definição de contrapartidas significou um efetivo limite às medidas compensatórias oriundas de processos de licenciamento urbanístico de empreendimentos habitacionais.

O tema “Proteção ao patrimônio cultural e/ou ambiental” diz respeito a empreendimentos que interferem ou são próximos a áreas sujeitas a proteção especial e que por isso, demandam medidas específicas determinadas pelos órgãos coordenadores das políticas ambientais e de patrimônio cultural e paisagístico.

“Operação Urbana Consorciada” apresenta especificidades tais que mereceram um tema específico pois lida com uma vasta gama de medidas que vão de alterações de parâmetros de regulação urbana a interferências em áreas de interesse social e a alterações de ambiências urbanas.

“Controle de emissões atmosféricas” refere-se a medidas afetas à implantação de sistema de tratamento dos efluentes gasosos e gordurosos e de controle de poluição atmosférica para a operação dos empreendimentos e, no caso da implantação de parcelamento do solo e/ou de edificações, à adoção de medidas de controle de emissões dos veículos a diesel utilizados na obra.

“Incentivos sociais” relaciona-se à implantação de Programa de Contratação de Mão de Obra (PCMO) junto à população residente na vizinhança afetada pelo empreendimento. Essa medida é solicitada a empreendimentos localizados num raio de até um quilômetro de áreas de interesse social e que demandam obras para sua implantação.

Apesar da tímida presença do tema “Proteção avifauna” espera-se o aumento em sua frequência em função de novos empreendimentos verticalizados localizados na Regional Centro Sul em processo de licenciamento urbanístico. As análises dos EIVs desses empreendimentos têm ensejado discussões sobre sombreamento e ventilação, alteração de ambiência e paisagem, proteção da avifauna (frequentemente esses empreendimentos apresentam extensos painéis de vidro) que serão rebatidas em propostas de condicionantes.

No início da implementação do EIV em Belo Horizonte, constatou-se uma tendência, por parte das consultorias, de se repetir no estudo urbanístico os conteúdos apresentados no EIA e, da parte da PBH, esse rebatimento de análise também ocorreu. Atualmente, percebe-se uma maior distinção entre esses estudos. Segundo o entrevistado C2, o EIV é o resultado de um trabalho complexo e a PBH deveria efetuar maior diferenciação nos termos de referência através de recortes dentro de cada enquadramento. Isso propiciaria estudos e processos administrativos mais objetivos e poderia abrir a possibilidade de novas consultorias se inserirem nesse nicho profissional. Pois, segundo C2, os EIVs são elaborados por poucas empresas com capacidade operacional para sua execução. Critica também as diretrizes de PLU por não serem conectadas com os procedimentos e prazos praticados pela SUREG em seus licenciamentos.

O entrevistado C1, por sua vez, considera os termos de referências adequados, os utilizando, inclusive, como base para elaboração de EIVs para outros municípios. Questiona, contudo, as exigências contidas no PLU, pois a falta de uma política clara na definição das medidas de tratamento deixa os empreendedores inseguros quanto à viabilidade financeira dos empreendimentos.

Ao serem questionados quanto à avaliação da capacidade do licenciamento urbanístico de qualificar as vizinhanças impactadas, C1 e C2 entendem que a mitigação dos impactos não apenas qualifica as vizinhanças, mas também podem valorizar o próprio empreendimento. E o que tem sido preponderante é a adoção de

soluções arquitetônicas de gentileza urbana que não apenas agrega valor ao entorno, como também aumenta a rentabilidade do empreendimento ao propiciar acréscimo de potencial construtivo de forma não onerosa e ao ser utilizado como argumento de venda pelo empreendedor. Mas de forma geral, essa nova tendência ocorre independente do empreendimento passar por licenciamento urbanístico.

O entrevistado P3 salienta uma questão que diz respeito à relação entre as consultorias técnicas e empreendedores. Segundo ele, em alguns casos, os estudos identificam impactos e indicam, de forma indireta, alternativas de tratamento que não são listadas na matriz de impacto e condicionantes apresentada no EIV. Isso acaba trazendo, para a PBH, a autoria das condicionantes sugeridas nos documentos técnicos, numa estratégia das consultorias de proposição de contrapartidas sem geração de desgaste junto a seus contratantes.

Com relação a alteração das instâncias de análise técnica de CI para CLI, foi perguntado aos entrevistados P1, P2, P3 e P4 se percebiam alguma alteração na integração das análises e se haveria um movimento de confluência entre os licenciamentos urbanístico e ambiental. P4 considera que, mesmo havendo a rotina de encontros frequentes, ainda há uma disputa de poder que não será equacionada em instâncias eminentemente técnicas. Enquanto P1 e P2 entendem que os licenciamentos estão cada vez mais específicos e que estão em processo de franca diferenciação, P3 tem a percepção de que há um amadurecimento nas análises e que o contato entre técnicos de áreas distintas pode conduzir a um maior entendimento de assuntos nem sempre tratados no cotidiano de cada órgão.

Nesse sentido, a despeito de alguns temas terem uma aderência a determinadas políticas setoriais, grande parte deles apresenta uma natureza transversal que envolve a articulação entre os órgãos na análise, proposição e monitoramento das contrapartidas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da implementação do EIV em Belo Horizonte propiciou a identificação de desafios e de possibilidades do instrumento em contribuir para a gestão e o planejamento urbanos. As normas e rotinas instituídas refletiram a forma como o governo municipal tratou os licenciamentos de impacto no município. Se, de início, a intenção era diferenciar de forma incisiva o licenciamento urbanístico do licenciamento ambiental ao longo do tempo os decretos regulamentadores trouxeram uma maior afinidade administrativa entre eles, especificamente, no tocante às rotinas, prazos e instâncias de análise.

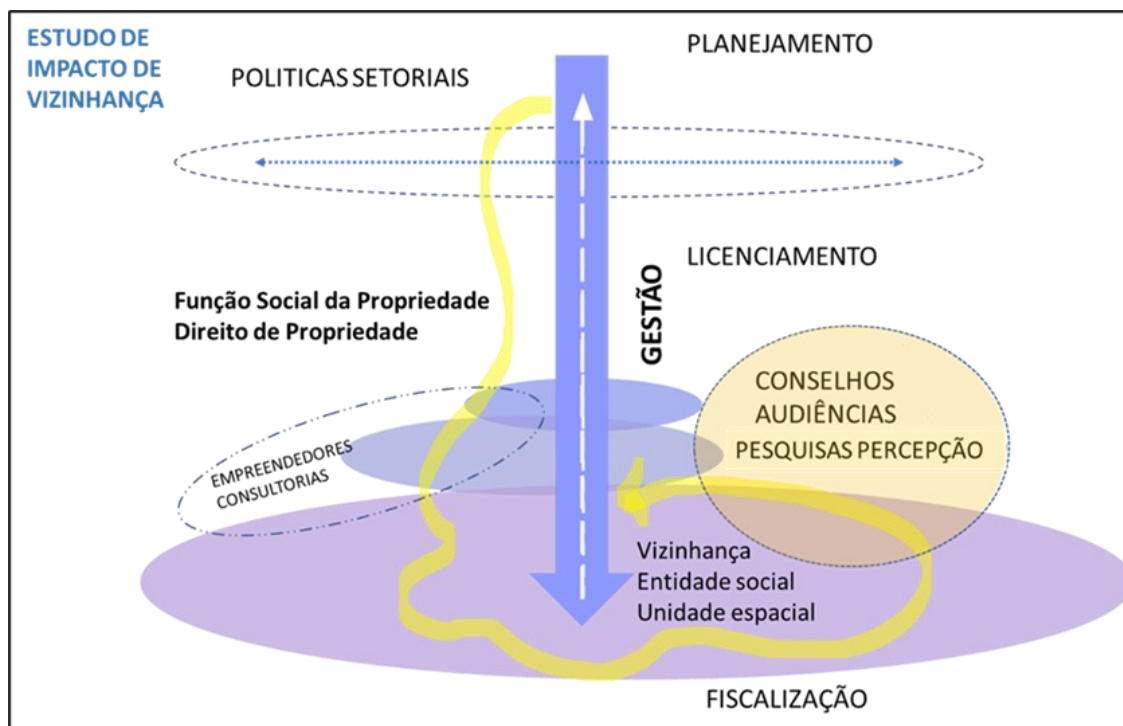
O estudo dos processos de licenciamento urbanístico permitiu a identificação da relação entre os atores e instâncias envolvidos, bem como entre tipologias de empreendimentos sujeitos a EIV, suas localizações e tratamento de seus impactos. A definição de tipologias está relacionada à percepção de possíveis impactos decorrentes de porte, atividades incômodas, demanda por serviços e equipamentos públicos, atratividade de pessoas, veículos e mercadorias, dentre outros.

São levados em conta, igualmente, fatores locais afetos à restrição de atividades e à proteção de paisagem, de atributos ambientais e culturais. A sua inserção nos processos de produção do espaço faz com que a discussão do EIV envolva questões afetas ao embate entre função social da propriedade urbana (equalização do bônus e do ônus da urbanização) e o direito de propriedade (relacionado ao mercado, à obtenção da renda da terra, à captura de atributos produzidos coletivamente em capital).

No tocante à integração entre as políticas setoriais (contribuindo para os processos de gestão da cidade), foram adotadas duas abordagens de análise:

- numa direção horizontal: sobre a articulação entre as esferas de planejamento, proposição de políticas e programas;
- numa direção vertical:
  - i. no sentido descendente: sobre o desdobramento das políticas e planos para instâncias de licenciamento, monitoramento e fiscalização;
  - ii. no sentido ascendente: a produção de dados e informações que possibilitam o ajuste das políticas e planos. (Figura 16)

**Figura 16 - Aplicação do EIV: planejamento e gestão urbanos.**



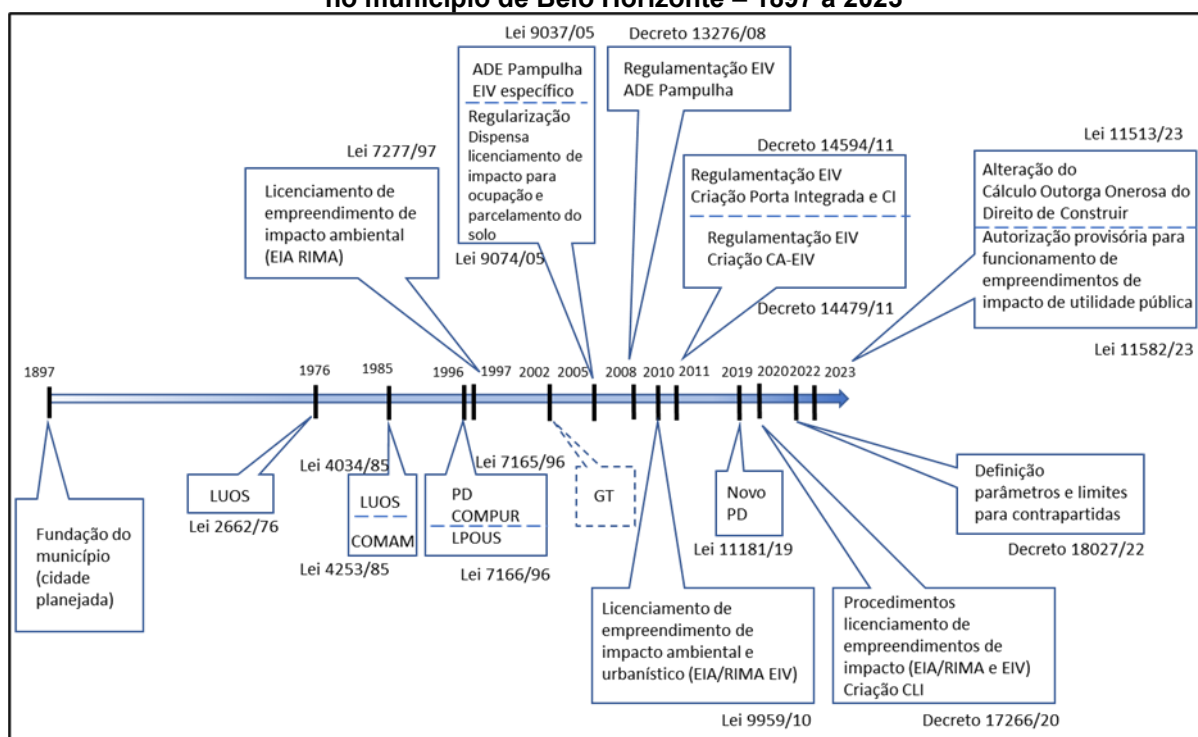
Elaborado pela autora.

Partindo da avaliação das normas instituídas em BH (Figura 17), percebe-se que o licenciamento urbanístico vem trilhando um caminho não isento de percalços. Sob o enfoque político-administrativo, foi possível identificar uma importante transição na forma de condução dos licenciamentos de empreendimento de impacto no município. No início do licenciamento ambiental, as análises setoriais eram independentes e dessincronizadas. Para lidar com essa fragmentação, foi criado o GT que não tinha existência formal e que buscava superar as incompatibilidades setoriais manifestadas tanto em pareceres conflitantes quanto em prazos diferenciados para finalização das análises.

A primeira regulamentação do EIV, de curta duração, propunha a CA-EIV que, apesar de prever a participação de conjunto de órgãos, se limitava ao licenciamento urbanístico demonstrando a intenção de diferenciá-lo do licenciamento ambiental. O decreto posterior instituiu uma instância de análise mais ampliada quanto à composição, à atribuição e às modalidades de licenciamento. A CI, composta majoritariamente por servidores em posição gerencial, tratava de ambos os licenciamentos e procurava a compatibilização dos pareceres setoriais. A atual CLI,

por seu turno, envolve as equipes técnicas e visa a emissão de um parecer único que consolida as avaliações prévias efetuadas pelos órgãos. Essa última alteração de formato tem propiciado, no caso dos empreendimentos urbanísticos, discussões que demonstram as visões de cidade construídas ao longo do tempo pelos diversos setores a partir de seu foco temático. Os debates podem ser entendidos como a manifestação do distanciamento entre as camadas técnicas e as de direção e como o reflexo de uma disputa de poder que dificilmente será equacionada no nível técnico.

**Figura 17 - Linha do tempo: principais marcos regulação urbana e ambiental no município de Belo Horizonte – 1897 a 2023**



Elaborado pela autora

No que se refere à interlocução administrativa, foram consideradas a relação entre o público externo (empreendedores e consultorias) e a PBH e dos órgãos municipais entre si. Nesse ponto, a existência, desde 2011, de um setor responsável por intermediar tais contatos, emitir OLEIs, organizar as reuniões da CLI (através de agendamento, acompanhamento, elaboração de pautas e atas) e acompanhar todos os licenciamentos de impacto que passam pelo COMPUR e pelo COMAM, tem demonstrado ser uma experiência positiva em alguns sentidos: diminuição de ruídos de comunicação; maior esforço para a uniformização das OLEIs e termos de referências; facilitação de acesso a informações (se a DLAC não possui os dados ela



pode indicar o interlocutor mais adequado). Contribui para essa percepção positiva a definição clara dos papéis: SMMA e SUPLAN como licenciadores e responsáveis pela coordenação técnica dos processos e DLAC como apoio administrativo.

Com referência ao equacionamento dos impactos e a definição de contrapartidas, observou-se que, no período de junho de 2017 a julho de 2022, houve uma expressiva conexão entre as tipologias de enquadramento e os temas afetos à relação entre impactos e respectivas medidas de tratamento. Apesar de alguns temas estarem relacionados a políticas e setores específicos, muitos deles possuem uma natureza transversal que requer a colaboração entre diferentes órgãos na análise, proposição e monitoramento das contrapartidas. A falta de uniformidade nas informações constantes nos PLUs impossibilitou uma avaliação acurada entre a natureza dos impactos (negativos ou positivos) e as medidas (mitigadoras ou compensatórias ou potencializadoras). A análise integrada conduzida pela CLI a partir de 2020 pode ser um fator favorável à futura uniformização dos PLUs na questão em tela.

A determinação de contrapartidas envolve o embate entre diversos atores (consultorias técnicas, empreendedores, setores da PBH, membros do COMPUR, usuários da vizinhança, MP-MG) com distintos interesses que se articulam, segundo a ocasião, num movimento dinâmico de contraposição, confluência, adaptação negociada. De modo geral, medidas que possam ser incorporadas ao valor do empreendimento, segundo a lógica da modernização ecológica, são bem aceitas pelos empreendedores. O que não acontece quando as medidas constituem alterações significativas nos empreendimentos propostos e/ou intervenções em áreas e serviços públicos. Nessa situação, o questionamento conduzido pelos setores empresariais reside em argumentos tais como falta de proporcionalidade entre impactos e contrapartidas, transferência de obrigações da municipalidade para a iniciativa privada e incompatibilidade das exigências frente à Lei de Liberdade Econômica. Tais argumentações contribuíram para a promulgação do Decreto 18027/22 e da Lei 11582/23 que representam expressivo limite à capacidade dos licenciamentos de empreendimentos de impacto em contribuir para a equalização dos bônus e dos ônus da urbanização.

Com relação aos momentos de participação, as audiências públicas têm presença tímida e foram realizadas especialmente nas discussões de OUCs,

tendendo ao formato de consulta em que há informação das propostas aos munícipes, mas sem a garantia de incorporação das manifestações colhidas nos planos e projetos. Um dificultador da efetiva interlocução reside na complexidade do assunto. Muitas vezes, os participantes não conseguem apreender os desdobramentos da OUC em suas vizinhanças a partir das apresentações e discussões conduzidas pelos especialistas. Essa dificuldade torna-se, então, um obstáculo à participação não possibilitando a explicitação das múltiplas vivências cotidianas, seus anseios, apegos e perspectivas.

As pesquisas de percepção, se bem conduzidas e analisadas, podem fornecer importantes subsídios para a compreensão de conflitos, a identificação de impactos e a definição de contrapartidas. Além disso, têm o potencial de contribuir para o desenvolvimento de planos, programas e projetos específicos do executivo, desde que as informações coletadas sejam sistematizadas e organizadas adequadamente.

Os Decretos regulamentadores demonstram uma tendência de maior envolvimento do COMPUR nos debates afetos aos licenciamentos urbanísticos. Se, de início, era prevista a apresentação apenas da caracterização, atualmente a discussão do REIV tem permitido um debate mais ampliado sobre políticas urbanas e mais focalizado quanto à definição das condicionantes para o tratamento dos impactos identificados no relatório.

As reuniões do Conselho têm um componente de imprevisibilidade e muitas vezes explicitam interesses nem sempre pautados pela defesa da coletividade, mas na garantia de benefícios individuais entendidos como direitos garantidos pelo atendimento básico ao disposto no Plano Diretor. A predominância de membros relacionados ao poder público (executivo e legislativo) refletem uma assimetria de representação frente aos demais setores, podendo definir os rumos da discussão e de seus resultados. Com relação a participação de público, o que se nota é a inexpressiva participação de representantes das vizinhanças atingidas, sendo frequentes os empreendedores e as consultorias técnicas. A adoção do formato digital facilitou a participação de um maior número de pessoas nas reuniões, mas não garantiu o comprometimento com a qualificação das discussões, em parte pela aridez dos assuntos tratados, nem sempre apresentados de forma acessível, em parte devido ao desconhecimento prévio dos processos pelos conselheiros.

Alguns aspectos continuam a desafiar a aplicação do EIV. Empreendimentos em áreas limítrofes do município envolvem questões metropolitanas ou regionais ainda não incorporadas à regulamentação do EIV em Belo Horizonte. A existência de duas modalidades de licenciamento, discutidas em Conselhos específicos pode atuar como dificultador para a confluência das agendas ambiental e urbana e enfraquece a percepção de que ambas, assim como as demais agendas setoriais, estão intrinsecamente relacionadas ao meio ambiente urbano.

Apesar das limitações identificadas, o EIV pode contribuir para a qualificação da gestão urbana não apenas através da mediação de conflitos e do tratamento dos impactos gerados pelos empreendimentos, mas também por meio da produção de informações que podem ser incorporadas às políticas setoriais. Como exemplo, as mudanças nos enquadramentos das tipologias sujeitas ao EIV, determinadas pelo PD/19, foram baseadas em informações consolidadas a partir dos processos conduzidos nas normas anteriores. Outra questão que merece atenção é sobre a forma mais adequada de se controlar incomodidades. Em algumas situações, a estratégica ação da fiscalização é mais efetiva do que a exigência de elaboração de EIVs.

A despeito de um certo pessimismo identificado nas entrevistas conduzidas, a proposta da CLI contém uma perspectiva que merece ser ressaltada: a oportunidade de analisar o empreendimento em conjunto pode configurar um primeiro passo para a compreensão de que as políticas afetas ao meio ambiente urbano são interdependentes e isso pode ser um início, mesmo que tímido, de um processo de integração mais amplo a ser refletido nas instâncias de planejamento e gestão urbano ambiental.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, E. L.; PERES, R. B. Articulações entre o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e o Licenciamento Ambiental Municipal (LAM): um diálogo necessário para a gestão ambiental urbana no Brasil. *In: Ciência e Natura, Santa Maria, v. 43*, e98, p. 01-37, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2179460X63724>. Acesso em: julho 2022.
- ALVES. O. R. **A importância do Estudo de Impacto de Vizinhança para Empreendimentos Residenciais**: o caso Tropicale Condomínio, Jardim Nova Esperança, Goiânia – GO. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial) – Escola de Gestão e Negócios, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2015. 188 p.
- ARAÚJO, Rogério Palhares Zschauber. **Contradições e possibilidades da regulação ambiental no espaço urbano**. Tese (Doutorado) Belo Horizonte: IGC/UFMG, 2009a. 221 p
- ARAÚJO, Rogério Palhares Zschauber. **Registro de entrevistas** realizadas (manuscrito). Belo Horizonte: 2009b.
- ARAÚJO, R. P. Z.; CAMPANTE, A. L. G. Estudo de Impacto de Vizinhança: questões e desafios de sua implementação. Reflexões a partir da experiência de Belo Horizonte. *In: Anais do XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ENANPUR*. São Paulo: Anais., 2017. p. 1–20.
- ARAÚJO, Rogério P. Z.; OLIVEIRA, Emília T. M., SILVA, Bruna R. S. Da mitigação à compensação adaptativa: os (des) caminhos da aplicação recente do EIV na RMBH *In: Anais do XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ENANPUR*, Natal, 2019, p.1-20
- BALISA, Debora de Lucas Sarlo. **Entrevista** na modalidade virtual realizada em 21 de setembro de 2023. (gravação)
- BARREIROS, M. A. F. **O Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV)**: método de avaliação de impactos por meio de matrizes matemáticas. Tese (Doutorado em Ciências) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. 257 p.
- BELO HORIZONTE, Câmara Municipal: **Lei Municipal n. 4253 de 4 de dezembro de 1985** que dispõe sobre a política de proteção do controle e da conservação do meio ambiente e da melhoria da qualidade de vida no Município. Belo Horizonte. 1985
- BELO HORIZONTE, Câmara Municipal: **Lei Municipal No. 7165 de 27 de agosto de 1996** que institui o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 1996a
- BELO HORIZONTE, Câmara Municipal: **Lei Municipal No. 7166 de 27 de agosto de 1996** que estabelece normas e condições para parcelamento, ocupação e uso do solo urbano no Município. Belo Horizonte, 1996b

BELO HORIZONTE, Câmara Municipal: **Lei Municipal No. 7277 de 17 de janeiro de 1997** que Institui a Licença Ambiental e dá outras providências. Belo Horizonte, 1997

BELO HORIZONTE, Câmara Municipal: **Lei Municipal 9037 de 14 de janeiro de 2005** que instituiu o plano de ação - Programa de Recuperação e Desenvolvimento Ambiental da Bacia da Pampulha – PROPAM - em Belo Horizonte, e regulamentou as ADEs da Bacia da Pampulha, da Pampulha e Trevo, em conformidade com as Leis nº 7.165/96 e 7.166/96. Belo Horizonte, 2005a.

BELO HORIZONTE, Câmara Municipal: **Lei Municipal 9074 de 18 de janeiro de 2005** que dispõe sobre a regularização de parcelamentos do solo e de edificações no Município de Belo Horizonte e dá outras. Belo Horizonte, 2005b.

BELO HORIZONTE. Câmara Municipal. **Lei Municipal 9084 de 11 de maio de 2005.** Altera a Lei nº 7.277/97, que institui a Licença Ambiental e dá outras providências. Belo Horizonte, 2005c.

BELO HORIZONTE, Câmara Municipal: **Lei Municipal 9959 de 20 de julho de 2010** que altera a Lei nº 7.165, de 27 de agosto de 1996, a Lei nº 7.166, de 27 de agosto de 1996, estabelece normas e condições para a urbanização e a regularização fundiária da Zona de Especial Interesse Social - ZEIS, dispõe sobre parcelamento, ocupação e uso do solo nas Áreas de Especial Interesse Social - AEIS, e dá outras providências. Belo Horizonte, 2010.

BELO HORIZONTE, Câmara Municipal: **Lei Municipal 11181 de 8 de agosto de 2019** que aprova o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte e dá outras providências. Belo Horizonte, 2019

BELO HORIZONTE, Câmara Municipal: **Lei Municipal 11513 de 06 de junho de 2023** que altera as Leis nºs 9.074/05 e 11.216/20 e dá outras providências. Belo Horizonte, 2023a.

BELO HORIZONTE, Câmara Municipal: **Lei Municipal 11582 de 22 de agosto de 2023.** Estabelece critérios especiais para o exercício das atividades que menciona. Belo Horizonte, 2023b.

BELO HORIZONTE, Prefeitura. **Decreto 13276/2008 de 27 de agosto de 2008.** Define os procedimentos para a elaboração do Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV, para as atividades listadas no art. 33 da Lei nº 9.037, de 14 de janeiro de 2005, e dá outras providências. Belo Horizonte, 2008.

BELO HORIZONTE, Prefeitura. **Decreto 14479/2011 de 13 de julho de 2011.** Regulamenta o processo de licenciamento urbanístico no Município de Belo Horizonte e dá outras providências. Belo Horizonte, 2011a.

BELO HORIZONTE, Prefeitura. **Decreto 14594/2011 de 30 de setembro de 2011.** Regulamenta o processo de licenciamento integrado de empreendimento de impacto, bem como o processo de licenciamento urbanístico, no Município de Belo Horizonte e institui a Comissão de Interface para Orientação e Acompanhamento do Processo de Licenciamento de Empreendimentos de Impacto. Belo Horizonte, 2011b.

BELO HORIZONTE, Prefeitura. **Decreto 17266/2020 de 28 de janeiro de 2020.** Dispõe sobre os procedimentos para licenciamento de empreendimentos ou intervenções urbanísticas de impacto e dá outras providências. Belo Horizonte, 2020.

BELO HORIZONTE, Prefeitura. **Decreto 18072/22 de 22 de agosto de 2022.** Institui o sistema de mensuração e definição de contrapartidas relativas aos impactos à infraestrutura de equipamentos públicos comunitários no âmbito do licenciamento de empreendimentos habitacionais e dá outras providências. Belo Horizonte, 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasil, 1998

BRASIL. **Lei Federal 10.257/2001** - Estatuto da Cidade. Brasil, 2001a.

BRASIL. **Estatuto da Cidade Guia para implementação pelos municípios e cidadãos.** Câmara dos Deputados; Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior; Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República; Caixa Econômica Federal; Instituto Polis. Brasília, 2001. 274p. Brasil, 2001b.

BRASIL. **Lei 13874/2019.** Lei da Liberdade Econômica. Brasil, 2019.

BRYANT, R.L.; BAILEY, S. **Third World political ecology.** London, New York: Routledge, 1997.

CASSIANO Andréia M.; PERES, Renata B. Inter-relações entre o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e o Estudo de Impacto Ambiental (EIA): perspectivas e contribuições às políticas públicas ambientais urbanas. In: **Anais do XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ENANPUR**, São Paulo, 2017, p.1-20.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** São Paulo: Paz e Terra, 1999. 530p.

COSTA, G.M. Construções teóricas da problemática urbana brasileira: rupturas, permanências, transcendências e convergências. In: Costa, G.M.; Costa, H.S.M.; Monte-Mór, R.L.M. (orgs.). **Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana.** Belo Horizonte: C/Arte. 2015. p. 19 – 40.

COSTA, Heloisa S. M. **The production of popular residential land developments in Belo Horizonte, Brazil.** (Dissertação de mestrado). Londres, 1983. 291 p.

COSTA, Heloisa S. M. Natureza, mercado e cultura: caminhos da expansão metropolitana de Belo Horizonte. In: **População, espaço e gestão na metrópole: novas configurações, velhas desigualdades.** MENDONÇA, J. G.; GODINHO, M. H. L. (org.) Belo Horizonte: PUC Minas, 2003. p.159-179.

COSTA, H.S.M.; COSTA, G.M. Repensando a análise e a práxis urbana: algumas contribuições da teoria do espaço e do pensamento ambiental. In: Diniz, C.C.; Lemos, M.B. (orgs.). **Economia e território.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p. 365 – 382.

COSTA, H. S. M. Mercado imobiliário, Estado e natureza na produção do espaço metropolitano. *In*: COSTA, H. et al (org.) **Novas periferias metropolitanas**. Belo Horizonte: Editora C/A. 2006. p.101-124

COSTA, Heloísa Soares de Moura. A trajetória temática ambiental no planejamento urbano no Brasil: o encontro de racionalidades distintas. *In*: COSTA, G.M.; MENDONÇA, J.G. (orgs.). **Planejamento urbano no Brasil**: trajetória, avanços e perspectivas. Belo Horizonte: C/Arte, 2008a. p. 80-92

COSTA, Heloisa S. M. Meio Ambiente e Desenvolvimento: um convite à leitura. *In*: HISSA, Cassio Eduardo Viana (Org.): **Saberes Ambientais**: desafios para o conhecimento disciplinar. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008b, p. 79-107.

COSTA, Heloisa S. M. Mudança climática e desenvolvimento: repensando a sustentabilidade na perspectiva populacional. *In*: **Demografia em Debate, v.4**. População e desenvolvimento em debate: contribuições da Associação Brasileira de Estudos Populacionais / Cassio Maldonado Turra (Org.); José Marcos Pinto da Cunha (Org.) – Belo Horizonte: ABEP, 2012. p. 105-110

COTA, Daniela Abritta. **A parceria público-privada na política urbana brasileira recente**: reflexões a partir da análise das operações urbanas em Belo Horizonte. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.

DIAS, Everton Geraldo. **Entrevista** na modalidade virtual realizada em 21 de setembro de 2023. (gravação)

EPAMINONDAS, Leticia Maria Resende. **A Legislação urbanística e a produção do espaço**: estudo do bairro Buritis em Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado) Belo Horizonte: IGC/UFMG, 2006. 169 p.

EPAMINONDAS, Leticia Maria Resende. Legislação Urbanística e a estruturação do espaço urbano em Belo Horizonte: um estudo do Bairro Buritis. *In*: COSTA, G.M.; MENDONÇA, J.G. (orgs.). **Planejamento urbano no Brasil**: trajetória, avanços e perspectivas. Belo Horizonte: C/Arte, 2008. p. 248-268.

EVANGELISTA, Ângela Mendonça. **Entrevista** na modalidade virtual realizada em 20 de setembro de 2023.

FARRET, R. L. Paradigmas da estruturação do espaço residencial intra-urbano. *In*: FARRET, R.L. et alli. **O espaço da cidade**: contribuição à análise urbana. São Paulo: Projeto Editores Associados, 1985. p. 73-90.

FERNANDES, Edésio. O Estatuto da Cidade 20 anos mais tarde. *In*: FERNANDES, Edésio (org.). **20 anos do estatuto da cidade**: experiências e reflexões. Belo Horizonte: Gaia Cultural – Cultura e Meio Ambiente, 2021 p. 8-22.

FREIRE, G. J. M. **O Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e seu potencial como instrumento de planejamento urbano**. 2015. 375 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

GOTTIDIENER, Mark. **A Produção Social do Espaço Urbano**. 2o ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997. p. 115-158

GHIZZO, R. F. **Estudos de Impacto de Vizinhança**: avaliação de sua aplicação em Florianópolis. 2010. 242 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980. p. 131-166

HARVEY, David. **Justice, nature and the geography of difference**. Blackwell Publishers, 1996

HEYNEN, Nick; KAIKA, Maria and SWYNGEDOUW, Erik. Urban political ecology politicizing the production of urban natures *In*: HEYNEN, N.; KAIKA, M. and SWYNGEDOUW, E. (eds.). **In the nature of cities**: urban political ecology and the politics of urban metabolism. Routledge, New York, 2006, p.1-19.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Oxford: Blackwell Publishers, 1991. 454 p.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001. 145 p.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, Cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Editora Vozes, 2001. 204 p

MARQUES, Janaína da Silva. **Estudo de impacto de vizinhança**: uma análise crítica feita por meio de relatórios de impactos de vizinhança apresentados no DF. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Brasília, 2010

MASSEY, Doreen. Um sentido Global de Lugar. *In*: ARANTES, Antônio A. (org.) **O Espaço da Diferença**. Campinas: Papirus Editora, 2000. p. 176-185.

MBEMBE, Achille. **Brutalismo**. São Paulo: N1 Edições. 2021. 256 p.

MERÍCIA, Everton Jubini de. **Estudo de impacto de vizinhança**: Diferentes experiências de regulamentação e aplicação em municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado). Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto / MG 2018. 230 p.

MONTEIRO, Livia de Oliveira. **Espacialidades e especificidades**: as operações urbanas consorciadas como ferramenta de planejamento e de gestão do espaço. Tese (Doutorado). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais – Escola de Arquitetura, 2014. 504 p.

MOREIRA, Maria Auxiliadora de Moraes. **Legalidade e legitimidade no licenciamento ambiental de empreendimentos de impacto de iniciativa do poder público municipal em Belo Horizonte**. Dissertação. (Mestrado). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais – Escola de Arquitetura. 2007. 166 p.



NOGUEIRA, Lais Rosa Leite. **Entrevista** realizada na modalidade virtual em 23 de setembro de 2023 (gravação).

OLIVEIRA, Paulo Freitas. **Entrevista** na modalidade virtual realizada em 20 de setembro de 2023. (gravação).

PEREZ, Fernanda de Moraes. **Regime jurídico do Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança**. 2008. 116 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2008.

SANÍN-RESTREPO, Ricardo. **The Razor's Edge of Politics: Notes on the Meaning of the Encryption of Power**. Disponível em <http://criticallegalthinking.com/2017/08/03/razors-edge-politics-notes-meaning-encryption-power>. Acesso em: 16 de novembro de 2018

SANTOS, Mauro R. M. **Conselhos Municipais: a participação cívica na gestão das políticas públicas**. Rio de Janeiro: FASE, 2002. 138 p.

SANTOS, Milton. 1996. **A natureza do espaço: técnica e tempo - razão e emoção**. São Paulo: Hucitec. p 251-265.

SARAIVA, Ana Maria Ferreira. **Entrevista** na modalidade virtual realizada em 22 de setembro de 2023. (gravação)

SCHVARSBERG, Benny; MARTINS, Giselle C.; CAVALCANTI, Carolina B. (org.) **Estudo de Impacto de Vizinhança Caderno Técnico de Regulamentação e Implementação**. Brasília: Universidade de Brasília, 2016. 100 p.

SIMMEL, Georg. 1973 [1902] "A Metrópole e a Vida Mental", *In*: Velho, Otávio Guilherme (org.), **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. p. 11- 25

SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. *In*: MARICATO, E. (org.) 1979 **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979. p. 21-36.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. 3º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 560 p.

SWYNGEDOUW, Erik. A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e "urbanização-ciborgue". *In*: ACSELRAD, H. (org.). **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, Lamparina, 2001. p. 99-120.

TOMANIK, R. **Estudo de Impacto de Vizinhança e Licenciamento Urbanístico Ambiental: desafios e inovações**. 2008. 116 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

## APÊNDICE A - Termo de consentimento livre e esclarecido

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Instituto de Geociências (IGC)

Programa de Pós-Graduação em Geografia

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) em Belo Horizonte [título provisório]

Saudações.

Meu nome é Letícia Maria Resende Epaminondas e estou realizando pesquisa acadêmica sobre a implementação do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) no município de Belo Horizonte. Esta pesquisa compõe minha tese de doutorado realizada no Programa de Pós-Graduação em Geografia do IGC/UFMG sob orientação da Profa. Dra. Heloisa Soares de Moura Costa.

As informações a seguir destinam-se a convidá-lo(a) a participar, voluntariamente, deste projeto através de uma entrevista a ser realizada na modalidade virtual em que será solicitado a responder questões previamente definidas em roteiro específico. Esclarecemos que, caso se sinta desconfortável em responder alguma(s) questão(ões), ela(s) poderá(ão) ser ignorada(s), bem como a entrevista poderá ser interrompida a qualquer momento, sem qualquer constrangimento.

Caso concorde, a entrevista será gravada ficando os dados sob a responsabilidade da pesquisadora. A gravação será mantida por cinco anos ou até a sua transcrição, o que ocorrer primeiro, quando será destruída.

Para maiores informações poderá ser contatado o Programa de pós Graduação de Geografia:  
Secretaria do Colegiado de Pós-graduação em Geografia – Instituto de Geociências/UFMG  
Av. Antônio Carlos, 6627 – Bairro Pampulha  
Caixa Postal 719  
Belo Horizonte – MG  
CEP 31270-901  
Telefone: (31) 3409-5404

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE, APÓS ESCLARECIMENTO

Confirmo que li e/ou ouvi os esclarecimentos sobre a pesquisa e compreendi qual é a finalidade desse estudo e qual será a minha participação. A explicação que recebi esclareceu os riscos e benefícios do estudo. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento, sem justificar minha decisão e que isso não me afetará em nada. Sei que meu nome não será divulgado vinculado ao registro das respostas à entrevista. Eu concordo em participar do estudo.

Belo Horizonte, .....

---

Assinatura do voluntário

---

Assinatura do pesquisador responsável

## **APÊNDICE B - Roteiro entrevistas**

Roteiro de entrevistas com representantes do setor público e de consultorias técnicas que participam dos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos de impacto no Município de Belo Horizonte

1. Considerando a implementação do EIV no município, qual sua avaliação quanto aos formatos de procedimentos adotados? Qual aspecto acha mais importante destacar e o que esse aspecto pode refletir em termos de políticas de governo de regulação urbano ambiental e articulação entre licenciamentos ambientais e urbanísticos? Em relação à expectativa de antes de sua implementação? Ela foi realizada?
2. Como você percebe a relação e a integração entre os licenciamentos urbanísticos por EIV e o licenciamento ambiental? Haveria aspectos positivos ou negativos a serem destacados?
3. Como esses aspectos se relacionam com os enquadramentos ambientais e urbanísticos desde 2009?
4. No seu entendimento, as questões mínimas previstas no EC conseguem ser tratadas pelo licenciamento? Onde residem as maiores facilidades e os principais desafios?
5. O formato do PLU tem sofrido alteração ao longo do tempo, no seu entendimento, como podem ser avaliadas tais modificações?
6. Considerando como momentos de participação e envolvimento os cidadãos envolvidos, como você avalia, nos processos de Licenciamento por EIV as contribuições e desafios das pesquisas de percepção, audiências públicas e discussões no COMPUR?
7. Qual sua avaliação quanto às discussões dos empreendimentos de impacto no COMPUR?
8. Como avalia a capacidade de explicitação de conflitos nas reuniões o COMPUR? No seu entendimento, houve mudanças nos posicionamentos dos atores envolvidos?
9. Em seu entendimento, quais são os principais conflitos presentes nos processos de licenciamento ambiental e qual a relação desses interesses com os agentes que deles participam?
10. Poderia citar exemplos de processos que considera mais conflituosos ou polêmicos? O que justificaria essa escolha?

## APÊNDICE C - Licenciamentos urbanísticos licenciados e em licenciamento no período de julho de 2011 a agosto de 2022

OEI - ID	LICENCIADO	Nº Protocolo SIASP (OLEI) ou processo SIGEP/Licenciamento ou protocolo SIGESP	Empreendimento	Endereço	REGIONAL	CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO	ENQUADRAMENTO	Ano emissão OLEI	procedimento de licenciamento simplificado?	Legislação enquadramento	Empreendimento no Público ou Privado
2	Sim	0132942-66/1060	BL CASA DE SHOW LTDA	RUA CORONEL JAIR PEREIRA, 44 - BAIRRO PALMARES	Nordeste	Casa de festas e eventos com área utilizada superior a 360 m²	USO - Casa de festas	2011	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
4	Sim	0102489-03/1060	CASA DA LINGUA RECEPÇÕES EVENTOS E ADM. DE MOVES LTDA ME	Av. Otacilio Negro de Lima, n.º 16310 - Bairro Jardim Atlântico	Pampulha	Casa de festas e eventos com área utilizada superior a 360 m²	USO - Casa de festas	2011	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
6	Sim	0062102-08/1060	UNIFENAS - UNIVERSIDADE JOSÉ DO ROSÁRIO VELLANO CAMPUS ITAPOÁ	RUA LIBANO, nº 66 - Bairro ITAPOÁ	Pampulha	Serviço de uso coletivo com área maior que 6.000 m²	USO - Serviço de Uso Coletivo	2011	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
7	Sim	0127139-03/1060	NOG NÓS UNIVERSITÁRIOS LTDA	Av. LUIZ PAULO FRANCO, 301 - Bairro BELVEDERE	Centro-Sul	Casa de festas e eventos com área utilizada superior a 360 m²	USO - Casa de festas	2011	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
11	Sim	0128989-02/1060	COODEMO - Estação de Cultura Presidente Itamar Franco	Rua Uberaba, 865 - Bairro Bairro Preto	Centro-Sul	Serviço de uso coletivo com área maior que 6.000 m²	USO - Serviço de Uso Coletivo	2011	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Público
14	Sim	0149192-01/1060	Parque Avenida	Av. Raja Gabaglia, s/nº - Bairro ESTORIL	Oeste	Edifício não residencial com área de estacionamento maior que 10.000 m² ou com mais de 400 vagas	Ocupação - NÃO RESIDENCIAL	2012	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
16	Sim	0139604-07/1060	Associação Jesuítas de Educação e Assistência Social - Colégio Loyola	Av. do Contorno, nº 7919 - Bairro Cidade Jardim	Centro-sul	Serviço de uso coletivo com área maior que 6.000 m²	USO - Serviço de Uso Coletivo	2012	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
20	Sim	0120650-004/1060	Universidade Federal de Minas Gerais - Faculdade de Medicina	Av. Alfredo Baileia, nº 190 - Bairro Santa Efigênia	Centro-sul	Serviço de uso coletivo com área maior que 6.000 m²	USO - Serviço de Uso Coletivo	2012	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Público
23	Sim	0152819-02/1060	Colégio Santa Dorotéia	Rua Chicago, nº 240 - Bairro São Centro	Centro-sul	Serviço de uso coletivo com área maior que 6.000 m²	USO - Serviço de Uso Coletivo	2012	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
24	Sim	0153110-01/1060	URBEL Direcional Jabotiba	Av. Perimetral esquina com Rua Serra do Rio Moca s/nº - Bairro Jaboatão	Barreiro	Edifício residencial com mais de 300 unidades habitacionais	Ocupação - RESIDENCIAL	2012	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Público
25	Sim	0152922-02/1060	Maria Leticia de Mendonça Reis	Av. Professor Clóvis Salgado, nº 605 - Bairro São Benedito	Pampulha	Casa de festas e eventos com área utilizada superior a 360 m²	USO - Casa de festas	2012	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
26	Sim	0052624-35/1060	BITTRANS - Empresa de Transporte e Tráfego de Belo Horizonte S.A.	Av. Engenheiro Carlos Goulart, nº 900 - Bairro Buites	Oeste	Serviço de uso coletivo com área maior que 6.000 m²	USO - Serviço de Uso Coletivo	2012	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Público
34	Sim	0056345-04/1060	Emcamp Residencial S/A / Residência Quebec e Tororô	Rua do Garimpo, S/Nº - Bairro Vila Oeste	Oeste	Edifício residencial com mais de 300 unidades habitacionais	Ocupação - RESIDENCIAL	2012	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
40	Sim	0128247-05/1060	Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Minas Gerais (Fecomércio)	Av. Raja Gabaglia, nº 1300 - Bairro Cuiabá	Oeste	Centro de Convenções / Heliponto	USO - Serviço de Uso Coletivo	2012	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
41	Sim	0159299-01/1060	Parque Dubai	Av. da Sirlândia, nº 425 - Bairro Santa Amélia	Centro-Sul	Edifício residencial com mais de 300 unidades habitacionais	Ocupação - RESIDENCIAL	2012	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
46	Sim	0048510-17/1060	Instituto Libartes de Educação e Cultura Ltda	Rua Manuel Teixeira de Sales, nº 140 - Bairro Mangabeiras	Centro-Sul	Serviço de uso coletivo com área maior que 6.000 m² / Ampliação ou alteração do direito de permanência de uso	USO - Serviço de Uso Coletivo	2012	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
47	Sim	0161093-01/1060	Plátanos - Sistema de Educação Superior Sociologia Ltda	Rua Irai, nº 311 - Bairro Vila Paris	Centro-Sul	Serviço de uso coletivo com área maior que 6.000 m²	USO - Serviço de Uso Coletivo	2012	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
51	Sim	0163518-01/1060	Parque Esportivo do Bairro Preto	Rua dos Guaiaras, nº 722 - Bairro Bairro Preto	Centro-Sul	Serviço de uso coletivo com área maior que 6.000 m²	USO - Serviço de Uso Coletivo	2012	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
53	Sim	0094765-10/1060	Nelson Bortello Gastronomia e Música LTDA	Rua Aarão Reis nº554 - Bairro Centro	Centro-sul	Casa de festas e eventos com área utilizada superior a 360 m²	USO - Casa de festas	2012	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
55	Sim	0165218-01/1060	Bolele Provoacator (Marcelo Augusto Fonseca Diogo)	Av. Pudente de Moraes nº15 - Bairro Santa Antônio	Centro-sul	Casa de Shows	USO - Casa de Shows	2012	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
58	Sim	0160838-04/1060	Praca dos Amores Alto Bairro Estoril	Av. Professor Mario Werneck, nº 520 - Bairro Estoril	Centro-Sul	CASA DE SHOWS E ESPETÁCULOS	USO - Casa de Shows	2012	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
62	Sim	0168148-01/1060	Especto Cultural Bar Nacional Ltda	Rua Almoré, nº 2414 - Bairro Santo Apolinário	Centro-Sul	Casa de festas e eventos com área utilizada superior a 360 m²	USO - Casa de festas	2012	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
63	Sim	0062927-04/1060	Instituto Social Frei Galvão	Rua Antônio Justino, nº 280 - Bairro Pompéia	Leste	Escolas infantis, estabelecimentos de ensino fundamental e médio indicados a via aérea.	USO - flexibilização	2012	DN COMPR 02/2012	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
65	Sim	0137449-07/1060	Escola Maria Clara Machado Ltda	Av. Raja Gabaglia, nº 589 - Bairro Cidade Jardim	Centro-Sul	Escolas infantis, estabelecimentos de ensino fundamental e médio indicados a via aérea.	USO - flexibilização	2012	DN COMPR 02/2012	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
66	Sim	0168734-01/1060	Condomínio do Edifício The One	Av. Raja Gabaglia, nº 1143 - Bairro Luxemburgo	Centro-sul	Heliponto	HELIPONTO	2012	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
67	Sim	0168829-01/1060	SUDECAP - Centro de Referência da Juventude	Praca Rui Barbosa, s/nº - Bairro Centro	Centro-sul	Edifício destinado a serviço coletivo com área maior que 6.000m² / Casa de Show	USO - Serviço de Uso Coletivo	2012	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Público
69	Sim	0168819-02/1060	ESPACIO GARCAS - Erika de Carvalho Boratto	Av. Otacilio Negro de Lima, n.º 4.200 - Bairro Bandeirantes	Pampulha	Casa de festas e eventos com área utilizada superior a 360 m²	USO - Casa de festas	2012	DN COMPR 02/2012	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
71	Sim	0171625-01/1060	Café Padock Ltda	Av. Otacilio Negro de Lima, nº 7400 - Bairro Bandeirantes	Pampulha	Casa de festas e eventos com área utilizada superior a 360 m²	USO - Casa de festas	2012	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
75	Sim	0094038-05/1060	Gallery Recepções e Eventos Ltda	Av. Baldo Homem de Melo, nº 4490 - Bairro Estoril	Oeste	Casa de festas e eventos com área utilizada superior a 360 m²	USO - Casa de festas	2012	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
77	Sim	0131933-05/1060	Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte - PROCEBEL	Av. Presidente Carlos Luz, nº 1275 - Bairro Caparaó	Nordeste	Serviço de uso coletivo com área maior que 6.000 m²	USO - Serviço de Uso Coletivo	2012	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Público
82	Sim	0110217-03/1060	Organização Educacional João XXII	Rua Visconde de Cau, nº 75 - Bairro São Mateus	Oeste	Serviço de uso coletivo com área maior que 6.000 m²	USO - Serviço de Uso Coletivo	2014	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
93	Sim	0181735-01/1060	Fabiana Amaral Lopes da Silva Buffet Enel (Castelo das Cores Festas)	Av. Altamiro Avelino Soares, nº 240 - Bairro Castelo	Pampulha	Casa de festas e eventos com área utilizada superior a 360 m²	USO - Casa de festas	2012	DN COMPR 02/2012	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
94	Sim	0181861-01/1060	Condomínio do Shopping Del Rey	Av. Presidente Carlos Luz, nº 3001 - Bairro Calças	Nordeste	Edifícios não residenciais com área de estacionamento maior que 10.000 m² ou com mais de 400 vagas	Ocupação - NÃO RESIDENCIAL	2012	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
96	Sim	0042162-25/1060	Operação Urbana Consorciada Corredor Antônio Carlos e Pedro I - Bairro Mútiplos	Corredor Antônio Carlos e Pedro I - Bairro Mútiplos	Pampulha / Outros	Operação Urbana Consorciada	Operação Urbana Consorciada	2013	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Público
98	Sim	0040492-08/1060	Ateliê de Jesus	Rua Costa Serma, nº 959 - Bairro Padre Eustáquio	Nordeste	Serviço de uso coletivo com área maior que 6.000 m²	USO - Serviço de Uso Coletivo	2013	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
101	Sim	0082513-03/1060	UNIFENAS - Universidade Federal de Minas Gerais	Rua Boaventura, nº 50 - Bairro Universitário	Pampulha	Serviço de uso coletivo com área utilizada superior a 360 m²	USO - Serviço de Uso Coletivo	2013	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
102	Sim	0076400-01/1060	Multimídia Distribuidora S.A.	Av. Heracleito Mourão de Miranda - Bairro Castelo	Pampulha	Acesso por via de menor permissividade de uso	USO - flexibilização	2013	DN COMPR 02/2012	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
106	Sim	0187296-001/1060	Restaurante Engenho de Minas	Av. Bernardo Monteiro, nº 705 - Bairro Santa Efigênia	Leste	Casa de Show	USO - Casa de Shows	2013	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
109	Sim	0151785-04/1060	Buffet Pampulha Ltda	Av. Heracleito Mourão de Miranda, nº 999 - Bairro Bandeirantes	Pampulha	Casa de festas e eventos com área utilizada superior a 360 m²	USO - Casa de festas	2013	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
111	Sim	0187683-02/1060	Granfino Eventos Ltda - EPP	Av. Brasil, nº 326 - Bairro Santa Amélia	Leste	Casa de Show	USO - Casa de Shows	2013	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
112	Sim	0156273-05/1060	Adina Recepções e Eventos Ltda	Rua Barão de Comandante, nº 85 - Bairro Calçada	Nordeste	Casa de festas e eventos com área utilizada superior a 360 m²	USO - Casa de festas	2013	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
115	Sim	0133011-02/1060	TMS Gastronomia e Eventos Ltda - ME	Rod. BR 356, nº 2500 - Bairro São Centro	Centro-sul	Casa de festas e eventos com área utilizada superior a 360 m²	USO - Casa de festas	2013	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
116	Sim	0126133-16/1060	Associação Mantenedora Museu das Minas e do Metal	Praca da Liberdade, nº 435 - Bairro Funcionários	Centro-sul	Casa de festas e eventos com área utilizada superior a 360 m²	USO - Casa de festas	2013	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
117	Sim	0188773-04/1060	Universidade do Estado de Minas Gerais	Rua Gonçalves Dias, nº 1434 - Bairro Lourdes	Centro-sul	Serviço de uso coletivo com área maior que 6.000 m²	USO - Serviço de Uso Coletivo	2013	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Público
119	Sim	0150914-05/1060	Essa Comercial Ltda	Av. Raja Gabaglia, nº 4811 - Bairro Santa Lúcia	Centro-sul	Casa de festas e eventos com área utilizada superior a 360 m²	USO - Casa de festas	2013	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
122	Sim	0107767-04/1060	Bum Comercial Ltda - Cuiabá Rock Bar	Rua Gonçalves Dias, nº 2010 - Bairro Lourdes	Centro-sul	Casa de Show	USO - Casa de Shows	2013	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
123	Sim	0107914-04/1060	TNT Bar Ltda - Lord Pub	Rua Vicipia, nº 263 - Bairro São Centro	Centro-sul	Casa de Show	USO - Casa de Shows	2013	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
126	Sim	0051374-25/1060	Unipão Mercantaria Ltda	Av. Raja Gabaglia, nº 4700 - Bairro Santa Lúcia	Centro-sul	Casa de festas e eventos com área utilizada superior a 360 m²	USO - Casa de festas	2013	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
129	Sim	0194143-01/1060	Casa do Rei Festas e Eventos Ltda	Rua Senhora do Porto, nº 260 - Bairro Palmeiras	Oeste	Casa de festas e eventos com área utilizada superior a 360 m²	USO - Casa de festas	2013	DN COMPR 02/2012	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
130	Sim	0099862-16/1060	Instituto Educacional Roundel Ltda	Rua Almeida do Ipe Branco, nº 1197 - Bairro São Luis	Pampulha	Serviço de uso coletivo com área maior que 6.000 m²	USO - Serviço de Uso Coletivo	2013	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
135	Sim	0141975-13/1060	Heliponto Hotel Golden Taps BR	Rua Rio de Janeiro, nº 18 - Bairro Centro	Centro-sul	Heliponto	HELIPONTO	2013	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
136	Sim	0196170-01/1060	CLAM - engenharia Ltda - Centro de Promoção da Saúde Unimed - Unidade Pedro I	Av. Professor Mario Werneck, nº 434 - Bairro Estoril	Oeste	Acesso por via de menor permissividade de uso	USO - flexibilização	2013	DN COMPR 02/2012	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
137	Sim	0186301-03/1060	Edifício de Promoção da Saúde Unimed - Unidade Pedro I	Av. Dom Pedro I, nº 2840 - Bairro Pampulha	Norte	Serviço de uso coletivo com área maior que 6.000 m²	USO - Serviço de Uso Coletivo	2013	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
138	Sim	0188165-02/1060	Minas Casa de Festas ILDTA	Rua Paulo Ribeiro Bastos, nº 190 - Bairro Jardim Atlântico	Pampulha	Casa de festas e eventos com área utilizada superior a 360 m²	USO - Casa de festas	2013	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
140	Sim	0197137-01/1060	Colégio Empresarial S/A e Sociedade Técnica Educacional de Minas Gerais LTDA	Rua Santa Cruz, nº 546 - Bairro Graças	Oeste	Serviço de uso coletivo com área maior que 6.000 m²	USO - Serviço de Uso Coletivo	2013	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
143	Sim	0197792-01/1060	Associação Desport Club LTDA-ME	Av. Trinta e Um de Março, nº 840 - Bairro Dom Cabral	Nordeste	Casa de festas e eventos com área utilizada superior a 360 m²	USO - Casa de festas	2013	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
147	Sim	0175986-08/1060	Associação Atlética Banco Real	Av. Garibaldi, nº 185 - Bairro Santa Efigênia	Pampulha	Serviço de uso coletivo com área maior que 6.000 m²	USO - Serviço de Uso Coletivo	2013	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
149	Sim	0094847-09/1060	Petina Edwards Saniago Recepções e Eventos Ltda	Rua Almoré, nº 1017 - Bairro Funcionários	Centro-sul	Casa de festas e eventos com área utilizada superior a 360 m²	USO - Casa de festas	2013	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
150	Sim	0051383-08/1060	Seminário Arquidiocesano Conselho Excepcional de Jesus	Rua Irapetina, nº 235 - Bairro Funcionários	Nordeste	Serviço de uso coletivo com área maior que 6.000 m²	USO - Serviço de Uso Coletivo	2013	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
152	Sim	0040213-13/1060	Condomínio Casaer S/A - Heliponto	Rua Paraíba, nº550 - Bairro Funcionários	Centro-sul	Heliponto	HELIPONTO	2013	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
163	Sim	0181446-05/1060	Clube Belo Horizonte	Av. DR. Otacilio Negro de Lima, nº 4.208 - Bairro Bandeirantes	Pampulha	Serviço de uso coletivo com área maior que 6.000 m² / Escola infantil, estabelecimentos de ensino fundamental e médio localizados em terrenos indicados a via aérea.	USO - Serviço de Uso Coletivo	2013	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
165	Sim	0077424-12/1060	Obras Passionistas São Paulo da Cruz	Av. Sinifônio Brochado, nº 1281 - Bairro Barreiro	Barreiro	USO - Serviço de Uso Coletivo	USO - Serviço de Uso Coletivo	2013	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
168	Sim	0127648-20/1060	Pointo Lar Shopping	BR 356, KM 2,5, nº 2.500 - Bairro Santa Lúcia	Centro-sul	Edifícios não residenciais com área de estacionamento maior que	Ocupação - NÃO RESIDENCIAL	2013	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado



319	Sim	015004-1/002/1080	NPL Produções e Eventos Ltda - SCLL	Rua Tomé de Souza, nº 273 - Bairro São José	Centro-Sul	Casa de festas e eventos com área utilizada superior a 360 m²	USO - Casa de festas	2015	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
321	Sim	0245607-00/1/1060	DMA DISTRIBUIDORA S/A	Av. Elísio de Brito, nº 278 - Bairro Boa Vista	Leste	Acesso por via de menor permeabilidade de uso	USO - flexibilização	2015	DN COMPUR 02/2012	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
322	Sim	0243819-00/1/1060	Marshmallow Buffet Ltda	Av. Barão Homem de Melo, nº 4278 - 1º andar - Bairro Estoril	Oeste	Casa de festas e eventos com área utilizada superior a 360 m²	USO - Casa de festas	2015	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
327	Sim	0248079-00/1/1060	Edificação Comercial Mexicana (PALAZZO)	Av. Menelick de Carvalho, nº 245 - Bairro Anchieta	Barreiro	Acesso por via de menor permeabilidade de uso	USO - flexibilização	2015	DN COMPUR 02/2012	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
329	Sim	027435-00/4/1060	Salão de Festas Tilioco	Av. Amazonas, nº 3180 - Bairro Prado	Oeste	Casa de festas e eventos com área utilizada superior a 360 m²	USO - Casa de festas	2015	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
334	Sim	0246755-00/2/1060	AMV Bar e Diversão LTDA - ME - Os Desesperados do Prado	Av. Francisco Sá, nº 126 - Bairro Prado	Oeste	Casa de show	USO - Casa de Shows	2015	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
338	Sim	020458-1/006/1060	Bar e Restaurante Imóveis Americano Ltda - ME	Av. Pedro II, nº 4001 - Bairro Padre Carlos	Nordeste	Casa de show	USO - Casa de Shows	2015	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
339	Sim	0055677-018/1060	Heliponto - Localiza BH	Av. Bernardo Vasconcelos, nº377 - Bairro Cardealotina	Nordeste	Heliponto	HELIPONTO	2015	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
341	Sim	0202263-00/3/1060	Camifur Comércio - Belvedere	Rodovia BR 58, nº 3045 - Bairro Belvedere	Centro-sul	Hipermercado	USO - HIPERMERCADO	2015	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
343	Sim	0226192-00/1/1060	Gall Events	Av. Otacílio Negrão de Lima, nº 5464 - Bairro Bandeirantes	Pampulha	Casa de festas e eventos com área utilizada superior a 360 m²	USO - Casa de festas	2015	DN COMPUR 02/2012	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
344	Sim	0252904-00/1/1060	Island Bar e Restaurante Estrel - ME	Av. Francisco Sá, nº 76 - Bairro Prado	Oeste	Casa de show	USO - Casa de Shows	2015	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
345	Sim	0196488-02/3/1060	Associação Propaganda Esportiva	Praca João Pessoa, nº 200 - Bairro Santa Efigênia	Centro-sul	Serviço de uso coletivo com área maior que 6.000 m² / Escolas infantis, estabelecimentos de ensino fundamental e médio índices a vias arteriais.	USO - Serviço de Uso Coletivo	2015	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
347	Sim	023293-00/4/1060	Morah Recepções - Alves e Santarém Promotora e Eventos	Rua Maria Helibeth Surette, nº 80 - Bairro Buritis	Oeste	Casa de festas e eventos com área utilizada superior a 360 m²	USO - Casa de festas	2016	DN COMPUR 02/2012	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
348	Sim	025381-00/1/1060	DMA DISTRIBUIDORA S/A	Rua Jacuí, nº 2844 - Bairro Ipiranga	Nordeste	Acesso por via de menor permeabilidade de uso	USO - flexibilização	2015	DN COMPUR 02/2012	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
351	Sim	0117662-018/1060	Multimarket Distribuidora S/A	Av. Professor Mário Weenck, nº 2611 - Bairro Buritis	Oeste	Acesso por via de menor permeabilidade de uso	USO - flexibilização	2016	DN COMPUR 02/2012	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
354	Sim	0041130-00/0/1060	Estação ONE CAFE LTDA	Pça Rui Barbosa, nº 104 - Bairro Centro	Centro-sul	Casa de festas e eventos com área utilizada superior a 360 m²	USO - Casa de festas	2016	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
355	Sim	0255066-00/1/1060	Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais	Av. Rapa Cabral, nº 1315 - Bairro Luxemburgo	Centro-sul	Serviço de uso coletivo com área maior que 6.000 m²	USO - Serviço de Uso Coletivo	2016	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Público
356	Sim	0258621-00/1/1060	COMPLEXO LOGÍSTICO VALLIQUETEC (COMPLEXO LOGÍSTICO LEI)	Av. Waldi Soares Emericch - Bairro Novo das Indústrias	Barreiro	Edifícios não residenciais com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	Ocupação - NÃO RESIDENCIAL	2016	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
357	Sim	0140696-00/1/1060	COLEGIO SESI BH HEIMLETO MAGNACAVA	Av. Senador Leônido Coelho, nº 2680 - Bairro Vale do Jacaré	Barreiro	Escolas infantis, estabelecimentos de ensino fundamental e médio índices a vias arteriais.	USO - flexibilização	2016	DN COMPUR 01/2017	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
358	Sim	0074500-00/4/1060	Igreja Batista Central de Belo Horizonte	Rua Genícos, nº 565 - Bairro Vila Pádua	Centro-Sul	Serviço de uso coletivo com área maior que 6.000 m²	USO - Serviço de Uso Coletivo	2016	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
360	Sim	0111378-012/1060	LAKE HOUSE FESTAS E EVENTOS LTDA	Av. Otacílio Negrão de Lima, nº 1447 - Bairro Brásias	Pampulha	Casa de festas e eventos com área utilizada superior a 360 m²	USO - Casa de festas	2016	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
362	Sim	0258622-00/2/1060	LARES DA MATA (Marinha Engenharia e Consultoria)	Rua Jari Ferreira de Sá, s/nº - Bairro Trevo/Garças	Pampulha	Parcelamento vinculado, que origine lote com área superior a 10.000 m² ou quarteirão com dimensão superior a 200 m	PARCELAMENTO	2016	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
364	Sim	0049374-01/0/1060	FLORICULTURA E BAR VERDE ESSENCIAL LTDA	Rua Expedicionário José Asunción dos Anjos - Bairro São Luiz	Pampulha	Direito de permanência de uso na área	USO - flexibilização	2016	DN COMPUR 02/2012	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
365	Sim	0259812-00/1/1060	Casa de Festas Espaço Felicitá LTDA	Rua Alfredo Brito, nº 443 - Bairro Cidade Nova	Nordeste	Casa de Festas e Eventos	USO - Casa de festas	2016	DN COMPUR 02/2012	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
366	Sim	0206422-00/1/1060	WIMBA Bar e Diversão Ltda. - Os Desesperados Cidade Nova	Rua Alberto Brito, nº 271, Lota 3 - Bairro União	Nordeste	Casa de Show	USO - Casa de Shows	2016	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
367	Sim	0154838-012/1060	Instaladora Perdiem S. A.	Rua dos Amores, nº 68 e 78 - Bairro Funcionários	Centro-Sul	Serviço de uso coletivo com área maior que 6.000 m²	USO - Serviço de Uso Coletivo	2016	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
368	Sim	0108065-00/3/1060	JMS Intermediação Ltda - ME (Music Hall)	Av. de Cardeal Dom Bosco, nº 3239 - Bairro Santa Efigênia	Leste	Casa de Show	USO - Casa de Shows	2016	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
374	Sim	0265988-00/1/1060	REBMA Distribuidora de Presentes e Produção de Serviço Ltda	Rua Comendador Nohme Salomão, n. 33 - Bairro Lagoinha	Nordeste	Ampliação ou alteração do direito de permanência de uso	USO - flexibilização	2016	DN COMPUR 02/2012	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
375	Sim	0261250-00/4/1060	Rua Rio Branco De Nove, nº 300 - Bairro Funcionários	Rua Rio Branco De Nove, nº 300 - Bairro Funcionários	Centro-Sul	Serviço de uso coletivo com área maior que 6.000 m²	USO - Serviço de Uso Coletivo	2016	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
378	Sim	0267429-00/1/1060	Rosa Miranda Buffet Ltda - ME	Av. Heráclito de Miranda, n. 2480 - Bairro Castelnau	Pampulha	Casa de festas e eventos com área utilizada superior a 360 m²	USO - Casa de festas	2016	DN COMPUR 02/2012	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
379	Sim	0042034-012/1060	Santa Juliana Empreendimentos LTDA - Expo Park Pampulha	Rua Professor José Vieira de Mendonça, n. 1121 - Bairro Engenho Nogueira	Pampulha	Serviço de uso coletivo com área maior que 6.000 m² / Parcelamento vinculado, que origine lote com área superior a 10.000m² ou quarteirão com dimensão superior a 200m	USO - Serviço de Uso Coletivo	2016	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
381	Sim	0272479-00/1/1060	Escola SESI-SENAI	Rua Madre Paulina, s/nº - Bairro Diamante	Barreiro	Serviço de uso coletivo com área maior que 6.000 m² / Parcelamento vinculado, na figura de desmembramento, que origine lote com área superior a 10.000m² ou quarteirão com dimensão superior a 200m	PARCELAMENTO	2016	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
382	Sim	0258465-00/3/1060	Buffet Zona Sul	Rua Adelson Teles, nº 251 - Bairro Olhos Azuis	Barreiro	Heliponto	HELIPONTO	2016	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
383	Sim	0137923-00/3/1060	Mais Contas Empreendimentos	Av. Celso Porfírio Machado, nº 1570 - Bairro Belvedere	Centro-Sul	Casa de festas e eventos com área utilizada superior a 360 m²	USO - Casa de festas	2016	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
385	Sim	0183753-00/2/1060	Sociedade Mineira de Cultura	Rua Walter Ianni, 255 - Bairro São Carlos	Nordeste	Serviço de uso coletivo com área maior que 6.000 m²	USO - Serviço de Uso Coletivo	2016	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
386	Sim	0087865-019/1060	Univ Events Ltda - ME (Big Shows Eventos)	Av. Silvano Brandão, 2255 - Bairro Horto	Leste	Casa de festas e eventos com área utilizada superior a 360 m²	USO - Casa de festas	2016	DN COMPUR 02/2012	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
387	Sim	0132301-02/2/1060	IBS Business School de Minas Gerais Ltda	Av. Prudente de Moraes, 444 - Bairro Cidade Jardim	Centro-sul	Serviço de uso coletivo com área maior que 6.000 m²	USO - Serviço de Uso Coletivo	2016	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
388	Sim	0198954-01/7/1060	Kings Tennis de Oliveira Troféu Eventos Ltda	Av. Otacílio Negrão de Lima, nº 7.200 - Bairro Bandeirantes	Pampulha	Casa de festas e eventos com área utilizada superior a 360 m²	USO - Casa de festas	2016	DN COMPUR 02/2012	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
394	Sim	0274444-00/1/1060	Educ Unidade Pedagógica Ltda - ME	Rua Chicago, 295 - Bairro Sion	Centro-sul	Casa de festas e eventos com área utilizada superior a 360 m²	USO - Casa de festas	2016	DN COMPUR 02/2012	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
398	Sim	0231314-00/4/1060	Fleming Residence	Av. Fleming, n. 501 - Bairro Ouro Preto	Pampulha	Parcelamento vinculado, na figura de desmembramento, que origine lote com área superior a 10.000m² ou quarteirão com dimensão superior a 200m	PARCELAMENTO	2016	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
400	Sim	0276976-00/2/1060	Rajal Hall	Av. Rapa Cabral, n. 4343 sala 300 B - Bairro Santa Lúcia	Centro-sul	Casa de festas e eventos com área utilizada superior a 360 m²	USO - Casa de festas	2016	DN COMPUR 02/2012	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
402	Sim	0100024-00/5/1060	Contrôlares Antunes Freitas Ltda (Altum Recepções e Eventos)	Rua José Rodrigues Pereira, n. 821 - Bairro Estoril	Oeste	Casa de festas e eventos com área utilizada superior a 360 m²	USO - Casa de festas	2016	DN COMPUR 02/2012	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
403	Sim	0273419-00/1/1060	Carlos Eduardo da Graça Martins - Clube da Choppéria	Av. Novara, nº 1549 - Bairro Bandeirantes	Pampulha	Serviço de uso coletivo com área maior que 6.000 m²	USO - Serviço de Uso Coletivo	2016	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
404	Sim	0205422-00/7/1060	Clube Atlético Mineiro - Clube Labareda	Av. Portugal, n. 4202 - Bairro Santa Amélia	Pampulha	Serviço de uso coletivo com área maior que 6.000 m²	USO - Serviço de Uso Coletivo	2016	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
405	Sim	0225734-019/1060	Camifur Comércio e Indústria Ltda	Praca Deputado Renato Azeredo, n. 80 - Bairro Sion	Centro-sul	Acesso por via de menor permeabilidade de uso	USO - flexibilização	2016	DN COMPUR 02/2012	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
406	Sim	0119427-01/3/1060	RC Organizações de Festas Ltda - ME	Rua Castilho de Brito, n. 780 - Bairro Castelo	Pampulha	Casa de festas e eventos com área utilizada superior a 360 m²	USO - Casa de festas	2016	DN COMPUR 02/2012	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
409	Sim	0128031-00/4/1060	Catedral Cristo Rei	Av. Cristiano Machado, n. 1820 - Bairro Juliana	Norte	Serviço de uso coletivo com área maior que 6.000 m²	USO - Serviço de Uso Coletivo	2016	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
412	Sim	0159717-00/7/1060	Associação dos Empreendedores da Uirapinas - AEU	Avenida Presidente Carlos Luz, n. 3865 - Bairro Engenho Nogueira	Pampulha	Serviço de uso coletivo com área maior que 6.000 m²	USO - Serviço de Uso Coletivo	2017	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
413	Sim	0109104-019/1060	Multimarket Distribuidora S/A Apoio Mineiro	Av. Silvano Brandão, n. 3001 - Bairro Floresta	Leste	Acesso por via de menor permeabilidade de uso	USO - flexibilização	2017	DN COMPUR 02/2012	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
414	Sim	0201082-01/1/1060	CAS Cultura Produção e Desenvolvimento Artístico Eliel	Rua Ouro Fino, n. 452, lojas 13 e 10 - Bairro Cruzeiro	Centro-sul	Casa de Show	USO - Casa de Shows	2017	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
415	Sim	0146006-00/7/1060	Magnifico Recepções Ltda - ME	Av. Sirlândia, nº 1020 - Bairro Barro Preto	Barreiro	Casa de festas e eventos com área utilizada superior a 360 m²	USO - Casa de festas	2017	DN COMPUR 02/2012	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
417	Sim	0076392-00/6/1060	Mackenzie Esporte Clube	Rua Berinda de Carvalho, n. s/nº - Bairro São Antônio	Centro-sul	Serviço de uso coletivo com área maior que 6.000 m²	USO - Serviço de Uso Coletivo	2017	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
418	Sim	0271365-00/3/1060	R.M. PRODUÇÕES E Eventos EIRELI EPP	Av. Otacílio Negrão de Lima, n. 2940 - Bairro São Luiz	Pampulha	Casa de festas e eventos com área utilizada superior a 360 m²	USO - Casa de festas	2017	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
422	Sim	0285216-00/1/1060	Associação PP Criativo	Rua Rio de Janeiro, 471 - Bairro Centro	Centro-sul	Serviço de uso coletivo com área maior que 6.000 m²	USO - Serviço de Uso Coletivo	2017	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
431	Sim	0292864-00/1/1060	Mercado Realizações de Festas e Eventos	Av. Otacílio Macedo, n. 742, 3º andar - Bairro Centro	Centro-sul	Casa de festas e eventos com área utilizada superior a 360 m²	USO - Casa de festas	2017	DN COMPUR 02/2012	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
432	Sim	0220339-012/1060	Consentida Brasileira de Distribuição - Extra Minas Shopping (origem) Serdis Distribuidora S/A - Assi Minas Shopping (abril)	Av. Cristiano Machado, nº 4000 - Bairro União	Nordeste	Hipermercado	USO - HIPERMERCADO	2017	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
433	Sim	0174306-014/1060	RESTAURANTE WESTERN LTDA- ME	Av. Otacílio Macedo, nº 579 - Bairro Centro	Centro-sul	Casa de Show	USO - Casa de Shows	2017	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
435	Sim	0268356-00/3/1060	Hospital Forma	Avenida Rapa Cabral, n. 2400 - Bairro Estoril	Oeste	Serviço de uso coletivo com área maior que 6.000 m²	USO - Serviço de Uso Coletivo	2017	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
436	Sim	0163311-00/9/1060	Minas Tennis Clube I	Rua da Bahia, n. 2244 - Bairro Jussara	Centro-sul	Serviço de uso coletivo com área maior que 6.000 m²	USO - Serviço de Uso Coletivo	2017	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
438	Sim	0098654-019/1060	Sociedade Civil Casas de Educação (Colégio Sagrado Coração de Maria)	Rua Professor Estevão Pinto, nº 400 - Bairro Serra	Centro-sul	Serviço de uso coletivo com área maior que 6.000 m²	USO - Serviço de Uso Coletivo	2017	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
439	Sim	0102927-00/7/1060	Vashopzine Empreendimento e Participações S/A	Av. Afonso Vaz de Melo, n. 455 - Bairro Barro Preto	Barreiro	Edifícios não residenciais com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	Ocupação - NÃO RESIDENCIAL	2017	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
440	Sim	0293228-00/1/1060	Incantaria Espaço Para Festas e Eventos LTDA - ME	Rua Deputado Cláudio Pinheiro de Lima, Nº 342 A - Bairro Glória	Savassi	Casa de festas e eventos com área utilizada superior a 360 m²	USO - Casa de festas	2017	DN COMPUR 01/2017	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
443	Sim	0201120-00/6/1060	Escola Cristã Ora da Mariana Ltda	Rua Otília Macpherson, nº 526 - Bairro Padre Castilho	Nordeste	Escolas infantis, estabelecimentos de ensino fundamental e médio índices a vias arteriais.	USO - flexibilização	2017	DN COMPUR 01/2017	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
446	Sim	0289822-00/3/1060	RTMS Casa Nohma (IDOLUCK)	Rua Pernambuco, nº 1316 - Bairro Funcionários	Centro-sul	Casa de Show	USO - Casa de Shows	2017	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
449	Sim	0294962-00/2/1060	Instituto das Carlas Franciscanas Missionárias do Santíssimo Sacramento	Av. Presidente Carlos Luz, nº 735 - Bairro Sacramento	Nordeste	Serviço de uso coletivo com área maior que 6.000 m²	USO - Serviço de Uso Coletivo	2017	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
451	Sim	0289391-00/2/1060	Espa Plus - São Pedro	Av. Nossa Senhora do Carmo, nº 1420 - Bairro São Pedro	Centro-sul	Acesso por via de menor permeabilidade de uso	USO - flexibilização	2017	DN COMPUR 01/2017	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
459	Sim	0162764-02/1/1060	Aueria de São Roberto Pontal da Lagoa	Av. Otacílio Negrão de Lima, nº 13189 - Bairro Jardim Atlântico	Pampulha	Casa de festas e eventos com área utilizada superior a 360 m²	USO - Casa de festas	2017	DN COMPUR 01/2017	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
461	Sim	0215604-00/8/1060	Vila Roberti Fama	Av. Celso Porfírio Machado, nº 1530 - Bairro Belvedere	Centro-sul	Casa de festas e eventos com área utilizada superior a 360 m²	USO - Casa de festas	2017	DN COMPUR 01/2017	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
24205	Sim	0244205-012/1114	Supermercados BH Comércio de Alimentos Ltda - Buritis	Rua Henrique Badoir Portugal, nº							

464	Sim	0304384-01/1060	PRIMO IMMO BRASIL EMP. E PART. INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA DE IDOSOS	Alameda do Ipe Branco, Nº 165 - Bairro São Luiz	Pampulha	Serviço de uso coletivo com área maior que 6.000 m²	USO - Serviço de Uso Coletivo	2018	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
465	Sim	0078132-003/1060	Associação Jesuítas de Educação e Assistência Social - Faculdade Jesuítas de Filosofia e Teologia (FJES)	Av Dr Cristiano Guimarães, Nº 2127 Bairro Planalto	Norte	Serviço de uso coletivo com área maior que 6.000 m²	USO - Serviço de Uso Coletivo	2018	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
309359	Sim	0309359-002/1111	Q/3 espaço Multissu Ltda- ME Nome fantasia: Innovare Centro de Eventos	Av. Herdílio Mourão de Miranda, n. 2030 - Bairro Castelo	Pampulha	Casa de festas e eventos com área utilizada superior a 360 m²	USO - Casa de festas	licenciame nto sem OLEI	DN COMPR 01/2017	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
307084	Sim	0307084-004/1111	SRS Redenção Ltda - ME	Rua Itaipuanes n. 70 - Bairro Camargos	Oeste	Acesso por via de menor permissividade de uso	USO - flexibilização	licenciame nto sem OLEI	DN COMPR 01/2017	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
466	Sim	0288016-009/1060	Palazzo Torquetti	Av Raja Gabaglia, Nº 3640 / Av Barão Homem de Melo, Nº 4351 - Bairro Estoril	Oeste	Edifício não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais 400 vagas	Ocupação - Não Residencial	2018	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
469	Sim	0238224-018/1060	Associação Comunitária do Bem Estar Social dos Moradores do Alípio de Melo	Rua dos Médicos, Nº 1051 - Bairro Alípio de Melo	Pampulha	Serviço de uso coletivo com área maior que 6.000 m²	USO - Serviço de Uso Coletivo	2018	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
472	Sim	031087-001/1060	Mal Bar e Entretenimento LTD A - ME	Rua Osório, nº 523 - Bairro Cruzeiro	Centro-sul	Casa de Show	USO - Casa de Shows	2018	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
473	Sim	0314413-001/1060	Athenas Dançom Club Lda (antigo Estádio 2000 LTD A EPP)	Rua Araquari, nº 600 - Bairro Barro Preto	Centro-sul	Casa de Show	USO - Casa de Shows	2018	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
475	Sim	0272477-010/1060	Jarquê Country Club	Rua Amável Costa, Nº 7 - Bairro Jaraguá	Pampulha	Serviço de uso coletivo com área maior que 6.000 m²	USO - Serviço de Uso Coletivo	2018	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
476	Sim	0309504-005/1359	UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais	Avenida José Cândido da Silveira, nº 1500 - Bairro Horto Florestal	Leste	Serviço de uso coletivo com área maior que 6.000 m²	USO - Serviço de Uso Coletivo	2018	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
169821	Sim	0169821-008/1111	Cidade Indústria e Comércio LTD A	Rua Ruchelto, nº 1778 - Bairro Padre Eustáquio	Noroeste	Ampliação ou alteração do direito de permanência de uso	USO - flexibilização	licenciame nto sem OLEI	DN COMPR 01/2017	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
478	Sim	0296449-008/1060	JOLIE CLUB EVENTOS EIRELI - EPP	Avenida Pedro I, nº 402, SETOR ALFA B - Bairro Raposo	Noroeste	Casa de Show / Casa de festas e eventos com área utilizada superior a 360 m²	USO - Casa de festas	2018	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
479	Sim	0319164-001/1060	MISTER ROCK BAR	Av. Teresa Cristina, Nº 295, Lota 01 - Bairro Prado	Oeste	Casa de Show	USO - Casa de Shows	2018	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
143686	Sim	0143686-018/1111	Canefour Comércio e Indústria LTDA - Cataguas	Av. Dom Pedro II, nº 2910 - Bairro Cataguas	Noroeste	Acesso por via de menor permissividade de uso	USO - flexibilização	licenciame nto sem OLEI	DN COMPR 01/2017	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
264034	Sim	0284034-003/1111	SPE Espaço de Luzer Sistema Mangabeiras - Teófilo	Praça Cidade do Porto, nº 100 - Bairro Mangabeiras	Centro-sul	Acesso por via de menor permissividade de uso	USO - flexibilização	licenciame nto sem OLEI	DN COMPR 01/2017	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
76915	Sim	0076915-033/1111	Indústria e Comércio de Commodities LTDA	Rua Reis de Albreu, Nº 540 - Bairro Aplicado	Noroeste	Ampliação ou alteração do direito de permanência de uso	USO - flexibilização	licenciame nto sem OLEI	DN COMPR 01/2017	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
213734	Sim	0213734-008/1111	Leifer Buffet Bunitis Ltda	Av. Professor Mário Werneck, nº 3020 - Bairro Bunitis	Oeste	Casa de festas e eventos com área utilizada superior a 360 m²	USO - Casa de festas	licenciame nto sem OLEI	DN COMPR 01/2017	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
482	Sim	0047367-003/1060	Esporte Clube Gráfico	Avenida Afonso Pena, nº 3328 - Bairro Cruzeiro	Centro-sul	Casas de festas e eventos com área utilizada superior a 300m² / Serviços de Uso Coletivo com área maior que 6000 m²	USO - Serviço de Uso Coletivo	2018	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
483	Sim	0186088-003/1060	Tribunal de Justiça de MG - Sede	Av. Afonso Pena, nº 4001 - Bairro Serra	Centro-sul	Serviço de uso coletivo com área maior que 6000 m² / Edifício não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais 400 vagas	USO - Serviço de Uso Coletivo	2018	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Público
314547	Sim	0314547-004/1111	Giardino Recepções Ltda	Avenida Otacílio Negro de Lima, n. 16050 - bairro Jardim Atlântico	Pampulha	Casa de festas e eventos com área utilizada superior a 360 m²	USO - Casa de festas	licenciame nto sem OLEI	DN COMPR 01/2017	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
328325	Sim	0328325-001/1111	Celebrate Espaço de Festas eireli	Rua José Félix Martins, n. 888 - Bairro Marquinhos	Venda Nova	Casa de festas e eventos com área utilizada superior a 360 m²	USO - Casa de festas	licenciame nto sem OLEI	DN COMPR 01/2017	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
71088	Sim	0071088-013/1111	Vaz & Vaz Melanologia Ltda	Rua Maria Nazaré, n. 05 - Bairro Nazaré	Nordeste	Ampliação ou alteração do direito de permanência de uso	USO - flexibilização	licenciame nto sem OLEI	DN COMPR 01/2017	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
329620	Sim	0329620-001/1111	José e Maria Espaço de Eventos - ESPAÇO ACURS	Av. Joaquim José Diniz, nº 455 - Bairro Fênix	Nordeste	Casa de festas e eventos com área utilizada superior a 360 m²	USO - Casa de festas	licenciame nto sem OLEI	DN COMPR 01/2017	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
485	Sim	0319166-005/1060	Heliponto do Condomínio do Edifício Comercial Nel Vinte Oito	Rua Bernardino Theodoro da Silva, nº 117 - Bairro Estoril	Oeste	Heliponto	HELIPONTO	2019	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
298717	Sim	0298717-002/1111	Comercial Dahana LTDA	Rua Beltrina Braga, nº 676 - Bairro Cataguas	Noroeste	Acesso por via de menor permissividade de uso	USO - flexibilização	licenciame nto sem OLEI	DN COMPR 01/2017	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
487	Sim	0302227-004/1060	Liberdade Bar e Discoteca Ltda	Av. Francisco Tenório Nunes nº5999 - Bairro Castelo	Pampulha	Casa de Show	USO - Casa de Shows	2019	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
319142	Sim	0319142-007/1111	BH CAÇAMBA	Rua Juarez Teixeira Pinto, nº 267 - Bairro das Indústrias II	Oeste	Acesso por via de menor permissividade de uso	USO - flexibilização	licenciame nto sem OLEI	DN COMPR 01/2017	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
185125	Sim	0185125-010/1111	Fundação Dom Bosco	Rua Ursula, nº 18 - Bairro Floresta	Centro-sul	Escolas infantis, estabelecimentos de ensino fundamental e médio indóneos a vistas afeitas.	USO - flexibilização	licenciame nto sem OLEI	DN COMPR 01/2017	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
488	Sim	0331580-001/1060	Shopping Barro Preto - Blue Mall	Rua dos Guajaráes, nº1722 - Bairro Barro Preto	Centro-sul	Serviço de uso coletivo com área maior que 8000 m² / Edifício não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais 400 vagas	USO - Serviço de Uso Coletivo	2019	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
317009	Sim	0317009-008/1111	DMA Distribuidora - EPA Plus Cataguas	Rua Rosinha Sigaud, nº 201 - Bairro Cataguas	Noroeste	Acesso por via de menor permissividade de uso	USO - flexibilização	licenciame nto sem OLEI	DN COMPR 01/2017	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
490	Sim	0327972-002/1060	Mart Minas - Serrano	Av Herdílio Mourão de Miranda, nº 101 - Bairro Serrano	Pampulha	Hipermercado / Edifício não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais 400 vagas	USO - HIPERMERCADO	2019	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
320544	Sim	0320544-005/1111	Avip Gas LTDA	Av Vilarinho, nº 5.600 - Bairro Mantiqueira	Venda Nova	Acesso por via de menor permissividade de uso	USO - flexibilização	licenciame nto sem OLEI	DN COMPR 01/2017	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
494	Sim	0267650-004/1060	Lourenço Bar e Restaurante Eireli ME (Bairro Prado)	Rua Eiré, nº 125 - Bairro Prado	Oeste	Casa de Show	USO - Casa de Shows	2019	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
322711	Sim	0322711-004/1111	PI Stop RS Embraesam LTD A	Rua Divina Nova, nº 21 - Bairro Salgado Filho	Oeste	Acesso por via de menor permissividade de uso	USO - flexibilização	licenciame nto sem OLEI	DN COMPR 01/2017	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
227568	Sim	0227568-011/1111	Sofflex Comércio, Importação e Exportação de Cervejas Eireli - ME	Rua Oswaldo Teixeira de Carvalho, n. 109 - Bairro Santa Branca	Pampulha	Ampliação ou alteração do direito de permanência de uso	USO - flexibilização	licenciame nto sem OLEI	DN COMPR 01/2017	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
327376	Sim	0327376-007/1111	Colégio Sant'Anna	Avenida Olívia Meireles, nº 980 - Bairro Barreiro	Barreiro	Escolas infantis, estabelecimentos de ensino fundamental e médio indóneos a vistas afeitas.	USO - flexibilização	licenciame nto sem OLEI	DN COMPR 01/2017	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
311064	Sim	0311064-002/1111	JETFLY REVENDIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTD A	Rua Ocidente, nº 100 - Bairro Padre Eustáquio	Noroeste	Acesso por via de menor permissividade de uso	USO - flexibilização	licenciame nto sem OLEI	DN COMPR 01/2017	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
337299	Sim	0337299-001/1111	Viçação São Geraldo	Rua Tebas, nº 400 - Bairro Vera Cruz	Leste	Acesso por via de menor permissividade de uso	USO - flexibilização	licenciame nto sem OLEI	DN COMPR 01/2017	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
337203	Sim	0337203-002/1111	Instituto de Educação Infantil Colbit	Av. Altairio Avulino Soares, nº 691 - Bairro Castelo	Pampulha	Escolas infantis, estabelecimentos de ensino fundamental e médio indóneos a vistas afeitas.	USO - flexibilização	licenciame nto sem OLEI	DN COMPR 01/2017	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
339700	Sim	0339700-001/1111	Mercado Pampulha	Av. Otacílio Negro de Lima, nº 2867 - Bairro São Luiz	Pampulha	Acesso por via de menor permissividade de uso	USO - flexibilização	licenciame nto sem OLEI	DN COMPR 01/2017	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
395324	Sim	0395324-001/1111	Zigma Serviços Admnerios	Alameda dos Jacarandás, Nº 1145 - Bairro São Luiz	Pampulha	Direito de permanência de Uso na ADE Pampulha	USO - flexibilização	licenciame nto sem OLEI	DN COMPR 01/2017	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
321477	Sim	0321477-006/1111	Tecnoparc Industrial Eireli	Rua Menotti Mazzelli, nº 180 - Bairro Jardimópolis	Oeste	Ampliação ou alteração do direito de permanência de uso	USO - flexibilização	licenciame nto sem OLEI	DN COMPR 01/2017	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
328684	Sim	0328684-005/1111	Centro Automotivo WFE Auto Center LTDA	Rua Desembargador Amílcar de Castro, nº 833 - Bairro Estoril	Oeste	Acesso por via de menor permissividade de uso	USO - flexibilização	licenciame nto sem OLEI	DN COMPR 01/2017	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
80800	Sim	0080880-033/1111	Pixidme mármora, granito e pedras Ltda	Ave. Barão Homem de Melo, nº 2221 - Bairro Estoril	Oeste	Acesso por via de menor permissividade de uso	USO - flexibilização	licenciame nto sem OLEI	DN COMPR 01/2017	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
230308	Sim	0230308-003/1111	ILUMEF Int e Comercio Produtos Metalúrgicos	Rua Paschoal de Albreu, 427 - Bairro Jaqueline	Norte	Acesso por via de menor permissividade de uso	USO - flexibilização	licenciame nto sem OLEI	DN COMPR 01/2017	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
340437	Sim	0340437-001/1111	Quiosque Pampulha	Av. Chaffir Ferreira, nº 630 - Bairro São Luiz	Pampulha	Casa de festas e eventos com área utilizada superior a 360 m²	USO - Casa de festas	licenciame nto sem OLEI	DN COMPR 01/2017	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
125887	Sim	0125587-019/1111	DI Eletone Eletrônica Industrial	Rua Marcelo Dias, nº 201 - Bairro Nova Sulga	Oeste	Acesso por via de menor permissividade de uso / Ampliação ou alteração do direito de permanência de uso	USO - flexibilização	licenciame nto sem OLEI	DN COMPR 01/2017	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
338121	Sim	0338121-003/1111	Tokansk e Cia LTDA - Farmácia de Manipulação	Av Mem de Sá, nº 801 - Bairro Paraisópolis	Leste	Acesso por via de menor permissividade de uso	USO - flexibilização	licenciame nto sem OLEI	DN COMPR 01/2017	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
505	Sim	0252667-022/1060	Feracurso Prompções e Eventos Ltda (Feira Minerária)	Avenida Antônio Abraldo Caram, nº1000 - Bairro São José	Savassi	Atividades desportivas como serviço de uso coletivo, identificadas no Anexo XIII da Lei 11.181/2019 (Cessão de espaços para exposição e feiras e Centro de Convenções) com área maior que 6.000m² Edifícios com a área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas / Casa de Shows e Espetáculos	USO - Serviço de Uso Coletivo	2019	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
506	Sim	0317636-012/1060	RESTAURANTE ENGENHO DE MINAS	Rua Doutor João Otaviano Ferreira, nº 175 - Bairro Cidade Nova	Nordeste	Casa de Shows e Espetáculos	USO - Casa de Shows	2019	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
341504	Sim	0341504-001/1111	Comercial Dahana Ltda	Ave Sebastião de Brito, nº 639 - Bairro Dona Clara	Pampulha	Acesso por via de menor permissividade de uso	USO - flexibilização	licenciame nto sem OLEI	DN COMPR 01/2017	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
507	Em licenciame nto	0253579-015/1060	Condomínio Minas Shopping	Ave. Cristiano Machado, nº 400 - Bairro União	Nordeste	Edifícios não residenciais com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	Ocupação - Não Residencial	2019	Não	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
339567	Sim	0339567-005/1111	Selma Magna de Araújo Nelson	Av. Dr. Cristiano Guimarães, nº 501 - Bairro Vila Clóris	Norte	Acesso por via de menor permissividade de uso	USO - flexibilização	licenciame nto sem OLEI	DN COMPR 01/2017	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
47516	Sim	0047516-015/1111	ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DE BELO HORIZONTE	AVE PROFESSOR MARIO WERNECK, 3002 - Bairro BURITIS	Oeste	Escolas infantis, estabelecimentos de ensino fundamental e médio indóneos a vistas afeitas.	USO - flexibilização	licenciame nto sem OLEI	DN COMPR 01/2017	Leis 7165/96 e 7166/96 alteradas pela Lei 9559/10	Privado
510	Sim	0138759-031/1060	IEDUC - INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA URBEM ESTORIL	Av. Professor Mário Werneck, nº 1685, PEP Razas 6 - Bairro Estoril	Oeste	Edificações com mais de 20.000m² (vinte mil metros quadrados) de área total edificada / Edificações com área de estacionamento maior que 10.000m² (dez mil metros	Ocupação - Não Residencial	2019	Não	Lei 11181/19	Privado





20220118 4	Sim	31.00543549/2022- 38	ELEVEN ROOFTOP	Rua ESPÍRITO SANTO, n. 250, Bairro CENTRO	Centro-sul	CASA DE SHOWS E ESPETÁCULOS	USO - Casa de Shows	2022	DN COMPUR 05/2019	Lei 11181/19	Privado
20220123 5	Em licenciame nto	31.00298054/2023- 70	EDIFÍCIO MULTICENTER ANDRADAS	Avenida DOS ANDRADAS, n. 3760, Bairro POMPEIA	leste	Edificações com mais de 20.000 m² (vinte mil metros quadrados) de área total edificada / Edificações com área de estacionamento maior que 10.000 m² (dez mil metros quadrados) ou com mais de 400 (quatrocentos) vagas	Ocupação - NÃO RESIDENCIAL	2022	Não	Lei 11181/19	Privado
20220117 8	Sim	31.00508282/2022- 95	ARMAZEN POINT BEER LTD	Rua DOUTOR ALVARO CAMARGOS, n. 2650, Bairro SANTA MÔNICA	Venda Nova	CASA DE SHOWS E ESPETÁCULO	USO - Casa de Shows	2022	DN COMPUR 05/2019	Lei 11181/19	Privado
20220132 2	Sim	31.00214894/2023- 63	Esopo Trevo	Avenida RAJA GABAGLIA, n. 5151, Bairro SANTA LUCIA	Centro-sul	CASA DE SHOWS E ESPETÁCULOS	USO - Casa de Shows	2022	Não	Lei 11181/19	Privado
20220135 4	Em licenciame nto	31.00079845/2023- 59	Nasser Caprao	Rua PERNAMBUCO, n. 618, Bairro SAVASSI	Centro-sul	Edificações com mais de 20.000 m² (vinte mil metros quadrados) de área total edificada	Ocupação - MISTO	2022	Não	Lei 11181/19	Privado
20230139 1	Em licenciame nto	31.00060779/2023- 62	San Felipe	Rua FELIPE DOS SANTOS, n. 617, Bairro LOURDES	Centro- Sul	Edificações com mais de 20.000 m² (vinte mil metros quadrados) de área total edificada	Ocupação - MISTO	2023	Não	Lei 11181/19	Privado
20230139 2	Sim	31.00223349/2023- 46	LAROK LOUNGE CLUB	Avenida HERACLITO MOURAO DE MIRANDA, n. 8169, Bairro SANTA TEREZINHA	Pampulha	CASA DE SHOWS E ESPETÁCULOS	USO - Casa de Shows	2023	DN COMPUR 05/2019	Lei 11181/19	Privado
20230139 3	Em licenciame nto	31.00476724/2023- 13	CGLI_BH - Correios	Rodovia ANEL RODOVIARIO CELSO MELLO AZEVEDO, n. 29001, Bairro SUZANA	Pampulha	Edificações com mais de 20.000 m² (vinte mil metros quadrados) de área total edificada / Edificações com área de estacionamento maior que 10.000 m² (dez mil metros quadrados) ou com mais de 400 (quatrocentos) vagas	Ocupação - NÃO RESIDENCIAL	2023	Não	Lei 11181/19	Público
20230143 3	Sim	31.00269266/2023- 17	MARUN DECK BAR	Avenida OTACILIO NEGRAO DE LIMA, n. 6602, Bairro BANDEIRANTES	Pampulha	CASA DE SHOWS E ESPETÁCULOS	USO - Casa de Shows	2023	DN COMPUR 05/2019	Lei 11181/19	Privado
20230145 3	Em licenciame nto	31.00200338/2023- 31	Duplicação do Trecho Ferroviário entre Pedreira Rio das Velhas e Capitão Eduardo - EPVM	Trata-se de um empreendimento linear com cerca de 5,0 km de extensão, desta forma, passando por vários logradouros diretamente nos bairros Jardim Vitoria, Bejar Flor e Capitão Eduardo. As obras ocorrerão em uma faixa de cerca de 40 metros de largura, paralela a faixa de domínio existente e operacional da ferrovia	Nordeste	Intervenções viárias significativas	INTERVENÇÕES VIÁRIAS	2023	Não	Lei 11181/19	Privado
20220000 1	Sim	31.00582337/2022- 71	ciclovias implantadas nas Ruas Rio de Janeiro, São Paulo e na Avenida Otacilio Negro de Lima - ofa da Lagoa da Pampulha.	1. Rua Rio de Janeiro (entre R. Fernandes Tourinho e R. Alvarenga Peixoto) e entre Av. Álvares Cabral e Av. Augusto de Lima) - Regional Centro Sul 2. Rua São Paulo (entre R. Alvarenga Peixoto e Av. Álvares Cabral) - Regional Centro Sul 3. Av. Otacilio Negro de Lima (entre Rua das Garças e Outeiro Belo Horizonte) - Outeiro da Lagoa da Pampulha - Regional Pampulha	Centro-sul / Pampulha	Ciclovias - Demanda MP/MG	DEMANDA MP/MG	2022	Não	Não se aplica - demanda MP/MG	Público

Elaborado pela autora. Fonte: PBH

## APÊNDICE D - Relação Impactos X Condicionantes considerando os PLUs emitidos no período de junho de 2017 a julho de 2022

NÚMERO OREI	IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO	PROCESSO	ENQUADRAMENTO	Nº DO PLU	DATA PUBLICAÇÃO PLU - DOM	TEMAS	IMPACTOS	CONDICIONANTES
202201084	Hangar 9 Serviços e Eventos LTDA	31.00288603/2022-72	Casa de Show	1084/22	14/7/2022	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Manter ativo o Canal de Comunicação do empreendimento.
202201084	Hangar 9 Serviços e Eventos LTDA	31.00288603/2022-72	Casa de Show	1084/22	14/7/2022	Poluição sonora	Impactos na vizinhança	Garantir a internalização de filas para acesso e compra de ingressos
202201084	Hangar 9 Serviços e Eventos LTDA	31.00288603/2022-72	Casa de Show	1084/22	14/7/2022	Tratamento de resíduos	Impactos na vizinhança	Promover a limpeza de face de quadra do empreendimento após cada evento.
202201084	Hangar 9 Serviços e Eventos LTDA	31.00288603/2022-72	Casa de Show	1084/22	14/7/2022	Poluição sonora	Impactos na vizinhança	Manter ativo o Plano de Controle de Poluição Sonora
202201084	Hangar 9 Serviços e Eventos LTDA	31.00288603/2022-72	Casa de Show	1084/22	14/7/2022	Segurança do usuário e/ou da vizinhança	Impactos na vizinhança	Deverá ser respeitada capacidade máxima de 500 pessoas
202201084	Hangar 9 Serviços e Eventos LTDA	31.00288603/2022-72	Casa de Show	1084/22	14/7/2022	Tratamento de resíduos	Geração adicional de resíduos sólidos	Manter a gestão de resíduos sólidos conforme DGRSE apresentada
58	Praça dos Amores Alto Buritis Ltda – Clube Chaleiro	01-071445/12-71	Casa de Show	08/2013 (primeira alteração)	27/2/2022	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar Canais de Comunicação do empreendimento.
58	Praça dos Amores Alto Buritis Ltda – Clube Chaleiro	01-071445/12-71	Casa de Show	08/2013 (primeira alteração)	27/2/2022	Poluição sonora	Impactos na vizinhança	Implantar Plano de Monitoramento de Ruído para os eventos ocorridos no espaço.
58	Praça dos Amores Alto Buritis Ltda – Clube Chaleiro	01-071445/12-71	Casa de Show	08/2013 (primeira alteração)	27/2/2022	Poluição sonora	Impactos na vizinhança	Garantir a internalização de filas para acesso e compra de ingressos.
58	Praça dos Amores Alto Buritis Ltda – Clube Chaleiro	01-071445/12-71	Casa de Show	08/2013 (primeira alteração)	27/2/2022	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na movimentação de pessoas e veículos	Implantar projeto de tratamento urbanístico das calçadas e afastamentos frontais, contemplando o estacionamento e regularização dos acessos de pedestres e veículos.
58	Praça dos Amores Alto Buritis Ltda – Clube Chaleiro	01-071445/12-71	Casa de Show	08/2013 (primeira alteração)	27/2/2022	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na movimentação de pessoas e veículos	Apresentar contratos de locação de vagas através de convênios celebrados com estacionamento localizados no entorno do empreendimento e o material de divulgação dos estacionamentos aos clientes.
58	Praça dos Amores Alto Buritis Ltda – Clube Chaleiro	01-071445/12-71	Casa de Show	08/2013 (primeira alteração)	27/2/2022	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na movimentação de pessoas e veículos	Implantar plano de desmobilização de mobiliário e disponibilização de 30 vagas de estacionamento interno no espaço onde atualmente funciona o "Quilote do Chale" nos horários de funcionamento do Clube Chaleiro.
58	Praça dos Amores Alto Buritis Ltda – Clube Chaleiro	01-071445/12-71	Casa de Show	08/2013 (primeira alteração)	27/2/2022	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na movimentação de pessoas e veículos	Implantar projeto de sinalização vertical na Rua Desmembrador Amílcar de Castro, a ser aprovado junto à BHTTRANS, contemplando demarcação de área de embarque e desembarque.
58	Praça dos Amores Alto Buritis Ltda – Clube Chaleiro	01-071445/12-71	Casa de Show	08/2013 (primeira alteração)	27/2/2022	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na movimentação de pessoas e veículos	Implantar Campanha Educativa com o tema "Alô, você é Direção"
58	Praça dos Amores Alto Buritis Ltda – Clube Chaleiro	01-071445/12-71	Casa de Show	08/2013 (primeira alteração)	27/2/2022	Tratamento de resíduos	Geração adicional de resíduos sólidos	Implantar PGRESE do empreendimento.
58	Praça dos Amores Alto Buritis Ltda – Clube Chaleiro	01-071445/12-71	Casa de Show	08/2013 (primeira alteração)	27/2/2022	Qualificação dos espaços e serviços públicos	Requerimento da edificação	Obter a Baixa de Construção da edificação junto à SUREG
202200968	Pub Major Lock Bar Cultural LTDA	31.00240477/2022-62	Casa de Show	0968/22	24/6/2022	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Manter o Canal de Comunicação do empreendimento
202200968	Pub Major Lock Bar Cultural LTDA	31.00240477/2022-62	Casa de Show	0968/22	24/6/2022	Poluição sonora	Impactos na vizinhança	Garantir a internalização de filas para acesso e compra de ingressos
202200968	Pub Major Lock Bar Cultural LTDA	31.00240477/2022-62	Casa de Show	0968/22	24/6/2022	Tratamento de resíduos	Impactos na vizinhança	Promover a limpeza de face de quadra do empreendimento após cada evento.
202200968	Pub Major Lock Bar Cultural LTDA	31.00240477/2022-62	Casa de Show	0968/22	24/6/2022	Poluição sonora	Impactos na vizinhança	Implantar Plano de Controle de Poluição Sonora
202200968	Pub Major Lock Bar Cultural LTDA	31.00240477/2022-62	Casa de Show	0968/22	24/6/2022	Segurança do usuário e/ou da vizinhança	Impactos na vizinhança	Deverá ser respeitada a capacidade máxima de 500 pessoas
202200968	Pub Major Lock Bar Cultural LTDA	31.00240477/2022-62	Casa de Show	0968/22	24/6/2022	Tratamento de resíduos	Geração adicional de resíduos sólidos	Manter a gestão de resíduos sólidos conforme DGRSE apresentada
202200968	Pub Major Lock Bar Cultural LTDA	31.00240477/2022-62	Casa de Show	0968/22	24/6/2022	Mobilidade e acessibilidade	Ambiência da vizinhança	Adequar a calçada da frente do terreno ao terreno ocupado pelo empreendimento conforme exigências do Código de Posturas do Município (
31.00305899/2021-41	BRINK'S Segurança e Transporte de Valores LTDA	31.00305899/2021-41	Acesso por via de menor permissividade de uso	014.068/22	29/03/2022	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar área de espera com capacidade para três carros-fortes a partir de recuo de alinhamento do empreendimento na Rua Herbert Eustáquio de Carvalho
31.00305899/2021-41	BRINK'S Segurança e Transporte de Valores LTDA	31.00305899/2021-41	Acesso por via de menor permissividade de uso	014.068/22	29/03/2022	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar sinalização de trânsito na Rua Herbert Eustáquio de Carvalho conforme proposta apresentada na complementação do EIV simplificado
31.00305899/2021-41	BRINK'S Segurança e Transporte de Valores LTDA	31.00305899/2021-41	Acesso por via de menor permissividade de uso	014.068/22	29/03/2022	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar sinalização de trânsito na Rua Dr. Natalino Triunelli conforme proposta apresentada na complementação do EIV simplificado
31.00305899/2021-41	BRINK'S Segurança e Transporte de Valores LTDA	31.00305899/2021-41	Acesso por via de menor permissividade de uso	014.068/22	29/03/2022	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar travessia de pedestres nas Ruas Luís Bento e Natalino Triunelli, conforme proposta apresentada no EIV simplificado
31.00305899/2021-41	BRINK'S Segurança e Transporte de Valores LTDA	31.00305899/2021-41	Acesso por via de menor permissividade de uso	014.068/22	29/03/2022	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Nas operações de entrada e saída, carga e descarga, todas as manobras dos veículos do empreendimento devem ser realizadas na área interna do empreendimento sem utilização do sistema viário da vizinhança
202100331	OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA CENTRO LAGOINHA	31.00228948/2021-75	operação urbana consorciada	0331/21	05/01/2022	Operação Urbana Consorciada	Gerar	Adotar medidas de mitigação/compensação previstas na Matriz de Impactos do Plano de Qualificação Urbânica Centro Lagoinha
202100331	OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA CENTRO LAGOINHA	31.00228948/2021-75	operação urbana consorciada	0331/21	05/01/2022	Operação Urbana Consorciada	Gerar	Adotar medidas de potencialização previstas na Matriz de Impactos do Plano de Qualificação Urbânica Centro Lagoinha
202100331	OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA CENTRO LAGOINHA	31.00228948/2021-75	operação urbana consorciada	0331/21	05/01/2022	Operação Urbana Consorciada	Gerar	Prever a adoção de sistema de gestão da OUC com comitê gestor paritário entre poder público e sociedade civil
202100331	OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA CENTRO LAGOINHA	31.00228948/2021-75	operação urbana consorciada	0331/21	05/01/2022	Operação Urbana Consorciada	Alteração da ambiência urbana	As diretrizes delineadas pelo CDPCM-GH se sobrepõem sobre as regras da OUC, sendo necessária a análise e aprovação prévia do referido órgão de todas as propostas de intervenção localizadas nos perímetros da área protegida dentro da OUC
202100331	OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA CENTRO LAGOINHA	31.00228948/2021-75	operação urbana consorciada	0331/21	05/01/2022	Operação Urbana Consorciada	Alteração da ambiência urbana	Deverão ser definidas diretrizes específicas no sentido de minimizar os impactos das edificações verticais e se harmonizar com o sistema protecionista (contorno urbano protegido e em estudo)
202100331	OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA CENTRO LAGOINHA	31.00228948/2021-75	operação urbana consorciada	0331/21	05/01/2022	Operação Urbana Consorciada	Alteração da ambiência urbana	Recursos previstos no Plano para a elaboração dos Dossês de bens com processo de tombamento aberto devem ser direcionados para a recuperação dos imóveis protegidos e eventuais estudos de proteção que se fizerem necessários
202100331	OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA CENTRO LAGOINHA	31.00228948/2021-75	operação urbana consorciada	0331/21	05/01/2022	Operação Urbana Consorciada	Interferência em Áreas de Interesse Social	Permitir a aplicação do instrumento de Intervenção às unidades habitacionais caracterizadas como HIS
202100331	OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA CENTRO LAGOINHA	31.00228948/2021-75	operação urbana consorciada	0331/21	05/01/2022	Operação Urbana Consorciada	Interferência em Áreas de Interesse Social	Permitir a aplicação, nos moldes estabelecidos na Lei 9.812/2010 ou da norma que a venha substituir, dos incentivos à produção de HIS, a todas as unidades habitacionais assim caracterizadas (exceto os redução de taxas de licenciamento, serviços públicos, IPTU, ITBI e ISS)
202100331	OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA CENTRO LAGOINHA	31.00228948/2021-75	operação urbana consorciada	0331/21	05/01/2022	Operação Urbana Consorciada	Interferência em Áreas de Interesse Social	Prever parâmetros urbanísticos para as AES-1, equiparados ou mais favoráveis do que os estabelecidos, no Plano Urbanístico, para a A.T. AP e AM
202100331	OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA CENTRO LAGOINHA	31.00228948/2021-75	operação urbana consorciada	0331/21	05/01/2022	Operação Urbana Consorciada	Interferência em Áreas de Interesse Social	Os projetos executivos relativos às intervenções físicas urbanísticas a serem realizadas na área da OUC deverão prever a refratada e reinstalação dos cestos coletores de resíduos livres existentes, como também a instalação de novos equipamentos nos padrões já adotados pela PBN, fixando o custo destas intervenções incluídas na composição destas intervenções. Requer-se o mesmo para todo e qualquer equipamento de apoio à limpeza urbana
202100331	OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA CENTRO LAGOINHA	31.00228948/2021-75	operação urbana consorciada	0331/21	05/01/2022	Operação Urbana Consorciada	Interferência em Áreas de Interesse Social	Garantir observância às diretrizes e orientações técnicas preconizadas pela SMMMA para intervenções ou implantação de áreas verdes na cidade
202100331	OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA CENTRO LAGOINHA	31.00228948/2021-75	operação urbana consorciada	0331/21	05/01/2022	Operação Urbana Consorciada	Alteração do Regramento Urbanístico	A lei a instituir o Plano deverá tratar de forma clara de todas as referências e condições de aplicação dos parâmetros urbanísticos que devam ser considerados de forma diferente da legislação em vigor
202100331	OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA CENTRO LAGOINHA	31.00228948/2021-75	operação urbana consorciada	0331/21	05/01/2022	Operação Urbana Consorciada	Alteração do Regramento Urbanístico	A lei a instituir o Plano deverá explicar que o seu texto se aplica à legislação urbanística em vigor à época do protocolo de aprovação dos projetos, prevalecendo o texto desta lei apenas nos casos em que este se diferenciar explicitamente do previsto na legislação vigente
202100331	OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA CENTRO LAGOINHA	31.00228948/2021-75	operação urbana consorciada	0331/21	05/01/2022	Operação Urbana Consorciada	Alteração do Regramento Urbanístico	Prever a criação de normativas como decretos e portarias para que o plano seja aplicável no que se refere aos procedimentos necessários à aprovação junto à SUREG
398	FLEMING RESIDENCE	01-124.344/16-87	Parcelamento vinculado, na figura de desmembramento, que origina lote com área superior a 10.000 m² ou quarteirão com dimensão superior a 200m	124.344/16	04/01/2022	Desmembramento	Recursos hídricos	Não ocupar as áreas do terreno onde há presença de brejo ou suspensão sazonal de água
398	FLEMING RESIDENCE	01-124.344/16-87	Parcelamento vinculado, na figura de desmembramento, que origina lote com área superior a 10.000 m² ou quarteirão com dimensão superior a 200m	124.344/16	04/01/2022	Supressão de vegetação	Supressão de vegetação	Mitigar os impactos decorrentes da supressão de vegetação em conformidade com a legislação e com as orientações da SMMMA
398	FLEMING RESIDENCE	01-124.344/16-87	Parcelamento vinculado, na figura de desmembramento, que origina lote com área superior a 10.000 m² ou quarteirão com dimensão superior a 200m	124.344/16	04/01/2022	Supressão de vegetação	Supressão de vegetação	Implantar Plano Sucinto de Afluentes de Fauna e Resgate Ambiental
398	FLEMING RESIDENCE	01-124.344/16-87	Parcelamento vinculado, na figura de desmembramento, que origina lote com área superior a 10.000 m² ou quarteirão com dimensão superior a 200m	124.344/16	04/01/2022	Desmembramento	Impermeabilização do solo	Mitigar os impactos do incremento de escoamento pluvial provenientes do empreendimento através de sistema público de drenagem
398	FLEMING RESIDENCE	01-124.344/16-87	Parcelamento vinculado, na figura de desmembramento, que origina lote com área superior a 10.000 m² ou quarteirão com dimensão superior a 200m	124.344/16	04/01/2022	Qualificação dos espaços e serviços públicos	Parcelamento do solo	Implantar ELUP no terreno do empreendimento de modo a conformar um atravessamento de pedestres no quarteirão
398	FLEMING RESIDENCE	01-124.344/16-87	Parcelamento vinculado, na figura de desmembramento, que origina lote com área superior a 10.000 m² ou quarteirão com dimensão superior a 200m	124.344/16	04/01/2022	Tratamento de resíduos	Geração de Resíduos	Implantar os abrigos de resíduos sólidos residenciais e comerciais conforme normas técnicas da SLU
398	FLEMING RESIDENCE	01-124.344/16-87	Parcelamento vinculado, na figura de desmembramento, que origina lote com área superior a 10.000 m² ou quarteirão com dimensão superior a 200m	124.344/16	04/01/2022	Tratamento de resíduos	Geração de Resíduos	Implantar Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil

			quarteirão com dimensão superior a 200m					
398	FLEMING RESIDENCE	01-124.344/16-87	Parcelamento vinculado, na figura de desmembramento, que origine lote com área superior a 10.000 m <sup>2</sup> ou quarteirão com dimensão superior a 200m	124.344/16	04/01/2022	Mobilidade e acessibilidade	Circulação de veículos e de pessoas	Implantar projeto arquitetônico aprovado pela BHTTRANS no que se refere às áreas de estacionamento, à área destinada às operações de carga e descarga, às faixas de acumulação e ao bicicletário, além do tratamento das calçadas, <b>afastamentos frontais e dos acessos de veículos</b>
398	FLEMING RESIDENCE	01-124.344/16-87	Parcelamento vinculado, na figura de desmembramento, que origine lote com área superior a 10.000 m <sup>2</sup> ou quarteirão com dimensão superior a 200m	124.344/16	04/01/2022	Mobilidade e acessibilidade	Circulação de veículos e de pessoas	Implantar tratamento viário na interseção da Avenida Fleming com a Rua Brasília considerando adequação da geometria, adequação e manutenção da sinalização horizontal e vertical, adequação da sinalização semafórica, implantação de faixas semafóricas para ciclistas e regulamentação sobre rebatões de pedestres para travessia de pedestres conforme as Normas Técnicas de Acessibilidade (NBR's 9050/2020 e 16557/2016)
398	FLEMING RESIDENCE	01-124.344/16-87	Parcelamento vinculado, na figura de desmembramento, que origine lote com área superior a 10.000 m <sup>2</sup> ou quarteirão com dimensão superior a 200m	124.344/16	04/01/2022	Mobilidade e acessibilidade	Circulação de veículos e de pessoas	Readequar a sinalização horizontal e vertical em mau estado de conservação na Avenida Fleming entre a Rua Sena Madureira e a Rua Estanislau Fernandes
398	FLEMING RESIDENCE	01-124.344/16-87	Parcelamento vinculado, na figura de desmembramento, que origine lote com área superior a 10.000 m <sup>2</sup> ou quarteirão com dimensão superior a 200m	124.344/16	04/01/2022	Segurança do usuário e/ou da vizinhança	Ambiência da vizinhança	Implantar gradil ou outro elemento construtivo delimitador que permita permeabilidade visual nos alinhamentos da av. Fleming e da rua Marcos de Oliveira e nas dividas do empreendimento com o E.U.P.
398	FLEMING RESIDENCE	01-124.344/16-87	Parcelamento vinculado, na figura de desmembramento, que origine lote com área superior a 10.000 m <sup>2</sup> ou quarteirão com dimensão superior a 200m	124.344/16	04/01/2022	Polição sonora	Fase de obras	Implantar sistema de Monitoramento de Emissões Sonoras durante as obras
398	FLEMING RESIDENCE	01-124.344/16-87	Parcelamento vinculado, na figura de desmembramento, que origine lote com área superior a 10.000 m <sup>2</sup> ou quarteirão com dimensão superior a 200m	124.344/16	04/01/2022	Emissões atmosféricas	Fase de obras	Implantar sistema de Controle das Emissões dos Veículos a Diesel utilizados na obra
398	FLEMING RESIDENCE	01-124.344/16-87	Parcelamento vinculado, na figura de desmembramento, que origine lote com área superior a 10.000 m <sup>2</sup> ou quarteirão com dimensão superior a 200m	124.344/16	04/01/2022	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Sustentabilidade	Implantar equipamentos e sistema de sustentabilidade no empreendimento
398	FLEMING RESIDENCE	01-124.344/16-87	Parcelamento vinculado, na figura de desmembramento, que origine lote com área superior a 10.000 m <sup>2</sup> ou quarteirão com dimensão superior a 200m	124.344/16	04/01/2022	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Movimentação de Terra	Implantar projeto de terraplenagem a ser aprovado pela SMMMA
202100956	Manufala Dome Lounge Bar LTDA	31.004.32364/2021-89	Casa de Show	0659/21	24/12/2021	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Manter o Canal de Comunicação do empreendimento
202100956	Manufala Dome Lounge Bar LTDA	31.004.32364/2021-89	Casa de Show	0659/21	24/12/2021	Polição sonora	Impactos na vizinhança	Garantir a internalização de flus para acesso e compra de ingressos
202100956	Manufala Dome Lounge Bar LTDA	31.004.32364/2021-89	Casa de Show	0659/21	24/12/2021	Tratamento de resíduos	Impactos na vizinhança	Promover a limpeza da face de quadra do empreendimento após cada evento
202100956	Manufala Dome Lounge Bar LTDA	31.004.32364/2021-89	Casa de Show	0659/21	24/12/2021	Polição sonora	Impactos na vizinhança	Implantar Plano de Controle de Poluição Sonora
202100956	Manufala Dome Lounge Bar LTDA	31.004.32364/2021-89	Casa de Show	0659/21	24/12/2021	Tratamento de resíduos	Geração adicional de resíduos sólidos	Manter a gestão de resíduos sólidos conforme DGRSE apresentada
202001196	Rust Music Bar LTDA	31.004.26358/2021-59	Casa de Show	0196/20	24/12/2021	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Manter o Canal de Comunicação do empreendimento
202001196	Rust Music Bar LTDA	31.004.26358/2021-59	Casa de Show	0196/20	24/12/2021	Polição sonora	Impactos na vizinhança	Garantir a internalização de flus para acesso e compra de ingressos
202001196	Rust Music Bar LTDA	31.004.26358/2021-59	Casa de Show	0196/20	24/12/2021	Tratamento de resíduos	Impactos na vizinhança	Promover a limpeza da face de quadra do empreendimento após cada evento
202001196	Rust Music Bar LTDA	31.004.26358/2021-59	Casa de Show	0196/20	24/12/2021	Tratamento de resíduos	Geração adicional de resíduos sólidos	Manter a gestão de resíduos sólidos conforme DGRSE apresentada
202100926	DISTRITO 797 BAR E RESTAURANTE LTDA	31.00403774/2021-84	Casa de Show	0626/21	18/12/2021	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Manter o Canal de Comunicação do empreendimento
202100926	DISTRITO 797 BAR E RESTAURANTE LTDA	31.00403774/2021-84	Casa de Show	0626/21	18/12/2021	Polição sonora	Impactos na vizinhança	Garantir a internalização de flus para acesso e compra de ingressos
202100926	DISTRITO 797 BAR E RESTAURANTE LTDA	31.00403774/2021-84	Casa de Show	0626/21	18/12/2021	Tratamento de resíduos	Impactos na vizinhança	Promover a limpeza da face de quadra do empreendimento após cada evento
202100926	DISTRITO 797 BAR E RESTAURANTE LTDA	31.00403774/2021-84	Casa de Show	0626/21	18/12/2021	Tratamento de resíduos	Geração adicional de resíduos sólidos	Manter a gestão de resíduos sólidos conforme DGRSE apresentada
202100448	RESIDENCIAL SENSIA PAMPULHA	31.00274977/2021-56	Edifício com mais de 20.000m <sup>2</sup> de área total edificada	0448/21	04/12/2021	Relacionamento com a vizinhança	Relacionamento com a vizinhança	Implantar Canal de Comunicação com a vizinhança
202100448	RESIDENCIAL SENSIA PAMPULHA	31.00274977/2021-56	Edifício com mais de 20.000m <sup>2</sup> de área total edificada	0448/21	04/12/2021	Incentivos sociais	Relacionamento com a vizinhança	Implementar o Plano de Capacitação e Contratação de Mão de Obras - PCMO, preferencialmente na área da vizinhança do empreendimento
202100448	RESIDENCIAL SENSIA PAMPULHA	31.00274977/2021-56	Edifício com mais de 20.000m <sup>2</sup> de área total edificada	0448/21	04/12/2021	Drenagem	Drenagem Urbana	Mitigar os impactos do incremento de escoamento pluvial provenientes do empreendimento no sistema público de drenagem
202100448	RESIDENCIAL SENSIA PAMPULHA	31.00274977/2021-56	Edifício com mais de 20.000m <sup>2</sup> de área total edificada	0448/21	04/12/2021	Polição sonora	Impactos de Obra	Implantar Plano de Controle de Poluição Sonora
202100448	RESIDENCIAL SENSIA PAMPULHA	31.00274977/2021-56	Edifício com mais de 20.000m <sup>2</sup> de área total edificada	0448/21	04/12/2021	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Sustentabilidade	Implantar sistema de coleta e aproveitamento de água pluvial
202100448	RESIDENCIAL SENSIA PAMPULHA	31.00274977/2021-56	Edifício com mais de 20.000m <sup>2</sup> de área total edificada	0448/21	04/12/2021	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Sustentabilidade	Implantar sistema de medição individualizada de água
202100448	RESIDENCIAL SENSIA PAMPULHA	31.00274977/2021-56	Edifício com mais de 20.000m <sup>2</sup> de área total edificada	0448/21	04/12/2021	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Sustentabilidade	Implantar dispositivos hidráulicos economizadores de água e de aproveitamento de energia solar
202100448	RESIDENCIAL SENSIA PAMPULHA	31.00274977/2021-56	Edifício com mais de 20.000m <sup>2</sup> de área total edificada	0448/21	04/12/2021	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Controlar as Emissões dos Veículos a Diesel utilizados na obra, com investimento de capacitação
202100448	RESIDENCIAL SENSIA PAMPULHA	31.00274977/2021-56	Edifício com mais de 20.000m <sup>2</sup> de área total edificada	0448/21	04/12/2021	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar tratamento das calçadas índexes ao empreendimento, acessos de veículos e pedestres, faixa de acumulação, vagas internas para estacionamento de veículos e bicicletário, de acordo com as legislações municipais vigentes e os parâmetros da BHTTRANS
202100448	RESIDENCIAL SENSIA PAMPULHA	31.00274977/2021-56	Edifício com mais de 20.000m <sup>2</sup> de área total edificada	0448/21	04/12/2021	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar Projeto Viário Executivo derivado da geometria e de Sinalização (Horizontal, Vertical e Semafórica) na área de abrangência compreendida pelo perímetro da Avenida Professor Magalhães Perillo, Rua Jerson Martins, Rua Boaventura, Rua General Azeite, Rua Miramar, Rua Teófilo Gomes, Rua Boaventura (até a Rua Líder), Rua Aurélio Pires e Rua General Azeite (interseção com a Avenida Professor Magalhães Perillo, Rua Líder e Praça Bagatelli)
202100448	RESIDENCIAL SENSIA PAMPULHA	31.00274977/2021-56	Edifício com mais de 20.000m <sup>2</sup> de área total edificada	0448/21	04/12/2021	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Promover a melhoria nas condições de iluminação dos passeios índexes ao empreendimento de modo a gerar conforto e segurança para a circulação de pedestres
202100448	RESIDENCIAL SENSIA PAMPULHA	31.00274977/2021-56	Edifício com mais de 20.000m <sup>2</sup> de área total edificada	0448/21	04/12/2021	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar gradil ou outro elemento construtivo delimitador que permita permeabilidade visual ao longo do alinhamento das ruas Aurélio Pires e General Azeite
202100448	RESIDENCIAL SENSIA PAMPULHA	31.00274977/2021-56	Edifício com mais de 20.000m <sup>2</sup> de área total edificada	0448/21	04/12/2021	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Fornecer ao Município projeto executivo de taxa colorida na vizinhança do empreendimento
517	Amazém 356	01-064.823/20-07	Edifício com mais de 20.000m <sup>2</sup> de área total edificada	064.823/20	11/11/2021	Drenagem	Impermeabilização do solo	Implantar sistema de armazenamento de resíduos sólidos do condomínio
517	Amazém 356	01-064.823/20-07	Edifício com mais de 20.000m <sup>2</sup> de área total edificada	064.823/20	11/11/2021	Tratamento de resíduos	Geração de Resíduos	Implantar projeto paisagístico contemplando as áreas em terreno natural, andarimentas (debuído verde), faixa gramada e calçadas, incluindo sistema de irrigação
517	Amazém 356	01-064.823/20-07	Edifício com mais de 20.000m <sup>2</sup> de área total edificada	064.823/20	11/11/2021	Tratamento de resíduos	Geração de Resíduos	Implantar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais - PGRSE
517	Amazém 356	01-064.823/20-07	Edifício com mais de 20.000m <sup>2</sup> de área total edificada	064.823/20	11/11/2021	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Sustentabilidade	Implantar PGRRC - Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil
517	Amazém 356	01-064.823/20-07	Edifício com mais de 20.000m <sup>2</sup> de área total edificada	064.823/20	11/11/2021	Mobilidade e acessibilidade	Circulação de veículos e de pessoas	Implantar equipamentos e sistema de sustentabilidade
517	Amazém 356	01-064.823/20-07	Edifício com mais de 20.000m <sup>2</sup> de área total edificada	064.823/20	11/11/2021	Mobilidade e acessibilidade	Circulação de veículos e de pessoas	Implantar área de estacionamento, áreas de carga e descarga, bicicletário e acessos de veículos e pedestres, incluindo as calçadas, faixas de acumulação e afastamentos frontais de acordo com a legislação vigente e parâmetros da BHTTRANS
517	Amazém 356	01-064.823/20-07	Edifício com mais de 20.000m <sup>2</sup> de área total edificada	064.823/20	11/11/2021	Mobilidade e acessibilidade	Circulação de veículos e de pessoas	Implantar intervenções viárias de economia e sinalização, incluindo as intervenções de drenagem e pavimentação no trecho da Rua Nossa Senhora de Lourdes entre as ruas Adriano e Rua São Vicente
517	Amazém 356	01-064.823/20-07	Edifício com mais de 20.000m <sup>2</sup> de área total edificada	064.823/20	11/11/2021	Mobilidade e acessibilidade	Circulação de veículos e de pessoas	Promover a melhoria no caminamento de pedestres nos trechos viários em frente ao empreendimento
517	Amazém 356	01-064.823/20-07	Edifício com mais de 20.000m <sup>2</sup> de área total edificada	064.823/20	11/11/2021	Polição sonora	Ambiência da vizinhança	Implantar Plano de Controle de Poluição Sonora
517	Amazém 356	01-064.823/20-07	Edifício com mais de 20.000m <sup>2</sup> de área total edificada	064.823/20	11/11/2021	Relacionamento com a vizinhança	Ambiência da vizinhança	Implantar Canal de Comunicação com a vizinhança
517	Amazém 356	01-064.823/20-07	Edifício com mais de 20.000m <sup>2</sup> de área total edificada	064.823/20	11/11/2021	Proteção ao patrimônio cultural e/ou ambiental	Conformidade urbanística e ambiental	Atender a todas as diretrizes de proteção do Contorno Paisagístico e da AOE Sena do Curiú ou obter flexibilização emitida pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural
517	Amazém 356	01-064.823/20-07	Edifício com mais de 20.000m <sup>2</sup> de área total edificada	064.823/20	11/11/2021	Segurança do usuário e/ou da vizinhança	Conformidade urbanística e ambiental	CODICAM ou Diretoria de Patrimônio Cultural e Arquivo Público-DPCA para o projeto modificado
517	Amazém 356	01-064.823/20-07	Edifício com mais de 20.000m <sup>2</sup> de área total edificada	064.823/20	11/11/2021	Segurança do usuário e/ou da vizinhança	Conformidade urbanística e ambiental	Respeitar e garantir as dimensões exigidas das áreas não edificadas previstas na Planta CP e exigidas pelo DER, CSTU e CEMIG
517	Amazém 356	01-064.823/20-07	Edifício com mais de 20.000m <sup>2</sup> de área total edificada	064.823/20	11/11/2021	Outros	Conformidade urbanística e ambiental	Concluir o processo de licenciamento ambiental estadual (processo nº 1031/2021, classe 4) junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de Minas Gerais
517	Amazém 356	01-064.823/20-07	Edifício com mais de 20.000m <sup>2</sup> de área total edificada	064.823/20	11/11/2021	Proteção ao patrimônio cultural e/ou ambiental	Conformidade urbanística e ambiental	Comprovar o atendimento ao Termo de Ajustamento Condutiva - TAC junto ao Instituto Estadual de Defesa - IEDF
202001064	DISCOTECAS E EVENTOS PADUA'S SOCIAL CLUB EIRELI	31.00358036/2021-09	Casa de Show	0164/20	16/10/2021	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Manter o Canal de Comunicação do empreendimento
202001064	DISCOTECAS E EVENTOS PADUA'S SOCIAL CLUB EIRELI	31.00358036/2021-09	Casa de Show	0164/20	16/10/2021	Polição sonora	Impactos na vizinhança	Garantir a internalização de flus para acesso e compra de ingressos
202001064	DISCOTECAS E EVENTOS PADUA'S SOCIAL CLUB EIRELI	31.00358036/2021-09	Casa de Show	0164/20	16/10/2021	Tratamento de resíduos	Impactos na vizinhança	Promover a limpeza da face de quadra do empreendimento após cada evento
202001064	DISCOTECAS E EVENTOS PADUA'S SOCIAL CLUB EIRELI	31.00358036/2021-09	Casa de Show	0164/20	16/10/2021	Polição sonora	Impactos na vizinhança	Implantar Plano de Controle de Poluição Sonora
202001064	DISCOTECAS E EVENTOS PADUA'S SOCIAL CLUB EIRELI	31.00358036/2021-09	Casa de Show	0164/20	16/10/2021	Tratamento de resíduos	Geração adicional de resíduos sólidos	Manter a gestão de resíduos sólidos conforme DGRSE apresentada
475	Jaraquá Country Club	01-064.825/20-32	Serviço de uso coletivo	064.825/20	15/10/2021	Tratamento de resíduos	Geração adicional de resíduos sólidos	Implantar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais (PGRSE) aprovado pela SU.U
475	Jaraquá Country Club	01-064.825/20-32	Serviço de uso coletivo	064.825/20	15/10/2021	Tratamento de resíduos	Geração adicional de resíduos sólidos	Implantar o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS)
475	Jaraquá Country Club	01-064.825/20-32	Serviço de uso coletivo	064.825/20	15/10/2021	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar projeto arquitetônico aprovado pela BHTTRANS no que se refere ao tratamento das calçadas e dos acessos de veículos e a sinalização das vagas específicas atendendo aos parâmetros previstos nas legislações municipais pertinentes e às diretrizes estabelecidas pela BHTTRANS
475	Jaraquá Country Club	01-064.825/20-32	Serviço de uso coletivo	064.825/20	15/10/2021	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar Projeto Executivo Viário de Geometria e Sinalização (Horizontal e Vertical) na área compreendida pela Praça Manoel dos Reis Filho, Rua Erasmo Figueiredo Silva e as ruas Amável Costa e Igno Bonfili entre as ruas Manoel dos Reis Filho e Luciano Souza Lima
475	Jaraquá Country Club	01-064.825/20-32	Serviço de uso coletivo	064.825/20	15/10/2021	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar um sistema de controle de estacionamento com informação real dos números de vagas disponíveis na portaria principal
475	Jaraquá Country Club	01-064.825/20-32	Serviço de uso coletivo	064.825/20	15/10/2021	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Manter a taxa de permeabilidade mínima atualmente existente (45%) em terreno natural associada à preservação e manutenção da vegetação
488	Shopping Barro Preto - Blue Mall	01-021.355/20-59	Serviço de uso coletivo / Edifício não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m <sup>2</sup> ou com mais de 400 vagas	021.355/20	15/10/2021	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar Plano de Comunicação do empreendimento
488	Shopping Barro Preto - Blue Mall	01-021.355/20-59	Serviço de uso coletivo / Edifício não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m <sup>2</sup> ou com mais de 400 vagas	021.355/20	15/10/2021	Polição sonora	Geração de Poluição Sonora	Implantar Plano de Controle de Ruído do empreendimento
488	Shopping Barro Preto - Blue Mall	01-021.355/20-59	Serviço de uso coletivo / Edifício não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m <sup>2</sup> ou com mais de 400 vagas	021.355/20	15/10/2021	Drenagem	Impermeabilização do Solo	Mitigar os impactos do incremento de escoamento pluvial provenientes do empreendimento no sistema público de drenagem



512	MART MINAS DISTRIBUIÇÃO LTDA - Linha Verde	01-014.433/20-40	Hipermercado	014.433/20	16/06/2021	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Alterações na ambiência e paisagem urbana	Implantar área de fluído pública no empreendimento, preferencialmente próximo à RPP existente no terreno.
512	MART MINAS DISTRIBUIÇÃO LTDA - Linha Verde	01-014.433/20-40	Hipermercado	014.433/20	16/06/2021	Qualificação dos espaços e serviços públicos	Alterações na ambiência e paisagem urbana	Implantar ações mitigadoras relacionadas à ocupação do Beco São José, a serem definidas pela Ubat.
512	MART MINAS DISTRIBUIÇÃO LTDA - Linha Verde	01-014.433/20-40	Hipermercado	014.433/20	16/06/2021	Tratamento de resíduos	Resíduos Sólidos	Implantar Plano de Gerenciamento de Resíduos Especiais conforme aprovado pela SLU.
512	MART MINAS DISTRIBUIÇÃO LTDA - Linha Verde	01-014.433/20-40	Hipermercado	014.433/20	16/06/2021	Relacionamento com a vizinhança	Risco de degradação de patrimônio	Realizar laudo cautelar sobre o estado das edificações da rua José Carneiro para resíduo frente a futuras restaurações.
482	Esporte Clube Ginástico	01-110.047/19-06	Casa de festas / Serviço de Uso Coletivo	110.047/19	12/06/2021	Desenham	Impervialização do Solo	Mitigar os impactos do incremento do assentamento planejado provenientes do empreendimento no sistema público de drenagem.
482	Esporte Clube Ginástico	01-110.047/19-06	Casa de festas / Serviço de Uso Coletivo	110.047/19	12/06/2021	Tratamento de resíduos	Gerção adicional de resíduos sólidos	Implantar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais (PGSSE).
482	Esporte Clube Ginástico	01-110.047/19-06	Casa de festas / Serviço de Uso Coletivo	110.047/19	12/06/2021	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar entrada principal de veículos leves do estacionamento do empreendimento exclusivamente pela Rua Av. Afonso Pena e saída de veículos leves exclusivamente pela Rua Abita.
482	Esporte Clube Ginástico	01-110.047/19-06	Casa de festas / Serviço de Uso Coletivo	110.047/19	12/06/2021	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar faixa de acumulação interna ao empreendimento de extensão equivalente a, no mínimo, 6 veículos leves no acesso da Av. Afonso Pena.
482	Esporte Clube Ginástico	01-110.047/19-06	Casa de festas / Serviço de Uso Coletivo	110.047/19	12/06/2021	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar o Plano de Logística de Cargas do empreendimento.
482	Esporte Clube Ginástico	01-110.047/19-06	Casa de festas / Serviço de Uso Coletivo	110.047/19	12/06/2021	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar sinalização vertical e horizontal com finalidade de proibir o estacionamento na Rua Abita, nos dois lados da via e na Rua Minas Novas, à direita, sentido entrada do clube, até interseção com Rua Abita.
482	Esporte Clube Ginástico	01-110.047/19-06	Casa de festas / Serviço de Uso Coletivo	110.047/19	12/06/2021	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Estabelecer convênio com empreendimentos vizinhos para compartilhamento de vagas de estacionamento.
482	Esporte Clube Ginástico	01-110.047/19-06	Casa de festas / Serviço de Uso Coletivo	110.047/19	12/06/2021	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar tratamento das calçadas lindas ao empreendimento, acessos de veículos e pedestres, faixas de acumulação, área interna para embarque e desembarque de pedestres, vagas internas de estacionamento para veículos leves, incluindo veículos que transportem ou sejam conduzidos por idosos e/ou pessoas com deficiência, motocicletas, bicicletas e carga e descarga, de acordo com as legislações municipais vigentes e os parâmetros da BHTRANS.
482	Esporte Clube Ginástico	01-110.047/19-06	Casa de festas / Serviço de Uso Coletivo	110.047/19	12/06/2021	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar, contar e medir os impactos das pessoas com deficiência, as ruas de canalização, os canteiros centrais e os acessos de calçada em toda a área de abrangência definida para o empreendimento, de forma a consolidar notas acessíveis dos pedestres.
482	Esporte Clube Ginástico	01-110.047/19-06	Casa de festas / Serviço de Uso Coletivo	110.047/19	12/06/2021	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar, nadeque, a manter a sinalização horizontal, vertical, indicativa e semafórica em toda a área de abrangência definida para o empreendimento.
482	Esporte Clube Ginástico	01-110.047/19-06	Casa de festas / Serviço de Uso Coletivo	110.047/19	12/06/2021	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar Plano Operacional de Tráfego, considerando os desvios de tráfego, sinalização provisória e bloqueios, assim como material de apoio necessário, para os dias de eventos.
482	Esporte Clube Ginástico	01-110.047/19-06	Casa de festas / Serviço de Uso Coletivo	110.047/19	12/06/2021	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Garantir a existência de espaço interno na edificação para acomodar as pessoas durante a compra de ingresso.
482	Esporte Clube Ginástico	01-110.047/19-06	Casa de festas / Serviço de Uso Coletivo	110.047/19	12/06/2021	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Garantir que as calçadas e afastamentos frontais lindos ao empreendimento não sejam utilizados por materiais, equipamentos e veículos relacionados à operação dos eventos.
482	Esporte Clube Ginástico	01-110.047/19-06	Casa de festas / Serviço de Uso Coletivo	110.047/19	12/06/2021	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Garantir que a operação dos estacionamentos do empreendimento ocorra de forma coordenada, organizando a circulação e o estacionamento dos veículos nas vagas pressas, impedindo o comprometimento da capacidade da faixa de acumulação do acesso de veículos pela Avenida Afonso Pena e a área de carga e descarga.
482	Esporte Clube Ginástico	01-110.047/19-06	Casa de festas / Serviço de Uso Coletivo	110.047/19	12/06/2021	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar sistema de informação sobre a disponibilidade de vagas de estacionamento de veículos leves do empreendimento.
482	Esporte Clube Ginástico	01-110.047/19-06	Casa de festas / Serviço de Uso Coletivo	110.047/19	12/06/2021	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Garantir que o embarque e desembarque dos passageiros em táxi, aplicativos e outros veículos com acesso pela Avenida Afonso Pena seja realizado em área interna do empreendimento, de forma a não comprometer a fluidez do sistema viário.
482	Esporte Clube Ginástico	01-110.047/19-06	Casa de festas / Serviço de Uso Coletivo	110.047/19	12/06/2021	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Manter abertos e desobstruídos os portões de acesso aos estacionamentos e à área de carga e descarga durante o horário de funcionamento do empreendimento.
482	Esporte Clube Ginástico	01-110.047/19-06	Casa de festas / Serviço de Uso Coletivo	110.047/19	12/06/2021	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Garantir que, em dias de semana, exceto feriados, todos os eventos, com público maior que 750 pessoas, sejam iniciados após às 20h.
482	Esporte Clube Ginástico	01-110.047/19-06	Casa de festas / Serviço de Uso Coletivo	110.047/19	12/06/2021	Poluição sonora	Impactos na vizinhança	Implantar Plano de Comunicação do empreendimento.
482	Esporte Clube Ginástico	01-110.047/19-06	Casa de festas / Serviço de Uso Coletivo	110.047/19	12/06/2021	Poluição sonora	Impactos na vizinhança	Implantar Plano de Controle de Ruído para todo o empreendimento.
482	Esporte Clube Ginástico	01-110.047/19-06	Casa de festas / Serviço de Uso Coletivo	110.047/19	12/06/2021	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Impactos na vizinhança	Implantar área de fluído pública no empreendimento, promovendo a sua integração urbanística e paisagística com Praça Milton Campos.
486	Palazzo Torquetti	01-064.816/20-41	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	064.816/20	21/05/2021	Relacionamento com a vizinhança	Relacionamento com a vizinhança	Implantar Plano de Comunicação do empreendimento.
486	Palazzo Torquetti	01-064.816/20-41	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	064.816/20	21/05/2021	Poluição sonora	Relacionamento com a vizinhança	Implantar o Plano de Controle de Poluição Sonora.
486	Palazzo Torquetti	01-064.816/20-41	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	064.816/20	21/05/2021	Proteção ao patrimônio cultural e/ou ambiental	Alterações na ambiência, paisagem urbana e conformidade urbanística	Implantar edificação em conformidade com a deliberação do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural e do Município de Belo Horizonte(CDPCM-BH).
486	Palazzo Torquetti	01-064.816/20-41	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	064.816/20	21/05/2021	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Alterações na ambiência, paisagem urbana e conformidade urbanística	Implantar projeto paisagístico contemplando o tratamento do adiantamento dos afastamentos frontais e áreas verdes da porção frontal do empreendimento.
486	Palazzo Torquetti	01-064.816/20-41	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	064.816/20	21/05/2021	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Infraestrutura Urbana (sustentabilidade)	Adotar para o empreendimento equipamentos e sistemas com características de sustentabilidade.
486	Palazzo Torquetti	01-064.816/20-41	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	064.816/20	21/05/2021	Desenham	Desenham	Mitigar os impactos do incremento do assentamento planejado provenientes do empreendimento no sistema público de drenagem.
486	Palazzo Torquetti	01-064.816/20-41	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	064.816/20	21/05/2021	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar tratamento das calçadas lindas ao empreendimento, acessos de veículos e pedestres, faixas de acumulação, área interna para embarque e desembarque de pedestres, vagas internas de estacionamento para veículos leves, incluindo veículos que transportem ou sejam conduzidos por idosos e/ou pessoas com deficiência, motocicletas, bicicletas, ônibus, carga e descarga, de acordo com as legislações municipais vigentes e os parâmetros da BHTRANS.
486	Palazzo Torquetti	01-064.816/20-41	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	064.816/20	21/05/2021	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar projeto viário executivo de geometria e de sinalização da Avenida Raja Gabaglia, referente ao Lote 4 do Contrato No D.047/2019, a ser aprovado e fornecido pela BHTRANS, conforme aprovado pela COMPLUR.
486	Palazzo Torquetti	01-064.816/20-41	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	064.816/20	21/05/2021	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Garantir que a operação do estacionamento ocorra com a presença de um número suficiente de monitorias, de forma a coordenar e organizar a circulação e o estacionamento dos veículos nas vagas pressas, impedindo o comprometimento da capacidade das faixas de acumulação junto aos acessos de entrada de veículos pela Avenida Raja Gabaglia e pela Avenida Barão Homem de Melo.
486	Palazzo Torquetti	01-064.816/20-41	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	064.816/20	21/05/2021	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Garantir que o embarque e desembarque dos passageiros em táxi, aplicativos e outros veículos pela Avenida Raja Gabaglia seja realizado em área interna do empreendimento, de forma a não comprometer a fluidez do sistema viário.
486	Palazzo Torquetti	01-064.816/20-41	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	064.816/20	21/05/2021	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Garantir que todas as operações de carga e descarga sejam realizadas em área interna do empreendimento.
486	Palazzo Torquetti	01-064.816/20-41	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	064.816/20	21/05/2021	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Manter abertos e desobstruídos os portões de acesso aos estacionamentos e à área de carga e descarga durante o horário de funcionamento do empreendimento.
486	Palazzo Torquetti	01-064.816/20-41	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	064.816/20	21/05/2021	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Garantir que, em dias de semana, exceto feriados, todos os eventos, com público maior que 750 pessoas, não sejam iniciados ou conduzidos nos horários de pico, sendo estes entre 7h e 9:30h para início e 17:30 e 19:30h para término de eventos.
486	Palazzo Torquetti	01-064.816/20-41	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	064.816/20	21/05/2021	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Garantir que não ocorra eventos simultâneos nas salas de convenção nos horários de pico da tarde (17:30 às 19:30h).
486	Palazzo Torquetti	01-064.816/20-41	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	064.816/20	21/05/2021	Tratamento de resíduos	Resíduos Sólidos	Implantar Plano de Gerenciamento de Resíduos Especiais conforme aprovado pela SLU.
486	Palazzo Torquetti	01-064.816/20-41	Edificação com área de estacionamento maior que 10.000 m² ou com mais de 400 vagas / Edificação com mais de 20.000m² de área total edificada / Edificação com mais de 300 unidades habitacionais	064.816/20	21/05/2021	Mobilidade e acessibilidade	Inclusão de pessoa com necessidades especiais - PCD	O empreendimento deve seguir como REGRA, assim como vigora a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), as diretrizes do Desenho Universal.
511	Residencial Operário Silva	01-008.074/20-05	Edificação com área de estacionamento maior que 10.000 m² ou com mais de 400 vagas / Edificação com mais de 20.000m² de área total edificada / Edificação com mais de 300 unidades habitacionais	008.074/20	19/05/2021	Mobilidade e acessibilidade	MOBILIDADE	Implantar os trechos da Rua São Dimas, da Rua José Wenceslau Celso e da Via Marginal ao Anel Rodoviário Celso Melo Azevedo (aprovada no CP 329.014A).
511	Residencial Operário Silva	01-008.074/20-05	Edificação com área de estacionamento maior que 10.000 m² ou com mais de 400 vagas / Edificação com mais de 20.000m² de área total edificada / Edificação com mais de 300 unidades habitacionais	008.074/20	19/05/2021	Mobilidade e acessibilidade	MOBILIDADE	Implantar projetos viários executivos de geometria, sinalização horizontal e vertical no entorno do empreendimento.
511	Residencial Operário Silva	01-008.074/20-05	Edificação com área de estacionamento maior que 10.000 m² ou com mais de 400 vagas / Edificação com mais de 20.000m² de área total edificada / Edificação com mais de 300 unidades habitacionais	008.074/20	19/05/2021	Mobilidade e acessibilidade	MOBILIDADE	Implantar tratamento das calçadas lindas ao empreendimento, acessos de veículos e pedestres, faixas de acumulação, vagas internas de estacionamento para veículos leves, incluindo veículos que transportem ou sejam conduzidos por pessoas com deficiência, e bicicletas, de acordo com as legislações municipais vigentes e os parâmetros da BHTRANS.
511	Residencial Operário Silva	01-008.074/20-05	Edificação com área de estacionamento maior que 10.000 m² ou com mais de 400 vagas / Edificação com mais de 20.000m² de área total edificada / Edificação com mais de 300 unidades habitacionais	008.074/20	19/05/2021	Mobilidade e acessibilidade	MOBILIDADE	Proporcionar acesso veicular e de pedestres direto pela Rua São Dimas em ambos os condomínios.
511	Residencial Operário Silva	01-008.074/20-05	Edificação com área de estacionamento maior que 10.000 m² ou com mais de 400 vagas / Edificação com mais de 20.000m² de área total edificada / Edificação com mais de 300 unidades habitacionais	008.074/20	19/05/2021	Mobilidade e acessibilidade	MOBILIDADE	Implantar abrigos em dois pontos de embarque e desembarque de passageiros - PEDs, posicionados na via marginal ao Anel Rodoviário Celso Melo Azevedo, no sentido Rio de Janeiro, próximo ao empreendimento, a ser aprovado junto à JAT.
511	Residencial Operário Silva	01-008.074/20-05	Edificação com área de estacionamento maior que 10.000 m² ou com mais de 400 vagas / Edificação com mais de 20.000m² de área total edificada / Edificação com mais de 300 unidades habitacionais	008.074/20	19/05/2021	Mobilidade e acessibilidade	MOBILIDADE	Implantar pista de caminhada no entorno do empreendimento, nos trechos da Rua São Dimas e da Via Marginal ao Anel Rodoviário Celso Melo Azevedo.

			Edificação com mais de 20.000m2 de área total edificada / Edificação com mais de 300 unidades habitacionais					
511	Residencial Operário Silva	01-008.074/20-65	Edificação com área de estacionamento maior que 10.000 m2 ou com mais de 400 vagas / Edificação com mais de 20.000m2 de área total edificada / Edificação com mais de 300 unidades habitacionais	008.074/20	19/05/2021	Qualificação dos espaços e serviços públicos	RELACIONAMENTO COM A VIZINHANÇA	Implantar projeto paisagístico do ELLUP correspondente ao L9 da O9 do CP 338.014-A, contemplando um bosque e uma praça de convívio para a comunidade
511	Residencial Operário Silva	01-008.074/20-65	Edificação com área de estacionamento maior que 10.000 m2 ou com mais de 400 vagas / Edificação com mais de 20.000m2 de área total edificada / Edificação com mais de 300 unidades habitacionais	008.074/20	19/05/2021	Relacionamento com a vizinhança	RELACIONAMENTO COM A VIZINHANÇA	Implantar Plano de Comunicação do empreendimento
511	Residencial Operário Silva	01-008.074/20-65	Edificação com área de estacionamento maior que 10.000 m2 ou com mais de 400 vagas / Edificação com mais de 20.000m2 de área total edificada / Edificação com mais de 300 unidades habitacionais	008.074/20	19/05/2021	Poluição sonora	RELACIONAMENTO COM A VIZINHANÇA	Implantar Plano de Controle de Poluição Sonora do empreendimento
511	Residencial Operário Silva	01-008.074/20-65	Edificação com área de estacionamento maior que 10.000 m2 ou com mais de 400 vagas / Edificação com mais de 20.000m2 de área total edificada / Edificação com mais de 300 unidades habitacionais	008.074/20	19/05/2021	Tratamento de resíduos	RELACIONAMENTO COM A VIZINHANÇA	Implantar Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil - PRGCC
511	Residencial Operário Silva	01-008.074/20-65	Edificação com área de estacionamento maior que 10.000 m2 ou com mais de 400 vagas / Edificação com mais de 20.000m2 de área total edificada / Edificação com mais de 300 unidades habitacionais	008.074/20	19/05/2021	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	RELACIONAMENTO COM A VIZINHANÇA	Implantar o fechamento das divisões do empreendimento com elementos construtivos que garantam permeabilidade visual, em área equivalente a no mínimo 50% de cada área de fechamento.
511	Residencial Operário Silva	01-008.074/20-65	Edificação com área de estacionamento maior que 10.000 m2 ou com mais de 400 vagas / Edificação com mais de 20.000m2 de área total edificada / Edificação com mais de 300 unidades habitacionais	008.074/20	19/05/2021	Incentivos sociais	POTENCIALIZAÇÃO DE IMPACTOS POSITIVOS	Implantar Plano de Capacitação e Contratação de Mão de Obra - PCMO
511	Residencial Operário Silva	01-008.074/20-65	Edificação com área de estacionamento maior que 10.000 m2 ou com mais de 400 vagas / Edificação com mais de 20.000m2 de área total edificada / Edificação com mais de 300 unidades habitacionais	008.074/20	19/05/2021	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	MELHORIA AMBIENTAL	Adotar para o empreendimento equipamentos e sistemas com características de sustentabilidade
511	Residencial Operário Silva	01-008.074/20-65	Edificação com área de estacionamento maior que 10.000 m2 ou com mais de 400 vagas / Edificação com mais de 20.000m2 de área total edificada / Edificação com mais de 300 unidades habitacionais	008.074/20	19/05/2021	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	MELHORIA AMBIENTAL	Implantar um plano de tratamento de áreas verdes para as áreas permeáveis dos condomínios, incluindo proposta de arborização dos espaços
511	Residencial Operário Silva	01-008.074/20-65	Edificação com área de estacionamento maior que 10.000 m2 ou com mais de 400 vagas / Edificação com mais de 20.000m2 de área total edificada / Edificação com mais de 300 unidades habitacionais	008.074/20	19/05/2021	Tratamento de resíduos	RESÍDUOS SÓLIDOS	Implantar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais - PRGRSE do empreendimento
511	Residencial Operário Silva	01-008.074/20-65	Edificação com área de estacionamento maior que 10.000 m2 ou com mais de 400 vagas / Edificação com mais de 20.000m2 de área total edificada / Edificação com mais de 300 unidades habitacionais	008.074/20	19/05/2021	Drenagem	DRENAGEM URBANA	Mitigar os impactos do incremento de escoamento pluvial provenientes do empreendimento no sistema público de drenagem
511	Residencial Operário Silva	01-008.074/20-65	Edificação com área de estacionamento maior que 10.000 m2 ou com mais de 400 vagas / Edificação com mais de 20.000m2 de área total edificada / Edificação com mais de 300 unidades habitacionais	008.074/20	19/05/2021	Qualificação dos espaços e serviços públicos	PRESSÃO SOBRE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS	Implantar revitalização arquitetônica e paisagística do parque Municipal Tido dos Santos
511	Residencial Operário Silva	01-008.074/20-65	Edificação com área de estacionamento maior que 10.000 m2 ou com mais de 400 vagas / Edificação com mais de 20.000m2 de área total edificada / Edificação com mais de 300 unidades habitacionais	008.074/20	19/05/2021	Qualificação dos espaços e serviços públicos	PRESSÃO SOBRE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS	Financiar, por dois anos, lês serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, contendo cada grupo, até 50 idosos acima de 65 anos.
511	Residencial Operário Silva	01-008.074/20-65	Edificação com área de estacionamento maior que 10.000 m2 ou com mais de 400 vagas / Edificação com mais de 20.000m2 de área total edificada / Edificação com mais de 300 unidades habitacionais	008.074/20	19/05/2021	Qualificação dos espaços e serviços públicos	PRESSÃO SOBRE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS	Financiar a ampliação da oferta de vagas na rede municipal de ensino, correspondente à construção de 5 novas salas de aulas bem como com a disponibilização área equivalente de laboratório, biblioteca, cantina, playground, quadras e áreas externas de convivência
511	Residencial Operário Silva	01-008.074/20-65	Edificação com área de estacionamento maior que 10.000 m2 ou com mais de 400 vagas / Edificação com mais de 20.000m2 de área total edificada / Edificação com mais de 300 unidades habitacionais	008.074/20	19/05/2021	Qualificação dos espaços e serviços públicos	PRESSÃO SOBRE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS	Implantar o Centro de Referência em Saúde Mental Infantil Nordeste (CERSAM-NE), na Rua Vicente Paulo Almeida, no bairro Silveira, que terá referência para a população do Bairro São Gabriel.
505	Fenacouro Promoções e Eventos Ltda (Feira Mineirinho)	31.00005859/2020-72	Serviço de uso coletivo / Edificação com área de estacionamento maior que 10.000 m2 ou com mais de 400 vagas / Casa de show	0505/19	12/01/2021	Relacionamento com a vizinhança	Relacionamento com a vizinhança	Implantar Plano de Comunicação do empreendimento
505	Fenacouro Promoções e Eventos Ltda (Feira Mineirinho)	31.00005859/2020-72	Serviço de uso coletivo / Edificação com área de estacionamento maior que 10.000 m2 ou com mais de 400 vagas / Casa de show	0505/19	12/01/2021	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Demarcar vagas destinadas aos veículos leves, motos, PMR, idosos e carga e descarga
505	Fenacouro Promoções e Eventos Ltda (Feira Mineirinho)	31.00005859/2020-72	Serviço de uso coletivo / Edificação com área de estacionamento maior que 10.000 m2 ou com mais de 400 vagas / Casa de show	0505/19	12/01/2021	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar bicicletário com capacidade para acomodar, no mínimo, 10 bicicletas, próximo ao portão II
505	Fenacouro Promoções e Eventos Ltda (Feira Mineirinho)	31.00005859/2020-72	Serviço de uso coletivo / Edificação com área de estacionamento maior que 10.000 m2 ou com mais de 400 vagas / Casa de show	0505/19	12/01/2021	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implementar campanha educativa com o tema "Alcool e Direção"
505	Fenacouro Promoções e Eventos Ltda (Feira Mineirinho)	31.00005859/2020-72	Serviço de uso coletivo / Edificação com área de estacionamento maior que 10.000 m2 ou com mais de 400 vagas / Casa de show	0505/19	12/01/2021	Proteção ao patrimônio cultural e/ou ambiental	Alterações na ambientação e paisagem urbana	Retirar os engenhos publicitários e adequar a placa indicativa da Feira com a DN 109/2014.
505	Fenacouro Promoções e Eventos Ltda (Feira Mineirinho)	31.00005859/2020-72	Serviço de uso coletivo / Edificação com área de estacionamento maior que 10.000 m2 ou com mais de 400 vagas / Casa de show	0505/19	12/01/2021	Proteção ao patrimônio cultural e/ou ambiental	Alterações na ambientação e paisagem urbana	Substituir as lonas de cobertura existentes por outras soluções conforme projeto previamente aprovado pela DPCA
505	Fenacouro Promoções e Eventos Ltda (Feira Mineirinho)	31.00005859/2020-72	Serviço de uso coletivo / Edificação com área de estacionamento maior que 10.000 m2 ou com mais de 400 vagas / Casa de show	0505/19	12/01/2021	Tratamento de resíduos	Resíduos Sólidos	Promover a limpeza dos resíduos produzidos no entorno do quadrante do empreendimento.
505	Fenacouro Promoções e Eventos Ltda (Feira Mineirinho)	31.00005859/2020-72	Serviço de uso coletivo / Edificação com área de estacionamento maior que 10.000 m2 ou com mais de 400 vagas / Casa de show	0505/19	12/01/2021	Tratamento de resíduos	Resíduos Sólidos	Implantar Plano de Gerenciamento de Resíduos Especiais - PRGRSE conforme aprovado pela SLU
202000034	Clube Church e Eventos Eireli-ME	31.00056848/2020-90	Casa de Show	056.848/20	12/12/2020	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Manter o Canal de Comunicação do empreendimento
202000034	Clube Church e Eventos Eireli-ME	31.00056848/2020-90	Casa de Show	056.848/20	12/12/2020	Poluição sonora	Impactos na vizinhança	Garantir a internalização de filas para acesso e compra de ingressos
202000034	Clube Church e Eventos Eireli-ME	31.00056848/2020-90	Casa de Show	056.848/20	12/12/2020	Tratamento de resíduos	Impactos na vizinhança	Promover a limpeza da face de quadro do empreendimento após cada evento.
202000034	Clube Church e Eventos Eireli-ME	31.00056848/2020-90	Casa de Show	056.848/20	12/12/2020	Tratamento de resíduos	Geração adicional de resíduos sólidos	Manter a gestão de resíduos sólidos conforme DGRSE apresentada
202000086	Casa São Eventos e Festas Eireli	31.00047866/2020-07	Casa de Show	047.866/20	12/12/2020	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Manter o Canal de Comunicação do empreendimento
202000086	Casa São Eventos e Festas Eireli	31.00047866/2020-07	Casa de Show	047.866/20	12/12/2020	Tratamento de resíduos	Geração adicional de resíduos sólidos	Manter a gestão de resíduos sólidos conforme DGRSE apresentada
385	Sociedade Mineira de Cultura	01-088.511/16-02	Serviço de uso coletivo	088.511/16	14/10/2020	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar Plano de Comunicação do empreendimento
385	Sociedade Mineira de Cultura	01-088.511/16-02	Serviço de uso coletivo	088.511/16	14/10/2020	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Impactos na vizinhança	Implantar gradil ou outro elemento construtivo delimitador que permita permeabilidade visual em todas as divisões do empreendimento voltadas para o logradouro público.
385	Sociedade Mineira de Cultura	01-088.511/16-02	Serviço de uso coletivo	088.511/16	14/10/2020	Segurança do usuário e/ou da vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar iluminação de segundo nível nas ruas que circundam o empreendimento para aumento da segurança do aluno e pedestre na vizinhança
385	Sociedade Mineira de Cultura	01-088.511/16-02	Serviço de uso coletivo	088.511/16	14/10/2020	Incentivos sociais	Impactos na vizinhança	Implantar Plano de Capacitação e Contratação de Mão de Obra (PCMO) do empreendimento
385	Sociedade Mineira de Cultura	01-088.511/16-02	Serviço de uso coletivo	088.511/16	14/10/2020	Poluição sonora	Impactos na vizinhança	Implantar plano de controle de ruído do empreendimento
385	Sociedade Mineira de Cultura	01-088.511/16-02	Serviço de uso coletivo	088.511/16	14/10/2020	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na Circulação de pessoas e veículos	Promover a requalificação das calçadas internas e acessos de veículos ao empreendimento de acordo com a legislação municipal e os parâmetros da BHTRANS
385	Sociedade Mineira de Cultura	01-088.511/16-02	Serviço de uso coletivo	088.511/16	14/10/2020	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na Circulação de pessoas e veículos	Implantar vagas internas de estacionamento para veículos leves, de motocicletas, de bicicletas e de veículos de carga e descarga
385	Sociedade Mineira de Cultura	01-088.511/16-02	Serviço de uso coletivo	088.511/16	14/10/2020	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na Circulação de pessoas e veículos	Implantar área interna para embarque e desembarque de vans e de veículos leves e faixas de acumulação nos acessos de veículos de acordo com a legislação municipal e com os parâmetros da BHTRANS
385	Sociedade Mineira de Cultura	01-088.511/16-02	Serviço de uso coletivo	088.511/16	14/10/2020	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na Circulação de pessoas e veículos	Regularizar o acesso de veículos e de pedestres existentes na Portaria 1.
385	Sociedade Mineira de Cultura	01-088.511/16-02	Serviço de uso coletivo	088.511/16	14/10/2020	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na Circulação de pessoas e veículos	Implantar prolongamento de calçada no baixo da passarela existente na interseção da Rua Walter Ianni com Anel Rodoviário Getúlio Melo Azevedo
385	Sociedade Mineira de Cultura	01-088.511/16-02	Serviço de uso coletivo	088.511/16	14/10/2020	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na Circulação de pessoas e veículos	Implantar Programa de Gestão da Mobilidade para o empreendimento conforme plano da BHTRANS
385	Sociedade Mineira de Cultura	01-088.511/16-02	Serviço de uso coletivo	088.511/16	14/10/2020	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na Circulação de pessoas e veículos	Melhorar a infraestrutura das 2 (duas) abrigos no Posto de Embarque e Desembarque (PED) de passageiros de ônibus, localizado à Rua Walter Ianni, nº 300.

385	Sociedade Mineira de Cultura	01-088.511/16-02	Serviço de uso coletivo	088.511/16	14/10/2020	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na Circulação de pessoas e veículos	Implantar sinalização vertical e abrigos nos PED posicionados na via marginal ao Anel Rodoviário Ceto Melo Azevedo junto à passarela dos serviços, mediante acompanhamento e supervisão da BHTRANS.
385	Sociedade Mineira de Cultura	01-088.511/16-02	Serviço de uso coletivo	088.511/16	14/10/2020	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na Circulação de pessoas e veículos	Implantar sinalização vertical e abrigos nos três Pontos de Embarque e Desembarque de passageiros de ônibus localizados à Rua Jacul, no PED da Rua Ana Pereira Meneses, no PED da Rua São Gregório e nos três PED da Rua Anapurus.
385	Sociedade Mineira de Cultura	01-088.511/16-02	Serviço de uso coletivo	088.511/16	14/10/2020	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na Circulação de pessoas e veículos	Implantar o projeto executivo referente à geometria (acessibilidade para pedestres), sinalização horizontal e vertical do sistema viário do entorno do empreendimento.
385	Sociedade Mineira de Cultura	01-088.511/16-02	Serviço de uso coletivo	088.511/16	14/10/2020	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na Circulação de pessoas e veículos	Avaliar a viabilidade de implantação de atravessamento de quadra para pedestres entre portões situados da implantação de nova portaria na Rua São Dimas
385	Sociedade Mineira de Cultura	01-088.511/16-02	Serviço de uso coletivo	088.511/16	14/10/2020	Drenagem	Impactos na Drenagem Pluvial	Mitigar os impactos do incremento de escoamento pluvial provenientes do empreendimento no sistema público de drenagem.
385	Sociedade Mineira de Cultura	01-088.511/16-02	Serviço de uso coletivo	088.511/16	14/10/2020	Tratamento de resíduos	Geração adicional de resíduos sólidos	Implantar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais (PGRSE) conforme aprovado.
298717	Comercial Dahana LTDA	01-027.655/19-71	Acesso por via de menor permissividade de uso	027.655/19	07/10/2020	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Manter ativo o Canal de Comunicação do empreendimento.
298717	Comercial Dahana LTDA	01-027.655/19-71	Acesso por via de menor permissividade de uso	027.655/19	07/10/2020	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na Circulação de pessoas e veículos	Remover as vagas de estacionamento isolantes no afastamento frontal da calçada da Rua Belmiro Braga, ajustando a calçada afetada para a sua nova configuração, removendo especialmente os rebolos de acesso veicular.
298717	Comercial Dahana LTDA	01-027.655/19-71	Acesso por via de menor permissividade de uso	027.655/19	07/10/2020	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na Circulação de pessoas e veículos	Implantar ou readaptar as vagas internas de estacionamento para veículos leves, incluindo veículos que transportem ou sejam conduzidos por idosos ou pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, motos, bicicletas (suprte) e carga e descarga (veículos utilitários), de acordo com as legislações municipais vigentes e os parâmetros da BHTRANS.
298717	Comercial Dahana LTDA	01-027.655/19-71	Acesso por via de menor permissividade de uso	027.655/19	07/10/2020	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na Circulação de pessoas e veículos	Implantar ou readaptar os rebolos de calçada para pedestres na interseção da Rua Atalaia com a Rua Belmiro Braga de forma a consolidar rota acessível para pedestres ao empreendimento, conforme estabelece o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte, as Normas Técnicas de Acessibilidade (NBRs 9050/2015 e 16337/2016), a Padronização de Passagens no Município de Belo Horizonte e outras Legislações Federais e Municipais vigentes.
298717	Comercial Dahana LTDA	01-027.655/19-71	Acesso por via de menor permissividade de uso	027.655/19	07/10/2020	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na Circulação de pessoas e veículos	Implantar automaticos de calçadas na interseção da Rua Atalaia com a Rua Belmiro Braga.
298717	Comercial Dahana LTDA	01-027.655/19-71	Acesso por via de menor permissividade de uso	027.655/19	07/10/2020	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na Circulação de pessoas e veículos	Implantar, adequar e revisar a sinalização horizontal e vertical no trecho da Rua Atalaia compreendido entre a Rua Belmiro Braga e Rua Rosinha Sigaud, incluindo suas interseções e considerando todas as necessidades do trânsito local.
298717	Comercial Dahana LTDA	01-027.655/19-71	Acesso por via de menor permissividade de uso	027.655/19	07/10/2020	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na Circulação de pessoas e veículos	Implantar o Plano de Logística de Cargas que contemple medidas operacionais para garantir a operação de apenas 1 veículo de carga (até 5 toneladas) na Rua Atalaia e operação de veículos utilitários no estacionamento interno coberto do empreendimento.
298717	Comercial Dahana LTDA	01-027.655/19-71	Acesso por via de menor permissividade de uso	027.655/19	07/10/2020	Tratamento de resíduos	Geração adicional de resíduos sólidos	Fazer a gestão dos resíduos sólidos em conformidade com as normas cabíveis.
432	Companhia Brasileira de Distribuição - Extra Minas Shopping	01-040.732/17-53	Hipermercado	040.732/17	11/09/2020	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar plano de comunicação do empreendimento.
432	Companhia Brasileira de Distribuição - Extra Minas Shopping	01-040.732/17-53	Hipermercado	040.732/17	11/09/2020	Segurança do usuário e/ou da vizinhança	Impactos na vizinhança	Substituir o muro na divisa do terreno com a Rua Artur de Sá por grade ou material equivalente que garanta permeabilidade visual.
432	Companhia Brasileira de Distribuição - Extra Minas Shopping	01-040.732/17-53	Hipermercado	040.732/17	11/09/2020	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Impactos na vizinhança	Aumentar a área verde do empreendimento através da implantação de novas áreas ajardinadas e arborizadas.
432	Companhia Brasileira de Distribuição - Extra Minas Shopping	01-040.732/17-53	Hipermercado	040.732/17	11/09/2020	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na Circulação de pessoas e veículos	Implantar novos acessos de pedestres nas divisas do empreendimento.
432	Companhia Brasileira de Distribuição - Extra Minas Shopping	01-040.732/17-53	Hipermercado	040.732/17	11/09/2020	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na Circulação de pessoas e veículos	Implantar projeto arquitetônico referente às áreas de estacionamento, às áreas de embarque e desembarque, às áreas destinadas às operações de carga e descarga, às faixas de embarque e ao bicicletário, além do tratamento das calçadas e dos acessos de veículos atendendo aos parâmetros previstos nas legislações municipais pertinentes e às diretrizes estabelecidas pela BHTRANS.
432	Companhia Brasileira de Distribuição - Extra Minas Shopping	01-040.732/17-53	Hipermercado	040.732/17	11/09/2020	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na Circulação de pessoas e veículos	Implantar intervenções a partir de projeto executivo viário de geometria e sinalização semafórica a ser desenvolvido e fornecido ao empreendedor pela BHTRANS.
432	Companhia Brasileira de Distribuição - Extra Minas Shopping	01-040.732/17-53	Casa de Show	040.732/17	11/09/2020	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na Circulação de pessoas e veículos	Melhorar o condições de segurança da circulação dos usuários do empreendimento através da implantação e reforma demandada nos cantos centrais das pistas da Av. Cristiano Machado situados em frente ao empreendimento.
432	Companhia Brasileira de Distribuição - Extra Minas Shopping	01-040.732/17-53	Hipermercado	040.732/17	11/09/2020	Drenagem	Impactos na Drenagem Pluvial	Mitigar os impactos do incremento de escoamento pluvial provenientes do empreendimento no sistema público de drenagem.
432	Companhia Brasileira de Distribuição - Extra Minas Shopping	01-040.732/17-53	Hipermercado	040.732/17	11/09/2020	Tratamento de resíduos	Geração adicional de resíduos sólidos	Implantar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais (PGRSE)
476	UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais	01-045.338/19-09	Serviço de uso coletivo	045.338/19	11/09/2020	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar plano de comunicação do empreendimento.
476	UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais	01-045.338/19-09	Serviço de uso coletivo	045.338/19	11/09/2020	Segurança do usuário e/ou da vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar grade ou outro elemento construtivo delimitador que permita permeabilidade visual em todas as divisas do empreendimento.
476	UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais	01-045.338/19-09	Serviço de uso coletivo	045.338/19	11/09/2020	Segurança do usuário e/ou da vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar iluminação de segurança nivel nas divisas do empreendimento.
476	UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais	01-045.338/19-09	Serviço de uso coletivo	045.338/19	11/09/2020	Poluição sonora	Impactos na vizinhança	Implantar plano de controle de ruído do empreendimento.
476	UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais	01-045.338/19-09	Serviço de uso coletivo	045.338/19	11/09/2020	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na Circulação de pessoas e veículos	Implantar tratamento das calçadas índeadas e acessos de veículos ao empreendimento de acordo com a legislação municipal e os parâmetros da BHTRANS.
476	UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais	01-045.338/19-09	Serviço de uso coletivo	045.338/19	11/09/2020	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na Circulação de pessoas e veículos	Implantar vagas internas de estacionamento para veículos leves, motocicletas, bicicletas e carga e descarga, área interna para embarque e desembarque, vagas para veículos de transporte escolar e faixas de acumulação nos acessos de veículos de acordo com a legislação municipal e os parâmetros da BHTRANS.
476	UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais	01-045.338/19-09	Serviço de uso coletivo	045.338/19	11/09/2020	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na Circulação de pessoas e veículos	Implantar bicicletário com capacidade para acomodar, no mínimo, 40 (quarenta) bicicletas.
476	UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais	01-045.338/19-09	Serviço de uso coletivo	045.338/19	11/09/2020	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na Circulação de pessoas e veículos	Implantar área interna destinada ao embarque e desembarque de passageiros, com capacidade para veículos particulares e do transporte escolar, em área próxima ao acesso de veículos da Rua Sete.
476	UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais	01-045.338/19-09	Serviço de uso coletivo	045.338/19	11/09/2020	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na Circulação de pessoas e veículos	Implantar tratamento para pedestres e sinalização de área escolar ao longo da Rua Sete considerando as rotas de pedestres das instituições de ensino na região até os Pontos de Embarque e Desembarque de Passageiros (PEDs) e a sinalização coletiva.
476	UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais	01-045.338/19-09	Serviço de uso coletivo	045.338/19	11/09/2020	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na Circulação de pessoas e veículos	Implantar sinalização horizontal e vertical de regulamentação e advertência ao longo da Rua Sete considerando as condições operacionais da via na época da implantação.
476	UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais	01-045.338/19-09	Serviço de uso coletivo	045.338/19	11/09/2020	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na Circulação de pessoas e veículos	Implantar tratamento viário nas interseções da Rua Sete com Avenida José Cândido da Silveira e Rua Sete com Rua Gustavo da Silveira considerando as situações previstas no projeto de Via 710 e as condições operacionais da via na época da implantação.
476	UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais	01-045.338/19-09	Serviço de uso coletivo	045.338/19	11/09/2020	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na Circulação de pessoas e veículos	Implantar sinalização vertical indicativa na região para orientar os condutores com destino ao empreendimento sobre a utilização das faixas de acesso da Av. José Cândido da Silveira e da Via 710.
476	UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais	01-045.338/19-09	Serviço de uso coletivo	045.338/19	11/09/2020	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na Circulação de pessoas e veículos	Implantar sinalização vertical de regulamentação de produção de parada e estacionamento de veículos na Avenida José Cândido da Silveira na testada do empreendimento.
476	UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais	01-045.338/19-09	Serviço de uso coletivo	045.338/19	11/09/2020	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na Circulação de pessoas e veículos	Implantar Programa de Gestão de Mobilidade para o empreendimento conforme rotineiro da BHTRANS.
476	UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais	01-045.338/19-09	Serviço de uso coletivo	045.338/19	11/09/2020	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na Circulação de pessoas e veículos	Promover o atravessamento de pedestres na porção norte da quadra.
476	UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais	01-045.338/19-09	Serviço de uso coletivo	045.338/19	11/09/2020	Drenagem	Impactos na Drenagem Pluvial	Mitigar os impactos do incremento de escoamento pluvial provenientes do empreendimento no sistema público de drenagem.
476	UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais	01-045.338/19-09	Serviço de uso coletivo	045.338/19	11/09/2020	Tratamento de resíduos	Geração adicional de resíduos sólidos	Implantar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais (PGRSE)
476	UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais	01-045.338/19-09	Casa de Show	045.338/19	11/09/2020	Supressão de vegetação	Impactos sobre fauna, flora, relevo natural e Áreas de Preservação Permanente	Obter autorização para supressão de indivíduos arbóreos junto à SAMA.
476	UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais	01-045.338/19-09	Casa de Show	045.338/19	11/09/2020	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Impactos sobre fauna, flora, relevo natural e Áreas de Preservação Permanente	Realizar medidas para contenção dos erosões e mitigação dos impactos negativos da movimentação de terra.
476	UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais	01-045.338/19-09	Casa de Show	045.338/19	11/09/2020	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Impactos sobre fauna, flora, relevo natural e Áreas de Preservação Permanente	Implantar Plano de Arborização para o empreendimento.
476	UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais	01-045.338/19-09	Serviço de uso coletivo	045.338/19	11/09/2020	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Impactos durante as obras	Implantar Medidas de Controle para redução dos impactos relacionados à realização da obra.
476	UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais	01-045.338/19-09	Serviço de uso coletivo	045.338/19	11/09/2020	Poluição sonora	Impactos durante as obras	Implantar Plano de Controle de Poluição Sonora da etapa de obras.
476	UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais	01-045.338/19-09	Serviço de uso coletivo	045.338/19	11/09/2020	Tratamento de resíduos	Impactos durante as obras	Implantar Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRC/C)
186085	ROMA PLUS LTDA	01-136.253/19-73	Acesso por via de menor permissividade de uso	136.253/19	11/09/2020	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar o canal de comunicação do empreendimento.
186085	ROMA PLUS LTDA	01-136.253/19-73	Acesso por via de menor permissividade de uso	136.253/19	11/09/2020	Tratamento de resíduos	Geração adicional de resíduos sólidos	Fazer a gestão de resíduos sólidos especiais dentro das normas técnicas e legais.
186085	ROMA PLUS LTDA	01-136.253/19-73	Acesso por via de menor permissividade de uso	136.253/19	11/09/2020	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar tratamento das calçadas, acessos de veículos, faixa de acumulação, vagas internas de estacionamento para veículos leves, incluindo veículos que transportem ou que sejam conduzidos por idosos ou pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, motocicletas, vagas de carga e descarga e bicicletário, de acordo com as legislações municipais vigentes e considerações da BHTRANS.
186085	ROMA PLUS LTDA	01-136.253/19-73	Acesso por via de menor permissividade de uso	136.253/19	11/09/2020	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar sinalização horizontal e vertical das áreas de estacionamento internas, nos espaços específicos das vagas de idosos e de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.
186085	ROMA PLUS LTDA	01-136.253/19-73	Acesso por via de menor permissividade de uso	136.253/19	11/09/2020	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar o Plano de Logística de Cargas, visando assegurar a ausência de caminhões estacionados no entorno do empreendimento, na condição de esperar por vagões para a operação de carga e descarga de mercadorias.
186085	ROMA PLUS LTDA	01-136.253/19-73	Acesso por via de menor permissividade de uso	136.253/19	11/09/2020	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Realizar todas as operações de carga e descarga em área interna do empreendimento.
186085	ROMA PLUS LTDA	01-136.253/19-73	Acesso por via de menor permissividade de uso	136.253/19	11/09/2020	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Manter abertos os portões de acesso aos estacionamentos e às áreas de carga e descarga durante o horário de funcionamento do empreendimento.
186085	ROMA PLUS LTDA	01-136.253/19-73	Casa de Show	136.253/19	11/09/2020	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar Plano de Monitoramento de Ruído para os eventos ocorridos no espaço.
514	CENTRO POLIESPORTIVO SANTA TEREZA - planeta GOL	01-047.652/20-70	Casa de Show	047.652/20	01/09/2020	Poluição sonora	Impactos na vizinhança	Implantar Plano de Comunicação com a vizinhança, especialmente em períodos anteriores às festas promovidas.
514	CENTRO POLIESPORTIVO SANTA TEREZA - planeta GOL	01-047.652/20-70	Casa de Show	047.652/20	01/09/2020	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Manter a limpeza urbana na área externa do empreendimento após os shows e eventos.
514	CENTRO POLIESPORTIVO SANTA TEREZA - planeta GOL	01-047.652/20-70	Casa de Show	047.652/20	01/09/2020	Tratamento de resíduos	Impactos na vizinhança	Atualizar o ANVCD do empreendimento contemplando a redução da área utilizada após a reforma do empreendimento.
514	CENTRO POLIESPORTIVO SANTA TEREZA - planeta GOL	01-047.652/20-70	Casa de Show	047.652/20	01/09/2020	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implementar Campanha Educativa com o tema "Acesso e a Direção".
514	CENTRO POLIESPORTIVO SANTA TEREZA - planeta GOL	01-047.652/20-70	Casa de Show	047.652/20	01/09/2020	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Garantir que as operações de carga e descarga sejam realizadas em área interna ao empreendimento, não comprometendo o

							funcionamento da via, e de forma que não coincida com os horários dos eventos.
490	Mart Minas - Serrano	01-116.847/19-95	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	116.847/19	19/08/2020	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Adequar e regularizar o parcelamento da área para a atividade requerida.
490	Mart Minas - Serrano	01-116.847/19-95	Hipermercado / Edifício não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	116.847/19	19/08/2020	Relacionamento com a vizinhança	Relacionamento com a vizinhança
490	Mart Minas - Serrano	01-116.847/19-95	Hipermercado / Edifício não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	116.847/19	19/08/2020	Supressão de vegetação	Supressão de vegetação
490	Mart Minas - Serrano	01-116.847/19-95	Hipermercado / Edifício não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	116.847/19	19/08/2020	Drenagem	Mitigar os impactos do incremento de escoamento pluvial provenientes do empreendimento no sistema público de drenagem.
490	Mart Minas - Serrano	01-116.847/19-95	Hipermercado / Edifício não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	116.847/19	19/08/2020	Mobilidade e acessibilidade	Implantar projeto arquitetônico aprovado pela BHTRANS no que se refere às áreas de estacionamento, às áreas destinadas às operações de carga e descarga, às faixas de acumulação e ao bicicletário, além do alinhamento das calçadas, afastamentos frontais e dos acessos de veículos, atendendo aos parâmetros previstos nas legislações municipais pertinentes e às diretrizes estabelecidas pela BHTRANS.
490	Mart Minas - Serrano	01-116.847/19-95	Hipermercado / Edifício não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	116.847/19	19/08/2020	Mobilidade e acessibilidade	Implantar projeto executivo viário de geometria, sinalização horizontal e vertical e sinalização semafórica na área de abrangência definida.
490	Mart Minas - Serrano	01-116.847/19-95	Hipermercado / Edifício não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	116.847/19	19/08/2020	Mobilidade e acessibilidade	Implementar o Plano de Logística de Cargas contemplando medidas operacionais para garantir a ausência de veículos de carga nas vias do entorno, em condição de espera por vagas, e que impeçam que veículos de grande porte utilizem como rota de chegada e saída a Av. Abílio Machado e Av. Ivaí.
490	Mart Minas - Serrano	01-116.847/19-95	Hipermercado / Edifício não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	116.847/19	19/08/2020	Mobilidade e acessibilidade	Implantar gradil ou outro elemento construtivo delimitador que permita permeabilidade visual em todas as divisões do empreendimento.
490	Mart Minas - Serrano	01-116.847/19-95	Hipermercado / Edifício não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	116.847/19	19/08/2020	Tratamento de resíduos	Implantar Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil - PGPRC.
490	Mart Minas - Serrano	01-116.847/19-95	Hipermercado / Edifício não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	116.847/19	19/08/2020	Tratamento de resíduos	Implantar Plano de Gerenciamento de Resíduos Especiais conforme aprovado pela SLU.
55-045.66/120-82	Organização Som Machi Eireli - EPP - Clube Fantasy	01-047.062/10-84	Casa de Show	047.062/10	12/08/2020	Poluição sonora	Garantir que a emissão de ruído esteja de acordo com as normas técnicas e legais.
55-045.66/120-82	Organização Som Machi Eireli - EPP - Clube Fantasy	01-047.062/10-84	Casa de Show	047.062/10	12/08/2020	Tratamento de resíduos	Fazer a gestão de resíduos sólidos especiais de acordo com as normas técnicas e legais.
473	Estação 2000 LTDA EPP	01-099.533/19-50	Serviço de uso coletivo	047.062/10	12/08/2020	Mobilidade e acessibilidade	Adequar a calçada às normas de padronização de passeios do Município de Belo Horizonte.
473	Estação 2000 LTDA EPP	01-099.533/19-50	Casa de Show	099.533/19	18/07/2020	Relacionamento com a vizinhança	Implantar Canal de Comunicação com a vizinhança.
473	Estação 2000 LTDA EPP	01-099.533/19-50	Casa de Show	099.533/19	18/07/2020	Poluição sonora	Implantar Plano de Controle de Poluição Sonora.
473	Estação 2000 LTDA EPP	01-099.533/19-50	Serviço de uso coletivo	099.533/19	18/07/2020	Tratamento de resíduos	Geração adicional de resíduos sólidos.
473	Estação 2000 LTDA EPP	01-099.533/19-50	Casa de Show	099.533/19	18/07/2020	Mobilidade e acessibilidade	Implantar PGRSE aprovado pela PBH.
473	Estação 2000 LTDA EPP	01-099.533/19-50	Casa de Show	099.533/19	18/07/2020	Mobilidade e acessibilidade	Implementar Campanha Educativa com o tema "Alcool e Direção".
473	Estação 2000 LTDA EPP	01-099.533/19-50	Casa de Show	099.533/19	18/07/2020	Mobilidade e acessibilidade	Internalizar Rios no início dos eventos.
449	Instituto das Claretas Franciscanas Missionárias do Santíssimo Sacramento	01-112.033/17-00	Acesso por via de menor permeabilidade de uso	112.033/17	03/07/2020	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Promover a regularização das intervenções realizadas na APP existente no terreno.
449	Instituto das Claretas Franciscanas Missionárias do Santíssimo Sacramento	01-112.033/17-00	Serviço de uso coletivo	112.033/17	03/07/2020	Drenagem	Mitigar os impactos do incremento de escoamento pluvial provenientes do empreendimento no sistema público de drenagem.
449	Instituto das Claretas Franciscanas Missionárias do Santíssimo Sacramento	01-112.033/17-00	Casa de festas	112.033/17	03/07/2020	Tratamento de resíduos	Ampliar a área permeável e vegetal em terreno natural, preferencialmente na área da APP.
449	Instituto das Claretas Franciscanas Missionárias do Santíssimo Sacramento	01-112.033/17-00	Serviço de uso coletivo	112.033/17	03/07/2020	Tratamento de resíduos	Implantar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais - PGPRSE.
449	Instituto das Claretas Franciscanas Missionárias do Santíssimo Sacramento	01-112.033/17-00	Serviço de uso coletivo	112.033/17	03/07/2020	Tratamento de resíduos	Implantar Plano de Gerenciamento de Resíduos de Saúde - PGRRS.
449	Instituto das Claretas Franciscanas Missionárias do Santíssimo Sacramento	01-112.033/17-00	Serviço de uso coletivo	112.033/17	03/07/2020	Mobilidade e acessibilidade	Implantar área de estacionamento e acessos de veículos e pedestres, incluindo as calçadas, de acordo com a legislação vigente e parâmetros da BHTRANS.
449	Instituto das Claretas Franciscanas Missionárias do Santíssimo Sacramento	01-112.033/17-00	Serviço de uso coletivo	112.033/17	03/07/2020	Mobilidade e acessibilidade	Implantar área interna de embarque e desembarque de passageiros para vans e veículos particulares.
449	Instituto das Claretas Franciscanas Missionárias do Santíssimo Sacramento	01-112.033/17-00	Serviço de uso coletivo	112.033/17	03/07/2020	Mobilidade e acessibilidade	Implantar área interna para veículos de carga e descarga.
449	Instituto das Claretas Franciscanas Missionárias do Santíssimo Sacramento	01-112.033/17-00	Serviço de uso coletivo	112.033/17	03/07/2020	Mobilidade e acessibilidade	Circulação de veículos e de pessoas.
449	Instituto das Claretas Franciscanas Missionárias do Santíssimo Sacramento	01-112.033/17-00	Serviço de uso coletivo	112.033/17	03/07/2020	Mobilidade e acessibilidade	Implantar bicicletário com capacidade mínima para 10 bicicletas.
449	Instituto das Claretas Franciscanas Missionárias do Santíssimo Sacramento	01-112.033/17-00	Serviço de uso coletivo	112.033/17	03/07/2020	Mobilidade e acessibilidade	Implantar intervenções viárias de geometria e sinalização na área de abrangência definida pela BHTRANS.
449	Instituto das Claretas Franciscanas Missionárias do Santíssimo Sacramento	01-112.033/17-00	Serviço de uso coletivo	112.033/17	03/07/2020	Mobilidade e acessibilidade	Implantar "Projeto Pedagógico de Educação para a Mobilidade".
449	Instituto das Claretas Franciscanas Missionárias do Santíssimo Sacramento	01-112.033/17-00	Serviço de uso coletivo	112.033/17	03/07/2020	Mobilidade e acessibilidade	Implantar gradil junto ao meio fio na Av. Presidente Carlos Luz de modo a dificultar o desembarque de alunos na pista exclusiva do Move.
449	Instituto das Claretas Franciscanas Missionárias do Santíssimo Sacramento	01-112.033/17-00	Serviço de uso coletivo	112.033/17	03/07/2020	Mobilidade e acessibilidade	Implantar área de fruição pública e jardim no afastamento frontal da rua Frei Otávio, de modo a ampliar o acesso, melhorar de veículos.
449	Instituto das Claretas Franciscanas Missionárias do Santíssimo Sacramento	01-112.033/17-00	Serviço de uso coletivo	112.033/17	03/07/2020	Relacionamento com a vizinhança	Implantar Plano de Comunicação com a vizinhança.
483	Tribunal de Justiça de MG - Sede	01-066.897/19-80	Serviço de uso coletivo / Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	066.897-19	03/07/2020	Drenagem	Mitigar os impactos do incremento de escoamento pluvial provenientes do empreendimento no sistema público de drenagem.
483	Tribunal de Justiça de MG - Sede	01-066.897/19-80	Serviço de uso coletivo / Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	066.897-19	03/07/2020	Tratamento de resíduos	Implantar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais (PGPRSE) e Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGPRCC).
483	Tribunal de Justiça de MG - Sede	01-066.897/19-80	Serviço de uso coletivo / Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	066.897-19	03/07/2020	Mobilidade e acessibilidade	Implantar intervenções de engenharia de tráfego definidas por um plano de circulação viária na área de abrangência do empreendimento, compreendendo todas as interseções equivalentes afetadas conforme descrito no EIV, mitiguando a piora dos níveis de serviço causada pelo empreendimento.
483	Tribunal de Justiça de MG - Sede	01-066.897/19-80	Serviço de uso coletivo / Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	066.897-19	03/07/2020	Mobilidade e acessibilidade	Implantar dois pontos de ônibus especiais com estruturas de alta capacidade para o embarque e desembarque de passageiros em frente ao empreendimento.
483	Tribunal de Justiça de MG - Sede	01-066.897/19-80	Serviço de uso coletivo / Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	066.897-19	03/07/2020	Mobilidade e acessibilidade	Implantar acessos de veículos, faixas de acumulação, área de embarque e desembarque, vagas internas de estacionamento para veículos leves, incluindo veículos que transportem ou que sejam conduzidos por idosos e/ou pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, motocicletas, vagas de carga e descarga e bicicletário, de acordo com a legislações municipais vigentes e com os parâmetros da BHTRANS.
483	Tribunal de Justiça de MG - Sede	01-066.897/19-80	Serviço de uso coletivo / Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	066.897-19	03/07/2020	Mobilidade e acessibilidade	Implantar projeto viário contemplando a readequação, a manutenção e a implantação da sinalização horizontal e vertical na área de abrangência definida.
483	Tribunal de Justiça de MG - Sede	01-066.897/19-80	Serviço de uso coletivo / Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	066.897-19	03/07/2020	Mobilidade e acessibilidade	Implantar projeto viário contemplando a implantação, correção e readequação dos rebocos de calçada para pedestres em toda a área de abrangência, de forma a consolidar rotas acessíveis dos pedestres ao empreendimento.
483	Tribunal de Justiça de MG - Sede	01-066.897/19-80	Serviço de uso coletivo	066.897-19	03/07/2020	Mobilidade e acessibilidade	Implantar estacionamento rotativo, com permanência de 2 (duas) horas, como política de inibição do uso do transporte individual motorizado, com a diminuição de locais gratuitos disponíveis para estacionamento nas ruas do entorno.
483	Tribunal de Justiça de MG - Sede	01-066.897/19-80	Serviço de uso coletivo / Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	066.897-19	03/07/2020	Mobilidade e acessibilidade	Implantar autônomos de coleta na externalidade necessária para a operação dos ônibus e nas larguras das faixas de estacionamento existentes, onde se encontram os pontos de embarque e desembarque de transporte coletivo por ônibus - PEDs localizados nos dois lados da Avenida Afonso Pena (sentidos centro-bairro e bairro-centro), em frente ao empreendimento.
483	Tribunal de Justiça de MG - Sede	01-066.897/19-80	Serviço de uso coletivo / Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	066.897-19	03/07/2020	Mobilidade e acessibilidade	Implantar serviço de Wi-Fi gratuito em todos os abrigos de passageiros existentes nos PEDs localizados na Avenida Afonso Pena, entre a Rua Bernardo Figueiredo e a Praça da Bandeira, para possibilitar acesso a aplicativos com informações sobre o transporte coletivo, tipo "SU Mobile", ferramenta importante para os usuários do transporte coletivo.
483	Tribunal de Justiça de MG - Sede	01-066.897/19-80	Serviço de uso coletivo / Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	066.897-19	03/07/2020	Mobilidade e acessibilidade	Implantar o Plano de Logística de Cargas, visando restringir os horários de operação de carga e descarga de modo que não haja movimentação deste tipo nos horários de pico do sistema viário, nem caminhões nas vias do entorno, na condição de espera por vagas para a operação de carga e descarga.
483	Tribunal de Justiça de MG - Sede	01-066.897/19-80	Serviço de uso coletivo / Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	066.897-19	03/07/2020	Mobilidade e acessibilidade	Implantar Programa de Gestão da Mobilidade Local - PGML, a ser elaborado conforme Roteiro de Elaboração do Programa de Gestão da Mobilidade disponível no site da BHTRANS, com o objetivo de adotar medidas que desestimulem o uso do automóvel por parte dos usuários do empreendimento.
483	Tribunal de Justiça de MG - Sede	01-066.897/19-80	Serviço de uso coletivo / Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	066.897-19	03/07/2020	Mobilidade e acessibilidade	Apresentar relatório de monitoramento da implantação do estacionamento rotativo, após 6 (seis) meses, a ser avaliado pela BHTRANS para verificação da necessidade de extensão da área definida. Caso seja necessária a ampliação dos locais com estacionamento rotativo, o projeto e implantação ficará a cargo do empreendedor.
483	Tribunal de Justiça de MG - Sede	01-066.897/19-80	Serviço de uso coletivo / Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	066.897-19	03/07/2020	Mobilidade e acessibilidade	Apresentar relatório de monitoramento da implantação do plano de logística, após 1 (um) ano.
483	Tribunal de Justiça de MG - Sede	01-066.897/19-80	Serviço de uso coletivo / Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	066.897-19	03/07/2020	Mobilidade e acessibilidade	Apresentar relatório de monitoramento da implantação do PGML, após 1 (um) ano.
483	Tribunal de Justiça de MG - Sede	01-066.897/19-80	Serviço de uso coletivo / Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	066.897-19	03/07/2020	Relacionamento com a vizinhança	Implantar Plano de Comunicação do empreendimento.
485	Heliponto do Condomínio do Edifício Comercial Heli Vinte Oito	01-068.506/13-77	Heliponto	068.506/13	26/06/2020	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Apresentar copia das publicações aeronáuticas que comprovem a inclusão do RNM relativo ao acionamento do balizamento noturno mediante contato telefônico.
485	Heliponto do Condomínio do Edifício Comercial Heli Vinte Oito	01-068.506/13-77	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	068.506/13	26/06/2020	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Regularizar a atividade de hangaragem junto ao Município e perante a autoridade de aviação civil ou aeronáutica competente.
485	Heliponto do Condomínio do Edifício Comercial Heli Vinte Oito	01-068.506/13-77	Serviço de uso coletivo	068.506/13	26/06/2020	Poluição sonora	Ficam autorizados no máximo seis movimentos diários (três pousos e três decolagens) no período de 07:00h às 19:00h.
485	Heliponto do Condomínio do Edifício Comercial Heli Vinte Oito	01-068.506/13-77	Heliponto	068.506/13	26/06/2020	Relacionamento com a vizinhança	Criar um canal de comunicação para informar aos pilotos aeronaves e recomendar de evitar abrigos.
485	Heliponto do Condomínio do Edifício Comercial Heli Vinte Oito	01-068.506/13-77	Heliponto	068.506/13	26/06/2020	Poluição sonora	Elaborar relatório das dBs operacionais para posterior análise estatística.
485	Heliponto do Condomínio do Edifício Comercial Heli Vinte Oito	01-068.506/13-77	Serviço de uso coletivo	068.506/13	26/06/2020	Segurança do usuário e/ou da vizinhança	Realizar treinamentos constantes com os funcionários de apoio.
485	Heliponto do Condomínio do Edifício Comercial Heli Vinte Oito	01-068.506/13-77	Heliponto	068.506/13	26/06/2020	Relacionamento com a vizinhança	Desenvolver e implantar Plano de Comunicação Social com a vizinhança.
479	MISTER ROCK BAR	01-004.999/20-55	Casa de Show	004.999/20	20/06/2020	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos.
479	MISTER ROCK BAR	01-004.999/20-55	Casa de Show	004.999/20	20/06/2020	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos.
479	MISTER ROCK BAR	01-004.999/20-55	Casa de Show	004.999/20	20/06/2020	Poluição sonora	Implantar Plano de Controle de Poluição Sonora.
479	MISTER ROCK BAR	01-004.999/20-55	Casa de Show	004.999/20	20/06/2020	Relacionamento com a vizinhança	Implantar Canal de Comunicação do empreendimento.



479	MISTER ROCK BAR	01-004.999/20-55	Heliporto	004.999/20	20/06/2020	Tratamento de resíduos	Geração adicional de resíduos sólidos	Implantar PGRSE conforme aprovado pela SLU
439	ViaShopping Empreendimentos e Participações SA (lado B)	01.050.140/12-26	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	050.140/12	06/03/2020	Tratamento de resíduos	Geração adicional de resíduos sólidos	Implantar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais (PGRSE)
439	ViaShopping Empreendimentos e Participações SA (lado B)	01.050.140/12-26	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	050.140/12	06/03/2020	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Adequar as calçadas linderas ao empreendimento de acordo com as normas da legislação municipal vigente
439	ViaShopping Empreendimentos e Participações SA (lado B)	01.050.140/12-26	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	050.140/12	06/03/2020	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Adequar as vagas internas de estacionamento para veículos leves de acordo com a legislação municipal vigente e com os parâmetros da BHTTRANS
439	ViaShopping Empreendimentos e Participações SA (lado B)	01.050.140/12-26	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	050.140/12	06/03/2020	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Oletar, no mínimo, 35 vagas de veículos leves para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida
439	ViaShopping Empreendimentos e Participações SA (lado B)	01.050.140/12-26	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	050.140/12	06/03/2020	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Oletar, no mínimo, 88 vagas de veículos leves para idosos
439	ViaShopping Empreendimentos e Participações SA (lado B)	01.050.140/12-26	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	050.140/12	06/03/2020	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Oletar, no mínimo, 140 vagas para motocicletas em área interna ao empreendimento
439	ViaShopping Empreendimentos e Participações SA (lado B)	01.050.140/12-26	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	050.140/12	06/03/2020	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Oletar bicicletário destinado aos usuários do empreendimento com capacidade para acomodar 50, no mínimo, 30 bicicletas
439	ViaShopping Empreendimentos e Participações SA (lado B)	01.050.140/12-26	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	050.140/12	06/03/2020	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Internalizar a operação de carga e descarga do empreendimento, incluindo a área de manobras para caminhões, utilizando as (s)única(s) vagas de carga e descarga previstas no projeto de regularização do ViaShopping aprovado na PBN na data 14/06/2019
439	ViaShopping Empreendimentos e Participações SA (lado B)	01.050.140/12-26	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	050.140/12	06/03/2020	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Remover a sinalização vertical de regulamentação de vaga de estacionamento para carga e descarga existente na Rua Afonso Macedo
439	ViaShopping Empreendimentos e Participações SA (lado B)	01.050.140/12-26	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	050.140/12	06/03/2020	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar área para embarque e desembarque de passageiros do tipo "Porte - Cochine" no afastamento frontal do empreendimento junto a Av. Afonso Vaz de Melo
439	ViaShopping Empreendimentos e Participações SA (lado B)	01.050.140/12-26	Heliporto	050.140/12	06/03/2020	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Adequar as faixas de acumulação internas dos acessos ao empreendimento, dotando-as de capacidade para 68 veículos
439	ViaShopping Empreendimentos e Participações SA (lado B)	01.050.140/12-26	Serviço de uso coletivo / Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	050.140/12	06/03/2020	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar Plano de Logística de carga e descarga
439	ViaShopping Empreendimentos e Participações SA (lado B)	01.050.140/12-26	Serviço de uso coletivo / Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	050.140/12	06/03/2020	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Regularizar todos os rebatamentos de meio-fio para acesso de veículos aos estacionamentos e à área de carga e descarga do empreendimento, conforme estabelecido o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte e outras legislações municipais vigentes
439	ViaShopping Empreendimentos e Participações SA (lado B)	01.050.140/12-26	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	050.140/12	06/03/2020	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Redequear os acessos de pedestres ao empreendimento
439	ViaShopping Empreendimentos e Participações SA (lado B)	01.050.140/12-26	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	050.140/12	06/03/2020	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar área para embarque e desembarque de passageiros de transporte escolar na Rua Barão de Comandante, próximo ao acesso dos usuários do centro universitário adjacentes à Rua Afonso Vaz de Melo
439	ViaShopping Empreendimentos e Participações SA (lado B)	01.050.140/12-26	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	050.140/12	06/03/2020	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar intervenções de engenharia de tráfego para mitigação dos impactos na circulação de veículos e pessoas nas seguintes interseções: Av. Afonso Vaz de Melo com Rua Boverant Costa; Av. Sinfrônio Bruchini com Rua Barão de Comandante e Rua Barão de Comandante com Rua Afonso Macedo
439	ViaShopping Empreendimentos e Participações SA (lado B)	01.050.140/12-26	Serviço de uso coletivo / Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	050.140/12	06/03/2020	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Reconstruir a travessia elevada (plata) existente na interseção da Avenida Afonso Vaz de Melo com Rua Afonso Macedo
439	ViaShopping Empreendimentos e Participações SA (lado B)	01.050.140/12-26	Serviço de uso coletivo	050.140/12	06/03/2020	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Recuperar o canteiro central e complementá-lo com as grades da Avenida Afonso Vaz de Melo no trecho entre Rua Afonso Macedo e Rua Benedito dos Santos
439	ViaShopping Empreendimentos e Participações SA (lado B)	01.050.140/12-26	Casa de Início	050.140/12	06/03/2020	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar ciclovia na Avenida Afonso Vaz de Melo, trecho entre Rua Benedito dos Santos e Avenida Vitorino de Albuquerque
439	ViaShopping Empreendimentos e Participações SA (lado B)	01.050.140/12-26	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	050.140/12	06/03/2020	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Restaurar dos alvos de ônibus presentes na ilha de pedestres entre os FEI e o empreendimento na Avenida Afonso Vaz de Melo, trecho entre Rua Lucio dos Santos e Rua Afonso Macedo, conforme parâmetros e orientações da BHTTRANS
439	ViaShopping Empreendimentos e Participações SA (lado B)	01.050.140/12-26	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	050.140/12	06/03/2020	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança e no funcionamento	Implantar Plano de Gestão Operacional do empreendimento
439	ViaShopping Empreendimentos e Participações SA (lado B)	01.050.140/12-26	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	050.140/12	06/03/2020	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança e no funcionamento	Implantar Plano de Comunicação do empreendimento
439	ViaShopping Empreendimentos e Participações SA (lado B)	01.050.140/12-26	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	050.140/12	06/03/2020	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Impactos na vizinhança e no funcionamento	Adotar no empreendimento equipamentos e sistemas com características de sustentabilidade
439	ViaShopping Empreendimentos e Participações SA (lado B)	01.050.140/12-26	Casa de Show	050.140/12	06/03/2020	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Impactos na vizinhança e no funcionamento	Implantar área de fluxo público no local onde atualmente é a área de estacionamento externa linderas à Avenida Afonso Vaz de Melo
439	ViaShopping Empreendimentos e Participações SA (lado B)	01.050.140/12-26	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	050.140/12	06/03/2020	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Impactos na vizinhança e no funcionamento	Ampliar a calçada do empreendimento na Rua Barão de Comandante, por meio de recuo de 05m até o limite necessário para garantir a iluminação, ventilação natural e segurança mínima para os níveis de pavimento abaixo do nível da calçada
439	ViaShopping Empreendimentos e Participações SA (lado B)	01.050.140/12-26	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	050.140/12	06/03/2020	Segurança do usuário e/ou da vizinhança	Impactos na vizinhança e no funcionamento	Implantar iluminação de segundo nível nas testadas do empreendimento, voltada para as calçadas
439	ViaShopping Empreendimentos e Participações SA (lado B)	01.050.140/12-26	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	050.140/12	06/03/2020	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Impactos na vizinhança e no funcionamento	Implantar área de fluxo público na rampa linderas ao acesso de pedestres da Rua Barão de Comandante, próximo à Rua Benedito dos Santos, de modo a permitir a livre circulação de pedestres e a permanência de pessoas
439	ViaShopping Empreendimentos e Participações SA (lado B)	01.050.140/12-26	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	050.140/12	06/03/2020	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Impactos na vizinhança e no funcionamento	Implantar melhorias de paisagismo na rampa de saída da passarela no alinhamento da Rua Benedito dos Santos
439	ViaShopping Empreendimentos e Participações SA (lado B)	01.050.140/12-26	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	050.140/12	06/03/2020	Drenagem	Drenagem Pluvial	Mitigar os impactos do incremento de escoamento pluvial provenientes do empreendimento no sistema público de drenagem
358	Igreja Batista Central de Belo Horizonte	01.000.388/16-33	Serviço de uso coletivo	000.388/16	05/03/2020	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar Plano de Comunicação do empreendimento
358	Igreja Batista Central de Belo Horizonte	01.000.388/16-33	Serviço de uso coletivo	000.388/16	05/03/2020	Incentivos sociais	Impactos na vizinhança	Implantar programa de capacitação e contratação de mão de obra e serviços (junto à população de baixa renda residente na área de influência indireta do empreendimento)
358	Igreja Batista Central de Belo Horizonte	01.000.388/16-33	Serviço de uso coletivo	000.388/16	05/03/2020	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar 312 vagas de estacionamento para veículos leves
358	Igreja Batista Central de Belo Horizonte	01.000.388/16-33	Serviço de uso coletivo	000.388/16	05/03/2020	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar bicicletário em local coberto, sinalizado, de fácil acesso e localizado, com capacidade para a frota de, no mínimo, 20 bicicletas
358	Igreja Batista Central de Belo Horizonte	01.000.388/16-33	Serviço de uso coletivo	000.388/16	05/03/2020	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Disponibilizar cinco vagas internas para ônibus
358	Igreja Batista Central de Belo Horizonte	01.000.388/16-33	Serviço de uso coletivo	000.388/16	05/03/2020	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar área de embarque e desembarque de passageiros, em área interna do empreendimento com capacidade para quatro veículos leves
358	Igreja Batista Central de Belo Horizonte	01.000.388/16-33	Serviço de uso coletivo	000.388/16	05/03/2020	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Disponibilizar vagas internas para as operações de carga e descarga
358	Igreja Batista Central de Belo Horizonte	01.000.388/16-33	Serviço de uso coletivo	000.388/16	05/03/2020	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Disponibilizar faixa de acumulação interna ao empreendimento
358	Igreja Batista Central de Belo Horizonte	01.000.388/16-33	Serviço de uso coletivo	000.388/16	05/03/2020	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Realizar o tratamento das calçadas linderas e dos acessos de veículos e pedestres do empreendimento
358	Igreja Batista Central de Belo Horizonte	01.000.388/16-33	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	000.388/16	05/03/2020	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar alargamento da Rua Genílios, conforme recuo de alinhamento previsto, nos limites da testada do empreendimento
358	Igreja Batista Central de Belo Horizonte	01.000.388/16-33	Serviço de uso coletivo	000.388/16	05/03/2020	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar a sinalização horizontal e vertical dos espaços correspondentes às vagas de ônibus e de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas áreas de estacionamento internas
358	Igreja Batista Central de Belo Horizonte	01.000.388/16-33	Serviço de uso coletivo	000.388/16	05/03/2020	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar sistema de controle e informação e sinalização de decolagem de vagas livres visível no acesso ao estacionamento
358	Igreja Batista Central de Belo Horizonte	01.000.388/16-33	Serviço de uso coletivo	000.388/16	05/03/2020	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Adequar a geometria viária e as sinalizações horizontal, vertical e semafórica para a área de abrangência definida para o empreendimento
358	Igreja Batista Central de Belo Horizonte	01.000.388/16-33	Serviço de uso coletivo	000.388/16	05/03/2020	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implementar "Programa de Gestão da Mobilidade Local - PGM-L", conforme Roteiro de Elaboração do Programa de Gestão da Mobilidade
358	Igreja Batista Central de Belo Horizonte	01.000.388/16-33	Serviço de uso coletivo	000.388/16	05/03/2020	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar Plano Operacional de Tráfego, considerando os desvios de tráfego, sinalização provisória e bloqueios, assim como material de apoio necessário, para os dias de evento com público maior que 2.000 pessoas
358	Igreja Batista Central de Belo Horizonte	01.000.388/16-33	Serviço de uso coletivo	000.388/16	05/03/2020	Mobilidade e acessibilidade	Impactos de funcionamento	Implantar Plano de Gestão Operacional do empreendimento
358	Igreja Batista Central de Belo Horizonte	01.000.388/16-33	Serviço de uso coletivo	000.388/16	05/03/2020	Mobilidade e acessibilidade	Impactos de funcionamento	Transferir a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte a faixa de recuo de alinhamento voltada para a Rua Genílios, nos limites dos lotes 017 a 024, do quarteirão 504A, do Bairro Ex-Colônia Afonso Pena (Vila Pira)
358	Igreja Batista Central de Belo Horizonte	01.000.388/16-33	Acesso por via de menor permeabilidade de uso	000.388/16	05/03/2020	Mobilidade e acessibilidade	Impactos no sistema viário	Implantar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais (PGRSE)
358	Igreja Batista Central de Belo Horizonte	01.000.388/16-33	Serviço de uso coletivo	000.388/16	05/03/2020	Tratamento de resíduos	Geração adicional de resíduos sólidos	Mitigar os impactos do incremento de escoamento pluvial provenientes do empreendimento no sistema público de drenagem
358	Igreja Batista Central de Belo Horizonte	01.000.388/16-33	Serviço de uso coletivo	000.388/16	05/03/2020	Drenagem	Drenagem	Implantar infraestrutura de drenagem e sinalização de decolagem do alargamento da pista da Rua Genílios nos limites da testada do empreendimento
358	Igreja Batista Central de Belo Horizonte	01.000.388/16-33	Serviço de uso coletivo	000.388/16	05/03/2020	Drenagem	Drenagem	Adotar cobertura verde em toda a extensão da laje superior com substrato de terra de 80cm com plano de espécies nativas, incluindo arbustos
358	Igreja Batista Central de Belo Horizonte	01.000.388/16-33	Heliporto	000.388/16	05/03/2020	Supressão de vegetação	Supressão de indivíduos arbóreos	Implantar Taxa de permeabilidade correspondente a 24,47% da área do terreno em área verde permeável dispostas sobre o solo
358	Igreja Batista Central de Belo Horizonte	01.000.388/16-33	Serviço de uso coletivo	000.388/16	05/03/2020	Supressão de vegetação	Supressão de indivíduos arbóreos	Executar, na microbacia do empreendimento e no Adomado, Morro das Pedras, o plano de árvores decorrente da compensação ambiental originada da supressão de vegetação prevista para o empreendimento
358	Igreja Batista Central de Belo Horizonte	01.000.388/16-33	Serviço de uso coletivo	000.388/16	05/03/2020	Supressão de vegetação	Supressão de indivíduos arbóreos	Garantir que a emissão de ruídos esteja de acordo com as normas técnicas e legais
506	RESTAURANTE ENGENHO DE MINAS	01-008.094/20-72	Casa de Show	008.094/20	18/02/2020	Poluição sonora	Impactos na vizinhança	Fazer a gestão de resíduos sólidos especiais de acordo com as normas técnicas e legais
33567	Seima Magna de Araújo Nelson	01-123.544/19-83	Acesso por via de menor permeabilidade de uso	123.544/19	18/02/2020	Tratamento de resíduos	Geração adicional de Resíduos Sólidos	Implantar o canal de comunicação do empreendimento
33567	Seima Magna de Araújo Nelson	01-123.544/19-83	Acesso por via de menor permeabilidade de uso	123.544/19	18/02/2020	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Fazer a gestão de resíduos sólidos especiais dentro das normas técnicas e legais
33567	Seima Magna de Araújo Nelson	01-123.544/19-83	Acesso por via de menor permeabilidade de uso	123.544/19	18/02/2020	Tratamento de resíduos	Geração adicional de resíduos sólidos	Implantar tratamento das calçadas, acessos de veículos, faixa de acumulação, vagas internas de estacionamento para veículos leves, incluindo veículos que transportem ou que sejam conduzidos por idosos e/ou pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida
33567	Seima Magna de Araújo Nelson	01-123.544/19-83	Acesso por via de menor permeabilidade de uso	123.544/19	18/02/2020	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	motocicletas, vagas de carga e descarga e bicicletário, de acordo com as legislações municipais vigentes e compatibilizadas da BHTTRANS
33567	Seima Magna de Araújo Nelson	01-123.544/19-83	Acesso por via de menor permeabilidade de uso	123.544/19	18/02/2020	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar área destinada às operações de carga e descarga com espaço interno adequado para manobras, evitando-se o ingresso ou a saída dos caminhões em marcha à ré



435	Hospital Forma	01.092.490/17-29	Serviço de uso coletivo	092.490/17	03/01/2020	Mobilidade e acessibilidade	Circulação de veículos e de pessoas	Implantar área interna de embarque e desembarque de passageiros de forma a não ocupar a área verde prevista nos limites da testada do empreendimento
435	Hospital Forma	01.092.490/17-29	Serviço de uso coletivo	092.490/17	03/01/2020	Mobilidade e acessibilidade	Circulação de veículos e de pessoas	Implantar bicicletário e estrutura mínima para ciclistas composto por vestiários, escaninhos e estação de regem autônomo de bicicletas
435	Hospital Forma	01.092.490/17-29	Serviço de uso coletivo	092.490/17	03/01/2020	Mobilidade e acessibilidade	Circulação de veículos e de pessoas	Implantar intervenções viárias de geometria na área de abrangência definida pela BHTRANS considerando a implantação/adequação de faixas de canalização, refúgios para pedestres e acostamentos de calçadas de forma a reduzir o caminhar de pedestres na pista de rolamento, organizar as áreas de estacionamento e orientar os fluxos veiculares nas vias
435	Hospital Forma	01.092.490/17-29	Serviço de uso coletivo	092.490/17	03/01/2020	Mobilidade e acessibilidade	Circulação de veículos e de pessoas	Revisar e adequar as defletores do canteiro central ao longo da Avenida Professor Sylvio Vasconcelos, na área de abrangência definida pela BHTRANS, em relação à quantidade, às dimensões e à localização, observando as questões de segurança viária e os riscos potenciais de acidentes
435	Hospital Forma	01.092.490/17-29	Serviço de uso coletivo	092.490/17	03/01/2020	Mobilidade e acessibilidade	Circulação de veículos e de pessoas	Revisar, adequar e implantar no rebaixamento de meio-fio nas esquinas e junto às travessias de pedestres, evitando rotas acessíveis e seguras aos pedestres e pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida
435	Hospital Forma	01.092.490/17-29	Serviço de uso coletivo	092.490/17	03/01/2020	Mobilidade e acessibilidade	Circulação de veículos e de pessoas	Revisar, adequar e implantar sinalização vertical, horizontal e semafórica na área de abrangência definida pela BHTRANS, prevendo melhorias nas condições de segurança de pedestres e veículos
435	Hospital Forma	01.092.490/17-29	Serviço de uso coletivo	092.490/17	03/01/2020	Mobilidade e acessibilidade	Circulação de veículos e de pessoas	Implantar Tratamento das Travessias de pedestres, reavaliar os pontos de travessias e adequar a programação semafórica na interseção da Avenida Raul Gabaia com Avenida Professor Sylvio Vasconcelos e Rua Marcelo Roberto Linhares, prevendo melhorias nas condições de segurança de pedestres
435	Hospital Forma	01.092.490/17-29	Serviço de uso coletivo	092.490/17	03/01/2020	Mobilidade e acessibilidade	Circulação de veículos e de pessoas	Implantar faixa ajardinada na área pública remanescente adjacente ao CP na testada da Avenida Raul Gabaia
435	Hospital Forma	01.092.490/17-29	Serviço de uso coletivo	092.490/17	03/01/2020	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Conformidade urbanística	Garantir acessos exclusivos pela Av. Raul Gabaia conforme autorizado pelo COMURB
435	Hospital Forma	01.092.490/17-29	Serviço de uso coletivo	092.490/17	03/01/2020	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Conformidade urbanística	Respeitar a afirmação aprovada pelo CINEACTA
435	Hospital Forma	01.092.490/17-29	Serviço de uso coletivo	092.490/17	03/01/2020	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Conformidade urbanística	Implantar Reserva Particular Ecológica (RPE), de acordo com a LEI Nº 614, DE 12 DE JANEIRO DE 1993, conforme Anexo II e IV, na área permeável a ser reflorestada
465	Associação Jesuítas de Educação e Assistência Social - Faculdade Jesuítas de Filosofia e Teologia (FAJE)	01-012.449/19-16	Serviço de uso coletivo	012.449/16	03/01/2020	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar Canal de Comunicação do empreendimento
465	Associação Jesuítas de Educação e Assistência Social - Faculdade Jesuítas de Filosofia e Teologia (FAJE)	01-012.449/19-16	Serviço de uso coletivo	012.449/16	03/01/2020	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Compatibilizar o projeto de implantação das edificações do empreendimento de modo a instalar materiais dotados de permeabilidade no entorno do empreendimento
465	Associação Jesuítas de Educação e Assistência Social - Faculdade Jesuítas de Filosofia e Teologia (FAJE)	01-012.449/19-16	Serviço de uso coletivo	012.449/16	03/01/2020	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais (PGRESE)
465	Associação Jesuítas de Educação e Assistência Social - Faculdade Jesuítas de Filosofia e Teologia (FAJE)	01-012.449/19-16	Serviço de uso coletivo	012.449/16	03/01/2020	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar tratamento urbanístico e paisagístico das calçadas linderas, abrangendo a interseção com as faixas ajardinadas e considerando os parâmetros das legislações municipais pertinentes
465	Associação Jesuítas de Educação e Assistência Social - Faculdade Jesuítas de Filosofia e Teologia (FAJE)	01-012.449/19-16	Serviço de uso coletivo	012.449/16	03/01/2020	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar acessos de veículos, faixas de acumulação, área interna para embarque e desembarque, vagas internas de estacionamento para veículos leves, incluindo veículos que transportem ou que sejam conduzidos por idosos e/ou pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, motocicletas, vagas de carga e descarga e bicicletário, de acordo com as legislações municipais vigentes e com os parâmetros da BHTRANS
465	Associação Jesuítas de Educação e Assistência Social - Faculdade Jesuítas de Filosofia e Teologia (FAJE)	01-012.449/19-16	Serviço de uso coletivo	012.449/16	03/01/2020	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar intervenções de engenharia de tráfego para mitigação dos impactos na circulação de veículos e pessoas na interseção da Av. Dr. Cristiano Guimarães com Rua São Miguel
465	Associação Jesuítas de Educação e Assistência Social - Faculdade Jesuítas de Filosofia e Teologia (FAJE)	01-012.449/19-16	Serviço de uso coletivo	012.449/16	03/01/2020	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implementar "Programa de Gestão da Mobilidade Local - PGM.L", conforme Roteiro de Elaboração do Programa de Gestão da Mobilidade
465	Associação Jesuítas de Educação e Assistência Social - Faculdade Jesuítas de Filosofia e Teologia (FAJE)	01-012.449/19-16	Serviço de uso coletivo	012.449/16	03/01/2020	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Mitigar os impactos do incremento de escoamento pluvial provenientes do empreendimento no sistema público de drenagem
465	Associação Jesuítas de Educação e Assistência Social - Faculdade Jesuítas de Filosofia e Teologia (FAJE)	01-012.449/19-16	Serviço de uso coletivo	012.449/16	03/01/2020	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar Canais de Comunicação do empreendimento
465	Associação Jesuítas de Educação e Assistência Social - Faculdade Jesuítas de Filosofia e Teologia (FAJE)	01-012.449/19-16	Serviço de uso coletivo	012.449/16	03/01/2020	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar medidas de controle de emissão de ruídos do estabelecimento
465	Associação Jesuítas de Educação e Assistência Social - Faculdade Jesuítas de Filosofia e Teologia (FAJE)	01-012.449/19-16	Serviço de uso coletivo	012.449/16	03/01/2020	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais - PGRESE em atendimento ao plano diretor da SA
465	Associação Jesuítas de Educação e Assistência Social - Faculdade Jesuítas de Filosofia e Teologia (FAJE)	01-012.449/19-16	Serviço de uso coletivo	012.449/16	03/01/2020	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar campanha educativa com o tema "Alcool e a Direção"
465	Associação Jesuítas de Educação e Assistência Social - Faculdade Jesuítas de Filosofia e Teologia (FAJE)	01-012.449/19-16	Serviço de uso coletivo	012.449/16	03/01/2020	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar controle de emissões para veículos a Diesel a serem utilizados na movimentação de terra
465	Associação Jesuítas de Educação e Assistência Social - Faculdade Jesuítas de Filosofia e Teologia (FAJE)	01-012.449/19-16	Serviço de uso coletivo	012.449/16	03/01/2020	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar Medidas de Controle para redução dos impactos relacionados à realização da obra
465	Associação Jesuítas de Educação e Assistência Social - Faculdade Jesuítas de Filosofia e Teologia (FAJE)	01-012.449/19-16	Serviço de uso coletivo	012.449/16	03/01/2020	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar Controle de Poluição Atmosférica
465	Associação Jesuítas de Educação e Assistência Social - Faculdade Jesuítas de Filosofia e Teologia (FAJE)	01-012.449/19-16	Serviço de uso coletivo	012.449/16	03/01/2020	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar Controle de Poluição Sonora
465	Associação Jesuítas de Educação e Assistência Social - Faculdade Jesuítas de Filosofia e Teologia (FAJE)	01-012.449/19-16	Serviço de uso coletivo	012.449/16	03/01/2020	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCCL)
465	Associação Jesuítas de Educação e Assistência Social - Faculdade Jesuítas de Filosofia e Teologia (FAJE)	01-012.449/19-16	Serviço de uso coletivo	012.449/16	03/01/2020	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Promover a interação visual entre a área reflorestada e o empreendimento nos espaços de uso coletivo, de modo a garantir a visibilidade e a contemplação da área verde
465	Associação Jesuítas de Educação e Assistência Social - Faculdade Jesuítas de Filosofia e Teologia (FAJE)	01-012.449/19-16	Serviço de uso coletivo	012.449/16	03/01/2020	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar solução arquitetônica nas fachadas cegas e estruturas aparentes de modo mínimo e impactante na paisagem urbana
465	Associação Jesuítas de Educação e Assistência Social - Faculdade Jesuítas de Filosofia e Teologia (FAJE)	01-012.449/19-16	Serviço de uso coletivo	012.449/16	03/01/2020	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar grid com elementos de permeabilidade visual em toda a extensão do alinhamento da rua Vereador Tarcenildo Guimarães e tratamento urbanístico nas calçadas linderas ao empreendimento, conforme normas vigentes
465	Associação Jesuítas de Educação e Assistência Social - Faculdade Jesuítas de Filosofia e Teologia (FAJE)	01-012.449/19-16	Serviço de uso coletivo	012.449/16	03/01/2020	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Manter, no mínimo, 30% da área do terreno em área permeável e reposita em terreno natural, de modo a abrigar as 919 árvores a serem plantadas, conforme acordo de compensação ambiental e implantação de jardins no afastamento frontal
465	Associação Jesuítas de Educação e Assistência Social - Faculdade Jesuítas de Filosofia e Teologia (FAJE)	01-012.449/19-16	Serviço de uso coletivo	012.449/16	03/01/2020	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar jardineiras sobre laje na área do estacionamento descoberto
465	Associação Jesuítas de Educação e Assistência Social - Faculdade Jesuítas de Filosofia e Teologia (FAJE)	01-012.449/19-16	Serviço de uso coletivo	012.449/16	03/01/2020	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Promover a reposição vegetal conforme Termo de Compromisso nº 007 do processo nº 01.073.151/17-16
465	Associação Jesuítas de Educação e Assistência Social - Faculdade Jesuítas de Filosofia e Teologia (FAJE)	01-012.449/19-16	Serviço de uso coletivo	012.449/16	03/01/2020	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar projeto paisagístico para as áreas permeáveis e ajardinadas do empreendimento, incluindo a arborização das calçadas
465	Associação Jesuítas de Educação e Assistência Social - Faculdade Jesuítas de Filosofia e Teologia (FAJE)	01-012.449/19-16	Serviço de uso coletivo	012.449/16	03/01/2020	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar projeto de reflorestamento e reabilitação ecológica da área permeável situada na porção posterior e lateral do empreendimento, para formação de uma estrutura florestal e melhoria das funções ecológicas nesta área que foi devastada
465	Associação Jesuítas de Educação e Assistência Social - Faculdade Jesuítas de Filosofia e Teologia (FAJE)	01-012.449/19-16	Serviço de uso coletivo	012.449/16	03/01/2020	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar sistemas de irrigação para as áreas ajardinadas e reflorestadas do empreendimento
465	Associação Jesuítas de Educação e Assistência Social - Faculdade Jesuítas de Filosofia e Teologia (FAJE)	01-012.449/19-16	Serviço de uso coletivo	012.449/16	03/01/2020	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Garantir a manutenção da área a ser reflorestada por um período mínimo de 4 anos
465	Associação Jesuítas de Educação e Assistência Social - Faculdade Jesuítas de Filosofia e Teologia (FAJE)	01-012.449/19-16	Serviço de uso coletivo	012.449/16	03/01/2020	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar o sistema de drenagem e aproveitamento de água pluvial, a ser desenvolvido a partir do conceito de restrição de lançamento
465	Associação Jesuítas de Educação e Assistência Social - Faculdade Jesuítas de Filosofia e Teologia (FAJE)	01-012.449/19-16	Serviço de uso coletivo	012.449/16	03/01/2020	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar equipamentos e sistemas com características de sustentabilidade
465	Associação Jesuítas de Educação e Assistência Social - Faculdade Jesuítas de Filosofia e Teologia (FAJE)	01-012.449/19-16	Serviço de uso coletivo	012.449/16	03/01/2020	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Caso sejam utilizadas fachadas em pele de vidro ou outra superfície reflexiva, implantar medidas mitigadoras dos impactos sobre a vizinhança
465	Associação Jesuítas de Educação e Assistência Social - Faculdade Jesuítas de Filosofia e Teologia (FAJE)	01-012.449/19-16	Serviço de uso coletivo	012.449/16	03/01/2020	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais - PGRESE, conforme aprovado
465	Associação Jesuítas de Educação e Assistência Social - Faculdade Jesuítas de Filosofia e Teologia (FAJE)	01-012.449/19-16	Serviço de uso coletivo	012.449/16	03/01/2020	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar área de estacionamento e acessos de veículos e pedestres de acordo com a legislação vigente e parâmetros da BHTRANS
465	Associação Jesuítas de Educação e Assistência Social - Faculdade Jesuítas de Filosofia e Teologia (FAJE)	01-012.449/19-16	Serviço de uso coletivo	012.449/16	03/01/2020	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar bicicletário e estrutura mínima para ciclistas composto por vestiários, escaninhos e estação de regem autônomo de bicicletas
465	Associação Jesuítas de Educação e Assistência Social - Faculdade Jesuítas de Filosofia e Teologia (FAJE)	01-012.449/19-16	Serviço de uso coletivo	012.449/16	03/01/2020	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar o acesso e a área de operação e manobras dos veículos de carga e descarga separadamente dos acessos e áreas de manobras dos veículos leves, motos, bicicletas e circulação de pedestres
465	Associação Jesuítas de Educação e Assistência Social - Faculdade Jesuítas de Filosofia e Teologia (FAJE)	01-012.449/19-16	Serviço de uso coletivo	012.449/16	03/01/2020	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar o acesso e a área de operação e manobras dos veículos de carga e descarga separadamente dos acessos e áreas de manobras dos veículos leves, motos, bicicletas e circulação de pedestres
465	Associação Jesuítas de Educação e Assistência Social - Faculdade Jesuítas de Filosofia e Teologia (FAJE)	01-012.449/19-16	Serviço de uso coletivo	012.449/16	03/01/2020	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar 10 vasos do tipo "Planter - Container" sem controle de cancela, para embarque e desembarque dos passageiros em táxi, aplicativos e outros internamente ao empreendimento no nível da calçada/acesso
465	Associação Jesuítas de Educação e Assistência Social - Faculdade Jesuítas de Filosofia e Teologia (FAJE)	01-012.449/19-16	Serviço de uso coletivo	012.449/16	03/01/2020	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar as saídas (portões) e rebaixamento de meio-fio para veículos dos veículos leves, motos, bicicletas, dos ônibus e dos caminhões de carga e descarga do empreendimento, por meio do lote 008
465	Associação Jesuítas de Educação e Assistência Social - Faculdade Jesuítas de Filosofia e Teologia (FAJE)	01-012.449/19-16	Serviço de uso coletivo	012.449/16	03/01/2020	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar e adequar as defletores no canteiro central ao longo da Avenida Barão Homem de Melo, conforme área definida pela BHTRANS
465	Associação Jesuítas de Educação e Assistência Social - Faculdade Jesuítas de Filosofia e Teologia (FAJE)	01-012.449/19-16	Serviço de uso coletivo	012.449/16	03/01/2020	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar adequações na geometria do canteiro central na faixa de acomodação para conversão à esquerda na Avenida Barão Homem de Melo, interseção com a Rua Professor Jorge Lage (em frente ao empreendimento)
465	Associação Jesuítas de Educação e Assistência Social - Faculdade Jesuítas de Filosofia e Teologia (FAJE)	01-012.449/19-16	Serviço de uso coletivo	012.449/16	03/01/2020	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar, adequar e revisar as sinalizações horizontal e vertical, incluindo todos os subsistemas, em toda a área de abrangência
465	Associação Jesuítas de Educação e Assistência Social - Faculdade Jesuítas de Filosofia e Teologia (FAJE)	01-012.449/19-16	Serviço de uso coletivo	012.449/16	03/01/2020	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Garantir que o embarque e desembarque dos passageiros em táxi, aplicativos e outros veículos pela Avenida Barão Homem de Melo seja realizado em área interna do empreendimento de forma a não comprometer a fluidez do sistema viário
465	Associação Jesuítas de Educação e Assistência Social - Faculdade Jesuítas de Filosofia e Teologia (FAJE)	01-012.449/19-16	Serviço de uso coletivo	012.449/16	03/01/2020	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Garantir que todas as operações e manobras dos caminhões de carga e descarga sejam realizadas em área interna do empreendimento



143686	Carrefour Comércio e Indústria LTDA - Cajinas	01-165.709/18-77	Acesso por via de menor permeabilidade de uso	165.709/18	17/07/2019	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na Circulação de pessoas e veículos	Adequar a vaga destinada a veículos de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e disponibilizar vagas a serem utilizadas exclusivamente por veículos que conduzam idosos ou que sejam dirigidos por estes
143686	Carrefour Comércio e Indústria LTDA - Cajinas	01-165.709/18-77	Acesso por via de menor permeabilidade de uso	165.709/18	17/07/2019	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na Circulação de pessoas e veículos	Deixar os menos de 4 (quatro) vagas para bicicletas por metro da implantação de paraciclos na parte coberta do afastamento frontal da Av. Pedro II.
143686	Carrefour Comércio e Indústria LTDA - Cajinas	01-165.709/18-77	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m2 ou com mais de 400 vagas	165.709/18	17/07/2019	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na Circulação de pessoas e veículos	Dispor de faixa de acumulação, interna ao empreendimento, para acesso a área de estacionamento do 1º pavimento.
143686	Carrefour Comércio e Indústria LTDA - Cajinas	01-165.709/18-77	Acesso por via de menor permeabilidade de uso	165.709/18	17/07/2019	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na Circulação de pessoas e veículos	Adequar urbanisticamente as calçadas e o afastamento frontal nos limites das lotações do empreendimento em conformidade com a legislação municipal.
143686	Carrefour Comércio e Indústria LTDA - Cajinas	01-165.709/18-77	Acesso por via de menor permeabilidade de uso	165.709/18	17/07/2019	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na Circulação de pessoas e veículos	Remover as vagas de veículos leves do afastamento frontal da Av. Dom Pedro II.
143686	Carrefour Comércio e Indústria LTDA - Cajinas	01-165.709/18-77	Acesso por via de menor permeabilidade de uso	165.709/18	17/07/2019	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na Circulação de pessoas e veículos	Remover as vagas de carga e descarga da calçada e afastamento frontal do empreendimento.
143686	Carrefour Comércio e Indústria LTDA - Cajinas	01-165.709/18-77	Acesso por via de menor permeabilidade de uso	165.709/18	17/07/2019	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na Circulação de pessoas e veículos	Garantir que todas as operações de carga e descarga sejam realizadas em área interna ao empreendimento.
143686	Carrefour Comércio e Indústria LTDA - Cajinas	01-165.709/18-77	Serviço de uso coletivo	165.709/18	17/07/2019	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na Circulação de pessoas e veículos	Adequar o acesso de veículos da Rua local, ajustando o rebatimento de meio-fio e calçada de acordo com o Código de Posturas.
143686	Carrefour Comércio e Indústria LTDA - Cajinas	01-165.709/18-77	Acesso por via de menor permeabilidade de uso	165.709/18	17/07/2019	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na Circulação de pessoas e veículos	Implantar Plano de Logística de Cargas, adequando e otimizando o uso dos espaços destinados às operações de carga e descarga e os recebimentos de mercadorias e saída de resíduos.
143686	Carrefour Comércio e Indústria LTDA - Cajinas	01-165.709/18-77	Acesso por via de menor permeabilidade de uso	165.709/18	17/07/2019	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na Circulação de pessoas e veículos	Implantar adequações na sinalização horizontal e vertical da Rua local, garantindo melhorias nas condições de acessibilidade, segurança de pedestres e na fluidez de veículos, sendo a área de carga e descarga transferida para o lado direito do sentido do fluxo da via.
143686	Carrefour Comércio e Indústria LTDA - Cajinas	01-165.709/18-77	Acesso por via de menor permeabilidade de uso	165.709/18	17/07/2019	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na Circulação de pessoas e veículos	Implantar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais (PGRESE).
433	RESTAURANTE WESTERN LTDA- ME	01-061.154/17-07	Casa de Show	061.154/17	15/07/2019	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na vizinhança e movimentação de pessoas e veículos	Implantar Canais de Comunicação do empreendimento.
433	RESTAURANTE WESTERN LTDA- ME	01-061.154/17-07	Casa de Show	061.154/17	15/07/2019	Poluição sonora	Impactos na vizinhança - ruído	Implantar Plano de Controle de Poluição Sonora.
433	RESTAURANTE WESTERN LTDA- ME	01-061.154/17-07	Casa de Show	061.154/17	15/07/2019	Tratamento de resíduos	Geração adicional de resíduos sólidos	Implantar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais - PGRESE.
436	Minas Tênis Clube I	01-080.188/17-46	Serviço de uso coletivo	080.188/17	15/07/2019	Tratamento de resíduos	Geração de Resíduos	Implantar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais (PGRESE) e de Resíduos de Saúde (PGRS).
436	Minas Tênis Clube I	01-080.188/17-46	Serviço de uso coletivo	080.188/17	15/07/2019	Tratamento de resíduos	Geração de Resíduos	Adequar locais de armazenamento e disposição de produtos químicos e combustíveis.
436	Minas Tênis Clube I	01-080.188/17-46	Serviço de uso coletivo	080.188/17	15/07/2019	Poluição sonora	Alterações ambientais na vizinhança	Implantar Plano de Controle de Poluição Sonora.
436	Minas Tênis Clube I	01-080.188/17-46	Serviço de uso coletivo	080.188/17	15/07/2019	Drenagem	Alterações ambientais na vizinhança	Adequar sistema de abastecimento de água para compatibilizar com o determinado no Código Sanitário Municipal (Lei 7.031/1999), art. 83) e determinações da Secretaria Municipal de Saúde - Vigilância Sanitária.
436	Minas Tênis Clube I	01-080.188/17-46	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m2 ou com mais de 400 vagas	080.188/17	15/07/2019	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Alterações ambientais na vizinhança	Apresentar certificado válido de direito de uso de águas públicas estaduais referentes aos poços artesianos do empreendimento.
436	Minas Tênis Clube I	01-080.188/17-46	Centro de convenções / Casa de festas / Serviço de uso coletivo / Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m2 ou com mais de 400 vagas	080.188/17	15/07/2019	Emissões atmosféricas	Alterações ambientais na vizinhança	Implantar sistema de controle de emissões atmosféricas.
436	Minas Tênis Clube I	01-080.188/17-46	Serviço de uso coletivo / Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m2 ou com mais de 400 vagas	080.188/17	15/07/2019	Drenagem	Drenagem	Implantar o sistema de drenagem a partir do conceito de restrição de lançamento.
436	Minas Tênis Clube I	01-080.188/17-46	Serviço de uso coletivo	080.188/17	15/07/2019	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Alterações na ambientação e paisagem urbana	Realizar plantio de elementos arbóreos e melhoria das áreas arborizadas das calçadas.
436	Minas Tênis Clube I	01-080.188/17-46	Serviço de uso coletivo	080.188/17	15/07/2019	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Dispor de vagas a serem utilizadas exclusivamente por veículos que conduzam idosos em quantidade equivalente a no mínimo 5% do total das vagas internas de estacionamento disponibilizadas para veículos leves.
436	Minas Tênis Clube I	01-080.188/17-46	Serviço de uso coletivo	080.188/17	15/07/2019	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implementar melhorias na sinalização vertical e horizontal das áreas de estacionamento internas, não apresentando inconvenientes às vias de idosos e de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.
436	Minas Tênis Clube I	01-080.188/17-46	Casa de festas	080.188/17	15/07/2019	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar medidas mitigadoras para os impactos sobre a circulação viária e mobilidade urbana na Rua Espírito Santo, identificadas no trecho entre a Rua Antônio Aleixo e a Rua Antônio de Albuquerque.
436	Minas Tênis Clube I	01-080.188/17-46	Serviço de uso coletivo	080.188/17	15/07/2019	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Realizar a rampa para pedestres situada imediatamente sobre o afastamento frontal da Rua Espírito Santo, junto ao acesso ao estacionamento.
436	Minas Tênis Clube I	01-080.188/17-46	Serviço de uso coletivo	080.188/17	15/07/2019	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar Plano de Logística do empreendimento.
436	Minas Tênis Clube I	01-080.188/17-46	Serviço de uso coletivo	080.188/17	15/07/2019	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar Plano de Comunicação do empreendimento.
436	Minas Tênis Clube I	01-080.188/17-46	Serviço de uso coletivo	080.188/17	15/07/2019	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Impactos na vizinhança	Implantar no empreendimento equipamentos e sistemas com características de sustentabilidade.
431	Mercado Realizações de Festas e Eventos	01-080.767/17-43	Casa de festas	080.767/17	11/07/2019	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar Canais de Comunicação do empreendimento.
431	Mercado Realizações de Festas e Eventos	01-080.767/17-43	Casa de festas	080.767/17	11/07/2019	Poluição sonora	Impactos na vizinhança	Implantar Plano de Controle de Poluição Sonora.
431	Mercado Realizações de Festas e Eventos	01-080.767/17-43	Casa de festas	080.767/17	11/07/2019	Tratamento de resíduos	Geração adicional de resíduos sólidos	Implantar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais (PGRESE).
431	Mercado Realizações de Festas e Eventos	01-080.767/17-43	Casa de festas	080.767/17	11/07/2019	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de Pessoas e veículos	Implantar Campanha educativa "Alcool é Droga".
431	Mercado Realizações de Festas e Eventos	01-080.767/17-43	Casa de festas	080.767/17	11/07/2019	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de Pessoas e veículos	Adotar medidas operacionais para garantir que as operações de carga e descarga do empreendimento sejam realizadas internas à edificação do Mercado Novo.
446	RTMS Casa Noturna (DDUCK)	01-107.411/17-07	Casa de Show	107.411/17	11/07/2019	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar Canais de Comunicação do Empreendimento.
446	RTMS Casa Noturna (DDUCK)	01-107.411/17-07	Casa de Show	107.411/17	11/07/2019	Poluição sonora	Impactos na vizinhança	Implantar Plano de Controle de Ruído para o Empreendimento.
446	RTMS Casa Noturna (DDUCK)	01-107.411/17-07	Edificação com área de estacionamento maior que 10.000 m2 ou com mais de 400 vagas / Edificação com mais de 20.000m2 de área total edificada	107.411/17	11/07/2019	Tratamento de resíduos	Geração adicional de Resíduos Sólidos	Implantar PGRESE do empreendimento.
446	RTMS Casa Noturna (DDUCK)	01-107.411/17-07	Casa de Show	107.411/17	11/07/2019	Mobilidade e acessibilidade	Impactos no Transporte e Trânsito	Implantar Campanha educativa "Alcool é Droga".
446	RTMS Casa Noturna (DDUCK)	01-107.411/17-07	Serviço de uso coletivo	107.411/17	11/07/2019	Mobilidade e acessibilidade	Mobilidade e Acessibilidade	Adequar a edificação às normas de acessibilidade internas, com foco no conceito de desenho universal.
417	Mackenzie Esporte Clube	01-170.804/16-85	Serviço de uso coletivo	170.804/16	09/07/2019	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar Plano de Comunicação do empreendimento.
417	Mackenzie Esporte Clube	01-170.804/16-85	Serviço de uso coletivo	170.804/16	09/07/2019	Poluição sonora	Impactos na vizinhança	Implantar Plano de Controle do Ruído do empreendimento.
417	Mackenzie Esporte Clube	01-170.804/16-85	Serviço de uso coletivo	170.804/16	09/07/2019	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na circulação de pessoas e veículos	Operar atividades de carga e descarga do clube no intervalo de 9:30 hs às 16:30 hs, sendo permitida operação até às 21:30 hs em dias de eventos.
417	Mackenzie Esporte Clube	01-170.804/16-85	Serviço de uso coletivo	170.804/16	09/07/2019	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na circulação de pessoas e veículos	Adequar a sinalização horizontal e vertical das esquinas vias e suas interseções: Rua Congonhas entre a Rua Santo Antônio do Monte e Rua Vigna, Rua Sagrana e Rua Benedita de Carvalho entre Rua Sagrana e Rua Ovídio de Andrade.
417	Mackenzie Esporte Clube	01-170.804/16-85	Serviço de uso coletivo	170.804/16	09/07/2019	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na circulação de pessoas e veículos	Implantar rebatimentos de meio-fio nas esquinas e junto às travessias de pedestres de acordo nas esquinas vias e suas interseções: Rua Congonhas entre a Rua Santo Antônio do Monte e Rua Vigna, Rua Sagrana e Rua Benedita de Carvalho entre Rua Sagrana e Rua Ovídio de Andrade.
417	Mackenzie Esporte Clube	01-170.804/16-85	Edificação residencial com mais de 300 unidades habitacionais	170.804/16	09/07/2019	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na circulação de pessoas e veículos	Adequar o acesso de veículos (retiro de meio-fio) do empreendimento na Rua Benedita de Carvalho de acordo com os parâmetros da legislação vigente.
417	Mackenzie Esporte Clube	01-170.804/16-85	Serviço de uso coletivo	170.804/16	09/07/2019	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na circulação de pessoas e veículos	Implantar adequação geométrica nas cotas e cotas de acostamento de calçada na interseção da Rua Sagrana com Rua Benedita de Carvalho com objetivo de diminuir a distância de travessia de pedestres e nibri o estacionamento ilegal junto à esquerda.
417	Mackenzie Esporte Clube	01-170.804/16-85	Serviço de uso coletivo	170.804/16	09/07/2019	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na circulação de pessoas e veículos	Implantar área de embarque e o desembarque na via pública próxima aos acessos da Rua Benedita de Carvalho de acordo com a Rua Congonhas.
417	Mackenzie Esporte Clube	01-170.804/16-85	Serviço de uso coletivo	170.804/16	09/07/2019	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na circulação de pessoas e veículos	Implantar áreas de estacionamento de veículos na via pública reservadas para veículos credenciados que transportem ou que sejam conduzidos por pessoas idosas e para pessoas com deficiência, próximas ao acesso da Rua Congonhas.
417	Mackenzie Esporte Clube	01-170.804/16-85	Serviço de uso coletivo	170.804/16	09/07/2019	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na circulação de pessoas e veículos	Implantar bicicletário interno ao empreendimento para no mínimo 20 (vinte) bicicletas.
417	Mackenzie Esporte Clube	01-170.804/16-85	Serviço de uso coletivo	170.804/16	09/07/2019	Drenagem	Impactos na Drenagem Pluvial	Implantar caixa de retenção de águas pluviais conforme supervisão da SUDECAP/SINODI.
417	Mackenzie Esporte Clube	01-170.804/16-85	Serviço de uso coletivo	170.804/16	09/07/2019	Tratamento de resíduos	Geração adicional de resíduos sólidos	Implantar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais (PGRESE).
185125	Fundação Dom Bosco	01-034.315/19-33	Escolas infantis, estabelecimentos de ensino fundamental e médio, indutor a vias arteriais	034.315/19	09/07/2019	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Realizar adequação das calçadas internas ao empreendimento, dos acessos de veículos leves e de carga conforme a legislação municipal e normas técnicas vigentes, bem como na "Pegada para adoção de passagens - Área Central de Baixo Horizonte".
185125	Fundação Dom Bosco	01-034.315/19-33	Escolas infantis, estabelecimentos de ensino fundamental e médio, indutor a vias arteriais	034.315/19	09/07/2019	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na Vizinhança e no funcionamento	Manter afetos os Canais de Comunicação do empreendimento.
227568	Solfes Comércio, Importação e Exportação de Coberturas Elitelli - ME	01-052.638/19-54	Ampliação na alteração do direito de permanência de uso	052.638/19	09/07/2019	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Manter as operações de carga e descarga internas ao empreendimento.
227568	Solfes Comércio, Importação e Exportação de Coberturas Elitelli - ME	01-052.638/19-54	Ampliação na alteração do direito de permanência de uso	052.638/19	09/07/2019	Tratamento de resíduos	Geração adicional de resíduos sólidos	Fazer a gestão de resíduos sólidos especiais dentro das normas técnicas vigentes.
320544	Ausp Gás LTDA	01-048.708/19-24	Casa de Show	048.708/19	09/07/2019	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	O acesso da Rua Vicente Paula Lara deve ser utilizado apenas para veículos leves.
320544	Ausp Gás LTDA	01-048.708/19-24	Acesso por via de menor permeabilidade de uso	048.708/19	09/07/2019	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Manter as operações de carga e descarga internas ao empreendimento.
322711	Pil Stop RS Embraseang LTDA	01-049.528/19-88	Acesso por via de menor permeabilidade de uso	049.528/19	09/07/2019	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Manter as operações de carga e descarga internas ao empreendimento.
307	Instituto Cultural Newbon Paiva Ferreira LTDA	01-046.388/15-80	Serviço de uso coletivo	046.388/15	29/05/2019	Supressão de vegetação	Intervenções no terreno - Supressão da vegetação	Garantir a manutenção da lava mínima de área permeável vegetada e em terreno natural em 39% (trinta e nove por cento) da área do terreno, conforme projeto aprovado na PRR.
307	Instituto Cultural Newbon Paiva Ferreira LTDA	01-046.388/15-80	Serviço de uso coletivo / Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m2 ou com mais de 400 vagas	046.388/15	29/05/2019	Supressão de vegetação	Intervenções no terreno - Supressão da vegetação	Garantir que as vias internas e áreas de estacionamento dotadas de pavimentação do tipo paralelepípedo (que permite infiltração de água pluvial) não sejam impermeabilizadas.
307	Instituto Cultural Newbon Paiva Ferreira LTDA	01-046.388/15-80	Serviço de uso coletivo / Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m2 ou com mais de 400 vagas	046.388/15	29/05/2019	Proteção ao patrimônio cultural e/ou ambiental	Intervenções no terreno - APP	Assegurar que, durante todo o período em que as atividades forem desenvolvidas no terreno, o uso do mesmo não acarretará em depredação de APP's existentes no terreno do empreendimento e no terreno indiviso (linda de uso da instituição).
307	Instituto Cultural Newbon Paiva Ferreira LTDA	01-046.388/15-80	Serviço de uso coletivo	046.388/15	29/05/2019	Proteção ao patrimônio cultural e/ou ambiental	Intervenções no terreno - APP	Adotar medidas para evitar impactos ambientais diretos à APP, durante obras e operação do empreendimento.
307	Instituto Cultural Newbon Paiva Ferreira LTDA	01-046.388/15-80	Serviço de uso coletivo	046.388/15	29/05/2019	Qualificação dos espaços e serviços públicos	Intervenções no terreno - APP	Promover a manutenção do terreno indiviso (linda de uso da instituição, garantindo a preservação da APP e a conservação do mobiliário existente (iluminação, arfiteiro, bancos, grada, passarelas etc.).
307	Instituto Cultural Newbon Paiva Ferreira LTDA	01-046.388/15-80	Edificação com área de estacionamento maior que 10.000 m2 ou com mais de 400 vagas / Edificação com mais de 20.000m2 de área total edificada	046.388/15	29/05/2019	Drenagem	Drenagem urbana	Implantar projeto de drenagem prevendo métodos/positivos de drenagem que não causem impactos ambientais diretos à APP.
307	Instituto Cultural Newbon Paiva Ferreira LTDA	01-046.388/15-80	Serviço de uso coletivo	046.388/15	29/05/2019	Drenagem	Drenagem urbana	Implantar sistema de captação, infiltração e aproveitamento de água pluvial.
307	Instituto Cultural Newbon Paiva Ferreira LTDA	01-046.388/15-80	Serviço de uso coletivo	046.388/15	29/05/2019	Mobilidade e acessibilidade	Circulação viária / atração de veículos	Criar faixa de acumulação de veículos leves, para no mínimo 2 veículos, interna ao empreendimento no acesso de veículos existente na Rua Paula Prestes Campos.
307	Instituto Cultural Newbon Paiva Ferreira LTDA	01-046.388/15-80	Serviço de uso coletivo	046.388/15	29/05/2019	Mobilidade e acessibilidade	Circulação viária / atração de veículos	Implantar bicicletário com suportes para fixação de, no mínimo, 20 bicicletas em área interna do empreendimento.

307	Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira LTDA	01.046.388/15-80	Serviço de uso coletivo	046.388/15	29/05/2019	Mobilidade e acessibilidade	Circulação viária / atração de veículos	Implantar alterações na circulação viária, conforme definido por estudo de viabilidade a ser desenvolvido, nas ruas: Georgia, Austria e Paulo Dini, Caramelo.
307	Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira LTDA	01.046.388/15-80	Serviço de uso coletivo	046.388/15	29/05/2019	Mobilidade e acessibilidade	Demanda por área de estacionamento	Prover, no mínimo, 3 vagas de carga e descarga internas no empreendimento.
307	Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira LTDA	01.046.388/15-80	Serviço de uso coletivo	046.388/15	29/05/2019	Mobilidade e acessibilidade	Demanda por área de estacionamento	Implantar Programa de Gestão da Mobilidade Local.
307	Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira LTDA	01.046.388/15-80	Serviço de uso coletivo	046.388/15	29/05/2019	Mobilidade e acessibilidade	Demanda por área de estacionamento	Adotar, no mínimo, 2 vagas de veículos leves para PARR, totalizando um mínimo de 10 vagas reservadas a esta finalidade.
307	Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira LTDA	01.046.388/15-80	Serviço de uso coletivo	046.388/15	29/05/2019	Mobilidade e acessibilidade	Demanda por área de estacionamento	Atender a demanda de embarque e desembarque e estacionamento das vans de transporte universitário no interior da instituição.
307	Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira LTDA	01.046.388/15-80	Serviço de uso coletivo	046.388/15	29/05/2019	Mobilidade e acessibilidade	Atração / circulação de pedestres	Promover a melhoria da travessia de pedestres existente na Rua Paulo Piedadé Campos e implantar travessias para pedestres nas ruas do entorno do empreendimento, conforme projeto a ser desenvolvido, nas ruas José Claudio Rezende, Professor Jorge Lage, Engenheiro Godofredo das Santos e Paulo Piedadé Campos.
307	Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira LTDA	01.046.388/15-80	Serviço de uso coletivo	046.388/15	29/05/2019	Mobilidade e acessibilidade	Atração / circulação de pessoas	Implantar ou substituir até 4 abrigos em Pontos de Embarque e Desembarque (PED) nas proximidades da instituição de ensino.
307	Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira LTDA	01.046.388/15-80	Serviço de uso coletivo	046.388/15	29/05/2019	Mobilidade e acessibilidade	Atração / circulação de pessoas	Implantar guarda corpo na calçada da Rua Paulo Piedadé Campos, onde há deslize entre a calçada e o passeio.
307	Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira LTDA	01.046.388/15-80	Serviço de uso coletivo	046.388/15	29/05/2019	Mobilidade e acessibilidade	Atração / circulação de pessoas	Revitalizar a Travessa Um Mil e Cento e Trinta e Oito, de modo a garantir maior segurança e conforto aos pedestres, garantindo sua manutenção durante o funcionamento da atividade.
307	Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira LTDA	01.046.388/15-80	Serviço de uso coletivo	046.388/15	29/05/2019	Mobilidade e acessibilidade	Qualificação dos espaços e serviços públicos	Requalificar o espaço em frente à quarta da Av. Professor Mário Werneck, incluindo a calçada, de modo a impedir o estacionamento de veículos no local.
307	Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira LTDA	01.046.388/15-80	Serviço de uso coletivo	046.388/15	29/05/2019	Mobilidade e acessibilidade	Proteção ao patrimônio cultural e/ou ambiental	Implantar dispositivos de prevenção e combate a incêndio, na área linder a APP.
307	Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira LTDA	01.046.388/15-80	Serviço de uso coletivo	046.388/15	29/05/2019	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar o Plano de Comunicação do empreendimento.
307	Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira LTDA	01.046.388/15-80	Serviço de uso coletivo	046.388/15	29/05/2019	Relacionamento com a vizinhança	Geração adicional de resíduos sólidos	Implantar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais do empreendimento.
451	Epa Plus - São Pedro	01.125.099/17-51	Acesso por via de menor permissividade de uso	125.099/17	25/04/2019	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar Canal de Comunicação do empreendimento.
451	Epa Plus - São Pedro	01.125.099/17-51	Serviço de uso coletivo	125.099/17	25/04/2019	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na Circulação de pessoas e veículos	Implantar Plano de Logística de Carga e Descarga do empreendimento.
451	Epa Plus - São Pedro	01.125.099/17-51	Serviço de uso coletivo	125.099/17	25/04/2019	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na Circulação de pessoas e veículos	Adotar adequações nos acessos e área de estacionamento de veículos leves do empreendimento.
451	Epa Plus - São Pedro	01.125.099/17-51	Acesso por via de menor permissividade de uso	125.099/17	25/04/2019	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na Circulação de pessoas e veículos	Implantar ao menos quatro (04) paraciclos, com capacidade para no mínimo (08) bicicletas em área coberta para pedestres e estacionamento.
451	Epa Plus - São Pedro	01.125.099/17-51	Acesso por via de menor permissividade de uso	125.099/17	25/04/2019	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na Circulação de pessoas e veículos	Implantar e informar a sinalização horizontal e vertical do entorno do empreendimento.
451	Epa Plus - São Pedro	01.125.099/17-51	Acesso por via de menor permissividade de uso	125.099/17	25/04/2019	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na Circulação de pessoas e veículos	Promover adequações de geometria e acessibilidade nas calçadas/passeios e nos rotões de calçada para pedestres e veículos do entorno do empreendimento.
451	Epa Plus - São Pedro	01.125.099/17-51	Acesso por via de menor permissividade de uso	125.099/17	25/04/2019	Relacionamento com a vizinhança	Geração adicional de resíduos sólidos	Implantar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais (PGRSE).
314547	Gardino Recepções Ltda	01.008.375/19-28	Casa de festas	008.375/19	25/04/2019	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança e no funcionamento	Manter Canais de Comunicação do empreendimento.
314547	Gardino Recepções Ltda	01.008.375/19-28	Casa de festas	008.375/19	25/04/2019	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança - ruído	Implantar Plano de Controle de Poluição Sonora.
314547	Gardino Recepções Ltda	01.008.375/19-28	Casa de festas	008.375/19	25/04/2019	Relacionamento com a vizinhança	Geração adicional de resíduos sólidos	Fazer a gestão de resíduos sólidos especiais dentro das normas técnicas e legais.
314547	Gardino Recepções Ltda	01.008.375/19-28	Serviço de uso coletivo	008.375/19	25/04/2019	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Regularizar a calçada no trecho que compreende o acesso de saída dos veículos do empreendimento, contemplando o restabelecimento do meio-fio e a reconstrução da calçada.
314547	Gardino Recepções Ltda	01.008.375/19-28	Casa de festas	008.375/19	25/04/2019	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Manter as operações de embarque e desembarque e de carga e descarga, internas ao empreendimento.
309359	QV espaço Multisolo Ltda- ME- Nome fantasia: Inovare Centro de Eventos	01.068.518/18-60	Casa de festas	068.518/18	16/04/2019	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança e no funcionamento	Implantar Canais de Comunicação do empreendimento.
309359	QV espaço Multisolo Ltda- ME- Nome fantasia: Inovare Centro de Eventos	01.068.518/18-60	Casa de festas	068.518/18	16/04/2019	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança - ruído	Implantar Plano de Controle de Poluição Sonora.
309359	QV espaço Multisolo Ltda- ME- Nome fantasia: Inovare Centro de Eventos	01.068.518/18-60	Casa de festas	068.518/18	16/04/2019	Relacionamento com a vizinhança	Geração de resíduos sólidos	Fazer a gestão de resíduos sólidos especiais dentro das normas técnicas e legais.
309359	QV espaço Multisolo Ltda- ME- Nome fantasia: Inovare Centro de Eventos	01.068.518/18-60	Casa de festas	068.518/18	16/04/2019	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de veículos e pessoas	Promover o tratamento urbanístico da calçada e do afastamento frontal nas limites das faixas de estacionamento, contemplando a elevação de rebaixamento para acesso de veículos e elemento físico tipo (arborização com altura de 10 cm), junto ao alinhamento.
328325	Celebrante Espaço de Festas eventi	01.021.236/19-26	Casa de festas	021.236/19	04/04/2019	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança - ruído	Implantar Plano de Controle de Poluição Sonora.
328325	Celebrante Espaço de Festas eventi	01.021.236/19-26	Casa de festas	021.236/19	04/04/2019	Relacionamento com a vizinhança	Geração adicional de resíduos sólidos	Fazer a gestão de resíduos sólidos especiais dentro das normas técnicas e legais.
328325	Celebrante Espaço de Festas eventi	01.021.236/19-26	Casa de festas	021.236/19	04/04/2019	Mobilidade e acessibilidade	Passeio	Adequar o passeio de acordo com o padrão de passeios municipal.
328325	Celebrante Espaço de Festas eventi	01.021.236/19-26	Serviço de uso coletivo	021.236/19	04/04/2019	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na vizinhança e movimentação de pessoas e veículos	Implantar Canais de Comunicação do empreendimento.
329020	José e Maria Espaço de Eventos - ESPAÇO AGNIUS	01.018.089/19-25	Casa de festas	018.089/19	04/04/2019	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na vizinhança - ruído	Implantar Plano de Controle de Poluição Sonora.
329020	José e Maria Espaço de Eventos - ESPAÇO AGNIUS	01.018.089/19-25	Casa de festas	018.089/19	04/04/2019	Relacionamento com a vizinhança	Geração adicional de resíduos sólidos	Fazer a gestão de resíduos sólidos especiais dentro das normas técnicas e legais.
329020	José e Maria Espaço de Eventos - ESPAÇO AGNIUS	01.018.089/19-25	Casa de festas	018.089/19	04/04/2019	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar vaga de estacionamento destinada exclusivamente a veículos que transportam pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, em frente ao empreendimento, contemplando sinalização horizontal e vertical de regulamentação, rebaixamento de meio-fio e rampamento para acesso das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.
329020	José e Maria Espaço de Eventos - ESPAÇO AGNIUS	01.018.089/19-25	Casa de festas	018.089/19	04/04/2019	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar Projeto de Paisagem de acordo com especificações da PBH.
387	IBS Business School de Minas Gerais Ltda	01.175.563/12-64	Edificação residencial com mais de 300 unidades habitacionais	175.563/12	28/03/2019	Relacionamento com a vizinhança	Geração adicional de Resíduos Sólidos	Implantar PGRSE do empreendimento.
387	IBS Business School de Minas Gerais Ltda	01.175.563/12-64	Serviço de uso coletivo	175.563/12	28/03/2019	Mobilidade e acessibilidade	Impactos no Transporte e Trânsito	Implantar o "Programa de Gestão da Mobilidade Local".
387	IBS Business School de Minas Gerais Ltda	01.175.563/12-64	Serviço de uso coletivo	175.563/12	28/03/2019	Mobilidade e acessibilidade	Impactos no Transporte e Trânsito	Implantar bicicletário e a demarcar vagas de estacionamento para idosos e portadores de mobilidade reduzida no empreendimento.
422	Associação P7 Criativo	01.020.001/17-55	Serviço de uso coletivo	020.001/17	28/03/2019	Relacionamento com a vizinhança	Geração adicional de resíduos sólidos	Implantar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais (PGRSE).
422	Associação P7 Criativo	01.020.001/17-55	Serviço de uso coletivo	020.001/17	28/03/2019	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar bicicletário interno ao empreendimento.
422	Associação P7 Criativo	01.020.001/17-55	Serviço de uso coletivo	020.001/17	28/03/2019	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Instalar bolreira sonora na interseção da Rua Rio de Janeiro com a Rua Tupacambá, a fim de orientar o atravessamento das pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida, conforme padrão especificado pela BHTTRANS.
422	Associação P7 Criativo	01.020.001/17-55	Serviço de uso coletivo	020.001/17	28/03/2019	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar travessia elevada para pedestres na interseção da Rua Rio de Janeiro com a Rua Tupacambá.
422	Associação P7 Criativo	01.020.001/17-55	Serviço de uso coletivo	020.001/17	28/03/2019	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança e no funcionamento	Implantar Plano de Comunicação do empreendimento.
422	Associação P7 Criativo	01.020.001/17-55	Serviço de uso coletivo	020.001/17	28/03/2019	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Impactos na vizinhança e no funcionamento	Adotar equipamentos e sistemas com características de sustentabilidade, como dispositivos economizadores de água e energia elétrica e reaproveitamento de águas pluviais.
464	PRIMO IMMO BRASIL EMP. E PART. - INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA DE IDOSOS	01.096.991/18-47	Serviço de uso coletivo	096.991/18	19/03/2019	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar Canal de Comunicação do empreendimento.
464	PRIMO IMMO BRASIL EMP. E PART. - INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA DE IDOSOS	01.096.991/18-47	Serviço de uso coletivo	096.991/18	19/03/2019	Relacionamento com a vizinhança	Intervenções no terreno	Adotar medidas para redução dos impactos relacionados à realização da obra.
464	PRIMO IMMO BRASIL EMP. E PART. - INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA DE IDOSOS	01.096.991/18-47	Escolas infantis, estabelecimentos de ensino fundamental e médio - indícios a vias arteriais	096.991/18	19/03/2019	Desenvolvimento	Intervenções no terreno	Implantar Projeto de Drenagem de acordo com especificações da PBH.
464	PRIMO IMMO BRASIL EMP. E PART. - INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA DE IDOSOS	01.096.991/18-47	Serviço de uso coletivo	096.991/18	19/03/2019	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Impactos ambientais, na ambientação e paisagem urbana	Implantar dispositivos de sustentabilidade.
464	PRIMO IMMO BRASIL EMP. E PART. - INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA DE IDOSOS	01.096.991/18-47	Serviço de uso coletivo	096.991/18	19/03/2019	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Impactos ambientais, na ambientação e paisagem urbana	Implantar o fechamento das divisas do empreendimento com elementos construtivos que garantam permeabilidade visual.
464	PRIMO IMMO BRASIL EMP. E PART. - INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA DE IDOSOS	01.096.991/18-47	Serviço de uso coletivo	096.991/18	19/03/2019	Relacionamento com a vizinhança	Resíduos	Implantar o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS).
464	PRIMO IMMO BRASIL EMP. E PART. - INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA DE IDOSOS	01.096.991/18-47	Acesso por via de menor permissividade de uso	096.991/18	19/03/2019	Relacionamento com a vizinhança	Resíduos	Estabelecer o padrão mínimo de funcionamento das Instituições de Longa Permanência para Idosos no âmbito do município de Belo Horizonte de acordo com a Portaria SMSA/SUS-BH nº 001200/15.
464	PRIMO IMMO BRASIL EMP. E PART. - INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA DE IDOSOS	01.096.991/18-47	Centro de convenções / Casa de festas / Serviço de uso coletivo / Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	096.991/18	19/03/2019	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Adotar medidas que garantam a acessibilidade interna do empreendimento de acordo com o conceito de desenho universal.
464	PRIMO IMMO BRASIL EMP. E PART. - INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA DE IDOSOS	01.096.991/18-47	Serviço de uso coletivo	096.991/18	19/03/2019	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar bicicletário com capacidade total para 20 bicicletas.
464	PRIMO IMMO BRASIL EMP. E PART. - INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA DE IDOSOS	01.096.991/18-47	Serviço de uso coletivo	096.991/18	19/03/2019	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Internalizar as operações de carga e descarga.
464	PRIMO IMMO BRASIL EMP. E PART. - INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA DE IDOSOS	01.096.991/18-47	Serviço de uso coletivo	096.991/18	19/03/2019	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar área de embarque e desembarque interna com capacidade para um veículo leve e uma ambulância.
464	PRIMO IMMO BRASIL EMP. E PART. - INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA DE IDOSOS	01.096.991/18-47	Serviço de uso coletivo	096.991/18	19/03/2019	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar tratamento das calçadas linderas e dos acessos de veículos, faixa de acumulação, vagas de estacionamento de veículos leves, carga e descarga, motocicletas e bicicletário de acordo com a legislação municipal vigente e com os parâmetros da BHTTRANS.
464	PRIMO IMMO BRASIL EMP. E PART. - INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA DE IDOSOS	01.096.991/18-47	Serviço de uso coletivo	096.991/18	19/03/2019	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar sinalização horizontal e vertical para a segregação das áreas de abrangência: Alameda Ipb Branco entre Av. Presidente Antônio Carlos e a Alameda das Pinóias e Alameda das Lágrimas, entre a Av. Coronel José Dias Bicalho e a Av. Santa Rosa, incluindo as interseções.
464	PRIMO IMMO BRASIL EMP. E PART. - INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA DE IDOSOS	01.096.991/18-47	Serviço de uso coletivo	096.991/18	19/03/2019	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar novos rebaixamentos de calçadas para pedestres e adequações nos rebaixamentos existentes nas seguintes interseções: Alameda Ipb Branco com a Av. Presidente Antônio Carlos, Alameda Ipb Branco com a Alameda das Lágrimas.
464	PRIMO IMMO BRASIL EMP. E PART. - INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA DE IDOSOS	01.096.991/18-47	Serviço de uso coletivo	096.991/18	19/03/2019	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar dois abrigos para passageiros, junto a Pontos de Embarque e Desembarque - PED de transporte coletivo por ônibus, conforme padrões e locais a serem definidos pela BHTTRANS.
71088	Vaz & Vaz Metalúrgica Ltda	01.007.515/19-50	Ampliação no alvarão do direito de permanência de uso	007.515/19	26/02/2019	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança e no funcionamento	Implantar Canais de Comunicação do empreendimento.
71088	Vaz & Vaz Metalúrgica Ltda	01.007.515/19-50	Ampliação no alvarão do direito de permanência de uso	007.515/19	26/02/2019	Relacionamento com a vizinhança	Geração adicional de resíduos sólidos	Fazer a gestão de resíduos sólidos especiais dentro das normas técnicas e legais.
356	COMPLEXO LOGÍSTICO VALLOUREC (COMPLEXO LOGÍSTICO LE)	01-178.560/15-25	Escolas infantis, estabelecimentos de ensino fundamental e médio - indícios a vias arteriais	178.560-15	21/02/2019	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Desenvolvimento	Implantar Projeto de Retenção e Aproveitamento de Água Pluvial.
356	COMPLEXO LOGÍSTICO VALLOUREC (COMPLEXO LOGÍSTICO LE)	01-178.560/15-25	Edificação residencial com mais de 300 unidades habitacionais	178.560-15	21/02/2019	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Alterações na ambientação e paisagem urbana	Implantar Projeto Paisagístico.
356	COMPLEXO LOGÍSTICO VALLOUREC (COMPLEXO LOGÍSTICO LE)	01-178.560/15-25	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	178.560-15	21/02/2019	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Alterações na ambientação e paisagem urbana	Implantar Projeto de Requalificação Urbana das Calçadas no entorno do empreendimento.
356	COMPLEXO LOGÍSTICO VALLOUREC (COMPLEXO LOGÍSTICO LE)	01-178.560/15-25	Serviço de uso coletivo	178.560-15	21/02/2019	Qualificação dos espaços e serviços públicos	Alterações na ambientação e paisagem urbana	Implantar projeto de utilização pública da Reserva Particular Ecológica, prevenindo novos acessos pelas vias limitôtes à reserva, equipamentos de recreação e infraestrutura paisagística.
356	COMPLEXO LOGÍSTICO VALLOUREC (COMPLEXO LOGÍSTICO LE)	01-178.560/15-25	Serviço de uso coletivo	178.560-15	21/02/2019	Supressão de vegetação	Supressão de vegetação	Elaborar compensação conforme disposto no art. 7º da Deliberação Normativa CONAM 67/2010.
356	COMPLEXO LOGÍSTICO VALLOUREC (COMPLEXO LOGÍSTICO LE)	01-178.560/15-25	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	178.560-15	21/02/2019	Supressão de vegetação	Supressão de vegetação	Censar as áreas de preservação permanente (APP) e as áreas remanescentes, de forma a proteger a vegetação existente, mantendo o caráter de obras, materiais e resíduos da construção civil fora destas áreas.

356	COMPLEXO LOGÍSTICO VALLOUREC (COMPLEXO LOGÍSTICO LE)	01-178.560/15.25	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	178.560-15	21/02/2019	Tratamento de resíduos	Geração de resíduos sólidos	Implantar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais (PGRSE)
356	COMPLEXO LOGÍSTICO VALLOUREC (COMPLEXO LOGÍSTICO LE)	01-178.560/15.25	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	178.560-15	21/02/2019	Tratamento de resíduos	Geração de resíduos sólidos	Implantar Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil
356	COMPLEXO LOGÍSTICO VALLOUREC (COMPLEXO LOGÍSTICO LE)	01-178.560/15.25	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	178.560-15	21/02/2019	Mobilidade e acessibilidade	Infraestrutura urbana	Adotar para o empreendimento equipamentos e sistemas com características de sustentabilidade, como dispositivos economizadores de água e sistema de climatização energética
356	COMPLEXO LOGÍSTICO VALLOUREC (COMPLEXO LOGÍSTICO LE)	01-178.560/15.25	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	178.560-15	21/02/2019	Poluição sonora	Poluição sonora	Implantar solução de proteção acústica no empreendimento
356	COMPLEXO LOGÍSTICO VALLOUREC (COMPLEXO LOGÍSTICO LE)	01-178.560/15.25	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	178.560-15	21/02/2019	Relacionamento com a vizinhança	Impactos socioeconômicos da vizinhança	Implantar Plano de Comunicação do empreendimento
356	COMPLEXO LOGÍSTICO VALLOUREC (COMPLEXO LOGÍSTICO LE)	01-178.560/15.25	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	178.560-15	21/02/2019	Incentivos sociais	Impactos socioeconômicos da vizinhança	Implantar programa de contratação de mão de obra e serviços junto à população residente na vizinhança afetada pelo empreendimento
356	COMPLEXO LOGÍSTICO VALLOUREC (COMPLEXO LOGÍSTICO LE)	01-178.560/15.25	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	178.560-15	21/02/2019	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Garantir que o acesso às lojas do Power Center ocorra a partir das avenidas Waldi Sporn Enrich e Desobado Álvaro Antônio, de modo a criar uma rota de atravessamento de pedestres na Quadra 126
356	COMPLEXO LOGÍSTICO VALLOUREC (COMPLEXO LOGÍSTICO LE)	01-178.560/15.25	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	178.560-15	21/02/2019	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar os acessos de veículos e de pedestres, a faixa de acumulação, as vagas de estacionamento para veículos leves, motocicletas, bicicletas e carga e descarga, em conformidade com as diretrizes da PBH
356	COMPLEXO LOGÍSTICO VALLOUREC (COMPLEXO LOGÍSTICO LE)	01-178.560/15.25	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	178.560-15	21/02/2019	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Elaborar e implantar projetos viários de geometria, sinalização e de "obra de arte especial", solicitados para a área de abrangência do empreendimento, em conformidade com as diretrizes da PBH e com estudo de segurança
356	COMPLEXO LOGÍSTICO VALLOUREC (COMPLEXO LOGÍSTICO LE)	01-178.560/15.25	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	178.560-15	21/02/2019	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar ciclovia no entorno do empreendimento, em conformidade com as diretrizes da PBH (Programa de Incentivo ao Uso da Bicicleta - PBIU)
356	COMPLEXO LOGÍSTICO VALLOUREC (COMPLEXO LOGÍSTICO LE)	01-178.560/15.25	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	178.560-15	21/02/2019	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar o "Plano de Logística" para as operações de carga e descarga do empreendimento
356	COMPLEXO LOGÍSTICO VALLOUREC (COMPLEXO LOGÍSTICO LE)	01-178.560/15.25	Acesso por via de menor permeabilidade de uso	178.560-15	21/02/2019	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar na área de influência do empreendimento 4 (quatro) câmeras de monitoramento de tráfego, incluindo o fornecimento de materiais e implantação do cabeamento em fibra óptica a ser interligada ao sistema do Controle Inteligente de Tráfego da BITTRANS S/A
356	COMPLEXO LOGÍSTICO VALLOUREC (COMPLEXO LOGÍSTICO LE)	01-178.560/15.25	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	178.560-15	21/02/2019	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar dez alvos para passageiros junto a Pontos de Embarque e Desembarque - PED de transporte coletivo por ônibus no entorno do empreendimento
356	COMPLEXO LOGÍSTICO VALLOUREC (COMPLEXO LOGÍSTICO LE)	01-178.560/15.25	Serviço de uso coletivo	178.560-15	21/02/2019	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Garantir que o acesso de veículos leves e de carga e descarga não ocorram pela Avenida Waldi Sporn Enrich
356	COMPLEXO LOGÍSTICO VALLOUREC (COMPLEXO LOGÍSTICO LE)	01-178.560/15.25	Serviço de uso coletivo	178.560-15	21/02/2019	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Os acessos veiculares à Quadra 130 deverão ocorrer exclusivamente pelas Avenidas Adão Alves de Souza ou José Braga de Moura
356	COMPLEXO LOGÍSTICO VALLOUREC (COMPLEXO LOGÍSTICO LE)	01-178.560/15.25	Acesso por via de menor permeabilidade de uso	178.560-15	21/02/2019	Outros	Movimentação de bens	Apresentar autorização para movimentação de bens
406	RC Organizações de Festas Ltda - ME	01.006.710/13-02	Casa de festas	006.710/13	16/02/2019	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na vizinhança e movimentação de pessoas e veículos	Implantar Canais de Comunicação do empreendimento
406	RC Organizações de Festas Ltda - ME	01.006.710/13-02	Casa de festas	006.710/13	16/02/2019	Poluição sonora	Impactos na vizinhança - ruído	Implantar Plano de Controle de Poluição Sonora
406	RC Organizações de Festas Ltda - ME	01.006.710/13-02	Casa de festas	006.710/13	16/02/2019	Tratamento de resíduos	Geração adicional de resíduos sólidos	Fazer a gestão de resíduos sólidos especiais dentro das normas técnicas e legais
414	Cita Cultura Produção e Desenvolvimento Artístico Eireli	01-153.376/16-17	Casa de Show	153.376/16	15/02/2019	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar canal de comunicação com a vizinhança
414	Cita Cultura Produção e Desenvolvimento Artístico Eireli	01-153.376/16-17	Casa de Show	153.376/16	15/02/2019	Poluição sonora	Impactos na vizinhança	Implantar Plano de Controle de Poluição Sonora
414	Cita Cultura Produção e Desenvolvimento Artístico Eireli	01-153.376/16-17	Casa de Show	153.376/16	15/02/2019	Tratamento de resíduos	Geração adicional de resíduos sólidos	Implantar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais (PGRSE)
443	Escola Cristã Arca da Aliança Ltda	01.094.160/13-71	Escolas infantis, estabelecimentos de ensino fundamental e médio, indutores a vias arteriais	094.160/13	16/02/2019	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança e no funcionamento	Implantar Plano de Comunicação do empreendimento
443	Escola Cristã Arca da Aliança Ltda	01.094.160/13-71	Escolas infantis, estabelecimentos de ensino fundamental e médio, indutores a vias arteriais	094.160/13	16/02/2019	Poluição sonora	Impactos na vizinhança - ruído	Implantar Plano de Controle de Poluição Sonora
443	Escola Cristã Arca da Aliança Ltda	01.094.160/13-71	Acesso por via de menor permeabilidade de uso	094.160/13	16/02/2019	Tratamento de resíduos	Geração adicional de resíduos sólidos	Implantar o PGRSE
443	Escola Cristã Arca da Aliança Ltda	01.094.160/13-71	Casa de Show	094.160/13	16/02/2019	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Regularizar a calçada e alçamento do meio-fio de acesso veicular, segundo os padrões estabelecidos pelas normas e legislações vigentes
443	Escola Cristã Arca da Aliança Ltda	01.094.160/13-71	Casa de Show	094.160/13	16/02/2019	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar "Projeto Pedagógico de Educação para Cidadania no Território de São Vicente"
443	Escola Cristã Arca da Aliança Ltda	01.094.160/13-71	Escolas infantis, estabelecimentos de ensino fundamental e médio, indutores a vias arteriais	094.160/13	16/02/2019	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar sinalização vertical (regulamentação) de embarque e desembarque de escolares na Rua Cuiupali, trecho entre as Ruas Olíbio Magalhães e Cordeiro Cezariza
443	Escola Cristã Arca da Aliança Ltda	01.094.160/13-71	Escolas infantis, estabelecimentos de ensino fundamental e médio, indutores a vias arteriais	094.160/13	16/02/2019	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar jardim com vegetação arbórea no afastamento frontal, de forma a impedir a utilização irregular pelos usuários do empreendimento
443	Escola Cristã Arca da Aliança Ltda	01.094.160/13-71	Escolas infantis, estabelecimentos de ensino fundamental e médio, indutores a vias arteriais	094.160/13	16/02/2019	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Garantir que todas as operações de carga e descarga sejam realizadas na Rua Cuiupali, espaço que pode ser compartilhado com áreas de embarque e desembarque de escolares em horários fixados
213734	Leifer Buffet Burtis Ltda	01.019.263/14-51	Casa de festas	019.263/14	16/02/2019	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança e no funcionamento	Manter alvos os Canais de Comunicação do empreendimento
213734	Leifer Buffet Burtis Ltda	01.019.263/14-51	Casa de festas	019.263/14	16/02/2019	Poluição sonora	Impactos na vizinhança - ruído	Implantar Plano de Controle de Poluição Sonora
213734	Leifer Buffet Burtis Ltda	01.019.263/14-51	Casa de festas	019.263/14	16/02/2019	Tratamento de resíduos	Geração adicional de resíduos sólidos	Fazer a gestão de resíduos sólidos especiais dentro das normas técnicas e legais
213734	Leifer Buffet Burtis Ltda	01.019.263/14-51	Casa de festas	019.263/14	16/02/2019	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar uma faixa física para o estacionamento e o embarque e desembarque de veículos leves
404	Clube Atlético Mineiro - Clube Labeareda	01.151.037/16-50	Serviço de uso coletivo	151.037/16	15/02/2019	Poluição sonora	Alvenares ambientais na vizinhança	Implantar Plano de Controle de Poluição Sonora
404	Clube Atlético Mineiro - Clube Labeareda	01.151.037/16-50	Serviço de uso coletivo	151.037/16	15/02/2019	Drenagem	Alterações ambientais na vizinhança	Apresentar certificado válido de direito de uso de águas públicas estaduais referentes aos poços artesianos do empreendimento
404	Clube Atlético Mineiro - Clube Labeareda	01.151.037/16-50	Serviço de uso coletivo	151.037/16	15/02/2019	Proteção ao patrimônio cultural e/ou ambiental	Alterações na ambientação e paisagem urbana	Implantar adequações no fechamento do empreendimento para melhoria da ambientação local e conforme diretrizes apontadas do IPHAN
404	Clube Atlético Mineiro - Clube Labeareda	01.151.037/16-50	Serviço de uso coletivo	151.037/16	15/02/2019	Segurança do usuário e/ou da vizinhança	Alterações na ambientação e paisagem urbana	Implantar sistema de iluminação voltado para a calçada da Rua Paulo Ribeiro Bastos
404	Clube Atlético Mineiro - Clube Labeareda	01.151.037/16-50	Serviço de uso coletivo	151.037/16	15/02/2019	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar Canal de Comunicação do empreendimento
404	Clube Atlético Mineiro - Clube Labeareda	01.151.037/16-50	Serviço de uso coletivo	151.037/16	15/02/2019	Segurança do usuário e/ou da vizinhança	Impactos na vizinhança	Realizar treinamento dos funcionários quanto à segurança, civildade e meio ambiente
404	Clube Atlético Mineiro - Clube Labeareda	01.151.037/16-50	Serviço de uso coletivo	151.037/16	15/02/2019	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Impactos na vizinhança	Implantar no empreendimento equipamentos e sistemas com características de sustentabilidade
404	Clube Atlético Mineiro - Clube Labeareda	01.151.037/16-50	Serviço de uso coletivo	151.037/16	15/02/2019	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar atenuações na geometria e na sinalização viária horizontal e vertical na área de influência do empreendimento
404	Clube Atlético Mineiro - Clube Labeareda	01.151.037/16-50	Serviço de uso coletivo	151.037/16	15/02/2019	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Demarcar área de embarque e desembarque na via em frente à entrada do empreendimento na Avenida Portugal
404	Clube Atlético Mineiro - Clube Labeareda	01.151.037/16-50	Serviço de uso coletivo	151.037/16	15/02/2019	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar semáforo junto à travessa sinalizada para pedestres em frente à Escola Estadual "Tês Poderes, localizada na Av. Portugal nº 4095 com equipamento de avisos sonoros correspondente aos focos de pedestres pedestres
404	Clube Atlético Mineiro - Clube Labeareda	01.151.037/16-50	Serviço de uso coletivo	151.037/16	15/02/2019	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar melhorias nas condições de acessibilidade e segurança nas calçadas lindantes ao empreendimento
404	Clube Atlético Mineiro - Clube Labeareda	01.151.037/16-50	Serviço de uso coletivo	151.037/16	15/02/2019	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar adequações no acesso de veículos, faixa de acumulação, vagas de estacionamento de veículos leves, motocicletas e veículos de carga de acordo com a legislação municipal vigente e com os padrões da BITTRANS
404	Clube Atlético Mineiro - Clube Labeareda	01.151.037/16-50	Serviço de uso coletivo	151.037/16	15/02/2019	Mobilidade e acessibilidade	Geração adicional de resíduos sólidos	Implantar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais (PGRSE)
404	Clube Atlético Mineiro - Clube Labeareda	01.151.037/16-50	Serviço de uso coletivo	151.037/16	15/02/2019	Tratamento de resíduos	Geração adicional de resíduos sólidos	Implantar o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (IPGRSS)
413	Multimato Distribuidora AS - Apoio Mineiro	01.066.935/12-00	Serviço de uso coletivo	066.935/12	05/02/2019	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar Plano de Comunicação do empreendimento
413	Multimato Distribuidora AS - Apoio Mineiro	01.066.935/12-00	Acesso por via de menor permeabilidade de uso	066.935/12	05/02/2019	Incentivos sociais	Impactos na vizinhança	Implantar programa de contratação de mão de obra e serviços junto à população residente da Área Diretamente Afetada
413	Multimato Distribuidora AS - Apoio Mineiro	01.066.935/12-00	Acesso por via de menor permeabilidade de uso	066.935/12	05/02/2019	Poluição sonora	Impactos na vizinhança	Implantar Plano de Controle de Ruído
413	Multimato Distribuidora AS - Apoio Mineiro	01.066.935/12-00	Casa de Show	066.935/12	05/02/2019	Drenagem	Impacto na Drenagem	Comprovar que o empreendimento possui sistema de drenagem em conformidade com a legislação municipal
413	Multimato Distribuidora AS - Apoio Mineiro	01.066.935/12-00	Serviço de uso coletivo	066.935/12	05/02/2019	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na Circulação de pessoas e veículos	Implantar plano de logística de cargas, garantindo a ausência de caminhões estacionados no entorno do empreendimento
413	Multimato Distribuidora AS - Apoio Mineiro	01.066.935/12-00	Acesso por via de menor permeabilidade de uso	066.935/12	05/02/2019	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na Circulação de pessoas e veículos	Implantar projeto arquitetônico contemplando a calçada, o acesso de veículos (leves e de carga), áreas de estacionamento com as vagas de veículos leves, vagas de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (PMR), vaguete de idosos, vagas para os veículos de carga, vagas de motos e paraciclos
413	Multimato Distribuidora AS - Apoio Mineiro	01.066.935/12-00	Acesso por via de menor permeabilidade de uso	066.935/12	05/02/2019	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na Circulação de pessoas e veículos	Implantar projetos executivos viários de geometria e acessibilidade e sinalização horizontal e vertical, desenvolvidos a partir de estudo de circulação e estudo semafórico (viabilidade e capacidade)
413	Multimato Distribuidora AS - Apoio Mineiro	01.066.935/12-00	Acesso por via de menor permeabilidade de uso	066.935/12	05/02/2019	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na Circulação de pessoas e veículos	Garantir que todas as operações de carga e descarga sejam realizadas em área interna ao empreendimento
413	Multimato Distribuidora AS - Apoio Mineiro	01.066.935/12-00	Acesso por via de menor permeabilidade de uso	066.935/12	05/02/2019	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na Circulação de pessoas e veículos	Manter os portões de acesso à área de carga e descarga desobstruídos durante o horário de funcionamento do empreendimento, evitando o estacionamento de caminhões no seu entorno
413	Multimato Distribuidora AS - Apoio Mineiro	01.066.935/12-00	Acesso por via de menor permeabilidade de uso	066.935/12	05/02/2019	Tratamento de resíduos	Geração adicional de resíduos sólidos	Implantar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais (PGRSE)
412	Associação dos Empregados da Uaiminas - AEU	01-014.004/12-54	Casa de Show	014.004/12	31/01/2019	Qualificação dos espaços e serviços públicos	Ambiência urbana	Implantar intervenção artística em toda a extensão do muro no alinhamento da rua Desembargador Paulo Mota
412	Associação dos Empregados da Uaiminas - AEU	01-014.004/12-54	Serviço de uso coletivo	014.004/12	31/01/2019	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Uso de recursos naturais	Implantar dispositivos de sustentabilidade de edificação
412	Associação dos Empregados da Uaiminas - AEU	01-014.004/12-54	Serviço de uso coletivo	014.004/12	31/01/2019	Poluição sonora	Poluição sonora	Implantar Plano de Monitoramento de Ruído para os eventos ocorridos no Salão de Festas e Espaço Belvedere
412	Associação dos Empregados da Uaiminas - AEU	01-014.004/12-54	Serviço de uso coletivo	014.004/12	31/01/2019	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar Plano de Comunicação com a vizinhança, especialmente em períodos anteriores às festas promovidas pelo Clube
412	Associação dos Empregados da Uaiminas - AEU	01-014.004/12-54	Serviço de uso coletivo	014.004/12	31/01/2019	Mobilidade e acessibilidade	Atração / circulação de pessoas	Retirar o grãdi que obstrua a circulação de pedestres localizada ao lado da faixa de acumulação que interliga a av. Presidente Carlos Luz com a quilômetro do clube e garantir a livre circulação pela mesma
412	Associação dos Empregados da Uaiminas - AEU	01-014.004/12-54	Acesso por via de menor permeabilidade de uso	014.004/12	31/01/2019	Mobilidade e acessibilidade	Atração / circulação de pessoas	Implantar calçada em toda a extensão do lote da Av. Presidente Carlos Luz
412	Associação dos Empregados da Uaiminas - AEU	01-014.004/12-54	Serviço de uso coletivo	014.004/12	31/01/2019	Mobilidade e acessibilidade	Atração / circulação de pessoas	Fornece e implantar dispositivos de avisos sonoros nas travessas de pedestres semaforizadas existentes na interseção da Av. Pres. Carlos Luz com Rua Professor José de Mendonça e Rua Professor Moacir Gomes de Freitas e na interseção da Av. Pres. Carlos Luz com Rua Conceição do Mato Dentro
412	Associação dos Empregados da Uaiminas - AEU	01-014.004/12-54	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	014.004/12	31/01/2019	Drenagem	Drenagem Urbana	Implantar projeto de drenagem do empreendimento
412	Associação dos Empregados da Uaiminas - AEU	01-014.004/12-54	Serviço de uso coletivo	014.004/12	31/01/2019	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Drenagem Urbana	Implantar sistema de uso e aproveitamento de água pluvial
412	Associação dos Empregados da Uaiminas - AEU	01-014.004/12-54	Serviço de uso coletivo	014.004/12	31/01/2019	Tratamento de resíduos	Geração de resíduos sólidos	Implantar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRSE

412	Associação dos Empregados da Usliminas - ABUE	01-014.004/12-54	Serviço de uso coletivo	014.004/12	31/01/2019	Supressão de vegetação não autorizada	Supressão de vegetação não autorizada	Implantar Estação de Reparo Autônomo para bicicleta na Av. Presidente Carlos Luz
230308	ULMEF Ind e Comercio Produtos Metalurgicos	01.069.602/19-81	Acesso por via de menor permissividade de uso	069.602/19	31/07/2019	Mobilidade e acessibilidade	Mobilidade de pessoas e veículos	Mantém as operações de carga e descarga internas ao empreendimento.
230308	ULMEF Ind e Comercio Produtos Metalurgicos	01.069.602/19-81	Acesso por via de menor permissividade de uso	069.602/19	31/01/2019	Tratamento de resíduos	Geração adicional de resíduos sólidos	Fazer a gestão de resíduos sólidos especiais dentro das normas técnicas e legais.
284034	SPE Espaço de Lazer Sierma Mangabeiras - Trilética	01-153.578/18-01	Acesso por via de menor permissividade de uso	153.578/18	31/01/2019	Tratamento de resíduos	Geração adicional de resíduos sólidos	Implantar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais (PGRSE).
306	Escota Balto Vermelho Ltda - EPP	01.046.384/15-20	Serviço de uso coletivo	046.384/15	18/12/2018	Relacionamento com a vizinhança	Alterações na ambientação	Implantar Canal de Comunicação do empreendimento.
306	Escota Balto Vermelho Ltda - EPP	01.046.384/15-20	Serviço de uso coletivo	046.384/15	18/12/2018	Polição sonora	Polição Sonora	Implantar Plano de Controle de ruído.
306	Escota Balto Vermelho Ltda - EPP	01.046.384/15-20	Serviço de uso coletivo	046.384/15	18/12/2018	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Infraestrutura Urbana (sustentabilidade)	Adotar equipamentos e sistemas com características de sustentabilidade, como dispositivos economizadores de água e energia elétrica e reaproveitamento de águas pluviais.
306	Escota Balto Vermelho Ltda - EPP	01.046.384/15-20	Serviço de uso coletivo	046.384/15	18/12/2018	Mobilidade e acessibilidade	Trânsito/Movimentação de pessoas e veículos/mercadorias	Implantar área de embarque e desembarque em área interna ao cotejo.
306	Escota Balto Vermelho Ltda - EPP	01.046.384/15-20	Serviço de uso coletivo	046.384/15	18/12/2018	Mobilidade e acessibilidade	Trânsito/Movimentação de pessoas e veículos/mercadorias	Implantar bicicletário com capacidade para dez bicicletas.
306	Escota Balto Vermelho Ltda - EPP	01.046.384/15-20	Serviço de uso coletivo	046.384/15	18/12/2018	Mobilidade e acessibilidade	Trânsito/Movimentação de pessoas e veículos/mercadorias	Implantar e revitalizar a sinalização horizontal e vertical a fim de garantir maior segurança e acessibilidade para os pedestres nas vias e suas interseções do entorno.
306	Escota Balto Vermelho Ltda - EPP	01.046.384/15-20	Serviço de uso coletivo	046.384/15	18/12/2018	Mobilidade e acessibilidade	Trânsito/Movimentação de pessoas e veículos/mercadorias	Implantar correção das esquadras com redução dos raios e consequente diminuição das distâncias para travessias e implantação e/ou adequação de mbaixamento de pedestres onde se fizer necessário, nas vias e interseções do entorno descritas na condicionante anterior.
306	Escota Balto Vermelho Ltda - EPP	01.046.384/15-20	Serviço de uso coletivo	046.384/15	18/12/2018	Mobilidade e acessibilidade	Trânsito/Movimentação de pessoas e veículos/mercadorias	Regularizar os rebitos de velocidade localizados na Rua Professor Djalmir Guimarães, adotando solução adequada à segurança dos pedestres.
306	Escota Balto Vermelho Ltda - EPP	01.046.384/15-20	Acesso por via de menor permissividade de uso	046.384/15	18/12/2018	Mobilidade e acessibilidade	Trânsito/Movimentação de pessoas e veículos/mercadorias	Implantar o Projeto Pedagógico de Educação para Cidadania no Tabuleiro de Bolo Horizonte
306	Escota Balto Vermelho Ltda - EPP	01.046.384/15-20	Serviço de uso coletivo	046.384/15	18/12/2018	Mobilidade e acessibilidade	Trânsito/Movimentação de pessoas e veículos/mercadorias	Garantir que as operações de carga e descarga sejam realizadas internamente fora do trajeto de entrada e saída dos alunos.
306	Escota Balto Vermelho Ltda - EPP	01.046.384/15-20	Acesso por via de menor permissividade de uso	046.384/15	18/12/2018	Tratamento de resíduos	Geração de resíduos	Implantar PGRSE conforme aprovado.
459	Aurelia de Assis Ribeiro - Pontal da Lagoa	01.084.637/12-75	Casa de Festas	084.637/12	21/11/2018	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança e no funcionamento	Implantar Canais de Comunicação do empreendimento.
459	Aurelia de Assis Ribeiro - Pontal da Lagoa	01.084.637/12-75	Casa de Festas	084.637/12	21/11/2018	Polição sonora	Impactos na vizinhança - ruído	Implantar Plano de Controle de Poliuição Sonora
459	Aurelia de Assis Ribeiro - Pontal da Lagoa	01.084.637/12-75	Casa de Festas	084.637/12	21/11/2018	Tratamento de resíduos	Geração adicional de resíduos sólidos	Implantar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais (PGRSE)
459	Aurelia de Assis Ribeiro - Pontal da Lagoa	01.084.637/12-75	Casa de Festas	084.637/12	21/11/2018	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de veículos e pessoas	Refazer a demarcação da vaga interna de estacionamento para veículos que transportam ou que são conduzidos por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida - PMR, em conformidade com os parâmetros da legislação vigente.
459	Aurelia de Assis Ribeiro - Pontal da Lagoa	01.084.637/12-75	Acesso por via de menor permissividade de uso	084.637/12	21/11/2018	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de veículos e pessoas	Realizar a colocação dos elementos de relevos junto às esquinas da Rua Elias Moyes e a Avenida Oclacio Negreiro de Lima e da Avenida São Tomé do Príncipe com a Avenida Oclacio Negro de Lima, conforme as Normas Técnicas da ABNT NBR 9050-2015 e NBR 16637-2016.
355	Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais	01-161.931/15-20	Serviço de uso coletivo	161.931/15	20/11/2018	Drenagem	Impermeabilização do Solo	Implantar projeto completo de Drenagem Pluvial após aprovação na DCA/USMGB
355	Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais	01-161.931/15-20	Serviço de uso coletivo	161.931/15	20/11/2018	Tratamento de resíduos	Geração adicional de resíduos sólidos	Implantar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais (PGRSE).
355	Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais	01-161.931/15-20	Serviço de uso coletivo	161.931/15	20/11/2018	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Fornecer e implantar BA (barrilete e quilo) equipamentos de aviso sonoro em todos os semáforos de pedestres que se encontram ao longo da Avenida Raja Gabaglia
355	Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais	01-161.931/15-20	Serviço de uso coletivo	161.931/15	20/11/2018	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar o projeto arquitetônico aprovado junto a BHTRANS no que se refere ao tratamento das calçadas lineares, os acessos de veículos, faixas de acumulação, vagas de estacionamento para veículos leves, motocicletas e bicicletas.
355	Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais	01-161.931/15-20	Serviço de uso coletivo	161.931/15	20/11/2018	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança e no funcionamento	Implantar Plano de Comunicação do empreendimento.
409	Catedral Cristo Rei	01.149.830/16-35	Serviço de uso coletivo	149.830/16	20/11/2018	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar Plano de Comunicação do empreendimento.
409	Catedral Cristo Rei	01.149.830/16-35	Acesso por via de menor permissividade de uso	149.830/16	20/11/2018	Polição sonora	Impactos na vizinhança	Implantar o sistema de tratamento acústico nas áreas fechadas internas e externas destinadas a eventos (celebral e praça da família).
409	Catedral Cristo Rei	01.149.830/16-35	Serviço de uso coletivo	149.830/16	20/11/2018	Polição sonora	Impactos na vizinhança	Implantar Plano de Controle de Poliuição Sonora.
409	Catedral Cristo Rei	01.149.830/16-35	Serviço de uso coletivo	149.830/16	20/11/2018	Tratamento de resíduos	Intervenções no terreno / Geração de Resíduos	Implantar os Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais (PGRSE) e de Saúde (PGRSD).
409	Catedral Cristo Rei	01.149.830/16-35	Serviço de uso coletivo	149.830/16	20/11/2018	Tratamento de resíduos	Intervenções no terreno / Geração de Resíduos	Implantar o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil - PGRCC.
409	Catedral Cristo Rei	01.149.830/16-35	Serviço de uso coletivo	149.830/16	20/11/2018	Tratamento de resíduos	Intervenções no terreno / Geração de Resíduos	Adotar medidas para redução dos impactos relacionados à realização da obra.
409	Catedral Cristo Rei	01.149.830/16-35	Serviço de uso coletivo	149.830/16	20/11/2018	Emissões atmosféricas	Impactos ambientais	Implantar sistema de ventilação local exaustora o sistema de controle de poluição atmosférica.
409	Catedral Cristo Rei	01.149.830/16-35	Acesso por via de menor permissividade de uso	149.830/16	20/11/2018	Emissões atmosféricas	Impactos ambientais	Implantar sistema de tratamento dos efluentes gasosos/gordurosos.
409	Catedral Cristo Rei	01.149.830/16-35	Edificação residencial com mais de 300 unidades habitacionais	149.830/16	20/11/2018	Qualificação dos espaços e serviços públicos	Impactos ambientais	Implantar área verde no quarteirão 123, de área 650 equivalente ao déficit de área permeável em terreno natural no terreno do empreendimento.
409	Catedral Cristo Rei	01.149.830/16-35	Acesso por via de menor permissividade de uso	149.830/16	20/11/2018	Qualificação dos espaços e serviços públicos	Impactos ambientais	Implantar projeto de revitalização das margens do canal do Ribeirão da Litoria no trecho compreendido entre a Av. Cristiano Machado e o atual pontilhão de pedestres que liga a Rua Campo Verde à Rua Adauto Costa Junior.
409	Catedral Cristo Rei	01.149.830/16-35	Centro de convenções / Casa de festas / (Serviço de uso coletivo) / Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m2 ou com mais de 400 vagas	149.830/16	20/11/2018	Drenagem	Impactos ambientais	Implantar sistema de drenagem, captação, armazenamento e aproveitamento das águas pluviais no empreendimento.
409	Catedral Cristo Rei	01.149.830/16-35	Serviço de uso coletivo	149.830/16	20/11/2018	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Impactos ambientais	Implantar projeto do telhado verde (casas dos bispos) e jardins (tjate do quarto pavimento) no empreendimento com altura de substrato (terço) não inferior a 80 centímetros, além do projeto de arborização em terreno natural.
409	Catedral Cristo Rei	01.149.830/16-35	Casa de festas	149.830/16	20/11/2018	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar a complementação da Rua Campo Verde no trecho litorâneo ao empreendimento em contenção de terra armada ou outro tipo de estrutura que não interfira ou se sobreponha a APP do Ribeirão da Litoria, promovendo a sua ligação com a Av. Cristiano Machado.
409	Catedral Cristo Rei	01.149.830/16-35	Serviço de uso coletivo	149.830/16	20/11/2018	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar passarela ou passagem subterrânea ligando o quarteirão do empreendimento diretamente ao quarteirão da Estação Viária, soblinho as diretrizes do Desenho Urbano.
409	Catedral Cristo Rei	01.149.830/16-35	Serviço de uso coletivo	149.830/16	20/11/2018	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar projeto dos acessos de veículos e pedestres, vagas de estacionamento, vagas de embarque e desembarque, carga e descarga e bicicletário.
409	Catedral Cristo Rei	01.149.830/16-35	Serviço de uso coletivo	149.830/16	20/11/2018	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar projeto viário (geométrico e de sinalização) no entorno do empreendimento, incluindo o alargamento da ponte existente da Rua Joaquim Clemente (entre a Rua Campo Verde e Rua da Galéria).
409	Catedral Cristo Rei	01.149.830/16-35	Serviço de uso coletivo	149.830/16	20/11/2018	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar o projeto de acessibilidade para pedestres nas áreas rotas de ligação dos pontos de ônibus, estação do metrô e Shopping com a Catedral.
409	Catedral Cristo Rei	01.149.830/16-35	Serviço de uso coletivo	149.830/16	20/11/2018	Proteção ao patrimônio cultural e/ou ambiental	Outros	Implantar a cota atendendo às exigências da Resolução COMAM nº 335/2003, com aprovação do ABNT.
409	Catedral Cristo Rei	01.149.830/16-35	Serviço de uso coletivo	149.830/16	20/11/2018	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Outros	Adotar para o empreendimento equipamentos e sistemas com características de sustentabilidade, tais como dispositivos economizadores de água e sistema de climatização específica.
409	Catedral Cristo Rei	01.149.830/16-35	Edificação residencial com mais de 300 unidades habitacionais	149.830/16	20/11/2018	Mobilidade e acessibilidade	Outros	O empreendimento deve seguir como REGRA, assim como vigora a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (de 13.146 de 6 de julho de 2015), as diretrizes do Desenho Universal.
438	Sociedade Civil Casas de Educação (Colégio Sagrado Coração de Maria)	01.169.123/13-68	Serviço de uso coletivo	169.123/13	20/11/2018	Drenagem	Fase de Obras: Intervenções no terreno - Movimento de terra	Implantar as edificações sem intervenções no nível do lençol freático.
438	Sociedade Civil Casas de Educação (Colégio Sagrado Coração de Maria)	01.169.123/13-68	Serviço de uso coletivo	169.123/13	20/11/2018	Relacionamento com a vizinhança	Fase de Obras: Intervenções no terreno - Movimento de terra	Adotar medidas de controle ambiental para execução da movimentação de terra.
438	Sociedade Civil Casas de Educação (Colégio Sagrado Coração de Maria)	01.169.123/13-68	Edificação residencial com mais de 300 unidades habitacionais	169.123/13	20/11/2018	Tratamento de resíduos	Fase de Obras: Intervenções no terreno - Movimento de terra	Encaminhar o solo excedente da terraplenagem para local devidamente autorizado.
438	Sociedade Civil Casas de Educação (Colégio Sagrado Coração de Maria)	01.169.123/13-68	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m2 ou com mais de 400 vagas	169.123/13	20/11/2018	Supressão de vegetação	Fase de Obras: Intervenções no terreno - Supressão da vegetação	Obter autorização da SMA para supressão dos espécimes arbóreos.
438	Sociedade Civil Casas de Educação (Colégio Sagrado Coração de Maria)	01.169.123/13-68	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m2 ou com mais de 400 vagas	169.123/13	20/11/2018	Supressão de vegetação	Fase de Obras: Intervenções no terreno - Supressão da vegetação	Recompar a supressão dos indivíduos arbóreos, em conformidade com a Deliberação Normativa COMAM 87/2010, preferencialmente na área do empreendimento.
438	Sociedade Civil Casas de Educação (Colégio Sagrado Coração de Maria)	01.169.123/13-68	Serviço de uso coletivo	169.123/13	20/11/2018	Tratamento de resíduos	Fase de Obras: Intervenções no terreno / Geração de Resíduos	Implantar Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil.
438	Sociedade Civil Casas de Educação (Colégio Sagrado Coração de Maria)	01.169.123/13-68	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m2 ou com mais de 400 vagas	169.123/13	20/11/2018	Fase de Obras: Intervenções no terreno / Geração de Resíduos	Fase de Obras: Intervenções no terreno / Geração de Resíduos	Destinar adequadamente o material residual e demais materiais vegetais que serão suprimidos.
438	Sociedade Civil Casas de Educação (Colégio Sagrado Coração de Maria)	01.169.123/13-68	Serviço de uso coletivo	169.123/13	20/11/2018	Relacionamento com a vizinhança	Alterações ambientais no entorno	Adotar medidas para minimização dos impactos relacionados a realização da obra.
438	Sociedade Civil Casas de Educação (Colégio Sagrado Coração de Maria)	01.169.123/13-68	Serviço de uso coletivo	169.123/13	20/11/2018	Polição sonora	Alterações ambientais no entorno	Implantar Plano de Controle de Ruído.
438	Sociedade Civil Casas de Educação (Colégio Sagrado Coração de Maria)	01.169.123/13-68	Serviço de uso coletivo	169.123/13	20/11/2018	Emissões atmosféricas	Geração de emissões atmosféricas	Implantar monitoramento das emissões dos veículos a Diesel a serem utilizados na obra.
438	Sociedade Civil Casas de Educação (Colégio Sagrado Coração de Maria)	01.169.123/13-68	Centro de convenções / Casa de festas / (Serviço de uso coletivo) / Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m2 ou com mais de 400 vagas	169.123/13	20/11/2018	Emissões atmosféricas	Geração de emissões atmosféricas	Implantar sistema de controle de emissões atmosféricas.
438	Sociedade Civil Casas de Educação (Colégio Sagrado Coração de Maria)	01.169.123/13-68	Serviço de uso coletivo	169.123/13	20/11/2018	Relacionamento com a vizinhança	Alterações na ambientação	Implantar Programa de Comunicação do empreendimento.
438	Sociedade Civil Casas de Educação (Colégio Sagrado Coração de Maria)	01.169.123/13-68	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m2 ou com mais de 400 vagas	169.123/13	20/11/2018	Drenagem	Drenagem Urbana	Implantar projeto do sistema de contenção de taludes, considerando o sistema de drenagem a ser utilizado.
438	Sociedade Civil Casas de Educação (Colégio Sagrado Coração de Maria)	01.169.123/13-68	Serviço de uso coletivo	169.123/13	20/11/2018	Drenagem	Drenagem Urbana	Implantar temporamento dos pontos tubulares existentes no local, conforme normas da SEMAQ/ICAM.
438	Sociedade Civil Casas de Educação (Colégio Sagrado Coração de Maria)	01.169.123/13-68	Serviço de uso coletivo	169.123/13	20/11/2018	Drenagem	Drenagem Urbana	Implantar os projetos de drenagem e de captação, armazenamento e uso das águas pluviais.
438	Sociedade Civil Casas de Educação (Colégio Sagrado Coração de Maria)	01.169.123/13-68	Serviço de uso coletivo	169.123/13	20/11/2018	Mobilidade e acessibilidade	Infraestrutura urbana	Adotar para o empreendimento equipamentos e sistemas com características de sustentabilidade, como dispositivos economizadores de água e sistema de climatização específica.
510	IEDUC - Instituto de Educação e Cultura S/A Centro Universitário UNIBH Estoril	31.000.1752/2021-89	Edificação com área de estacionamento maior que 10.000 m2 ou com mais de 400 vagas / Edificação com mais de 20.000m2 de área total edificada	0510/19	20/07/2022	Relacionamento com a vizinhança	Relacionamento com a vizinhança	Implantar Plano de Comunicação do empreendimento
510	IEDUC - Instituto de Educação e Cultura S/A Centro Universitário UNIBH Estoril	31.000.1752/2021-89	Edificação com área de estacionamento maior que 10.000 m2 ou com mais de 400 vagas / Edificação com mais de 20.000m2 de área total edificada	0510/19	20/07/2022	Drenagem	Drenagem Urbana	Mitigar os impactos do incremento de escoamento pluvial provenientes do empreendimento no sistema público de drenagem.



510	IEDUC – Instituto de Educação e Cultura S/A Centro Universitário UNIBH Estoril	31.000/17527/2021-89	Edificação com área de estacionamento maior que 10.000 m² ou com mais de 400 vagas / Edificação com mais de 20.000m² de área total edificada	05/10/19	20/07/2022	Segurança do usuário e/ou da vizinhança	Alterações na ambientação e paisagem urbana	Implantar projeto de iluminação de segundo nível nas dividas do empreendimento
510	IEDUC – Instituto de Educação e Cultura S/A Centro Universitário UNIBH Estoril	31.000/17527/2021-89	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	05/10/19	20/07/2022	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar ligação interna entre os níveis Garagem e Veredas no estacionamento do empreendimento, se por meio de escadas de circulação e semafórico a ser elaborado e aprovado pela BHTTRANS seja comprovada a eficácia da melhoria do nível de Serviço das vias do entorno.
510	IEDUC – Instituto de Educação e Cultura S/A Centro Universitário UNIBH Estoril	31.000/17527/2021-89	Serviço de uso coletivo	05/10/19	20/07/2022	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar fechamento do cancelo central da Av. Prof. Mário Werneck, prevendo barreiras de contenção com vegetação no gradil
510	IEDUC – Instituto de Educação e Cultura S/A Centro Universitário UNIBH Estoril	31.000/17527/2021-89	Edificação com área de estacionamento maior que 10.000 m² ou com mais de 400 vagas / Edificação com mais de 20.000m² de área total edificada	05/10/19	20/07/2022	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar melhoria da infraestrutura do Ponto de Embarque e Desembarque - PED existente em frente a unidade na Av. Prof. Mário Werneck
510	IEDUC – Instituto de Educação e Cultura S/A Centro Universitário UNIBH Estoril	31.000/17527/2021-89	Edificação com área de estacionamento maior que 10.000 m² ou com mais de 400 vagas / Edificação com mais de 20.000m² de área total edificada	05/10/19	20/07/2022	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar o projeto arquitetônico contemplando adequações nas áreas de estacionamento, faixas de acumulação, acessos, áreas de carga e descarga, embarque e desembarque, calçadas e vagas para vans e veículos esportivos
510	IEDUC – Instituto de Educação e Cultura S/A Centro Universitário UNIBH Estoril	31.000/17527/2021-89	Edificação com área de estacionamento maior que 10.000 m² ou com mais de 400 vagas / Edificação com mais de 20.000m² de área total edificada	05/10/19	20/07/2022	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar Programa de Gestão da Mobilidade Local
510	IEDUC – Instituto de Educação e Cultura S/A Centro Universitário UNIBH Estoril	31.000/17527/2021-89	Centro de convenções / Casa de festas / Serviço de uso coletivo / Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	05/10/19	20/07/2022	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar bôleiros nos semáforos existentes nas interseções entre as ruas José Rodrigues Pereira e Engenheiro Carlos Goulart e entre a Av. Professor Mário Werneck e as ruas José Rodrigues Pereira e Engenheiro Carlos Goulart, de forma a tomar as conversões à esquerda livres.
510	IEDUC – Instituto de Educação e Cultura S/A Centro Universitário UNIBH Estoril	31.000/17527/2021-89	Edificação com área de estacionamento maior que 10.000 m² ou com mais de 400 vagas / Edificação com mais de 20.000m² de área total edificada	05/10/19	20/07/2022	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar projeto viário de melhoria da acessibilidade dos pedestres e adequação de sinalização horizontal e vertical na área de abrangência do empreendimento, desenvolvidos a partir de Estudo de Circulação (viabilidade e capacidade) a ser aprovado pela BHTTRANS.
510	IEDUC – Instituto de Educação e Cultura S/A Centro Universitário UNIBH Estoril	31.000/17527/2021-89	Edificação com área de estacionamento maior que 10.000 m² ou com mais de 400 vagas / Edificação com mais de 20.000m² de área total edificada	05/10/19	20/07/2022	Tratamento de resíduos	Resíduos Sólidos	Implantar Plano de Gerenciamento de Resíduos Especiais – PGRSE atualizado do empreendimento
510	IEDUC – Instituto de Educação e Cultura S/A Centro Universitário UNIBH Estoril	31.000/17527/2021-89	Edificação com área de estacionamento maior que 10.000 m² ou com mais de 400 vagas / Edificação com mais de 20.000m² de área total edificada	05/10/19	20/07/2022	Poluição sonora	Geração de Poluição Sonora	Qualquer tipo de eventos ruidosos, tipicamente com a realização de shows e similares, em área interna ou externa, promovido pelo empreendedor ou por qualquer terceiros, deverá ser objeto de licenciamento prévio pela Prefeitura, a qual deverá exigir, previamente a emissão do alvará, os condicões que garantam o atendimento da Lei 9.505/2008, ou outras leis que a sucederem, que estabeleçam o limite máximo de pressão sonora na vizinhança e em seus respectivos horários, uma vez que tais atividades não constam no objeto do REV.
438	Sociedade Civil Casas de Educação (Colégio Sagrado Coração de Maria)	01.169.123/13-68	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	16/12/13	20/11/2018	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Alterações na paisagem urbana	Implantar projetos de paisagem e de irrigação
438	Sociedade Civil Casas de Educação (Colégio Sagrado Coração de Maria)	01.169.123/13-68	Serviço de uso coletivo	16/12/13	20/11/2018	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar projeto arquitetônico no que se refere ao tratamento das calçadas lindéiras, aos acessos de veículos, às vagas de estacionamento para veículos leves, pedestres, motocicletas, bicicletas e áreas de embarque e desembarque
438	Sociedade Civil Casas de Educação (Colégio Sagrado Coração de Maria)	01.169.123/13-68	Serviço de uso coletivo	16/12/13	20/11/2018	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar e revitalizar a sinalização horizontal e vertical nas seguintes vias e suas interseções: Rua Professor Estevão Pinto entre a Rua Palmira e Rua Almirante, Rua Palmira entre Rua Professor Estevão Pinto e Praça Milton Campos e Rua Almirante.
438	Sociedade Civil Casas de Educação (Colégio Sagrado Coração de Maria)	01.169.123/13-68	Serviço de uso coletivo	16/12/13	20/11/2018	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar medidas moderadoras de tráfego no trecho da Rua Palmira.
438	Sociedade Civil Casas de Educação (Colégio Sagrado Coração de Maria)	01.169.123/13-68	Serviço de uso coletivo	16/12/13	20/11/2018	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar sinalização de área escolar de acordo com o Manual de Sinalização de Áreas Escolares do DENATRAN.
438	Sociedade Civil Casas de Educação (Colégio Sagrado Coração de Maria)	01.169.123/13-68	Serviço de uso coletivo	16/12/13	20/11/2018	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Adequar programação semafórica dos semáforos da interseção da Rua Professor Estevão Pinto com Rua Palmira.
438	Sociedade Civil Casas de Educação (Colégio Sagrado Coração de Maria)	01.169.123/13-68	Serviço de uso coletivo	16/12/13	20/11/2018	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar dispositivos de aviso sonoro nos quatro semáforos da interseção da Rua Professor Estevão Pinto com Rua Palmira.
438	Sociedade Civil Casas de Educação (Colégio Sagrado Coração de Maria)	01.169.123/13-68	Serviço de uso coletivo	16/12/13	20/11/2018	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar o Projeto Pedagógico de Educação para Cidadania no Trânsito de Belo Horizonte
438	Sociedade Civil Casas de Educação (Colégio Sagrado Coração de Maria)	01.169.123/13-68	Serviço de uso coletivo	16/12/13	20/11/2018	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Garantir que todas as operações de carga e descarga sejam realizadas em área interna do empreendimento.
438	Sociedade Civil Casas de Educação (Colégio Sagrado Coração de Maria)	01.169.123/13-68	Serviço de uso coletivo	16/12/13	20/11/2018	Tratamento de resíduos	Geração de resíduos	Implantar PGRSE conforme aprovado.
244205	Supermercados BH Comércio de Alimentos Ltda - Burtile	01.073.510/15-55	Acesso por via de menor permissividade de uso	07/3.510/15	08/10/2018	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar canais de comunicação do empreendimento conforme Plano aprovado
244205	Supermercados BH Comércio de Alimentos Ltda - Burtile	01.073.510/15-55	Acesso por via de menor permissividade de uso	07/3.510/15	08/10/2018	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Ambiência urbana	Implantar jardim com vegetação arbórea na área permeável visível a partir da rampa de pedestres e nos taludes visíveis a partir da rua José Silveira
244205	Supermercados BH Comércio de Alimentos Ltda - Burtile	01.073.510/15-55	Acesso por via de menor permissividade de uso	07/3.510/15	08/10/2018	Mobilidade e acessibilidade	Circulação viária / Atração de veículos	Adequar o estacionamento de modo a disponibilizar 98 vagas para veículos leves, destinados, no mínimo 5 vagas, para uso de idosos e mantendo, no mínimo, 4 vagas para motocicletas.
244205	Supermercados BH Comércio de Alimentos Ltda - Burtile	01.073.510/15-55	Acesso por via de menor permissividade de uso	07/3.510/15	08/10/2018	Mobilidade e acessibilidade	Circulação viária / Atração de veículos	Disponibilizar duas vagas internas para as operações de carga e descarga.
244205	Supermercados BH Comércio de Alimentos Ltda - Burtile	01.073.510/15-55	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	07/3.510/15	08/10/2018	Mobilidade e acessibilidade	Circulação viária / Atração de veículos	Implantar plano de logística de cargas aprovado junto a BHTTRANS.
244205	Supermercados BH Comércio de Alimentos Ltda - Burtile	01.073.510/15-55	Acesso por via de menor permissividade de uso	07/3.510/15	08/10/2018	Mobilidade e acessibilidade	Atração / circulação de pessoas	Implantar e revitalizar os tratamentos para pedestres e a sinalização viária, conforme projeto a ser aprovado junto a BHTTRANS elaborado para a seguinte área de abrangência: rua Henrique Bader Portugal, entre as ruas Dep. Fábio Vasconcelos e El Seabra Filho; rua José Silveira, entre as ruas Henrique Bader Portugal e Maria Heilbuth Suenkel; rua El Seabra Filho, entre as ruas Henrique Bader Portugal e Maria Heilbuth Suenkel.
244205	Supermercados BH Comércio de Alimentos Ltda - Burtile	01.073.510/15-55	Acesso por via de menor permissividade de uso	07/3.510/15	08/10/2018	Mobilidade e acessibilidade	Atração / circulação de pessoas	Alterar a localização do parafuso existente, deixando livre a rampa de acesso de pedestres.
244205	Supermercados BH Comércio de Alimentos Ltda - Burtile	01.073.510/15-55	Acesso por via de menor permissividade de uso	07/3.510/15	08/10/2018	Mobilidade e acessibilidade	Geração de resíduos sólidos	Implantar lixeiras nas proximidades do acesso de pedestres na rua José Silveira e na área de carga e descarga voltada para a rua Henrique Bader Portugal
244205	Supermercados BH Comércio de Alimentos Ltda - Burtile	01.073.510/15-55	Acesso por via de menor permissividade de uso	07/3.510/15	08/10/2018	Tratamento de resíduos	Geração de resíduos sólidos	Implantar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRSE
383	Buffet Chateau Belvedere - Melo Correa Empreendimentos	01-104.805/15-14	Casa de festas	104.805/15	26/09/2018	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar o Plano de Comunicação do empreendimento
383	Buffet Chateau Belvedere - Melo Correa Empreendimentos	01-104.805/15-14	Casa de festas	104.805/15	26/09/2018	Poluição sonora	Impactos na vizinhança	Implantar Plano de Controle de Poluição Sonora
383	Buffet Chateau Belvedere - Melo Correa Empreendimentos	01-104.805/15-14	Casa de festas	104.805/15	26/09/2018	Tratamento de resíduos	Geração adicional de resíduos sólidos	Implantar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais (PGRSE)
383	Buffet Chateau Belvedere - Melo Correa Empreendimentos	01-104.805/15-14	Casa de festas	104.805/15	26/09/2018	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Impacto no Funcionamento (sustentabilidade)	Adequar para o empreendimento equipamentos e sistemas com características de sustentabilidade, como dispositivos economizadores de água e sistema de climatização energética.
383	Buffet Chateau Belvedere - Melo Correa Empreendimentos	01-104.805/15-14	Casa de festas	104.805/15	26/09/2018	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na circulação de pessoas e veículos	Implantar vagas regulamentadas de estacionamento para carga e descarga, pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e para idosos, nas proximidades do empreendimento.
400	Raia Hall	01-137.826/16-80	Casa de festas	137.826/16	26/09/2018	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança e no funcionamento	Implantar Canais de Comunicação do empreendimento.
400	Raia Hall	01-137.826/16-80	Casa de festas	137.826/16	26/09/2018	Poluição sonora	Impactos na vizinhança - ruído	Implantar Plano de Controle de Poluição Sonora
400	Raia Hall	01-137.826/16-80	Casa de festas	137.826/16	26/09/2018	Tratamento de resíduos	Geração adicional de resíduos sólidos	Implantar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais (PGRSE)
400	Raia Hall	01-137.826/16-80	Casa de festas	137.826/16	26/09/2018	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na circulação de pessoas e veículos	Adequar as calçadas lindéiras ao empreendimento.
400	Raia Hall	01-137.826/16-80	Casa de festas	137.826/16	26/09/2018	Mobilidade e acessibilidade	Impactos na circulação de pessoas e veículos	Garantir que a área de embarque e desembarque seja utilizada de forma segura e ágil, não permitindo permanência de veículos estacionados ou parados por período longo.
415	Magnifico Recepções Ltda - ME	01.163.547/13-91	Casa de festas	163.547/13	29/08/2018	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança e no funcionamento	Implantar Plano de Comunicação do empreendimento.
415	Magnifico Recepções Ltda - ME	01.163.547/13-91	Casa de festas	163.547/13	29/08/2018	Poluição sonora	Impactos na vizinhança - ruído	Implantar Plano de Controle de Poluição Sonora
415	Magnifico Recepções Ltda - ME	01.163.547/13-91	Casa de festas	163.547/13	29/08/2018	Tratamento de resíduos	Geração adicional de resíduos sólidos	Implantar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais (PGRSE)
302	Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG - Heliponto	01-040.168/15-61	Serviço de uso coletivo / Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	040.168/15	07/08/2018	Segurança do usuário e/ou da vizinhança	Impacto na vizinhança	Utilizar somente a rampa de aproximação identificada pelo asfume 037'42", designativo 04.
302	Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG - Heliponto	01-040.168/15-61	Heliponto	040.168/15	07/08/2018	Poluição sonora	Impacto na vizinhança	A Licença Especial para Operação de Heliponto, poderá ter validade de 4 (quatro) anos, permitindo no máximo seis movimentos diários (cinco pousos e cinco decolagens) no período de 07:00 às 22:00 horas e dois movimentos diários (1 pouso e 1 decolagem) para o período de 22:00 às 7:00.
302	Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG - Heliponto	01-040.168/15-61	Heliponto	040.168/15	07/08/2018	Poluição sonora	Impacto na vizinhança	Utilizar o Manual de Operação do Heliponto.
302	Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG - Heliponto	01-040.168/15-61	Heliponto	040.168/15	07/08/2018	Segurança do usuário e/ou da vizinhança	Impacto na vizinhança	Incluir RMK relativo ao acionamento do balizamento noturno.
302	Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG - Heliponto	01-040.168/15-61	Heliponto	040.168/15	07/08/2018	Relacionamento com a vizinhança	Impacto na vizinhança	Implantar Plano de Comunicação do empreendimento.
382	Heliponto Zona Sul	01-009.400/16-86	Serviço de uso coletivo	009.400/16	07/08/2018	Proteção ao patrimônio cultural e/ou ambiental	Impactos em área de interesse ambiental	Delimitar a APP do Córrego Ponte Queimada através de levantamento topográfico planialtimétrico.
382	Heliponto Zona Sul	01-009.400/16-86	Serviço de uso coletivo	009.400/16	07/08/2018	Proteção ao patrimônio cultural e/ou ambiental	Impactos em área de interesse ambiental	Obter Autorização de Intervenção em APP junto ao COMAM, relativo às áreas do pólio de estacionamento de aeronaves e demais implantações que ponham em risco ocupação a APP.
382	Heliponto Zona Sul	01-009.400/16-86	Heliponto	009.400/16	07/08/2018	Proteção à fauna	Impacto na fauna local	Apresentar estudo de Identificação do Perigo da Fauna - IPF e Programa de Gerenciamento do Risco da Fauna - PGRF
382	Heliponto Zona Sul	01-009.400/16-86	Heliponto	009.400/16	07/08/2018	Poluição sonora	Impactos na vizinhança	Apresentar Manual de Operação do Heliponto.
382	Heliponto Zona Sul	01-009.400/16-86	Serviço de uso coletivo	009.400/16	07/08/2018	Segurança do usuário e/ou da vizinhança	Impactos na vizinhança	Incluir RMK relativo ao acionamento do balizamento noturno.
382	Heliponto Zona Sul	01-009.400/16-86	Heliponto	009.400/16	07/08/2018	Poluição sonora	Impactos na vizinhança	Adaptar os impactos sonoros de maneira que o nível de ruído emitido no horário noturno atenda aos Limites Máximos Permitidos (LMP) pela Lei Municipal nº 9.505/08.
405	Carrefour Comércio e Indústria Ltda - Sion	01-111.457/14-79	Acesso por via de menor permissividade de uso	111.457/14	10/07/2018	Poluição sonora	Alterações ambientais no entorno - ruído	

405	Carrefour Comércio e Indústria Ltda - Sion	01-111.457/14-79	Acesso por via de menor permeabilidade de uso	111.457/14	10/07/2018	Mobilidade e acessibilidade	Impacto no funcionamento	Implantar programa de contratação de mão de obra e serviços junto à população residente na Vila Assuta Mundo.
405	Carrefour Comércio e Indústria Ltda - Sion	01-111.457/14-79	Acesso por via de menor permeabilidade de uso	111.457/14	10/07/2018	Mobilidade e acessibilidade	Impacto no funcionamento	Adotar para o empreendimento equipamentos e sistemas com características de sustentabilidade, como dispositivos economizadores de água e sistema de climatização energética.
405	Carrefour Comércio e Indústria Ltda - Sion	01-111.457/14-79	Acesso por via de menor permeabilidade de uso	111.457/14	10/07/2018	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar Plano de Comunicação do empreendimento.
405	Carrefour Comércio e Indústria Ltda - Sion	01-111.457/14-79	Centro de convenções / Casa de festas / Serviço de uso coletivo / Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	111.457/14	10/07/2018	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de veículos/mercadorias	Implantar Plano de Logística do empreendimento.
405	Carrefour Comércio e Indústria Ltda - Sion	01-111.457/14-79	Acesso por via de menor permeabilidade de uso	111.457/14	10/07/2018	Tratamento de resíduos	Geração adicional de resíduos sólidos	Implantar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais (PGRSE) a ser aprovado pela SLU.
405	Carrefour Comércio e Indústria Ltda - Sion	01-111.457/14-79	Acesso por via de menor permeabilidade de uso	111.457/14	10/07/2018	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar o tratamento das calçadas linderas ao empreendimento, os acessos de veículos e pedestres, as vagas de estacionamento para veículos leves, veículos de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, motocicletas, bicicletas e carga e descarga conforme projeto aprovado junto à BHTRANS.
405	Carrefour Comércio e Indústria Ltda - Sion	01-111.457/14-79	Acesso por via de menor permeabilidade de uso	111.457/14	10/07/2018	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Disponibilizar bicicletário, em área coberta e interna ao empreendimento, com capacidade mínima para 10 bicicletas.
405	Carrefour Comércio e Indústria Ltda - Sion	01-111.457/14-79	Serviço de uso coletivo	111.457/14	10/07/2018	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar parquímetros na fachada do empreendimento.
461	Vila Roberti Fomeira	01-037.487/18-14	Casa de festas	037.487/18	10/07/2018	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Mantiver alto o Plano de Comunicação do empreendimento.
461	Vila Roberti Fomeira	01-037.487/18-14	Casa de festas	037.487/18	10/07/2018	Poluição sonora	Impactos na vizinhança	Implantar Plano de Controle de Poluição Sonora.
461	Vila Roberti Fomeira	01-037.487/18-14	Casa de festas	037.487/18	10/07/2018	Tratamento de resíduos	Geração adicional de resíduos sólidos	Implantar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais (PGRSE).
379	Santa Juliana Empreendimentos LTDA - Expo Park Pampulha	01-033.339/15-32	Casa de festas	033.339/15	27/06/2018	Drenagem	Movimentação de terra (Fase de Obras)	Implantar as edificações sem intervenções no nível do lençol freático.
379	Santa Juliana Empreendimentos LTDA - Expo Park Pampulha	01-033.339/15-32	Edificação residencial com mais de 300 unidades habitacionais	033.339/15	27/06/2018	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Intervenções no terreno - Movimentação de terra (Fase de Obras)	Garantir a manutenção dos espécimes arbóreos e arbustivos mais significativos.
379	Santa Juliana Empreendimentos LTDA - Expo Park Pampulha	01-033.339/15-32	Serviço de uso coletivo	033.339/15	27/06/2018	Supressão de vegetação	Intervenções no terreno - Supressão da vegetação (Fase de Obras)	Implantar o plano de manejo da vegetação do talude.
379	Santa Juliana Empreendimentos LTDA - Expo Park Pampulha	01-033.339/15-32	Serviço de uso coletivo	033.339/15	27/06/2018	Supressão de vegetação	Intervenções no terreno - Supressão da vegetação (Fase de Obras)	Implantar sistema de irrigação para o talude em revegetação.
379	Santa Juliana Empreendimentos LTDA - Expo Park Pampulha	01-033.339/15-32	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	033.339/15	27/06/2018	Supressão de vegetação	Intervenções no terreno - Supressão da vegetação (Fase de Obras)	Implantar plano de resgate de fauna.
379	Santa Juliana Empreendimentos LTDA - Expo Park Pampulha	01-033.339/15-32	Centro de convenções / Casa de festas / Serviço de uso coletivo / Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	033.339/15	27/06/2018	Supressão de vegetação	Intervenções no terreno - Supressão da vegetação (Fase de Obras)	Implantar projeto biomimético para a área externa do empreendimento acompanhado de laudo técnico (com ART) que avalie e minimize os possíveis impactos da iluminação sobre a fauna local.
379	Santa Juliana Empreendimentos LTDA - Expo Park Pampulha	01-033.339/15-32	Serviço de uso coletivo	033.339/15	27/06/2018	Supressão de vegetação	Intervenções no terreno - Supressão da vegetação (Fase de Obras)	Instituir Reserva Particular Ecológica - RPE para área forestada do talude situado na porção posterior do terreno.
379	Santa Juliana Empreendimentos LTDA - Expo Park Pampulha	01-033.339/15-32	Centro de convenções / Casa de festas / Serviço de uso coletivo / Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	033.339/15	27/06/2018	Tratamento de resíduos	Intervenções no terreno/Geração de Resíduos (Fase de Obras)	Implantar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais (PGRSE).
379	Santa Juliana Empreendimentos LTDA - Expo Park Pampulha	01-033.339/15-32	Centro de convenções / Casa de festas / Serviço de uso coletivo / Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	033.339/15	27/06/2018	Tratamento de resíduos	Intervenções no terreno/Geração de Resíduos (Fase de Obras)	Implantar Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil.
379	Santa Juliana Empreendimentos LTDA - Expo Park Pampulha	01-033.339/15-32	Centro de convenções / Casa de festas / Serviço de uso coletivo / Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	033.339/15	27/06/2018	Tratamento de resíduos	Intervenções no terreno/Geração de Resíduos (Fase de Obras)	Destinar adequadamente o material lenhoso e demais materiais voláteis que serão utilizados.
379	Santa Juliana Empreendimentos LTDA - Expo Park Pampulha	01-033.339/15-32	Centro de convenções / Casa de festas / Serviço de uso coletivo / Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	033.339/15	27/06/2018	Poluição sonora	Alterações ambientais na vizinhança	Implantar Plano de Controle de Poluição Sonora.
379	Santa Juliana Empreendimentos LTDA - Expo Park Pampulha	01-033.339/15-32	Centro de convenções / Casa de festas / Serviço de uso coletivo / Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	033.339/15	27/06/2018	Relacionamento com a vizinhança	Alterações ambientais na vizinhança	Adotar medidas para minimização dos impactos relacionados à realização da obra.
379	Santa Juliana Empreendimentos LTDA - Expo Park Pampulha	01-033.339/15-32	Serviço de uso coletivo	033.339/15	27/06/2018	Drenagem	Drenagem	Implantar sistema de confinação de talude sem conformidade com sistema de drenagem a ser utilizado.
379	Santa Juliana Empreendimentos LTDA - Expo Park Pampulha	01-033.339/15-32	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	033.339/15	27/06/2018	Drenagem	Drenagem	Implantar tamponamento dos poços tubulares existentes no local, conforme normas de SEMAD/IGAM.
379	Santa Juliana Empreendimentos LTDA - Expo Park Pampulha	01-033.339/15-32	Escolas infantis, estabelecimentos de ensino fundamental e médio	033.339/15	27/06/2018	Drenagem	Drenagem	Implantar projetos de drenagem, captação, armazenamento e uso das águas pluviais.
379	Santa Juliana Empreendimentos LTDA - Expo Park Pampulha	01-033.339/15-32	Escolas infantis, estabelecimentos de ensino fundamental e médio	033.339/15	27/06/2018	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Alterações na ambientação e paisagem urbana	Implantar projetos de paisagismo e de irrigação.
379	Santa Juliana Empreendimentos LTDA - Expo Park Pampulha	01-033.339/15-32	Centro de convenções / Casa de festas / Serviço de uso coletivo / Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	033.339/15	27/06/2018	Qualificação dos espaços e serviços públicos	Alterações na ambientação e paisagem urbana	Promover a arborização das calçadas linderas ao empreendimento.
379	Santa Juliana Empreendimentos LTDA - Expo Park Pampulha	01-033.339/15-32	Casa de Show	033.339/15	27/06/2018	Emissões atmosféricas	Geração de emissões atmosféricas	Implantar sistema de controle de emissões atmosféricas.
379	Santa Juliana Empreendimentos LTDA - Expo Park Pampulha	01-033.339/15-32	Heliponto	033.339/15	27/06/2018	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar Estação Posto na Av. Presidente Carlos Luz.
379	Santa Juliana Empreendimentos LTDA - Expo Park Pampulha	01-033.339/15-32	Centro de convenções / Casa de festas / Serviço de uso coletivo / Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	033.339/15	27/06/2018	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Elaborar projeto operacional de transporte (ônibus e táxi) e tráfego (deixos, sinalização e bloqueios) para os dias de eventos, dentro da área de abrangência do projeto de tratamento viário.
379	Santa Juliana Empreendimentos LTDA - Expo Park Pampulha	01-033.339/15-32	Centro de convenções / Casa de festas / Serviço de uso coletivo / Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	033.339/15	27/06/2018	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Garantir no empreendimento 80 vagas de motocicletas, bicicletário com capacidade mínima de 50 bicicletas distribuídas de forma a atender todos os usos propostos no empreendimento.
379	Santa Juliana Empreendimentos LTDA - Expo Park Pampulha	01-033.339/15-32	Heliponto	033.339/15	27/06/2018	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	estacionamentos para ônibus e taxi, 20 vagas internas para operação de carga e descarga, área de embarque e desembarque para o Apart Hotel, falta de acumulação.
379	Santa Juliana Empreendimentos LTDA - Expo Park Pampulha	01-033.339/15-32	Centro de convenções / Casa de festas / Serviço de uso coletivo / Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	033.339/15	27/06/2018	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar projeto de tratamento viário.
379	Santa Juliana Empreendimentos LTDA - Expo Park Pampulha	01-033.339/15-32	Centro de convenções / Casa de festas / Serviço de uso coletivo / Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	033.339/15	27/06/2018	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Adotar medidas operacionais para cobrir o estacionamento de veículos na área de embarque e desembarque do apart-hotel e destinada aos taxis.
379	Santa Juliana Empreendimentos LTDA - Expo Park Pampulha	01-033.339/15-32	Centro de convenções / Casa de festas / Serviço de uso coletivo / Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	033.339/15	27/06/2018	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Disponibilizar apenas o número mínimo de vagas para veículos leves exigido pelos parâmetros da legislação Municipal.
379	Santa Juliana Empreendimentos LTDA - Expo Park Pampulha	01-033.339/15-32	Centro de convenções / Casa de festas / Serviço de uso coletivo / Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	033.339/15	27/06/2018	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Prever o tratamento urbanístico do entorno do empreendimento, contemplando a adequação das calçadas linderas (no que se refere às declividades transversais e longitudinais e ao revestimento), e dos acessos de veículos e pedestres, conforme exigências contidas na legislação municipal vigente.
379	Santa Juliana Empreendimentos LTDA - Expo Park Pampulha	01-033.339/15-32	Centro de convenções / Casa de festas / Serviço de uso coletivo / Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	033.339/15	27/06/2018	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Garantir que todas as operações de carga e descarga sejam realizadas em área interna ao empreendimento.
379	Santa Juliana Empreendimentos LTDA - Expo Park Pampulha	01-033.339/15-32	Heliponto	033.339/15	27/06/2018	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de veículos/mercadorias	Mantiver alertas os portões de acesso ao estacionamento e à área de carga e descarga durante o horário de funcionamento do empreendimento.
379	Santa Juliana Empreendimentos LTDA - Expo Park Pampulha	01-033.339/15-32	Centro de convenções / Casa de festas / Serviço de uso coletivo / Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	033.339/15	27/06/2018	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar Plano de Comunicação do empreendimento.
379	Santa Juliana Empreendimentos LTDA - Expo Park Pampulha	01-033.339/15-32	Centro de convenções / Casa de festas / Serviço de uso coletivo / Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	033.339/15	27/06/2018	Incentivos sociais	Impactos na vizinhança	Implantar programa de contratação de mão de obra e serviços junto à população residente na vizinhança afetada pelo empreendimento.
379	Santa Juliana Empreendimentos LTDA - Expo Park Pampulha	01-033.339/15-32	Centro de convenções / Casa de festas / Serviço de uso coletivo / Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	033.339/15	27/06/2018	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Impactos na vizinhança	Adotar para o empreendimento equipamentos e sistemas com características de sustentabilidade, como dispositivos economizadores de água e sistema de climatização energética.
367	Instituto Hermes Pardini S. A.	01.094.104/13-09	Serviço de uso coletivo	094.104/13	20/06/2018	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar Plano de Comunicação do empreendimento.
367	Instituto Hermes Pardini S. A.	01.094.104/13-09	Serviço de uso coletivo	094.104/13	20/06/2018	Tratamento de resíduos	Geração adicional de resíduos sólidos	Implantar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Saúde (PGRSS) conforme orientações da SLU.
367	Instituto Hermes Pardini S. A.	01.094.104/13-09	Serviço de uso coletivo	094.104/13	20/06/2018	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Promover tratamento das calçadas linderas, dos acessos de veículos, vagas de estacionamento para veículos leves, motocicletas, bicicletas e área de acumulação de acordo com a legislação municipal e com os parâmetros da BHTRANS.
367	Instituto Hermes Pardini S. A.	01.094.104/13-09	Serviço de uso coletivo	094.104/13	20/06/2018	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar melhorias de geometria e sinalização vertical e horizontal nas interseções viárias do entorno do empreendimento.
367	Instituto Hermes Pardini S. A.	01.094.104/13-09	Serviço de uso coletivo	094.104/13	20/06/2018	Proteção ao patrimônio cultural e/ou ambiental	Impactos na paisagem urbana	Licenciar os engenhos de publicidade conforme o disposto na Deliberação nº 108/2004 do CIPRCA-BH.
291	Residencial Trevo	01.025.856/15-29	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	025.856/15	20/06/2018	Supressão de vegetação	Intervenções no terreno / Supressão da vegetação (FASE DE OBRAS)	Obter autorização do SMMA para supressão dos espécimes arbóreos.
291	Residencial Trevo	01.025.856/15-29	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	025.856/15	20/06/2018	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Intervenções no terreno / Supressão da vegetação (FASE DE OBRAS)	Implantar Plano de Recuperação da APP existente no terreno.
291	Residencial Trevo	01.025.856/15-29	Edificação residencial com mais de 300 unidades habitacionais	025.856/15	20/06/2018	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Intervenções no terreno / Supressão da vegetação (FASE DE OBRAS)	Recorpar a vegetação suprimida, em conformidade com o DN 67/2010 do COMAM.

[illegible]

185	Obras Passionistas São Paulo da Cruz	01.099.896/13-18	Serviço de uso coletivo / Escolas infantis, estabelecimentos de ensino fundamental e médio localizados próximos a vias arteriais.	099.896/13	11/04/2018	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de veículos; demanda de vagas de estacionamento e carga e descarga	Reformular área de embarque e desembarque do empreendimento, e implantar bicicletário, com no mínimo 20 vagas.
185	Obras Passionistas São Paulo da Cruz	01.099.896/13-18	Serviço de uso coletivo / Escolas infantis, estabelecimentos de ensino fundamental e médio localizados próximos a vias arteriais.	099.896/13	11/04/2018	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de veículos; demanda de vagas de estacionamento e carga e descarga	Implantar projeto viário, com alterações na sinalização horizontal e vertical e na geometria das vias.
185	Obras Passionistas São Paulo da Cruz	01.099.896/13-18	Serviço de uso coletivo / Escolas infantis, estabelecimentos de ensino fundamental e médio localizados próximos a vias arteriais.	099.896/13	11/04/2018	Tratamento de resíduos	Geração adicional de resíduos sólidos	Implantar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais (PGRSE).
418	R.M. PRODUÇÕES E Eventos EIRELI EPP	01.146.340/16-50	Casa de festas	146.340/16	11/04/2018	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança e no funcionamento	Implantar Plano de Comunicação do empreendimento.
418	R.M. PRODUÇÕES E Eventos EIRELI EPP	01.146.340/16-50	Casa de festas	146.340/16	11/04/2018	Poluição sonora	Invasão na vizinhança - ruído	Implantar Plano de Controle de Poluição Sonora.
418	R.M. PRODUÇÕES E Eventos EIRELI EPP	01.146.340/16-50	Casa de festas	146.340/16	11/04/2018	Tratamento de resíduos	Geração adicional de resíduos sólidos	Implantar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais (PGRSE).
418	R.M. PRODUÇÕES E Eventos EIRELI EPP	01.146.340/16-50	Casa de festas	146.340/16	11/04/2018	Qualificação dos espaços e serviços públicos	Parqueamento do Conjunto Moderno da Pampulha	Implantar Projeto de Paisagem aprovado pela OPAM / FMC no jardim localizado no passeio da Av. Otacílio Negro de Lima.
418	R.M. PRODUÇÕES E Eventos EIRELI EPP	01.146.340/16-50	Casa de festas	146.340/16	11/04/2018	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Garantir que as operações de carga e descarga e as manobras desses veículos sejam realizadas em área interna ao empreendimento, não comprometendo o funcionamento da via.
418	R.M. PRODUÇÕES E Eventos EIRELI EPP	01.146.340/16-50	Casa de festas	146.340/16	11/04/2018	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Manter disponíveis as 61 vagas para veículos leves na área interna do empreendimento, sendo duas delas reservadas para o uso exclusivo de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.
418	R.M. PRODUÇÕES E Eventos EIRELI EPP	01.146.340/16-50	Casa de festas	146.340/16	11/04/2018	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Manter a capacidade máxima de 300 pessoas em cada evento.
418	R.M. PRODUÇÕES E Eventos EIRELI EPP	01.146.340/16-50	Casa de festas	146.340/16	11/04/2018	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Garantir que as calçadas do empreendimento estejam em conformidade com as exigências contidas nas legislações municipais vigentes.
307084	5RS Reciclagem Ltda - ME	01.146.340/16-50	Casa de festas	PLU	22/03/2018	Outros	Não se aplica	
317	Instituto Cultural Newton Paiva - Complexo Carlos Luz	01.072.381/15	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	072.381/15	31/03/2018	Supressão de vegetação	Intervenções no terreno - Supressão da vegetação	Implantar projeto paisagístico, com incremento de mudas de árvores e tratamento com técnicas vegetais, no interior do campus em todas as unidades.
317	Instituto Cultural Newton Paiva - Complexo Carlos Luz	01.072.381/15	Serviço de uso coletivo	072.381/15	31/03/2018	Supressão de vegetação	Intervenções no terreno - Supressão da vegetação	Realizar plantio de árvores no entorno das unidades do Complexo.
317	Instituto Cultural Newton Paiva - Complexo Carlos Luz	01.072.381/15	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	072.381/15	31/03/2018	Qualificação dos espaços e serviços públicos	Intervenções no terreno - Supressão da vegetação - drenagem	Estabelecer convênio de parceria para conservação e manutenção de áreas verdes próximas ao empreendimento durante período de 05 (cinco) anos.
317	Instituto Cultural Newton Paiva - Complexo Carlos Luz	01.072.381/15	Edificação residencial com mais de 300 unidades habitacionais	072.381/15	31/03/2018	Qualificação dos espaços e serviços públicos	Intervenções no terreno - Supressão da vegetação - drenagem - apropriação do território	Implantar melhoria na área remanescente localizada na Rua Calumbi, no trevo da Avenida Carlos Luz com Av. Antônio Vespúcio, convertendo-a em um espaço público de uso comunitário. Estabelecer convênio de manutenção da área revitalizada junto à PBH por pelo menos 5 anos.
317	Instituto Cultural Newton Paiva - Complexo Carlos Luz	01.072.381/15	Serviço de uso coletivo	072.381/15	31/03/2018	Poluição sonora	Avaliação ambiental no entorno - ruído	Mitigar os impactos sonoros, caso os resultados das medições sejam superiores aos níveis máximos estabelecidos pela legislação.
317	Instituto Cultural Newton Paiva - Complexo Carlos Luz	01.072.381/15	Serviço de uso coletivo	072.381/15	31/03/2018	Relacionamento com a vizinhança	Impactos no funcionamento para a vizinhança	Implantar Plano de Comunicação do empreendimento.
317	Instituto Cultural Newton Paiva - Complexo Carlos Luz	01.072.381/15	Serviço de uso coletivo	072.381/15	31/03/2018	Tratamento de resíduos	Resíduos	Implantar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais (PGRSE).
317	Instituto Cultural Newton Paiva - Complexo Carlos Luz	01.072.381/15	Serviço de uso coletivo	072.381/15	31/03/2018	Mobilidade e acessibilidade	Aumento do fluxo de pedestres no entorno e condições inadequadas das calçadas	Implantar tratamento das calçadas nos limites das testadas de cada Unidade, bem como melhorar os acessos de veículos e sinalizar as 48 vagas de estacionamento para veículos leves (incluindo as duas vagas para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida) e as 20 vagas para bicicletas.
317	Instituto Cultural Newton Paiva - Complexo Carlos Luz	01.072.381/15	Serviço de uso coletivo	072.381/15	31/03/2018	Mobilidade e acessibilidade	Trânsito: movimentação de pessoas e veículos (aumento na demanda por vagas, impossibilidade da internalização delas, comprometimento de vias e interseções e utilização e incentivo ao uso do transporte coletivo)	Implantar e monitorar o "Programa de Gestão da Mobilidade Local".
317	Instituto Cultural Newton Paiva - Complexo Carlos Luz	01.072.381/15	Casa de Festas	072.381/15	31/03/2018	Mobilidade e acessibilidade	Trânsito: movimentação de pessoas e veículos (aumento na demanda por vagas, impossibilidade da internalização delas, comprometimento de vias e interseções e utilização e incentivo ao uso do transporte coletivo)	Apresentar e aprovar estudos de viabilidade técnica e simulação de tráfego da área de influência.
317	Instituto Cultural Newton Paiva - Complexo Carlos Luz	01.072.381/15	Serviço de uso coletivo	072.381/15	31/03/2018	Mobilidade e acessibilidade	Trânsito: movimentação de pessoas e veículos (aumento na demanda por vagas, impossibilidade da internalização delas, comprometimento de vias e interseções e utilização e incentivo ao uso do transporte coletivo)	Implantar os projetos viários resultantes dos estudos de viabilidade técnica e simulação de tráfego da área de influência.
317	Instituto Cultural Newton Paiva - Complexo Carlos Luz	01.072.381/15	Serviço de uso coletivo	072.381/15	31/03/2018	Mobilidade e acessibilidade	Trânsito: movimentação de pessoas e veículos (aumento na demanda por vagas, impossibilidade da internalização delas, comprometimento de vias e interseções e utilização e incentivo ao uso do transporte coletivo)	Proporcionar melhoria e/ou ampliação dos abrigos de ônibus.
297	Sandra Mara Casa de Festas e Recepções LTDA ME	01.036.023/15-75	Casa de festas	036.023-15	19/03/2018	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Impacto no Funcionamento (sustentabilidade)	Adotar para o empreendimento equipamentos e sistemas com características de sustentabilidade, como dispositivos economizadores de água e sistema de climatização energética.
297	Sandra Mara Casa de Festas e Recepções LTDA ME	01.036.023/15-75	Casa de festas	036.023-15	19/03/2018	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar Plano de Comunicação do empreendimento.
297	Sandra Mara Casa de Festas e Recepções LTDA ME	01.036.023/15-75	Casa de festas	036.023-15	19/03/2018	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Realizar tratamento da calçada/passeio contemplando acessibilidade aos pedestres, conforme Código de Posturas.
297	Sandra Mara Casa de Festas e Recepções LTDA ME	01.036.023/15-75	Casa de festas	036.023-15	19/03/2018	Tratamento de resíduos	Geração adicional de resíduos sólidos	Implantar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais (PGRSE).
347	Moriah Recepções - Alves e Sant'ana Promoções e Eventos	01.145.492/15-81	Casa de festas	145.492/15	17/03/2018	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança e no funcionamento	Implantar Plano de Comunicação do empreendimento.
347	Moriah Recepções - Alves e Sant'ana Promoções e Eventos	01.145.492/15-81	Casa de festas	145.492/15	17/03/2018	Poluição sonora	Impactos na vizinhança - ruído	Implantar Plano de Controle de Poluição Sonora.
347	Moriah Recepções - Alves e Sant'ana Promoções e Eventos	01.145.492/15-81	Casa de festas	145.492/15	17/03/2018	Tratamento de resíduos	Geração adicional de resíduos sólidos	Implantar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais (PGRSE).
366	WMM - Bar e Diversão Ltda. - Os Desesperados Cidade Nova	01.018.504/16-52	Casa de Show	018.504/16	17/03/2018	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança e no funcionamento	Implantar Plano de Comunicação do empreendimento.
366	WMM - Bar e Diversão Ltda. - Os Desesperados Cidade Nova	01.018.504/16-52	Casa de Show	018.504/16	17/03/2018	Poluição sonora	Impactos na vizinhança - ruído	Implantar Plano de Controle de Poluição Sonora.
366	WMM - Bar e Diversão Ltda. - Os Desesperados Cidade Nova	01.018.504/16-52	Casa de Show	018.504/16	17/03/2018	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas	Implantar melhoria nas calçadas linderas ao empreendimento.
366	WMM - Bar e Diversão Ltda. - Os Desesperados Cidade Nova	01.018.504/16-52	Serviço de uso coletivo	018.504/16	17/03/2018	Tratamento de resíduos	Geração adicional de resíduos sólidos	Implantar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais (PGRSE).
366	WMM - Bar e Diversão Ltda. - Os Desesperados Cidade Nova	01.018.504/16-52	Casa de Show	018.504/16	17/03/2018	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de veículos e demanda de vagas de estacionamento	Melhorar a sinalização viária nas proximidades do empreendimento.
386	Livini Eventos Ltda - ME (Big Shows Eventos)	01.158.061/14-21	Casa de festas	158.061-14	17/03/2018	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Impacto no Funcionamento (sustentabilidade)	Adotar para o empreendimento equipamentos e sistemas com características de sustentabilidade, como dispositivos economizadores de água e sistema de climatização energética.
386	Livini Eventos Ltda - ME (Big Shows Eventos)	01.158.061/14-21	Casa de festas	158.061-14	17/03/2018	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar Plano de Comunicação do empreendimento.
386	Livini Eventos Ltda - ME (Big Shows Eventos)	01.158.061/14-21	Casa de festas	158.061-14	17/03/2018	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Realizar tratamento da calçada/passeio contemplando acessibilidade aos pedestres, conforme Código de Posturas.
386	Livini Eventos Ltda - ME (Big Shows Eventos)	01.158.061/14-21	Casa de festas	158.061-14	17/03/2018	Tratamento de resíduos	Geração adicional de resíduos sólidos	Implantar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais (PGRSE).
388	Kerley Ferreira de Oliveira - Toth Eventos Ltda	01.157.451/12-59	Casa de festas	157.451/12	17/03/2018	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança e no funcionamento	Implantar Plano de Comunicação do empreendimento.
388	Kerley Ferreira de Oliveira - Toth Eventos Ltda	01.157.451/12-59	Casa de festas	157.451/12	17/03/2018	Poluição sonora	Impactos na vizinhança - ruído	Implantar Plano de Controle de Poluição Sonora.
388	Kerley Ferreira de Oliveira - Toth Eventos Ltda	01.157.451/12-59	Casa de festas	157.451/12	17/03/2018	Tratamento de resíduos	Geração adicional de resíduos sólidos	Implantar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais (PGRSE).
388	Kerley Ferreira de Oliveira - Toth Eventos Ltda	01.157.451/12-59	Casa de festas	157.451/12	17/03/2018	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de veículos/mercadorias	Garantir que as operações de carga e descarga e as manobras dos veículos de carga sejam realizadas em área interna ao empreendimento, não comprometendo o funcionamento da via.
388	Kerley Ferreira de Oliveira - Toth Eventos Ltda	01.157.451/12-59	Casa de festas	157.451/12	17/03/2018	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar projeto viário para Av. Otacílio Negro de Lima no trecho compreendido entre o empreendimento e a Av. Antônio Francisco Lisboa, contemplando opções para portões de embarque e desembarque de passageiros, sinalização de estacionamento de veículos e melhoria das condições de segurança local.
394	Educ. Unidade Pedagógica Ltda - ME	01.103.917/16-93	Casa de festas	103.917/16	17/03/2018	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança e no funcionamento	Implantar Plano de Comunicação do empreendimento.
394	Educ. Unidade Pedagógica Ltda - ME	01.103.917/16-93	Casa de festas	103.917/16	17/03/2018	Poluição sonora	Impactos na vizinhança - ruído	Implantar Plano de Controle de Poluição Sonora.
394	Educ. Unidade Pedagógica Ltda - ME	01.103.917/16-93	Casa de festas	103.917/16	17/03/2018	Tratamento de resíduos	Geração adicional de resíduos sólidos	Implantar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais (PGRSE).
143	Mandata Disco Club LTDA-ME	01.074.421/13-09	Casa de festas	074421/14	03/01/2018	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar Plano de Comunicação do empreendimento.
143	Mandata Disco Club LTDA-ME	01.074.421/13-09	Casa de festas	074421/14	03/01/2018	Poluição sonora	Impactos na vizinhança	Implantar Plano de Controle de Poluição Sonora.
143	Mandata Disco Club LTDA-ME	01.074.421/13-09	Casa de festas	074421/14	03/01/2018	Tratamento de resíduos	Impactos na vizinhança	Realizar a limpeza do entorno do empreendimento após cada período de seu funcionamento.
143	Mandata Disco Club LTDA-ME	01.074.421/13-09	Casa de festas	074421/14	03/01/2018	Tratamento de resíduos	Sequência do usuário e/ou da vizinhança	Manter sequências no entorno do quarteirão da boate no horário de funcionamento.
143	Mandata Disco Club LTDA-ME	01.074.421/13-09	Casa de festas	074421/14	03/01/2018	Poluição sonora	Impacto no funcionamento (controle de ruídos)	Implementar as medidas para controle de ruído.
143	Mandata Disco Club LTDA-ME	01.074.421/13-09	Casa de festas	074421/14	03/01/2018	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar estruturas de controle de uso das vias no entorno do empreendimento no horário de funcionamento da boate	Implantar estruturas de controle de uso das vias no entorno do empreendimento no horário de funcionamento da boate.
143	Mandata Disco Club LTDA-ME	01.074.421/13-09	Casa de festas	074421/14	03/01/2018	Mobilidade e acessibilidade	Desobstruir vagas de estacionamento para os usuários do empreendimento conforme definição da BHTRANS.	Desobstruir vagas de estacionamento para os usuários do empreendimento conforme definição da BHTRANS.
143	Mandata Disco Club LTDA-ME	01.074.421/13-09	Casa de festas	074421/14	03/01/2018	Tratamento de resíduos	Geração adicional de resíduos sólidos	Manter ativo o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais (PGRSE).

378	Rosa Miranda Buffet Ltda-ME	01.057.138/16-66	Casa de festas	057.138/16	03/01/2018	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Impacto no Funcionamento (sustentabilidade)	Adotar para o empreendimento equipamentos e sistemas com características de sustentabilidade, como dispositivos economizadores de água e sistema de climatização energética.
378	Rosa Miranda Buffet Ltda-ME	01.057.138/16-66	Casa de festas	057.138/16	03/01/2018	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar Plano de Comunicação do empreendimento.
378	Rosa Miranda Buffet Ltda-ME	01.057.138/16-66	Casa de festas	057.138/16	03/01/2018	Tratamento de resíduos	Geração adicional de resíduos sólidos	Implantar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais (PGRSE).
385	Casa de Festas Espaço Felicitá LTDA	01.050.381/14-64	Casa de festas	050.381/14	18/12/2017	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança e no funcionamento	Implantar Plano de Comunicação do empreendimento.
385	Casa de Festas Espaço Felicitá LTDA	01.050.381/14-64	Casa de festas	050.381/14	18/12/2017	Polluição sonora	Impactos na vizinhança - ruído	Implantar Plano de Controle de Poluição Sonora.
385	Casa de Festas Espaço Felicitá LTDA	01.050.381/14-64	Casa de festas	050.381/14	18/12/2017	Tratamento de resíduos	Geração adicional de resíduos sólidos	Implantar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais (PGRSE).
385	Casa de Festas Espaço Felicitá LTDA	01.050.381/14-64	Casa de festas	050.381/14	18/12/2017	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas	Implantar melhorias nas calçadas lideiras ao empreendimento.
385	Casa de Festas Espaço Felicitá LTDA	01.050.381/14-64	Casa de festas	050.381/14	18/12/2017	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de veículos/mercadorias	Garantir que as operações de carga e descarga sejam realizadas de forma alternada pelos fornecedores.
374	RBMA Distribuidora de Presentes	01.149.815/14-80	Ampliação ou alteração do direito de permanência de uso	149.815/15	07/10/2017	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Impacto no Funcionamento (sustentabilidade)	Adotar para o empreendimento equipamentos e sistemas com características de sustentabilidade, como dispositivos economizadores de água e sistema de climatização energética.
374	RBMA Distribuidora de Presentes	01.149.815/14-80	Ampliação ou alteração do direito de permanência de uso	149.815/15	07/10/2017	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar Plano de Comunicação do empreendimento.
374	RBMA Distribuidora de Presentes	01.149.815/14-80	Ampliação ou alteração do direito de permanência de uso	149.815/15	07/10/2017	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de veículos/mercadorias	Garantir que todas as operações de carga e descarreguem realizadas na área interna ao empreendimento por veículos utilitários.
402	Construtora Aníures Freitas Ltda (Atium Recepções e Eventos)	01.049.121/16-08	Serviço de uso coletivo	049.121/16	19/09/2017	Supressão de vegetação	Intervenções no terreno - Supressão de vegetação	Plantar 4 (quatro) espécimes arbóreos no local conforme determinado no Lado Anterior Nº 074/NL de 20/10/16.
402	Construtora Aníures Freitas Ltda (Atium Recepções e Eventos)	01.049.121/16-08	Casa de festas	049.121/16	19/09/2017	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Impacto no Funcionamento (sustentabilidade)	Adotar para o empreendimento equipamentos e sistemas com características de sustentabilidade, como dispositivos economizadores de água e sistema de climatização energética.
402	Construtora Aníures Freitas Ltda (Atium Recepções e Eventos)	01.049.121/16-08	Casa de festas	049.121/16	19/09/2017	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar Plano de Comunicação do empreendimento.
402	Construtora Aníures Freitas Ltda (Atium Recepções e Eventos)	01.049.121/16-08	Casa de festas	049.121/16	19/09/2017	Tratamento de resíduos	Geração adicional de resíduos sólidos	Implantar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais (PGRSE).
380	LAKE HOUSE FESTAS E EVENTOS LTDA	01.009.524/14-07	Edificação residencial com mais de 300 unidades habitacionais	009.524/14	05/09/2017	Proteção ao patrimônio cultural e/ou ambiental	Comprometimento do patrimônio cultural e da vizinhança	Em virtude do imóvel se encontrar na área de amortecimento do Conflito Moderno da Pampulha, atender as determinações da DPC para a fachada.
380	LAKE HOUSE FESTAS E EVENTOS LTDA	01.009.524/14-07	Casa de festas	009.524/14	05/09/2017	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Impacto no Funcionamento (sustentabilidade)	Adotar para o empreendimento equipamentos e sistemas com características de sustentabilidade, como dispositivos economizadores de água e sistema de climatização energética.
380	LAKE HOUSE FESTAS E EVENTOS LTDA	01.009.524/14-07	Casa de festas	009.524/14	05/09/2017	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar Plano de Comunicação do empreendimento.
380	LAKE HOUSE FESTAS E EVENTOS LTDA	01.009.524/14-07	Casa de festas	009.524/14	05/09/2017	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Realizar tratamento da calçada/passeio contemplando acessibilidade aos pedestres e a adoção do rebatimento de meio-fio para acesso dos veículos ao lote.
380	LAKE HOUSE FESTAS E EVENTOS LTDA	01.009.524/14-07	Casa de festas	009.524/14	05/09/2017	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Fornecimento de 30 (trinta) bodequês sonoras para instalação em semáforos com foco para pedestres a fim de orientar o atravessamento das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.
380	LAKE HOUSE FESTAS E EVENTOS LTDA	01.009.524/14-07	Casa de festas	009.524/14	05/09/2017	Tratamento de resíduos	Geração adicional de resíduos sólidos	Implantar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais (PGRSE).
303	SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL SEIAS - OBRA SÃO JOSÉ OPERÁRIO	01.039543/15-11	Serviço de uso coletivo	039.543/15	01/09/2017	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar Plano de Comunicação com a vizinhança.
303	SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL SEIAS - OBRA SÃO JOSÉ OPERÁRIO	01.039543/15-11	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	039.543/15	01/09/2017	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar o "Projeto Pedagógico de Educação para Cidadania no Trânsito de Belo Horizonte".
303	SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL SEIAS - OBRA SÃO JOSÉ OPERÁRIO	01.039543/15-11	Serviço de uso coletivo	039.543/15	01/09/2017	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Impacto no Funcionamento (sustentabilidade)	Adotar para o empreendimento equipamentos e sistemas com características de sustentabilidade, como dispositivos economizadores de água e sistema de climatização energética.
303	SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL SEIAS - OBRA SÃO JOSÉ OPERÁRIO	01.039543/15-11	Serviço de uso coletivo	039.543/15	01/09/2017	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Adequar as calçadas lideiras de acordo com a legislação municipal.
303	SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL SEIAS - OBRA SÃO JOSÉ OPERÁRIO	01.039543/15-11	Serviço de uso coletivo	039.543/15	01/09/2017	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar bicicletário interno em área coberta, com capacidade para 20 bicicletas.
303	SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL SEIAS - OBRA SÃO JOSÉ OPERÁRIO	01.039543/15-11	Serviço de uso coletivo	039.543/15	01/09/2017	Tratamento de resíduos	Geração adicional de resíduos sólidos	Implantar novo Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais (PGRSE).
315	Instituto Metodista Izabela Hendrix	01.103.086/12-71	Serviço de uso coletivo	103.086/12	22/07/2017	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de veículos, ciclistas e pessoas	Implantar Projeto Aquilifônico contemplando uma área interna à edificação para realização das operações de carga e descarga.
315	Instituto Metodista Izabela Hendrix	01.103.086/12-71	Serviço de uso coletivo	103.086/12	22/07/2017	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de veículos, ciclistas e pessoas	Instalar bicicletário, em área coberta e interna do empreendimento, com suportes para fixação de, no mínimo, 20 bicicletas.
315	Instituto Metodista Izabela Hendrix	01.103.086/12-71	Serviço de uso coletivo	103.086/12	22/07/2017	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de veículos, ciclistas e pessoas	Implantar "Programa de Gestão da Mobilidade Local".
315	Instituto Metodista Izabela Hendrix	01.103.086/12-71	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	103.086/12	22/07/2017	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de veículos, ciclistas e pessoas	Implantar "Projeto Pedagógico de Educação para Cidadania no Trânsito de Belo Horizonte".
315	Instituto Metodista Izabela Hendrix	01.103.086/12-71	Serviço de uso coletivo	103.086/12	22/07/2017	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de veículos, ciclistas e pessoas	Promover acomodação universal à Praça da Liberdade através da implantação do projeto viário exclusivo (aparcimento e trafugação).
315	Instituto Metodista Izabela Hendrix	01.103.086/12-71	Serviço de uso coletivo	103.086/12	22/07/2017	Tratamento de resíduos	Geração adicional de resíduos sólidos	Implantar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais (PGRSE) e Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Saúde (PGRSS).
315	Instituto Metodista Izabela Hendrix	01.103.086/12-71	Serviço de uso coletivo	103.086/12	22/07/2017	Segurança do usuário e/ou da vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar iluminação de segundo nível ao longo do perímetro do empreendimento, visando à qualificação do entorno do empreendimento no uso noturno, garantindo segurança e conforto no encaminhamento do pedestre.
315	Instituto Metodista Izabela Hendrix	01.103.086/12-71	Serviço de uso coletivo	103.086/12	22/07/2017	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Impactos na vizinhança	Adotar para o empreendimento equipamentos e sistemas com características de sustentabilidade, como dispositivos economizadores de água e sistema de climatização energética.
364	FLORICULTURA E BAR VERDE ESSENCIAL LTDA	01.164.163/15-67	Heliporto	164.163/15	22/07/2017	Proteção ao patrimônio cultural e/ou ambiental	Não se aplica	
311	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DOS IRMÃOS DE NOSSA SENHORA (COLEGIO PADRE EUSTÁQUIO)	01.054.785/15-26	Escolas infantis, estabelecimentos de ensino fundamental e médio lideiras a ruas arteriais.	054.785/15	17/07/2017	Drenagem	Drenagem	Implantar Sistema de manejo adequado das águas pluviais, mediante o controle na fonte, utilizando o critério de restrição da vazão excedente e incorporando alternativas tecnológicas que facilitem a infiltração de águas pluviais, o armazenamento temporário e a sua utilização.
311	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DOS IRMÃOS DE NOSSA SENHORA (COLEGIO PADRE EUSTÁQUIO)	01.054.785/15-26	Serviço de uso coletivo	054.785/15	17/07/2017	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Impacto no Funcionamento (sustentabilidade)	Adotar para o empreendimento equipamentos e sistemas com características de sustentabilidade, como dispositivos economizadores de água e sistema de climatização energética.
311	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DOS IRMÃOS DE NOSSA SENHORA (COLEGIO PADRE EUSTÁQUIO)	01.054.785/15-26	Serviço de uso coletivo	054.785/15	17/07/2017	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar Plano de Comunicação do empreendimento.
311	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DOS IRMÃOS DE NOSSA SENHORA (COLEGIO PADRE EUSTÁQUIO)	01.054.785/15-26	Casa de festas	054.785/15	17/07/2017	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar o "Projeto Pedagógico de Educação para Cidadania no Trânsito de Belo Horizonte".
311	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DOS IRMÃOS DE NOSSA SENHORA (COLEGIO PADRE EUSTÁQUIO)	01.054.785/15-26	Serviço de uso coletivo	054.785/15	17/07/2017	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de veículos/mercadorias	Implantar vaga destinada às operações de carga e descarga.
311	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DOS IRMÃOS DE NOSSA SENHORA (COLEGIO PADRE EUSTÁQUIO)	01.054.785/15-26	Serviço de uso coletivo	054.785/15	17/07/2017	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar bicicletário com suportes para fixação de, no mínimo, 20 bicicletas.
311	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DOS IRMÃOS DE NOSSA SENHORA (COLEGIO PADRE EUSTÁQUIO)	01.054.785/15-26	Serviço de uso coletivo	054.785/15	17/07/2017	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar projeto viário para a Rua Padre Eustáquio, no trecho compreendido entre a Rua Curral Del Rei e a Rua Castilho, e para a Rua Castelo Alvim, no trecho compreendido entre Rua Riachuelo e Rua Perdões.
311	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DOS IRMÃOS DE NOSSA SENHORA (COLEGIO PADRE EUSTÁQUIO)	01.054.785/15-26	Serviço de uso coletivo	054.785/15	17/07/2017	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar soluções de melhoria das condições de circulação de pedestres no entorno do empreendimento.
311	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DOS IRMÃOS DE NOSSA SENHORA (COLEGIO PADRE EUSTÁQUIO)	01.054.785/15-26	Serviço de uso coletivo	054.785/15	17/07/2017	Tratamento de resíduos	Geração adicional de resíduos sólidos	Implantar novo Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais (PGRSE).
312	Nádia Lúcia Perdigão	01.059.236/15-30	Edificação residencial com mais de 300 unidades habitacionais	059.236/15	20/06/2017	Supressão de vegetação	Intervenções no terreno - Supressão de vegetação	Atender no mínimo 200,7 m² de área permeável, correspondente a 26% do terreno, conforme especificado pela legislação. A área permeável deverá ser localizada em terreno natural descoberto, ou seja, fora da projeção de telas.
312	Nádia Lúcia Perdigão	01.059.236/15-30	Edificação não residencial com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas	059.236/15	20/06/2017	Supressão de vegetação	Intervenções no terreno - Supressão de vegetação e alterações na ambiência e paisagem urbana	Implantar nova proposta paisagística: introduzir espécimes arbóreos nativos da Serra do Curral e atraindo a avifauna nas áreas permeáveis do empreendimento, incluindo a área do bulbo; incorporar 44 elementos arbóreos, resultantes das compensações pelas supressões de vegetação solicitadas; incluir implantação de projeto de irrigação.
312	Nádia Lúcia Perdigão	01.059.236/15-30	Casa de festas	059.236/15	20/06/2017	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Alterações na ambiência e paisagem urbana	Manter as áreas ajardinadas previstas para o afastamento frontal da Av. Deputado Cristóvam Chiaradia e Rua Genário Lúcia Vasconcelos.
312	Nádia Lúcia Perdigão	01.059.236/15-30	Casa de festas	059.236/15	20/06/2017	Drenagem	Drenagem	Implantar Sistema de manejo adequado das águas pluviais, mediante o controle na fonte, utilizando o critério de restrição da vazão excedente e incorporando alternativas tecnológicas que facilitem a infiltração de águas pluviais, o armazenamento temporário e a sua utilização.
312	Nádia Lúcia Perdigão	01.059.236/15-30	Serviço de uso coletivo	059.236/15	20/06/2017	Drenagem	Alterações ambientais no entorno	Mitigar os impactos identificados no Projeto de Drenagem.
312	Nádia Lúcia Perdigão	01.059.236/15-30	Casa de festas	059.236/15	20/06/2017	Mobilidade e acessibilidade	Impacto no funcionamento	Adotar para o empreendimento equipamentos e sistemas com características de sustentabilidade, como dispositivos economizadores de água e sistema de climatização energética.
312	Nádia Lúcia Perdigão	01.059.236/15-30	Casa de festas	059.236/15	20/06/2017	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar Plano de Comunicação do empreendimento.
312	Nádia Lúcia Perdigão	01.059.236/15-30	Serviço de uso coletivo	059.236/15	20/06/2017	Proteção ao patrimônio cultural e/ou ambiental	Alterações ambientais no entorno	Mitigar os possíveis impactos oriundos da proximidade com a Estação Ecológica do Cercadinho.

312	Nádia Lúcia Perdigão	01.058.236/15-30	Casa de festas	058.236/15	20/06/2017	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de veículos/mercadorias	Garantir que todas as operações de carga e descarga sejam realizadas na área interna ao empreendimento por veículos utilitários
312	Nádia Lúcia Perdigão	01.058.236/15-30	Casa de festas	058.236/15	20/06/2017	Tratamento de resíduos	Geração adicional de resíduos sólidos	Implantar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais (PGRSE) e Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil
312	Nádia Lúcia Perdigão	01.058.236/15-30	Casa de festas	058.236/15	20/06/2017	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Alterações na ambiência e paisagem urbana	Implantar projeto paisagístico de arborização para as calçadas linderas ao empreendimento, contemplando a introdução de faixa gramada
312	Nádia Lúcia Perdigão	01.058.236/15-30	Casa de festas	058.236/15	20/06/2017	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Implantar 2 abrigos para passageiros junto a Pontos de Embarkue e Desembarque – PED de transporte coletivo por ônibus, sendo pelo menos um no entorno próximo do empreendimento
312	Nádia Lúcia Perdigão	01.058.236/15-30	Casa de festas	058.236/15	20/06/2017	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos	Prever, no mínimo, 5 vagas destinadas a bicicletas
314	Instituto Cultural Newbon Paiva Ferreira LTDA	01.072.123/15-83	Serviço de uso coletivo	072.123/15	20/06/2017	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas, ciclistas e veículos	Implantar projeto arquitetônico que contemple o tratamento das calçadas linderas aos acessos de veículos, à faixa de acumulação, as vagas de estacionamento para veículos leves, motocicletas, bicicletas e vans, em quantidade suficiente para atender à demanda do empreendimento
314	Instituto Cultural Newbon Paiva Ferreira LTDA	01.072.123/15-83	Serviço de uso coletivo	072.123/15	20/06/2017	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas, ciclistas e veículos	Implantar "Programa de Gestão da Mobilidade Local"
314	Instituto Cultural Newbon Paiva Ferreira LTDA	01.072.123/15-83	Serviço de uso coletivo	072.123/15	20/06/2017	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas, ciclistas e veículos	Implantar melhorias necessárias para circulação de pedestres, ciclistas e veículos identificadas a partir da elaboração de estudo de viáveis, projetos de geometria, sinalização e semáforos
314	Instituto Cultural Newbon Paiva Ferreira LTDA	01.072.123/15-83	Serviço de uso coletivo	072.123/15	20/06/2017	Tratamento de resíduos	Geração adicional de resíduos sólidos	Implantar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais e de Saúde (PGRSE e PGRSE)
314	Instituto Cultural Newbon Paiva Ferreira LTDA	01.072.123/15-83	Serviço de uso coletivo	072.123/15	20/06/2017	Segurança do usuário e/ou da vizinhança	Alterações na ambiência e paisagem urbana	Promover permeabilidade visual às fachadas frontais do empreendimento no fechamento dos quadras e muramento do mesmo. Tal ação deverá privilegiar a melhoria da ambiência urbana e promoção da segurança cidadã no entorno imediato do empreendimento
314	Instituto Cultural Newbon Paiva Ferreira LTDA	01.072.123/15-83	Serviço de uso coletivo	072.123/15	20/06/2017	Segurança do usuário e/ou da vizinhança	Alterações na ambiência e paisagem urbana	Implantar iluminação de segurança nível junto ao alinhamento do empreendimento, visando a qualificação do entorno do empreendimento para o uso noturno, garantindo segurança e conforto no caminhar do pedestre
314	Instituto Cultural Newbon Paiva Ferreira LTDA	01.072.123/15-83	Serviço de uso coletivo	072.123/15	20/06/2017	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Alterações na ambiência e paisagem urbana	Implantar proposta paisagística para as áreas permeáveis do empreendimento visando a melhoria na ambiência local
314	Instituto Cultural Newbon Paiva Ferreira LTDA	01.072.123/15-83	Serviço de uso coletivo	072.123/15	20/06/2017	Drenagem	Drenagem	Mitigar os impactos identificados no Projeto de Drenagem
314	Instituto Cultural Newbon Paiva Ferreira LTDA	01.072.123/15-83	Serviço de uso coletivo	072.123/15	20/06/2017	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar Plano de Comunicação entre o empreendimento, moradores do entorno e lideranças comunitárias
314	Instituto Cultural Newbon Paiva Ferreira LTDA	01.072.123/15-83	Serviço de uso coletivo	072.123/15	20/06/2017	Proteção ao patrimônio cultural e/ou ambiental	Impactos na vizinhança	Mitigar os possíveis impactos oriundos da proximidade com o Quilombo dos Lúbes
314	Instituto Cultural Newbon Paiva Ferreira LTDA	01.072.123/15-83	Parqueamento vinculado, na figura de desmembramento, que origine lote com área superior a 10.000 m <sup>2</sup> ou quarteirão com dimensão superior a 200m	072.123/15	20/06/2017	Qualificação dos espaços e serviços públicos	Uso e ocupação do solo (atração de pessoas e demanda por espaços de lazer)	Revitalizar a Praça do Sereno, garantindo a responsabilidade pela sua manutenção pelo prazo de 10 (dez) anos
314	Instituto Cultural Newbon Paiva Ferreira LTDA	01.072.123/15-83	Heliponto	072.123/15	20/06/2017	Qualificação dos espaços e serviços públicos	Uso e ocupação do solo (atração de pessoas e demanda por espaços de lazer)	Revitalizar a Praça Madre Gema da Eucaristia, garantindo a responsabilidade pela sua manutenção pelo prazo de 10 (dez) anos
314	Instituto Cultural Newbon Paiva Ferreira LTDA	01.072.123/15-83	Serviço de uso coletivo	072.123/15	20/06/2017	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas e veículos pesados	Fornecer Materiais para manutenção do CFTV das câmeras de controle da BHTRANS instaladas em campo
329	Salão de Festas Tílicio Kids	01-104.801/15-63	Casa de show	104.801/15	20/06/2017	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas, ciclistas e veículos	Implantar projeto arquitetônico que contemple a alteração no acesso de veículos à área do estacionamento interno, de modo que seja retildeada a entrada em ângulo de 90°, e o tratamento do afastamento frontal voltado para a Av. Amazonas, nos limites da testada do empreendimento
329	Salão de Festas Tílicio Kids	01-104.801/15-63	Casa de festas	104.801/15	20/06/2017	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas, ciclistas e veículos	Prover a área interna do estacionamento de sinalização viária, visando a melhoria da sua percepção e a segurança dos motoristas
329	Salão de Festas Tílicio Kids	01-104.801/15-63	Casa de festas	104.801/15	20/06/2017	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas, ciclistas e veículos	Implantar suportes para a fixação de 5 bicicletas nas dependências do empreendimento
329	Salão de Festas Tílicio Kids	01-104.801/15-63	Serviço de uso coletivo	104.801/15	20/06/2017	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas, ciclistas e veículos	Relocar a boca-de-lobo existente junto aos acessos de veículos na Av. Amazonas e implantar o rebalçamento do meio-fio conforme projeto já aprovado, de forma que os veículos possam sair do empreendimento de forma segura
329	Salão de Festas Tílicio Kids	01-104.801/15-63	Casa de festas	104.801/15	20/06/2017	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de pessoas, ciclistas e veículos	Disponibilizar de manobristas durante os horários dos eventos para viabilizar o uso das vagas pressas, mantendo abertos todos os portões de acesso de veículos ao estacionamento durante o horário dos eventos
329	Salão de Festas Tílicio Kids	01-104.801/15-63	Casa de festas	104.801/15	20/06/2017	Poluição sonora	Impacto na vizinhança	Implantar sistema de contenção sonora/tratamento acústico junto ao espaço onde serão realizados os eventos, com fins a atender aos Limites Máximos Permissíveis (LMP) pela Lei Municipal nº 8.505/08
329	Salão de Festas Tílicio Kids	01-104.801/15-63	Casa de festas	104.801/15	20/06/2017	Relacionamento com a vizinhança	Impacto na vizinhança	Implantar Plano de Comunicação do empreendimento
329	Salão de Festas Tílicio Kids	01-104.801/15-63	Casa de festas	104.801/15	20/06/2017	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Impacto no Funcionamento (sustentabilidade)	Adotar para o empreendimento equipamentos e sistemas com características de sustentabilidade, como dispositivos economizadores de água e sistema de otimização energética
329	Salão de Festas Tílicio Kids	01-104.801/15-63	Casa de festas	104.801/15	20/06/2017	Tratamento de resíduos	Geração adicional de resíduos sólidos	Implantar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais (PGRSE)
329	Salão de Festas Tílicio Kids	01-104.801/15-63	Heliponto	104.801/15	20/06/2017	Sustentabilidade e qualificação do empreendimento	Alterações na ambiência e paisagem urbana	Implantar proposta paisagística para o tratamento das áreas permeáveis localizadas no afastamento frontal do empreendimento, contemplando necessariamente verpacho e arborização sobre terreno natural
375	Grupo IBMEC Educacional S.A.	01.026.551/16-98	Serviço de uso coletivo	026.551/16	20/06/2017	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de veículos e pessoas	Implantar "Programa de Gestão da Mobilidade Local"
375	Grupo IBMEC Educacional S.A.	01.026.551/16-98	Acesso por via de menor permeabilidade de uso	026.551/16	20/06/2017	Drenagem	Drenagem	Mitigar os impactos identificados no Projeto de Drenagem
375	Grupo IBMEC Educacional S.A.	01.026.551/16-98	Serviço de uso coletivo	026.551/16	20/06/2017	Tratamento de resíduos	Geração adicional de resíduos sólidos	Implantar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais – PGRSE – aprovado
375	Grupo IBMEC Educacional S.A.	01.026.551/16-98	Serviço de uso coletivo	026.551/16	20/06/2017	Relacionamento com a vizinhança	Impactos na vizinhança	Implantar Plano de Comunicação do empreendimento
375	Grupo IBMEC Educacional S.A.	01.026.551/16-98	Direito de permanência de uso na ADE Pampulha	026.551/16	20/06/2017	Qualificação dos espaços e serviços públicos	Uso e ocupação do solo (atração de pessoas e demanda por equipamentos públicos, comércio e serviços)	Fornecer atividades e projetos sociais para a comunidade, com foco principalmente na terceira idade
375	Grupo IBMEC Educacional S.A.	01.026.551/16-98	Serviço de uso coletivo	026.551/16	20/06/2017	Mobilidade e acessibilidade	Movimentação de veículos e pessoas	Disponibilizar auditório em até seis vezes ao ano e suas salas anexas também em até seis vezes ao ano, para eventos organizados pela BHTRANS em prol da Mobilidade Urbana, com a participação da comunidade, durante cinco anos

Elaborado pela autora. Fonte: PBH

**ANEXO A - Orientação para Licenciamento de Empreendimento de Impacto - OLEI  
emitida em 2023**







**ORIENTAÇÃO PARA O LICENCIAMENTO DE  
EMPREENDIMENTO DE IMPACTO - URBANÍSTICO**

Nº OLEI

Data de Processamento: /2023

Data de Validade: /2024

**SUPLAN**

- o Estudo do Impacto de Vizinhança - EIV conforme termo de referência emitido.
- o Relatório de Impacto de Circulação (RIC), conforme roteiro disponível no link <https://prefeitura.pbh.gov.br/bhtrans/informacoes/transito-diretrizes-viarias/licenciamentos/licenciamento-ambiental-urbanistico>.
- o Anexo A - Dados Cadastrais do Empreendimento, datado e assinado.
- o Documentos Cadastrais do Empreendimento
  - Cópia CPF e CI do responsável legal pelo empreendimento.
  - CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, do empreendimento (se houver).
  - Contrato Social, da empresa para identificação do responsável legal (se houver).
- o Anotação de Responsabilidade Técnica ou Registro de Responsabilidade Técnica referente à coordenação do EIV.
- o Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) referente aos estudos viários.
- o Caso as atividades desenvolvidas ou prevista no empreendimento estejam classificadas como geradora de ruídos e vibrações, identificada como Item 9 no Anexo XIII da Lei 11.181/19, anexar a Anotação de Responsabilidade Técnica ou Registro de Responsabilidade Técnica referente à implantação e eficiência das medidas de controle de ruído e atenuação de vibração no empreendimento.
- o Cópia da publicação em jornal de grande circulação, conforme modelo fornecido.
- o Documentação afeta à Geração de Resíduos Sólidos descritas no Termo de Referência.
- o Apresentar, referente à parte não residencial do empreendimento, o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais (PGRSE) para análise e aprovação, conforme termo de referência anexo.
- o Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) dos profissionais que elaboraram o PGRSE, devidamente registradas nos respectivos conselhos de classe.
- o Cópia da guia de pagamento, a ser retirada no site [www.fazenda.pbh.gov.br/dram](http://www.fazenda.pbh.gov.br/dram), e do comprovante de pagamento referente à análise do PGRSE.

OBS: Caso já possua o PGRSE aprovado, apresentar documento que comprove sua aprovação.

- o Anexos relacionados à pesquisa de percepção ambiental;
- o Lista de entrevistados (vínculo e contato);
- o Cópia das entrevistas realizadas.

**ORIENTAÇÕES E OBSERVAÇÕES**

Esta Orientação de Licenciamento de Empreendimento de Impacto (OLEI) não substitui, para nenhum efeito, a Licença Ambiental e/ou Urbanística, nem constitui documento autorizativo.

O presente documento foi emitido com base nas informações apresentadas pelo interessado no momento de sua solicitação. Informações incompletas ou inexatas poderão acarretar uma orientação inadequada, invalidando o estudo a ser apresentado e implicando a necessidade de solicitação de nova orientação.

A autenticação deste documento deve ser verificada na página do e-pbh.gov.br

SMPU - SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA

Página 3 de 21



**ORIENTAÇÃO PARA O LICENCIAMENTO DE  
EMPREENDIMENTO DE IMPACTO - URBANÍSTICO**

Nº OLEI

Data de Processamento: /2023

Data de Validade: /2024

Apresentar informações falsas constitui infração grave, nos termos do art. 299 do Código Penal.

O atendimento da OLEI com a respectiva abertura do processo de licenciamento de empreendimento de impacto deverá ser efetivado pelo responsável legal pelo empreendimento ou por seu representante devidamente constituído. Neste último caso, será necessário apresentar declaração autorizativa, inserindo também o documento de identificação tanto do outorgante quanto do outorgado.

O Termo de Designação do Responsável Técnico Coordenador dos Estudos para Fins de Licenciamento de Empreendimento de Impacto, devidamente preenchido, datado e assinado, deverá ser anexado no respectivo campo Informações do Responsável Técnico no sistema BH Digital. O referido termo encontra-se no serviço "Licenciamento Urbanístico de Empreendimento de Impacto", no portal PBH

**Órgão(s) envolvido(s) na análise:**

- o SUPLAN - Subsecretaria de Planejamento Urbano.
- o SUREG - Subsecretaria de Regulação Urbana
- o BHTRANS - Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A.
- o SMOBI - Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.
- o SMMA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente.
- o FMC - Fundação Municipal de Cultura
- o SLU - Superintendência de Limpeza Urbana.

Conforme declarado na solicitação de OLEI, o empreendimento em questão consumirá potencial construtivo adicional ao coeficiente básico. Portanto, durante o período de validade da OLEI, deverá ser realizada a Reserva do Potencial Construtivo Adicional no SIPU (Sistema de Instrumentos de Política Urbana). Desta maneira, informamos que:

A OLEI emitida, bem como o protocolo do EIV, não garantem a reserva do Estoque de Potencial Construtivo Adicional (EPCA). Esta somente será garantida a partir da reserva no SIPU, através do site [sipu.pbh.gov.br](http://sipu.pbh.gov.br);

2. A validade da reserva acompanhará a validade da OLEI, tornando-se nula caso a OLEI vença e o EIV não seja protocolado;

3. Alertamos a necessidade de marcação da opção "Empreendimento de Impacto" na tela de reserva

Informamos ainda que encontra-se disponível no Portal de Serviços, em "Reserva EPCA", tutorial esclarecendo o passo a passo desse pedido, e em caso de dúvidas, colocamos nos à disposição através do email [sipu.smpu@pbh.gov.br](mailto:sipu.smpu@pbh.gov.br).

Ressaltamos que projetos arquitetônicos, se apresentados, não serão avaliados para fins de verificação da conformidade urbanística, mas apenas no tocante à verificação de possíveis impactos e suas respectivas mitigações. A avaliação da conformidade urbanística será realizada em processo específico de aprovação junto à Subsecretaria de Regulação Urbana (SUREG), após a concessão do Parecer de Licenciamento Urbanístico (PLU) e do atendimento das diretrizes correspondentes.

A formalização da abertura do processo de licenciamento de Impacto Urbanístico, através do atendimento dessa OLEI, deverá ser efetuado pelo serviço "Licenciamento Urbanístico de Empreendimento de Impacto", no portal PBH.

Caso a altura final prevista para o empreendimento ultrapasse a altura máxima permitida para edificações conforme

A autenticação deste documento deve ser verificada na página do e-pbh.gov.br

SMPU - SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA

Página 4 de 21



## PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

### ORIENTAÇÃO PARA O LICENCIAMENTO DE EMPREENDIMENTO DE IMPACTO - URBANÍSTICO

Nº OLEI

Data de Processamento: /2023

Data de Validade: /2024

Portaria do Ministério da Defesa Nº 1424/GC3, de 14/12/2020, apresentar documento autorizativo emitido pelo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA 1), como orientado na Informações Básicas para Edificações (IBED).

Salientamos que essa OLEI foi emitida automaticamente. Assim sendo, arquivos porventura anexados na ocasião da solicitação deste documento não foram considerados

Integra a presente Orientação para o Licenciamento de Empreendimento de Impacto (OLEI) a documentação complementar disponível para download na aba "Documentos Anexos" do sistema OLEI.

A autenticação desse documento deve ser verificada na página do e-ph.gov.br

SMPU - SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA

Página 5 de 21



## PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

### ORIENTAÇÃO PARA O LICENCIAMENTO DE EMPREENDIMENTO DE IMPACTO - URBANÍSTICO

Nº OLEI

Data de Processamento: /2023

Data de Validade: /2024

#### TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DO EIV

##### Geral

##### Orientações Gerais para o preenchimento do Termo de Referência

Este Termo de Referência consiste em uma orientação para definição do escopo do Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV a ser elaborado. Como todo roteiro deve ser considerado como uma referência para conduzir as análises dos impactos gerados pelo empreendimento na vizinhança. Deve conter todas as informações necessárias para a plena compreensão da sua proposta, dos impactos gerados e as medidas mitigadoras, compensatórias e potencializadoras necessárias.

O EIV a ser apresentado deve ser elaborado com base em metodologia de avaliação de impacto ambiental a ser definida pelo Responsável Técnico - RT pelo estudo, devendo conter, no mínimo, as informações solicitadas neste Termo de Referência. Desta forma, este TR não deve ser considerado como uma estrutura de tópicos suficientes ao EIV, sendo que compete ao RT a avaliação sobre a necessidade de complementação de informações que porventura não estejam previstas neste documento, como subsídio para a plena análise dos impactos do empreendimento estudado.

As informações e análises, incluindo-se os mapas e croquis da concepção arquitetônica deverão ser inseridas no corpo de texto do EIV, evitando-se o uso de anexos. Estes deverão ser utilizados exclusivamente para inclusão de documentos e informações complementares ao estudo. Recomenda-se que os dados pessoais da equipe responsável pelo desenvolvimento do EIV bem como dos entrevistados da Pesquisa de Percepção Ambiental (nome, dados de contato, endereço, etc) sejam apresentadas em anexo, para resguardar o sigilo dos mesmos na publicação do volume principal do EIV.

O entendimento do papel do empreendimento na cidade e não somente no terreno no qual está inserido, é fundamental para delimitação das áreas de abrangência do mesmo em relação às questões físico-ambientais, urbanísticas, construtivas, funcionais, econômicas e socioculturais.

##### Orientações Específicas

Caso o empreendimento apresente alguma das características específicas listadas, seguir o que se orienta:

- Para empreendimentos inseridos em conjuntos urbanos protegidos ou em bens culturais tombados, com processo de tombamento aberto ou com registro imaterial, considerar a preservação das edificações protegidas e de valor cultural do conjunto ao qual o empreendimento está inserido, bem como as diretrizes de proteção cultural contidas na Informação Básica para edificações.
- Caso o empreendimento já tenha se submetido à análise do CDPCM-BH, apresentar deliberação do CDPCM-BH favorável às intervenções e novas construções propostas.
- Para empreendimentos inseridos em conjunto urbano em estudo, a Diretoria de Patrimônio Cultural e Arquivo Público - DPCA deve ser consultada para emissão da Carta Grau de Proteção, documento em que constará o grau de proteção e as diretrizes de projeto ou de regularização a serem seguidas.

##### Dados Empreendimento

Informar dados do empreendimento e da equipe técnica de elaboração do EIV:

- Nome do Empreendimento:

A autenticação desse documento deve ser verificada na página do e-ph.gov.br

SMPU - SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA

Página 6 de 21



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

## ORIENTAÇÃO PARA O LICENCIAMENTO DE EMPREENDIMENTO DE IMPACTO - URBANÍSTICO

Nº OLEI

Data de Processamento: /2023

Data de Validade: /2024

- Nome do Responsável Legal;
- Endereço do Empreendimento;

### Equipe técnica de elaboração do EIV

Informar:

- Nome do Responsável Técnico do EIV (coordenador do estudo) com número do registro profissional.
- Equipe técnica de elaboração do EIV, informando a formação do profissional e a função de cada um no estudo.

### Enquadramento do Licenciamento Urbanístico

Identificar o enquadramento do empreendimento (motivo da exigência de licenciamento urbanístico) conforme art. 345 da Lei nº 11.181/19 e DN Compur 05/2019.

- ( ) Edificações com área de estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas;
- ( ) Edificações com mais de 20.000m² de área total edificada;
- ( ) Edificações com mais de 300 unidades habitacionais;
- ( ) Atividade de gestão de espaço para exposição e feiras, com área utilizada superior a 6.000m²;
- ( ) Atividade de gestão de ginásio esportivo, com área utilizada superior a 6.000m²;
- ( ) Atividade de gestão de quadras, piscinas e praças de esportes, com área utilizada superior a 6.000m²;
- ( ) Atividade de gestão de instalações de esporte não especificadas anteriormente, com área utilizada superior a 6.000m²;
- ( ) Atividade de centro de convenções, com área utilizada superior a 6.000m²;
- ( ) Casas de shows e espetáculos ou discotecas e danceterias, com capacidade de público até 500 pessoas;
- ( ) Casas de shows e espetáculos ou discotecas e danceterias, com capacidade de público superior a 500 pessoas;
- ( ) Hipermercado - comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios, com área de vendas superior a 5.000m² ;
- ( ) Parcelamento vinculado que origine lote com área superior a 10.000m² ou quarteirão com dimensão superior a 200m;
- ( ) Convocação pelo Compur (Art. 343 da Lei nº 11.181/19)

### Localização do Empreendimento

Apresentar mapa de localização ou foto aérea, contendo a localização do empreendimento, a delimitação dos lotes ou terreno envolvido e a visualização do sistema viário da área que abrange as principais vias de acesso ao empreendimento.

### Concepção do Empreendimento

A autenticação deste documento deve ser verificada na página no site pbh.gov.br

SMPU - SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA

Página 7 de 21



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

## ORIENTAÇÃO PARA O LICENCIAMENTO DE EMPREENDIMENTO DE IMPACTO - URBANÍSTICO

Nº OLEI

Data de Processamento: /2023

Data de Validade: /2024

### Terreno

Descrever as características do terreno do empreendimento informando, no mínimo:

- Área (conforme levantamento topográfico e conforme planta cp);
- Presença de cursos d'água nascentes, áreas brejosas e demais atributos ou restrições hídricas relevantes;
- Presença de formações vegetais expressivas, especificando espécies legalmente protegidas ou imunes de supressão;
- Dinâmica de eventuais processos geomorfológicos, como ocorrência ou propensão a processos erosivos, movimentos de massa, inundações, assoreamentos etc.;
- Presença de áreas de preservação permanente e áreas com restrição de ocupação, tais como linhas de transmissão, recuos de alinhamento, projeto viário prioritário, faixas de domínio, entre outras.

Apresentar croqui que demonstre o terreno, representando os limites, as características do terreno levantadas e as áreas de restrição de ocupação sobrepostos com a projeção da edificação existente e/ou previstas, com as áreas permeáveis em terreno natural e com as áreas impermeáveis.

Apresentar relatório fotográfico que ilustre o terreno e as suas particularidades.

### Concepção Arquitetônica do Empreendimento

#### Memorial Descritivo

Apresentar breve memorial descritivo da concepção arquitetônica/urbanística do empreendimento. Abordar os lotes envolvidos e as características que permitam compreender o empreendimento a ser avaliado, incluindo também:

- A adoção de soluções projetuais que gerem Benefícios Urbanísticos descritos na Tabela 7 do Anexo XII da Lei 11.181/19.
- Indicar as demolições e/ou os acréscimos que porventura irão ocorrer no empreendimento.
- Identificar e especificar a eventual utilização de materiais reflexivos nas fachadas do empreendimento.
- No caso em que se aplicar parâmetros urbanísticos diferenciados decorrentes de leis ou decretos específicos em função da inserção do lote em área de Operação Urbana ou Conexão de Fundo de Vale, citar o instrumento legal utilizado.
- No caso da utilização de parâmetros urbanísticos específicos por enquadramento em classificação de hospital ou edificação horizontal, comprovar por meio de croqui ou texto que a edificação se enquadra nos critérios estabelecidos nas tabelas 8 ou 9 do Anexo XII da Lei 11.181/19.

- Informar o perfil estimado da população residente e faixa de renda familiar (em salários mínimos) da população a qual o empreendimento se destina.

- Descrever também a relação do empreendimento com o bem cultural protegido existente ou com o conjunto urbano protegido no qual se insere. No caso de empreendimentos dentro de territórios registrados, como patrimônio imaterial, descrever como a proposta se relaciona com práticas tradicionais registradas e com as comunidades detentoras do bem cultural, demonstrando a existência ou não de impactos na continuidade da manifestação cultural protegida.

### Características Arquitetônicas - Uso Misto

Apresentar as características da implantação e volumetria do empreendimento, por meio de croquis e textos que informem sobre:

A autenticação deste documento deve ser verificada na página no site pbh.gov.br

SMPU - SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA

Página 8 de 21





• **Operação do Empreendimento**

**Atividades desenvolvidas ou previstas**

- Informar todas as atividades desenvolvidas ou previstas, indicando inclusive os códigos CNAEs correspondentes.
- Informar a área utilizada total.

**Início das Atividades**

Empreendimentos existentes: Informar a data do início da operação do empreendimento

Empreendimentos a serem instalados: Informar a data de previsão de inauguração e cronograma (parcial e total).

**Horário de funcionamento**

Informar o horário de funcionamento do empreendimento durante a semana, fim de semana e informações sobre a existência ou previsão de turnos de trabalho.

Informar sobre a possibilidade de expansão futura e de funcionamento de outras atividades ou eventos.

**Movimentação de pessoas e mercadorias:**

Caracterizar e quantificar a movimentação de pessoas e mercadorias, considerando

- Empreendimentos existentes - apresentar dados reais a serem obtidos através da realização de pesquisas (conforme diretrizes constantes no anexo xx da OLEI)
- Empreendimentos a serem instalados - apresentar as estimativas a serem obtidas através de pesquisa em empreendimentos similares (conforme diretrizes constantes no anexo xx da OLEI). Caso não seja possível a execução da pesquisa, desde que justificada, podem ser utilizadas metodologias reconhecidas e comprovadas em trabalhos técnicos.

Os estudos devem compreender:

- População Fixa: funcionários (terceirizados ou não), alunos, professores, etc. (com os respectivos turnos de trabalho).
- População Flutuante: clientes, fornecedores, visitantes, pacientes, etc.
- Movimentação de mercadorias: descrição da movimentação interna das mercadorias na edificação (processo de conferência de notas fiscais e de mercadorias, local de recebimento, processo de armazenagem e expedição, utilização de docas, utilização de elevadores de pessoas e elevadores de cargas etc.) e descrição da movimentação dos caminhões, número de viagens por dia, horários, dias da semana, rotas utilizadas e caracterização dos veículos utilizados (tipo e dimensões).

**GERAÇÃO DE VIAGENS**

Informar o número de viagens geradas (produzidas e atraídas) por dia e nos horários de pico do empreendimento e do sistema viário da área de influência.

Descrever a divisão modal das viagens por meio da identificação dos meios de transporte que os usuários utilizam para acessar o empreendimento (em porcentagem).

A autenticação deste documento deve ser verificada na página do e-pbh.gov.br

SMPU - SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA

Página 11 de 21

**Atenção:**

Empreendimentos existentes - apresentar os dados reais a serem obtidos através da realização de pesquisas (conforme diretrizes constantes do anexo xx da OLEI) da movimentação de pessoas e veículos (inclusive veículos de carga).

Empreendimentos a serem instalados - apresentar as estimativas a serem obtidas através da realização de pesquisas em empreendimentos similares (conforme diretrizes anexo xx da OLEI) ou através da utilização de metodologias reconhecidas no Brasil e comprovadas em trabalhos técnicos (citar a fonte).

• **Resíduos Sólidos**

Apresentar documento anexo ao EIV para análise da geração de resíduo, contendo:

- Número de unidades habitacionais;
- Cálculo da geração estimada dos resíduos comuns não recicláveis, recicláveis e perigosos;
- Planta baixa constando a localização do sistema de armazenamento final de resíduos, em escala 1:100;
- Projeto arquitetônico detalhado do abrigo dos resíduos, em escala 1:50, por tipo de resíduo, contemplando a projeção dos equipamentos/contenedores que serão utilizados para o acondicionamento destes, em atendimento a Portaria Conjunta SMPU/SLU N° 003/2018, de 07 de dezembro de 2018.

Para os empreendimentos de uso misto, a documentação acima deverá ser relacionada à parcela residencial da edificação.

• **Ruído**

**Análise de Ruído**

Listar as situações e os equipamentos produtores de ruídos, como geradores elétricos, condicionadores de ar, entre outros tipos de máquinas e equipamentos.

Descrever as possíveis fontes geradoras de ruído (equipamentos de som, quadras esportivas, locais com aglomeração de pessoas, entre outros), se houver, e apresentar:

- Mecanismos/materiais para isolamento, controle acústico ou redução dos níveis de emissão sonora nos ambientes cobertos
- Soluções para diminuir os níveis de ruído a serem adotadas nas áreas descobertas.

Caso as atividades desenvolvidas ou prevista no empreendimento estejam classificadas como geradora de ruídos e vibrações, identificadas como item 9 no Anexo XIII da Lei 11.181/19, apresentar laudo comprobatório de atendimento à Lei 9.505/2008.

**Caracterização da Vizinhança Potencialmente Afetada**

• **Definição da Vizinhança Afetada**

Definir e delimitar a vizinhança potencialmente afetada pelo empreendimento a partir da análise de seus impactos. Justificar a delimitação proposta através da descrição dos critérios adotados, tais como porte, natureza das atividades que serão instaladas, a população residente, de trabalhadores e/ou usuários estimados, e as características dos acessos e do entorno.


Critérios para definição de vizinhança:

A autenticação deste documento deve ser verificada na página do e-pbh.gov.br

SMPU - SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA

Página 12 de 21





PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

ORIENTAÇÃO PARA O LICENCIAMENTO DE  
EMPREENDIMENTO DE IMPACTO - URBANÍSTICO

Nº OLEI  
[REDACTED]

Data de Processamento: [REDACTED]/2023

Data de Validade: [REDACTED]/2024

O conceito de vizinhança refere-se à área de abrangência dos impactos do empreendimento, podendo ter limites diferentes em função da natureza dos diferentes impactos potenciais. Dessa forma, para delimitação das áreas sugere-se:

- Para estudos de escavações, insolação e ventilação: lotes ou terrenos vizinhos (em caso de obras);
- Para questões de uso e ocupação do solo e dinâmica imobiliária: quarteirões do entorno. Esse limite pode ser variável em decorrência da complexidade da área e do potencial de abrangência do empreendimento;
- Para questões de drenagem: sub-bacia hidrográfica e dispositivos de drenagem do entorno (sarjetas, bocas de lobo, PVs, redes, galerias, canais, bacias de detenção etc);
- Para estudo da paisagem: observar altimetria, volumetria e ambiência predominantes, bem como existência de bens de interesse cultural no campo visual da área e possíveis interferências nas principais visadas, considerando as edificações e demais elementos referenciais identificados;
- Para estudos de impactos no trânsito e na circulação: o porte do empreendimento, as atividades nele instaladas, o número de viagens produzidas, as rotas de acesso e a localização dos PEDs utilizados pelos usuários do empreendimento, dentre outros aspectos relevantes;

Sempre que possível, quando identificadas mais de uma área de influência, tentar consolidá-las constituindo a vizinhança do empreendimento para efeito da análise dos impactos deste estudo.

Os limites da vizinhança deverão ser demarcados considerando o sistema viário existente, as barreiras físicas, a topografia do entorno, evitando-se a demarcação no meio dos quarteirões. Não serão admitidas delimitações radiais a partir do empreendimento.

Os limites também deverão considerar os perímetros dos conjuntos urbanos protegidos e os bens materiais e imateriais protegidos existentes na vizinhança.

**Mapa da vizinhança potencialmente afetada**

Apresentar mapeamento da vizinhança potencialmente afetada, incluindo fotografia aérea em escala adequada contendo a localização do terreno ou imóvel e a(s) delimitação(ões) da vizinhança.

• **Trânsito, Transporte e Circulação**

**Acessibilidade ao Empreendimento**

**Macroacessibilidade**

Este item deve conter a descrição, caracterização e o mapeamento das principais rotas de chegada e saída do empreendimento, partindo dos principais corredores de trânsito de Belo Horizonte, próximos ao empreendimento. Para tanto, devem ser apresentados, mapas de circulação viária, contendo:

- Rotas de chegada.
- Rotas de saída.
- Sentido de circulação das vias no entorno do empreendimento.

Baseado no levantamento das características das rotas descrito no RIC, apresentar síntese das condições físicas identificadas, incluindo informações sobre as condições operacionais.

**Microacessibilidade**


**Circulação de pedestres e ciclistas**

**Rotas de circulação de pedestres**

A autenticação deste documento deve ser verificada na página no e-pbh.gov.br

SMPU - SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA

Página 13 de 21



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

ORIENTAÇÃO PARA O LICENCIAMENTO DE  
EMPREENDIMENTO DE IMPACTO - URBANÍSTICO

Nº OLEI  
[REDACTED]

Data de Processamento: [REDACTED]/2023

Data de Validade: [REDACTED]/2024

Devem ser identificadas as rotas de circulação de pedestres na área de influência do empreendimento e avaliadas, de forma qualitativa, as condições de caminamento e travessias, descrevendo as deficiências existentes.

Devem ser avaliadas todas as rotas de caminamento próximas ao empreendimento, considerando:

- Os Pontos de Embarque e Desembarque de Passageiros (PEDs) ou estações (metrô e ônibus) próximos ao empreendimento.
- As áreas de concentração de atividades não residenciais ou centralidades próximas ao empreendimento.

Considerar também as rotas de pedestres até os principais equipamentos comunitários que podem ser utilizados pelos moradores do empreendimento.

Caracterizar as travessias de pedestres existentes nas rotas de caminamento identificadas e nas esquinas próximas ao empreendimento, com apresentação de informações sobre:

- Demanda / nº de pedestres por minuto (em locais com elevado fluxo de pedestres).
- Condições da sinalização horizontal e semafórica (focos específicos para pedestres).
- Condições do pavimento das calçadas junto às travessias.
- Condições das rampas de rebaixamento de meio-fio para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Identificação de pontos críticos existentes ou potenciais nas rotas de caminamento de pedestres (conflitos com veículos, rampas, estrangulamentos, acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida).

**Rotas cicloviárias**

Identificar as rotas cicloviárias na área de influência do empreendimento e avaliar, de forma qualitativa, as condições de segurança das rotas, descrevendo as deficiências existentes, bem como os conflitos existentes com veículos e pedestres.

**Mapas e levantamentos fotográficos das rotas de pedestres e ciclistas**

O diagnóstico da circulação de pedestres e ciclistas deve ser ilustrado com mapas e levantamento fotográfico.

**Transportes Coletivos:**

Ônibus e metrô:

- Apresentar mapa contendo o itinerário das linhas do transporte coletivo na área de influência e a localização dos pontos de embarque e desembarque de passageiros (PEDs) que atendem o empreendimento. A legenda do mapa deve conter o número e o nome das linhas.
- Apresentar quadro descritivo e levantamento fotográfico da avaliação das condições da operação dos PEDs que atendem o empreendimento: localização (endereço), linhas atendidas, se tem abrigo, condições do pavimento das calçadas e informações sobre a área disponível para acomodação de passageiros.

Táxi:

- Apresentar mapa com a localização dos pontos de táxi existentes próximos ao empreendimento, descrevendo a capacidade dos pontos de táxi (nº de vagas disponíveis).
- Informar sobre a existência de vagas internas para táxi no empreendimento.
- Apresentar levantamento fotográfico dos pontos de táxi.

Transporte Escolar (no caso de escolas e faculdades):

- Apresentar a localização e capacidade das áreas utilizadas para embarque e desembarque de escolares.

A autenticação deste documento deve ser verificada na página no e-pbh.gov.br

SMPU - SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA

Página 14 de 21



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

## ORIENTAÇÃO PARA O LICENCIAMENTO DE EMPREENDIMENTO DE IMPACTO - URBANÍSTICO

Nº OLEI

Data de Processamento: /2023

Data de Validade: /2024

- Apresentar número e tipo de veículos utilizados (ônibus, micro-ônibus, vans).

### • Percepção da Comunidade

Identificar as características referentes às condições de vida, às transformações da dinâmica urbana em curso e as percepções frente às repercussões existentes ou eventualmente geradas pelo empreendimento do ponto de vista da comunidade.

#### Perfil dos Entrevistados:

O perfil dos entrevistados deverá representar de modo aproximado a estratificação da população identificada na vizinhança, conforme os grupos de interesse listados a seguir.

#### ■ Grupo Residencial

Identificar o número de moradores em domicílios particulares permanentes residentes na área de vizinhança delimitada, a partir dos dados constante nos setores censitários do IBGE - censo 2010. As informações deverão identificar a população residente, classificando-a por gênero, idade e renda.

A pesquisa deve abranger uma amostra de 2% do número de moradores identificados, distribuídos proporcionalmente conforme gênero, idade, renda.

Deve ser considerado para o cálculo da amostra os domicílios particulares permanentes definidos como casa, casa de vila ou em condomínio e apartamento.

#### ■ Grupo Não Residencial

A amostra deve contemplar, no mínimo, 10% dos empreendimentos não residenciais identificados na área da vizinhança delimitada, que abriguem atividades de comércio, serviços, indústria, serviços de uso coletivo ou institucional.

#### ■ Grupo Organização Social

Identificar e lista as diversas organizações sociais existentes na vizinhança.

As organizações sociais devem ser entendidas como grupos institucionalizados ou não institucionalizados que utilizam da vizinhança com objetivos comuns, por exemplo: associação de moradores, associação de comerciantes, grupo de usuários dos espaços públicos da vizinhança, grupo de usuários do empreendimento, grupo de transeuntes, grupo de ciclistas e outros que se fizerem pertinentes no contexto do empreendimento.

A amostra deve contemplar 1 representante por grupo identificado, sendo exigido, no mínimo 3 grupos representados.

### Orientações para as Entrevistas

#### Distribuição das entrevistas:

É importante que as entrevistas sejam bem distribuídas pela área da vizinhança potencialmente afetada, sendo obrigatória a realização de entrevistas nos imóveis do entorno imediato do empreendimento (lateral, fundo e frontal), bem como nos domicílios das vias de acesso ao empreendimento.

Apresentar memória de cálculo utilizada para definição do número e perfil dos entrevistados. Além disso, deverá constar análise e conclusão dos resultados obtidos na pesquisa.

Apresentar mapa contendo o local das entrevistas, identificando onde cada uma delas ocorreu, data e horário;

A autenticação deste documento deve ser verificada na página do e-pbh.gov.br

SEMPU SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA

Página 15 de 21



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

## ORIENTAÇÃO PARA O LICENCIAMENTO DE EMPREENDIMENTO DE IMPACTO - URBANÍSTICO

Nº OLEI

Data de Processamento: /2023

Data de Validade: /2024

### Roteiro das entrevistas:

O roteiro de entrevista deverá abarcar as diferentes temáticas urbanas, devendo ser caracterizado, no mínimo, os aspectos relacionados a:

- Percepção acerca do espaço de vizinhança, no que se refere à:
  - equipamentos urbanos e comunitários (disponibilidade, acessos, utilização cotidiana, estado de conservação);
  - áreas verdes e lazer (parques, praças, equipamentos e espaços de contemplação e lazer);
  - meio ambiente e paisagem urbana (incluindo percepção acerca da arborização, cursos d'água e ambiência urbanas);
  - marcos e referências comunitários (histórico-culturais, paisagísticos, ambientais, outros);
  - mobilidade urbana com enfoque em sistemas de transporte coletivos (incluindo percepção acerca de sinalização, rotas e pontos de embarque e desembarque, áreas de estacionamento);
  - mobilidade urbana com enfoque em sistemas de transporte particulares (incluindo percepção acerca de sinalização, rotas e pontos de embarque e desembarque, áreas de estacionamento);
  - mobilidade urbana com enfoque em sistemas não motorizados (incluindo percepção acerca de sinalização, mobiliário urbano, rotas de pedestres, ciclistas e outros modos não motorizados, áreas de estacionamento);
  - adensamento construtivo (transformações recentes)
  - atividades de comércio e serviço (disponibilidade, acessos e utilização cotidiana)
  - carências existentes;
- Uso da área pelo entrevistado / comunidade;
- Conhecimento acerca da intenção de instalação ou funcionamento do empreendimento;
- Expectativas, dúvidas, possíveis benefícios ou malefícios advindos da instalação do empreendimento ou conflitos existentes para empreendimentos já instalados
- Uso habitual ou potencial do empreendimento pelo entrevistado quando de sua instalação.
- Percepção do entrevistado acerca da valorização ou desvalorização do seu imóvel após a implantação do empreendimento (para os casos de empreendimentos a ser implantados questionar sobre a percepção de futuro acerca da valorização ou desvalorização e no caso de imóveis já implantados da percepção com o empreendimento em funcionamento);
- Sugestões de medidas a serem adotadas pelo empreendedor em relação aos seguintes pontos advindos do funcionamento do empreendimento:
  - potencializar os benefícios;
  - mitigar os malefícios;
  - compensar os impactos não mitigáveis.

### Material gráfico:


- A pesquisa deverá ser apoiada em material explicativo sobre o empreendimento, que deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:
  - Nome do empreendimento e empresa/entidade responsável pela sua implantação ou funcionamento;
  - Descrição do plano de ocupação da área com definição dos usos residenciais e não residenciais previstos, se for o caso;
  - Número de pavimentos com indicação da(s) atividade(s) previstas ou existentes em cada um;
  - Número previsto ou existente de unidades residenciais, se for o caso;
  - Acessos ao empreendimento;
  - Número previsto ou existente de vagas de estacionamento no empreendimento;

A autenticação deste documento deve ser verificada na página do e-pbh.gov.br

SEMPU SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA

Página 16 de 21





PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

ORIENTAÇÃO PARA O LICENCIAMENTO DE

EMPREENDIMENTO DE IMPACTO - URBANÍSTICO

Nº OLEI

Data de Processamento:

/2023

Data de Validade:

/2024

- Número previsto ou existente de vagas de estacionamento remoto, se for o caso;
- Imagens do empreendimento (volumetria, fotografias de referência e mapa de localização);
- Capacidade máxima (funcionários e frequentadores/alunos/usuários), se for o caso;
- Dias e horário de funcionamento;
- Apresentar cópia do material gráfico utilizado;

Observações:

Considerando que a pesquisa deve ser realizada apoiada em material explicativo sobre o empreendimento, de preferência um panfleto, qualquer entrevista que não atenda a esta solicitação, será desconsiderada e deverá ser realizada novamente.

Outras orientações:

Apresentar como anexo do EIV:

- Lista de entrevistados (apresentar vínculo e contato);
- Cópia das entrevistas realizadas.

Avaliação dos Impactos

Interferências do Terreno

Considerando a implantação do empreendimento e as características do terreno, avaliar e identificar os impactos relacionados a:

- à movimentação de terra, alturas de cortes e aterros, geração de excedente de terra;
- rebaixamento e/ou contaminação do lençol freático;
- riscos geológicos e abalos estruturais nas construções vizinhas em função das escavações;
- erosão, demolição, dispersão de poeira, resíduos de construção e volume de entulho;
- intervenções nos recursos hídricos (superficiais e subterrâneos) e em áreas de preservação permanente;
- supressão e preservação de vegetação.
- Outros, se houver.

Informar as medidas a serem adotadas para mitigar ou compensar os impactos identificados.


Avaliação dos Impactos

Impactos na Vizinhança

Identificar e descrever possíveis impactos provocados pelo empreendimento que resultem em alterações das características da vizinhança delimitada.

Para cada impacto, considerar as diferenças entre a situação sem a presença do empreendimento e a criada com a implantação do empreendimento e descrever as medidas incorporadas ou propostas para a vizinhança com o objetivo de mitigar os impactos identificados.

É importante ressaltar que, mesmo para os empreendimentos já instalados, a avaliação dos impactos deve considerar as situações sem e com o empreendimento.



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

ORIENTAÇÃO PARA O LICENCIAMENTO DE

EMPREENDIMENTO DE IMPACTO - URBANÍSTICO

Nº OLEI

Data de Processamento:

/2023

Data de Validade:

/2024

Relacionar os impactos e suas respectivas medidas mitigadoras com o resultado obtido na pesquisa de percepção com a vizinhança.

Alterações das condições ambientais e transtornos durante as obras

Avaliar os impactos e transtornos recorrentes durante as obras de implantação do empreendimento, considerando ruídos, vibrações, poluição atmosférica, contaminação de águas subterrâneas e superficiais, circulação de veículos de carga, entre outros.

Especificar qual será o tratamento dos resíduos de construção civil, apresentando a classificação e volume estimado, os meios de acondicionamento, coleta, transporte, destinação e tratamento.

Apresentar as medidas a serem adotadas para mitigar os impactos negativos elencados. Prever a necessidade de medidas provisórias para manutenção das edificações vizinhas e do logradouro em condições de funcionalidade e segurança.

Alterações na demanda de utilização do Sistema de Abastecimento de água e Esgotamento Sanitário:

Avaliar se a o aumento da demanda de consumo de água gerada pelo empreendimento e o incremento de geração de efluentes comprometerá a qualidade dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário existente na vizinhança.

A avaliação deverá ser considerada exemplificando as formas e alternativas (uso de águas subterrâneas, via concessionária, aproveitamento de água pluvial, etc) de abastecimento propostas e a destinação final dos efluentes gerados.

Apresentar soluções ou medidas a serem implantadas para mitigar um possível comprometimento.

Alterações na demanda de utilização de redes de esgotamento sanitário:

Efluentes não domésticos

Descrever se há previsão de geração de efluentes não domésticos, e em caso positivo, explicitar os tipos de efluentes que serão gerados e como se prevê a destinação final e/ou tratamento dos mesmos.

Drenagem Pluvial

Apresentar estudos e/ou anteprojeto de drenagem urbana e/ou ligação predial ao sistema público, considerando a infraestrutura da região e demonstrando a viabilidade técnica de implantação do empreendimento. Incluir os estudos hidrológicos.

É necessário que o empreendedor apresente uma visão geral da proposta de mitigação do impacto diante da modificação dos fluxos pluviais. Para tanto é imprescindível uma avaliação e apresentação das áreas modificadas, tipo de coberturas, estudo de propostas de mitigação, direção de fluxos, localização de tubos de queda, caminhamentos dos dispositivos condutores e informações dos lançamentos finais.

Deverão ser identificados também os problemas recorrentes de drenagem na área de estudo. Em caso de histórico de inundação registrado na vizinhança, descrever as medidas de controle e ou mitigação previstas em projeto para não sobrecarregar ou melhorar a situação existente.

A autenticidade desse documento deve ser verificada na página no e-pbh.gov.br

SMPU - SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA

Página 17 de 21

A autenticidade desse documento deve ser verificada na página no e-pbh.gov.br

SMPU - SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA

Página 18 de 21



A partir do problemas elencados e dos dispositivos existentes, apresentar a adoção de novas medidas e a implantação ou substituição de dispositivos que possam mitigar os impactos na infraestrutura pública de drenagem existente.

**Impactos das alterações nas características de uso e ocupação do solo da vizinhança.**

A partir do levantamento das tipologias de uso e ocupação do solo presentes na vizinhança impactada, identificar e explicar possíveis modificações das tendências das características de uso e ocupação do solo da vizinhança em função do caráter e da atratividade do empreendimento.

Analisar e explicar se sua implantação pode gerar conflitos de usos ou atuar em complementaridade a outros empreendimentos existentes na área.

Abordar, no mínimo, os impactos sobre os seguintes aspectos:

1. Tipologias de ocupação predominantes ;

2. Tipologias de uso, com identificação para as centralidades existentes;

3. Paisagem urbana e ambiência resultantes;

4. Presença de referenciais urbanos, marcos simbólicos e elementos integrantes do patrimônio cultural.

Potencial de centralidade do empreendimento com a atração de novos empreendimentos para o entorno.

A análise deverá considerar a comparação das características da vizinhança atual com um possível cenário após a instalação do empreendimento, construído a partir de pesquisas em empreendimentos similares

**Comprometimento da paisagem urbana e do patrimônio natural e cultural e da ambiência da vizinhança.**

A partir dos elementos constituintes da paisagem da vizinhança, descritos no item correspondente e da modelagem 3D ou foto inserção do empreendimento na vizinhança avaliar de forma comparativa as situações com e sem o empreendimento:

- Os respectivos impactos na paisagem urbana, em especial nas visadas a partir de monumentos, bens culturais protegidos, locais de visitação turística e pontos notáveis de observação de referenciais urbanos;

■ Impactos positivos ou negativos no patrimônio cultural (material e imaterial) e natural da vizinhança:

■ Alterações na ambiência, com perda ou ganho de qualidade de vida para a população, proporcionada pela movimentação de pessoas e veículos, aumento ou redução do nível de ruído ou de outras formas de poluição, aumento ou redução das condições de conforto e segurança para o pedestre, acessibilidades aos equipamentos urbanos e espaços livres.

Descrever impactos com relação à continuidade das práticas culturais registradas como patrimônio imaterial, se houver, tendo como referência a comunidade praticante.

**Alterações na iluminação e ventilação das construções vizinhas**

Haverá comprometimento da iluminação e da ventilação de construções vizinhas? Explicar e descrever

Apresentar simulação 3D do diagrama solar, analisando de forma comparativa as situações com e sem o empreendimento e os respectivos impactos de sombreamento nas edificações vizinhas. Considerar as piores situações e apresentar, pelo menos, simulações em dois horários - manhã e tarde.

**Alterações nas características de densidade populacional e seus impactos na vizinhança.**

A autenticidade desse documento deve ser verificada na página do e-pbh.gov.br

SMPU SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA

Página 19 de 21

O empreendimento irá provocar, em função do(s) uso(s) previsto(s) e da atratividade resultante, adensamento populacional na vizinhança?

**Alterações do padrão socioeconômico da população na vizinhança**

Está prevista alteração significativa do padrão socioeconômico da população residente ou usuária, podendo fazer surgir tendências de expulsão de grupos mais vulneráveis da vizinhança? Explicar:

**Alterações na demanda de utilização dos equipamentos públicos e comunitários e áreas de lazer**

A implantação do empreendimento irá provocar aumento da demanda de utilização dos equipamentos urbanos e comunitários (educação, saúde, lazer, etc.)?

Explicar e avaliar se há riscos de comprometimento da qualidade dos serviços.

**Alterações na dinâmica imobiliária**

São previstas alterações na dinâmica imobiliária em função do empreendimento, implicando valorização ou desvalorização dos imóveis da vizinhança? Explicar:

**Alterações na ambiência da vizinhança**

As alterações na movimentação de veículos e pessoas, o aumento do nível de ruído e outras formas de poluição, irão promover alterações na ambiência com perda de qualidade de vida para a população da vizinhança? Explicar:

Descrever os dispositivos de controle ambiental adotados pelo projeto para mitigar os impactos identificados.

**Alterações no tráfego e na demanda por transporte público**

**Estudos De Tráfego**

O Estudo de Tráfego tem como objetivo conhecer o comportamento do sistema viário na busca de sua otimização, promovendo a melhoria da mobilidade urbana e da segurança nos deslocamentos de pedestres e bens na via pública.

**Pesquisas de Tráfego - Diretrizes Gerais**

Todos os estudos de tráfego, elaborados para avaliar os impactos externos gerados pelo empreendimento, devem ser baseados em pesquisas de tráfego, que podem ser de veículos e/ou pedestres.

Primordialmente, a Pesquisa de Contagem Classificada de Veículos (CCV) deve ser feita para qualquer estudo do sistema viário. Ela deve ser apresentada em anexo complementar e em meio digital, atendendo à padronização constante do documento "Instruções para entrega de pesquisa de Contagem Classificada de Veículos", disponível no portal da Prefeitura de Belo Horizonte, no link Licenciamento Ambiental ou Urbanístico (<https://prefeitura.pbh.gov.br/bhtrans/informacoes/transito-diretrizes-viarias/licenciamentos/licenciamento-ambiental-urbanistico>).

Para identificação do atraso e do nível de serviço das interseções não semaforizadas, a BHTRANS adota como referência a Pesquisa de Medição do Tempo Total de Espera dos Veículos da Via Secundária. A metodologia da

A autenticidade desse documento deve ser verificada na página do e-pbh.gov.br

SMPU SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA

Página 20 de 21

referida pesquisa encontra-se no Manual de Sinalização Semafórica - Volume V, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN.

Outras pesquisas específicas podem ser solicitadas pela BHTRANS, conforme a demanda do trabalho, como por exemplo a Pesquisa Origem Destino (OD) com entrevistas ou por placas dos veículos, etc.

Com relação aos estudos que envolvem redes de simulação, modelagem de tráfego viário por meio de softwares específicos, além da pesquisa de contagem classificada de veículos, podem ser solicitadas, para o carregamento e a calibração das referidas redes, as Pesquisas de Velocidade e Retardamento (a serem realizadas com GPS); Pesquisas de Fluxo de Saturação; Pesquisas de Comprimento de Fila; Filmagens realizadas, entre outras.

Ressalta-se que as metodologias de pesquisas que não foram referenciadas neste item, devem ser apresentadas, previamente, para serem aprovadas pela BHTRANS. Todos os relatórios das pesquisas devem ser exibidos segundo as diretrizes definidas pela BHTRANS, em anexo complementar e em meio digital.

Outros Impactos

Descrever outros impactos identificados e analisá los, de forma comparativa com a situação atual da vizinhança

Matriz de Impacto

Preencher a Matriz de Impacto (conforme exemplo a seguir) com todos os tipos de impactos identificados, ponderando-os segundo a etapa de ocorrência, sua influência positiva ou negativa.

Discriminar as propostas de mitigação dos impactos negativos identificados, bem como as propostas de potencialização dos impactos positivos, através de soluções incorporadas ao projeto ou medidas a serem implementadas na vizinhança do empreendimento.

Grupo de Impacto	Tipo de impacto		Fase do impacto			Medidas mitigadoras, potencializadoras ou compensatórias
	P	N	PL	O/I	OC	
Impacto 1						
Impacto 2						
Impacto 3						
Impacto 4						
Impacto 5						

P = Impacto Positivo N = Impacto Negativo PL = Fase de Planejamento O/I = Fase de Obras e/ou implantação OC = Fase de Ocupação

Referências e Fontes de Consulta

Apresentar todas as referências bibliográficas ou fontes de consulta utilizadas para elaboração do Estudo de Impacto de Vizinhança.

**ANEXO B - Parecer de Licenciamento Urbanístico - PLU 0448/21 emitido em 2021**

ANEXO 2 – PLU 0448/21

PLU 0448/21 disponível em <https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/ato/6395> acesso em dezembro de 2021

Figura 1- Ato administrativo, publicação do PLU 0448/21



Fonte: <https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/ato/6395> acesso em dezembro de 2021

Secretaria Municipal de Política Urbana - SMPU Subsecretaria de Planejamento Urbano - SUPLAN  
Diretoria de Análise de Licenciamentos Urbanísticos Especiais

**PARECER DE LICENCIAMENTO URBANÍSTICO - PLU nº 0448/21**  
Residencial Sensia Pampulha

O Conselho Municipal de Política Urbana – COMPUR, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei 11.161/19, com o Decreto nº 17.266/20, concede, conforme deliberação na 286ª reunião ordinária do dia 25/11/2021, Parecer de Licenciamento Urbanístico ao empreendimento abaixo identificado.

Localização: Rua General Aranha, 340, bairro Aeroporto, Regional Pampulha  
Nº do Processo SUPLAN: 31.00274977/2021-56

Responsável Legal: Cesar Augusto Lanfredi Merthon  
Responsável Técnico pelo EIV: Thaís Daniele Apóstolo Nogueira CAU A-1571737

Síntese das características do empreendimento

As características abaixo estão discriminadas no Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) apresentado pelo Responsável Técnico do empreendimento e poderão sofrer alterações até o final do processo de Licenciamento Urbanístico.

CNPJ: 08.343.462/0001-20	
Características do empreendimento conforme EIV	
Enquadramento no Licenciamento Urbanístico¹	Edificações com mais de 20.000m² de área total edificada
Uso	Residencial

Número de Habitacionais	Unidades248
Lotes envolvidos	Lotes 001A, 002A, 003A, 008 e 009 do Quarteirão 046, Planta CP 138056A
Índice Cadastral	339046 001A0018
Área do terreno	Área Total = 12.692,53 m² (Planta CP) Levantamento topográfico (real) = 12.776,16 m²
Área total edificada prevista	29.647,68 m²
Vagas	361
Acessos	1 acesso de moradores, visitantes, bicicletas e veículos leves em geral pela Rua General Aranha; 1 acesso de pedestres e para atividades de serviços pela Rua Aureliano Pires.

¹ Conforme Art. 345, II da Lei 11.161/19.

Condicionantes para Licenciamento Urbanístico  
Deverão ser atendidas todas as condicionantes para Licenciamento Urbanístico, solicitadas pelos órgãos responsáveis pela análise do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), discriminadas a seguir:

Impactos	N.	Condicionantes
Relacionamento com a vizinhança	1	Implantar Canal de Comunicação com a vizinhança. Ver Nota 1.
	2	Implementar o Plano de Capacitação e Contratação de Mão de Obras – PCMO, preferencialmente na área da vizinhança do empreendimento. Ver Nota 2.
Drenagem Urbana	3	Mitigar os impactos do incremento de escoamento pluvial provenientes do empreendimento no sistema público de drenagem. Ver Nota 3.
Impactos de Obra	4	Implantar Plano de Controle de Poluição Sonora. Ver Nota 4.
Sustentabilidade	5	Implantar sistema de coleta e aproveitamento de água pluvial. Ver Nota 5.
	6	Implantar sistema de medição individualizada de água.
	7	Implantar dispositivos hidráulicos economizadores de água e de aproveitamento de energia solar.
Movimentação de pessoas e veículos	8	Controlar as Emissões dos Veículos a Diesel utilizados na obra, com levantamento de opacidade. Ver Nota 6.
	9	Implantar tratamento das calçadas lideiras ao empreendimento, acessos de veículos e pedestres, faixa de acumulação, vagas internas para estacionamento de veículos e bicicletário, de acordo com as legislações municipais vigentes e os parâmetros da BHTRANS. Ver Nota 7.
	10	Implantar Projetos Viários Executivos de Geometria e de Sinalização (Horizontal, Vertical e Semafórica) na área de abrangência compreendida pelo perímetro da Avenida Professor Magalhães Penido, Rua Jerson Martins, Rua Boaventura, Rua General Aranha, Rua Miramar, Rua Teófilo Gomes, Rua Boaventura (até a Rua Líder), Rua Aurélio Pires e Rua General Aranha (interseção com a Avenida Professor Magalhães Penido, Rua Líder e Praga Bagatelli). Ver Nota 8.
	11	Promover a melhoria nas condições de iluminação dos passeios lideiros ao empreendimento de modo a gerar conforto e segurança para a circulação de pedestres. Ver Nota 9.
	12	Implantar gradil ou outro elemento construtivo delimitador que permita permeabilidade visual ao longo do alinhamento das ruas Aurélio Pires e General Aranha. Ver Nota 10.
	13	Fornecer ao Município projeto executivo de rota cicloviária na vizinhança do empreendimento. Ver Nota 11.
Resíduos Sólidos	14	Implantar Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil. Ver Nota 12.

2/24

## Notas

Deve ser implantada sinalização composta de placas permanentes. Deve ser instalada no mínimo uma placa por testada e as placas devem estar localizadas de forma que sejam visíveis e não obstruam a visão do pedestre a partir do logradouro público. As placas devem possuir área mínima de 0,5 m² (meio metro quadrado) e nenhuma de suas dimensões lineares deve ter comprimento inferior a 50 cm. As placas devem estar contidas integralmente na faixa compreendida entre 1,10 m e 2,40 m de altura a partir do nível da calçada onde a placa se localiza. A placa deve conter as seguintes informações, no mínimo:

01 Contato de e-mail específico para atendimento à vizinhança Listar 196 e [www.pol.gov.br](http://www.pol.gov.br) para atendimento ao cidadão

Nota 2:

## ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE CAPACITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA – PCMO:

1. Público alvo - A população a ser beneficiada pela implementação do PCMO é constituída por:

A localização dos assentamentos de interesse social encontra-se indicada na figura a seguir.

3 / 24

Figura 01: Assentamentos de Interesse social no entorno do empreendimento



mobilização;  
 capacitação (incluindo os candidatos não contratados);  
 contratação;  
 treinamento;  
 desmobilização da obra ou demissão do trabalhador.

### Definição da demanda e da meta

A meta deverá corresponder, pelo menos, a 10% do total da demanda de postos de trabalho do empreendimento em cada fase do cronograma de implantação do empreendimento, a serem constituídos pelo público alvo especificado no Item 1 deste roteiro.

Sugere-se adotar, para o cálculo da meta e da demanda, tabela similar ao modelo abaixo

4/24

5. Ações -Deverão ser definidas estratégias em quantidade e frequência suficientes visando o atingimento da meta de contratação inicial antes do início das obras, bem como para manter ou superar a meta ao longo de todo o período de vigência do PCMO estabelecido no item 2 deste roteiro.

As estratégias a serem desenvolvidas pelo empreendedor deverão objetivar a obtenção, pelo menos, dos seguintes resultados:

As estratégias a serem desenvolvidas pelo empreendedor deverão objetivar a obtenção, pelo menos, dos seguintes resultados:

criação de canal direto de informação sobre a disponibilidade de vagas de emprego;

criação de canal direto de informação sobre a disponibilidade de vagas de emprego;  
mobilização do público alvo para o recrutamento de mão de obra. As ações devem contemplar, pelo menos:

a divulgação de informações sobre vagas de emprego disponíveis a ser feita em estabelecimentos e em instituições existentes na área de influência do empreendimento;

a disponibilização de canais para divulgação de informações, atendimento de candidatos e recebimento de currículos;

mobilização e capacitação dos candidatos não contratados pelo empreendimento, por meio da realização de palestras, treinamentos, cursos, etc.;

produção e distribuição de material informativo e gráfico visando apoiar as ações de mobilização previstas nos itens b e c;

realização de atividades de caráter corretivo, para a hipótese de não atingimento da meta;

f. realização de atividades para reintegrar o trabalhador ao mercado de trabalho, após a desmobilização da obra ou demissão do contratado.

### Monitoramento

O monitoramento do atingimento da meta será realizado pela apresentação dos relatórios a seguir especificados.

Relatórios parciais - O PCMO deve propor a metodologia para comprovação da execução das ações previstas por meio da elaboração de relatórios semestrais, que devem conter, pelo menos:

a. cálculo do indicador de alcance da meta de contratação para o período do relatório, constituído pela seguinte equação:



<div>5</div> <div><p>C = Percentual de contratações</p><p><math>C = N / T \times 100</math>, onde:</p><p>N = número de moradores da área de influência, contratados para a construção do empreendimento</p><p>T = total de contratados para a construção do empreendimento</p></div> <div>5 /24</div> <div><p>descrição das contratações realizadas com moradores dos assentamentos, com os seguintes dados do contratado: nome, bairro, profissão, cargo em que foi feita a contratação, empresa que realizou o contrato, data de contratação e, se for o caso, data da demissão;</p><p>descrição das atividades realizadas, inclusive as referentes a reintegração, ao mercado de trabalho, dos trabalhadores eventualmente demitidos no período;</p><p>documentação comprobatória da realização das ações previstas nos itens b e c;</p><p>descrição das atividades que, apesar de previstas, não foram realizadas, acompanhada de justificativa;</p><p>descrição de atividades de caráter corretivo, previstas para o caso de não atingimento da meta no período;</p><p>atualização do Cronograma previsto no item 7 deste roteiro, com sua reprogramação. O primeiro relatório parcial deverá ser apresentado em até 180 dias contados da data de emissão do PLU e a cada seis meses até a conclusão do período de vigência estabelecido no item 2 deste roteiro.</p><p><b>6.2. Relatório final</b> - O PCMO deverá propor também a metodologia para elaboração e emissão, em até 30 dias após o período de vigência estabelecido no item 2 deste roteiro, de um relatório com:</p><p>síntese das ações realizadas;</p><p>avaliação da efetividade das ações implementadas (resultados esperados e alcançados);</p><p>avaliação do alcance da meta ao longo do período.</p><p>7. Cronograma - Todas as ações e atividades previstas no PCMO (inclusive a entrega dos relatórios parciais e final) devem ser representadas em um cronograma com discriminação das atividades previstas, de modo a explicitar seu alinhamento às etapas de implantação do empreendimento, contemplando todas as atividades previstas no período de vigência estabelecido no item 2 deste roteiro.</p><p><b>Nota 3:</b> O empreendedor deverá seguir as diretrizes indicadas a seguir, compatibilizando o projeto de drenagem do empreendimento com o projeto de drenagem de alteração da rede interna ao terreno (projeto aprovado por meio de Interface com a GEPSO), solucionando possíveis inconsistências com a rede de drenagem existente no local.</p><p>Caberá, ao empreendedor, com base nos estudos que vier a realizar e as alternativas de intervenção a serem propostas, avaliar durante a elaboração dos projetos a execução de medidas que reduzam os riscos de ocorrência de inundações e os impactos nos sistemas de drenagem.</p><p>Deverá ser avaliada capacidade do sistema de drenagem existente e, caso verificada a incapacidade, deverão ser propostas intervenções, com a utilização de medidas que não transfiram os problemas de inundação para as áreas de jusante.</p><p>Quanto ao sistema de microdrenagem, deverão ser avaliadas intervenções que promovam, sempre que possível, o retardamento do escoamento superficial e maior infiltração da água no solo.</p></div> <div>6 /24</div> <div><p>Para elaboração dos estudos e projetos de drenagem e saneamento integrado a serem apresentados, são recomendadas as seguintes diretrizes e premissas:</p><p>Apresentar Memorial descritivo com descrição sucinta do empreendimento com suas características, hidrografia e geomorfologia, além das informações das Bacias e Sub-Bacias a que pertence;</p><p>Sistema de Microdrenagem:</p><p>Estudo Hidrológico de Microdrenagem com delimitação das bacias/sub-bacias e apresentação da estimativa de vazão, para a situação atual e futura de ocupação após a implantação do empreendimento e ainda indicação dos possíveis locais de lançamento. Conforme recomendações, adotar Período de Recorrência (T) igual a 10 anos, duração crítica da chuva (D) igual ao tempo de concentração (tc) da área, sendo no mínimo 10 minutos. Adotar para equação de chuvas intensas (intensidade - duração - frequência) estudos apresentados por Márcia M. G. Pinheiro. Para cálculo das vazões de projeto adotar o Método Racional;</p></div>	<div>6</div> <div><p>Para fins dos cálculos, deverão ser utilizados os conceitos de escoamento primitivo, bem como o conceito de vazão de restrição avaliando-se a capacidade do sistema de drenagem (macro e/ou micro) para receber as contribuições do empreendimento;</p><p>Todos os estudos e projetos a serem apresentados e aprovados deverão atender as seguintes publicações da SUDECAP:</p><p>Caderno de Encargos da SUDECAP – 3a EDIÇÃO;</p><p>Instrução Técnica para Elaboração de Estudos e Projetos de Drenagem Urbana do Município de Belo Horizonte;</p><p>Procedimento para Elaboração de Projeto de Ligação Predial ao Sistema Público de Drenagem Pluvial.</p><p>Estas publicações estão disponíveis no link:</p><p><a href="http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portal&amp;pidPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&amp;app=sudecap&amp;tax=17759&amp;lang=pt_BR&amp;pg=5581&amp;taxp=08">http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portal&amp;pidPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&amp;app=sudecap&amp;tax=17759&amp;lang=pt_BR&amp;pg=5581&amp;taxp=08</a></p><p>Em relação ao projeto de drenagem do empreendimento, em que é dito que o efluente da caixa de captação lançará em posto de visita existente localizado na esquina das Ruas General Aranha, e Professor Nelson de Sena, com profundidade menor que a mínima admissível, indica-se que o projeto de drenagem proposto para o empreendimento deve ser compatibilizado com a proposta de retirada da rede de drenagem ora solicitado para a GEPSO, inclusive para solucionar possíveis inconsistências existe na rede de drenagem pública.</p><p><b>Nota 4:</b> Apresentar declaração expedida pelo responsável técnico, acompanhada da respectiva ART informando sobre o cumprimento do Monitoramento de Emissões Sonoras.</p><p><b>Nota 5:</b> Apresentar projeto de sistema de coleta e aproveitamento de água pluvial, compatibilizando-o com o projeto de drenagem.</p></div> <div>7 /24</div> <div><p><b>Nota 6:</b> Apresentar declaração expedida pelo responsável técnico, acompanhada da respectiva ART informando sobre o cumprimento do controle das emissões.</p><p>Deverá ser comprovada a implantação do Plano de Controle das Emissões dos Veículos a Diesel utilizados na obra, com relatórios trimestrais, na duração do PLU.</p><p><b>Nota 7:</b> O projeto arquitetônico a ser analisado e aprovado junto a BHTRANS deve seguir as seguintes orientações:</p><p>O projeto arquitetônico aprovado junto a BHTRANS deve ser apresentado e considerado na análise da SUREG;</p><p>As vagas para veículos leves devem ser representadas no projeto arquitetônico, devidamente numeradas e cotadas (com dimensões mínimas de 2,30m x 4,50m para vagas a 30°, 45°, 60° e 90°, e com dimensões mínimas de 2,30m x 5,0 m para vagas em paralelo);</p><p>As vias internas do estacionamento devem ter largura mínima de 5,00 m, permitindo o acesso, a circulação e o espaço para realização de manobras de todos os veículos. Deve ser demonstrado no projeto arquitetônico, por meio de estudos de raios de giro, que os movimentos e as manobras dos veículos nas entradas, saídas e áreas de circulação estarão sendo realizadas de forma segura.</p><p>Deve ser prevista sinalização horizontal, contemplando a demarcação das vagas e a indicação das linhas divisórias de fluxos, das setas direcionais ao longo de todo estacionamento para informar o sentido de circulação dos veículos;</p><p>A fim de contribuir para o fortalecimento da política de incentivo à utilização de bicicletas como modo de transporte, o empreendimento deve implantar bicicletário interno, destinado aos usuários do empreendimento. Além disso, conforme pactuado pelo empreendedor na reunião do COMPUR, para comercialização das unidades deverá ser criada a possibilidade de personalização da vaga de garagem das mesmas para viabilizar a compatibilização do espaço com a guarda de bicicletas;</p><p>O número de vagas destinadas às bicicletas deve corresponder a, no mínimo, 2% do número total de vagas ofertadas para veículos leves nos estacionamentos internos. Além das 20 vagas para uso exclusivo dos moradores propostas pelo empreendedor, o mesmo deverá adicionar, no mínimo, mais 10 vagas em área de uso comum que poderão ser utilizadas por pessoas alheias ao condomínio (entregadores de encomendas, prestadores de serviços em geral, etc.);</p><p>As vagas para bicicletas devem ter dimensões mínimas de 1,0 m de largura por 1,80 m de comprimento (Projeção Horizontal Estática);</p><p>A localização do bicicletário deve estar em área coberta, com proteção nas suas laterais, próxima ao acesso do estacionamento e distante das áreas de manobras de veículos leves e de carga, sem prejudicar a circulação dos pedestres. O acesso (entrada e saída) dos ciclistas ao empreendimento deve ocorrer de forma segura. As 10 vagas adicionais às 20 propostas pelo empreendedor, deverão estar situadas em local de fácil acesso e seguro para as bicicletas e seus usuários, podendo ser inclusive próximo a portaria;</p></div>
--	--

<p style="text-align: right;">7</p> <p>Deve ser apresentado, junto ao projeto arquitetônico, detalhe com representação do modelo de suporte para as bicicletas utilizado no bicicletário;</p> <p>Mesmo não sendo exigida pela legislação municipal a vaga para carga e descarga, o projeto arquitetônico prevê uma vaga de carga e descarga para uso de caminhões de mudança com 8 /24</p> <hr/> <p>dimensões de 3,00 m x 9,00 m. Ressalta-se que a altura livre do acesso de veículos de carga deve ser de 4,00 m. Essa altura livre deve estar representada em corte no projeto arquitetônico;</p> <p>Devem ser demonstrados no projeto arquitetônico, por meio de raios de giro de caminhões, que os movimentos e as manobras dos veículos de carga estarão sendo realizados de forma segura e sem conflitos com pedestres, veículos leves, bicicletas e áreas ajardinadas previstas no afastamento frontal da edificação. Caso existam conflitos, especialmente com as áreas ajardinadas, o referido projeto deverá ser ajustado;</p> <p>Para atender aos parâmetros da BHTRANS, o empreendimento deve disponibilizar faixa de acumulação, junto aos acessos de entrada de veículos, com extensão suficiente para acomodar, no mínimo, um veículo de 5,00m. No caso de residências maiores, a partir de 200 vagas, a extensão da faixa de acumulação deve ser calculada para acomodar um veículo a cada 100 vagas ofertadas;</p> <p>O projeto arquitetônico deve apresentar a disposição da faixa de acumulação, por meio de representação gráfica, suficiente para acomodar três veículos conforme apresentado no EIV/RIC. Ressalta-se que os cálculos devem ser elaborados, levando-se em conta a extensão do veículo padrão de 5,0m. Sendo assim, a faixa de acumulação deve ter a dimensão de 15,00m, a contar do afastamento frontal da edificação;</p> <p>Os acessos de veículos serão realizados através de dois rebalçamentos de meio-fio na Rua General Aranha. Devem ser implantados, respeitando-se os parâmetros da legislação municipal vigente, ou seja, devem ter extensão máxima de 4,80m, distância mínima de 5,20m entre os acessos, rampas de acesso de, no máximo, 1,00m, perpendicular ao alinhamento do meio-fio, e faixa livre de, no mínimo, 1,50m reservada ao trânsito de pedestres;</p> <p>Os rebalçamentos de meio-fio para acessos destinados à entrada e saída de veículos poderão ter largura acima do permitido pela legislação municipal, desde que o Responsável Técnico justifique, através da representação dos giros dos maiores veículos que acessam o empreendimento, nas plantas do projeto arquitetônico, a serem encaminhadas para análise e aprovação da BHTRANS;</p> <p>O tratamento urbanístico das calçadas/passeios lineares ao empreendimento e dos acessos de veículos, bicicletas e pedestres deve atender ao estabelecido no Código de Posturas do Município de Belo Horizonte, nas normas técnicas de acessibilidade, nas "Regras para Passeios no Município de Belo Horizonte" e demais legislações municipais vigentes. Segundo a Lei 11.191/2019, Plano Diretor do Município de Belo Horizonte, a Rua General Aranha tem previsão de recuo de alinhamento. Sendo assim, a largura final da via será de 20,00m. Tendo em vista que a calçada existente é estreita, esse recuo deve ser destinado à alargamento de calçada/passeio.</p> <p><b>Nota 8:</b> Observações para elaboração dos projetos:</p> <p>1) Os Projetos Viários devem ser elaborados em conformidade com: o Manual de Elaboração de Projetos Viários para o Município de Belo Horizonte (2011); as Legislações Federais e Municipais vigentes; as Normas Técnicas de Acessibilidade (NBRs 9050/2020 e 16537/2016); as Regras para Passeios no Município de Belo Horizonte; os dispositivos legais contidos no Código de Trânsito Brasileiro - CTB, seus Anexos, Resoluções e Manuais de Sinalização publicados pelo CONTRAN/DENATRAN, o Manual de Práticas de Estacionamento em Belo Horizonte (maio de 2010) e outros que se fizerem necessários;</p> <p>9 /24</p> <hr/> <p>Deve ser elaborado Levantamento Topográfico Planialtimétrico e Cadastral completo e atualizado de toda a sua área de abrangência, contendo o cadastro de todas as interferências existentes no local, inclusive com a sinalização horizontal e vertical existente, contendo Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e assinatura do Responsável Técnico;</p> <p>A área de abrangência será definida pelo perímetro da Avenida Professor Magalhães Penido, Rua Jerson Martins, Rua Boaventura, Rua General Aranha, Rua Miramar, Rua Teófilo Gomes, Rua Boaventura (até a Rua Líder), Rua Aurélio Pires e Rua General Aranha (Interseção com a Avenida Professor Magalhães Penido, Rua Líder e Praça Bagatell). Ressalta-se que todas as vias que estão dentro deste perímetro devem ser contempladas, bem como as aproximações das interseções (aproximadamente 40,00m);</p> <p>O Projeto Geométrico Executivo, a ser analisado e aprovado junto a BHTRANS, deve ser elaborado com base no Levantamento Topográfico Planialtimétrico e Cadastral completo e atualizado, contemplando as seguintes intervenções:</p> <p>Propor rebalços de calçada para pedestres em toda a área de abrangência supracitada, de forma a consolidar rotas acessíveis de pedestres ao empreendimento;</p> <p>Revisar a geometria da Interseção das Ruas Boaventura, Aurélio Pires e Praça Santo Antônio, propondo soluções para melhoria da segurança de veículos e pedestres;</p>	<p style="text-align: right;">8</p> <p>Avaliar a necessidade de realização de ajustes na geometria viária nas novas rotas de transporte coletivo (ônibus) e interseções semaforizadas propostas;</p> <p>Apresentar detalhamento técnico completo de todos os rebalços para pedestres propostos.</p> <p>5) O Projeto de Sinalização Horizontal e Vertical Executivo, a ser analisado e aprovado junto a BHTRANS, deve ser elaborado com base no Projeto Geométrico Executivo, contemplando as seguintes intervenções:</p> <p>Proposição de mão única direcional na Rua General Aranha, trecho entre as Ruas Boaventura e Professor Nelson Sena (neste sentido);</p> <p>Proposição de mão única direcional na Rua Jerson Martins, trecho entre Avenida Professor Magalhães Penido e Rua Boaventura, neste sentido;</p> <p>Proposição de mão única direcional na Rua Boaventura, trecho entre a Rua Professor Jerson Martins e Rua Teófilo Gomes (neste sentido);</p> <p>Proposição de mão única direcional na Rua Miramar, trecho entre a Rua Teófilo Gomes e Rua General Aranha, neste sentido;</p> <p>Proposição de mão única direcional na Rua Aurélio Pires, trecho entre as Ruas Boaventura e General Aranha, neste sentido;</p> <p>Tratamento das travessias de pedestres especialmente nos pontos críticos e com expressiva demanda de pedestres. Os pontos críticos identificados no EIV/RIC são: Interseção das Ruas General Aranha e Rua Aurélio Pires; Interseção da Praça Santo Antônio com a Rua General Aranha; Interseção das Ruas Boaventura e General Aranha e Interseção das Ruas Boaventura, Aurélio Pires e Praça Santo Antônio</p> <p>Revisar a sinalização existente e propor outras sinalizações necessárias e compatíveis com as alterações de circulação propostas e situações de trânsito local.</p> <p>6) O Projeto de Sinalização Semaforizada Executivo, a ser analisado e aprovado junto a BHTRANS, deve ser elaborado com base no Projeto de Sinalização Horizontal e Vertical, contemplando as seguintes intervenções:</p> <p>Proposição de semaforos (veículos e pedestres) na Interseção da Avenida Professor Magalhães Penido e Rua Professor Jerson Martins;</p> <p>10 /24</p> <hr/> <p>Proposição de semaforos (veículos e pedestres) na Interseção das Ruas General Aranha e Boaventura;</p> <p>Apresentação dos graus de saturação e níveis de serviço das interseções semaforizadas, utilizando o Método de Webster.</p> <p>Os Projetos Viários precisam considerar a ciclovia proposta na Avenida Professor Magalhães Penido (condicionante definida pela SUPLAN), sendo devidamente compatibilizados. Esta ciclovia fará a ligação do empreendimento às duas portarias do Parque Ecológico do Breljinho;</p> <p>Os Projetos Viários devem apresentar detalhamento técnico, especificação de materiais, bem como quantitativo/orçamento. Têm que ser elaborados em conformidade com os materiais, padrões e critérios definidos BHTRANS;</p> <p>Como a área de abrangência dos Projetos Viários inclui parte da Praça Bagatell, os mesmos devem ser também aprovados pela Diretoria de Patrimônio Cultural (DIPC) da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, visto que o local está em processo de tombamento.</p> <p>Parte do projeto viário no qual há coincidência de área de abrangência com o empreendimento vizinho situado a R. Boaventura, 2085, licenciado como de Impacto ambiental pela Construtora Novolar, será implantado a partir de comum acordo entre BHTRANS, Sensia e o terceiro, no que se refere às definições sobre o que compete a cada empreendedor.</p> <p><b>Nota 9:</b> A solução de projeto para atendimento da condicionante ficará sob responsabilidade do empreendedor, podendo serem aceitas propostas de incremento da infraestrutura de iluminação pública (incluindo iluminação de 2º nível) ou mesmo de um projeto de iluminação do próprio empreendimento que beneficie também o logradouro e que favoreça a condição de segurança para os transeuntes nos passeios lineares ao empreendimento.</p> <p><b>Nota 10:</b> O empreendedor deverá apresentar proposta de gradil ou elemento equivalente sempre que pertinentes, permitindo a permeabilidade visual a partir do logradouro público. Detalhe com extensão da solução, percentual de permeabilidade visual ou cronograma de implantação, por exemplo, serão debatidos e definidos na aprovação do projeto. Será feita uma verificação da possibilidade de instalação dos gradis ou elementos de permeabilidade visual trecho por trecho e a proposta será implantada onde houver viabilidade técnica. O projeto deverá ser aprovado pela SUPLAN e implantado pelo empreendedor.</p> <p><b>Nota 11:</b> Deve ser elaborado e entregue para aprovação da BHTRANS e SUPLAN o projeto executivo de uma rota cicloviária ligando a Praça Bagatelle até o Parque Ecológico do Breljinho, passando pela Avenida Professor Magalhães Penido, pelo complexo de alças do Viaduto José de Alencar, chegando até as duas portarias do parque (via Rua Aimée Sempie Mopherson). As duas portarias do parque encontram-se nas ruas Batumiim e Bela Cruz. Em função da complexidade, robustez e custo das intervenções resultantes do referido projeto, cuja execução por sob responsabilidade do empreendedor se mostrará desproporcional diante dos impactos previstos para o empreendimento, será solicitada apenas o fornecimento do projeto executivo ao mesmo.</p> <p>11 /24</p> <hr/> <p><b>Nota 12:</b></p>
---	--

Orientação Técnica para Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil I - Introdução  
A Lei Federal 12.305/2010 institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e estabelece a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto até a etapa de disposição final. A Resolução 307/2002 do CONAMA define que o gerador dos resíduos da construção civil - RCC é responsável pela gestão de todo o resíduo que gera, tendo como objetivo prioritário a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

A citada Resolução estabelece em seu artigo 8º que atividades e empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental deverão ter o Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil analisado durante o processo de licenciamento pelo órgão ambiental competente.

Conforme Lei Municipal 10.522 de 2012 os geradores de resíduos da construção civil, responsáveis pela execução de obras de civis, que estejam sujeitas à obtenção de licença outorgada pelo Poder Executivo deverão elaborar e implementar o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC, conforme estabelecido na legislação.

A legislação preconiza que os resíduos da construção civil devem ser integralmente triados – segundo a classificação definida pela Resolução CONAMA 307/2002 e suas alterações – e ter a destinação ambientalmente adequada. Assim, cabe ao empreendedor envia-los para atender as exigências normativas e legais, contemplando todos os aspectos especificados e adotar sempre as melhores técnicas.

Assim, ao fomentar a **segregação na fonte**, a destinação adequada para os resíduos da construção civil e evitar descaminhos e negligências, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente  
- SMMA está alinhada com os princípios da política nacional e municipal de resíduos sólidos.

O Sistema MTR-MG instituído pelo Estado de Minas Gerais por meio da Deliberação Normativa COPAM nº 232 de 27 de fevereiro de 2019, publicada em 09/03/2019, estabelece procedimentos para o controle de movimentação e destinação de resíduos sólidos e rejeitos no estado. A DN deve ser integralmente acatada nos PGRCC de empreendimentos no município.

**RESPONSABILIDADES** - Ressalta-se que os Geradores têm a responsabilidade de dar, aos resíduos, destinação que esteja devidamente autorizada pelos órgãos ambientais competentes, enviando-os a Destinatores devidamente licenciados. E cabe também aos Destinatores a responsabilidade de somente receber resíduos para proceder a processos de destinação igualmente licenciados pelos órgãos ambientais competentes.

O descumprimento da DN 232/2019 do COPAM enquadra-se no código de infração 112 do Decreto Estadual nº 47383/2018 ("Descumprir determinação, deliberação ou deliberação normativa do Copam ou deliberação normativa conjunta Copam-CERH-MG"), de classificação gravíssima.

No âmbito municipal o descumprimento de condicionantes, diretrizes ou medidas mitigadoras ou compensatórias estabelecidas no licenciamento ambiental sujeitará o empreendedor às penalidades determinadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, considerando a gravidade do seu descumprimento, conforme preconiza o Decreto Municipal 16528/2016.

12 /24

II – Aspectos Gerais e Orientações para o Desenvolvimento do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil - PGRCC

A seguir faz-se uma compilação das legislações e entendimentos técnicos da SMMA com vistas a uniformizar as diretrizes a serem atendidas nos processos de licenciamento com geração de resíduos da construção civil.

O Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC deverá ser desenvolvido conforme estabelecido na resolução CONAMA 307 e suas alterações, considerando, no mínimo, todas as etapas estabelecidas.

O Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC deverá ser apresentado junto ao licenciamento ambiental, sempre acompanhado da respectiva ART.

Todos os aspectos relativos à estimativa, ao layout do canteiro em suas diversas etapas, a forma de não geração, redução, segregação, acondicionamento, transporte e destino dos resíduos devem ser estudados e definidos pela construtora/empreendedor e a consultoria ambiental em conjunto e com antecedência.

É de responsabilidade do gerador a correta caracterização, triagem, acondicionamento, transporte e destinação dos resíduos produzidos. Os resíduos da construção civil devem ser segregados na **FONTTE**, ou seja, no canteiro de obras e não podem ser dispostos em aterros de resíduos sólidos urbanos, em áreas de "bota fora", em encostas, corpos d'água, lotes vagos ou em áreas protegidas.

Os resíduos devem ser adequadamente classificados e segregados em Classes A, B, C e D, conforme classes preconizadas pela Resolução CONAMA 307/02 e suas alterações. Em hipótese alguma os resíduos poderão ser misturados. Também é necessária a segregação dentro da mesma classe, tais como os resíduos Classe B, que devem ser separados por tipo (ex: madeira, metal, papel, plástico e gesso).

Ressalta-se mais uma vez, que nos Planos requeridos nos processos de licenciamento ambiental a segregação deve ocorrer na **FONTTE**, ou seja, no canteiro de obra. Desta forma, não deve ocorrer a identificação/classificação de resíduos

Identificados por "mix de resíduos", "resíduos volumosos", "mistura de resíduos", "resíduos de construção civil", "entulho" etc. nos CTRs, MTRs ou qualquer outro documento.

Na utilização do Sistema MTR- MG (DN COPAM nº 232/19) a identificação dos resíduos deve ser feita de forma a contemplar a utilização do código que melhor caracteriza o resíduo, assim como, contemplar a adequada especificação da tecnologia empregada para seu processamento.

E apresentada a seguir uma tabela para exemplificar/orientar a utilização correta dos códigos e tecnologia de destinação final:

13 /24

Resíduo	Código a ser utilizado no Sistema MTR-MG	Tecnologia para destino final
Saco de cimento	191201	Coproprocessamento, blindagem para coprocessamento.
Madeira contaminada- contendo substâncias perigosas (toda madeira utilizada na construção civil)	madeira200137(*)	Coproprocessamento, blindagem para coprocessamento.
Material lenhoso proveniente de supressão arborea	de170201	Aproveitamento socioeconômico e ambiental (Ver Nota 1)
Gesso e/ou material de construção a base de gesso	170802	Coproprocessamento, blindagem para coprocessamento.
Lata (recipiente) de tinta - latas de tintas escuras e limpas.	Embalagem de metal - 150104 Embalagens de plástico - 150102 Embalagens misturadas - 150106	Logística reversa formalmente instituída, coprocessamento, blindagem para coprocessamento.
Borra de tinta e/ou lata de tinta sem escoar e/ou sujas	080111(*)	Coproprocessamento, blindagem para coprocessamento.
Solos e rochas	170504	Aterro Classe A de reservação para atualização futura e aterro para obras civis devidamente licenciados.

(\*) No Sistema MTR-MG o asterisco indica que contém substâncias perigosas  
Nota 1: De acordo com o Art. 21 do Decreto nº 47749 de 11/11/2019, será dado aproveitamento socioeconômico e ambiental a produto florestal cortado, colhido ou extralado, e a seus resíduos, oriundo de intervenção ambiental autorizada. De acordo com o Art. 22 da mesma lei, a madeira das árvores de espécies florestais nativas de uso nobre, definidas em ato normativo do IEF, não poderá ser convertida em lenha ou carvão, sendo vedada ainda a sua incorporação ao solo.

Resíduos de demolição

Os resíduos de demolição são muito variáveis tanto em quantidades como em componentes que os constituem, uma vez que a sua composição depende da época de construção do edifício a demolir, da zona geográfica em que se encontra e do uso para o qual estava vocacionado. A forma que são realizadas as demolições interfere primordialmente na possibilidade de aproveitamento. A demolição tradicional geralmente não possibilita a separação eficiente de resíduos de forma que estes possam ser reaproveitados. Contudo, a demolição seletiva (ou desconstrução) permite realizar a demolição por faixas, retirando os materiais, fazendo a sua separação na origem e possibilitando o seu posterior encaminhamento para reutilização direta ou reciclagem.

14 /24





PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

11

**Resíduos Classe A** - devem ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos Classe A de reservação de material para usos futuros;

São resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados, tais como:

de construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de Infra-estrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem;

de construção, demolição, reformas e reparos de edificações: componentes cerâmicos (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento etc.), argamassa e concreto;

de processo de fabricação e/ou demolição de peças pré-moldadas em concreto (blocos, tubos, meio-fios etc.) produzidas nos canteiros de obras;

Cabe ressaltar que os resíduos Classe A provenientes de peças estruturais de concreto ou concreto armado deverão ter segregação individualizada dos demais resíduos Classe A, visto que por suas características podem ter destinação/reutilização mais nobre, compondo bases e/ou contra pisos.

Quando se tratar de solo proveniente de retirada de fundo de vale, deverão ser seguidos os termos das Resoluções CONAMA 420/2009, 459/12 e 460/2013, no que couber.

Quando se tratar de solo contaminado proveniente de descomissionamento de postos de combustíveis, indústrias, entre outros deverá ser segregado e destinado como resíduos perigosos.

A movimentação de terra deve atender ao estabelecido no Decreto 17.274/2020 e nas licenças/autorizações expedidas.

Apesar de ser dispensada a utilização do Sistema MTR-MG para os resíduos constituídos por solo proveniente de obras de terraplanagem – material excedente advindo de movimentação de terra, gerado durante a execução de uma obra – e do material lenhoso de supressões arbóreas e destocas a PBH exige a sua utilização. Ou seja, no âmbito do município deverá ser utilizado o Sistema MTR-MG também para o resíduo terra/rocha e material lenhoso. Deve ser utilizado para isso o código de identificação do resíduo 170204 para terra e rocha e o código 170201 para material lenhoso derivado de supressões arbóreas. Devem ser atendidas ainda as demais exigências - utilização do CTR, licenças de supressão, licença de movimentação de terra, MTR, DMR, entre outras.

**Resíduos Classe B** - são os resíduos recicláveis para outras destinações, tais como, plásticos, papel, papelão, metais, vidros, madeiras, embalagens vazias de tintas inóculantes (escondidas/limpas) e gesso; (Redação dada pela Resolução nº 469/2015). Devem ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

A reciclagem deve ser entendida, conforme Lei Estadual nº 18.031 de 2009, como o processo de transformação de resíduos sólidos, que pode envolver a alteração das propriedades físicas ou químicas dos mesmos, tornando-os insumos destinados a processos produtivos. A Resolução CONAMA 264/99 e Deliberação Normativa 154/2010 do COPAM estabelecem o coprocessamento como a utilização de resíduos para substituição de matérias-primas e/ou aproveitamento energético em fornos de clínquer.

15 /24

Considerando as dificuldades de reciclagem ambientalmente mais adequada dos Resíduos Classe B, tais como, madeira e sacos de cimento, estes deverão ter segregação especial e poderão ter como opção de alternativa tecnológica a reciclagem por meio do coprocessamento como insumo (fonte energética).

A Deliberação Normativa 154/2010 do COPAM estabelece, ainda, que as empresas que exercem a atividade de coprocessamento em fornos de clínquer dependem das Licenças Prévia, de Instalação e de Operação concedidas pelo COPAM para coprocessamento dos seus resíduos.

Esta SMMA, em se tratando de destino de resíduos da construção civil para o coprocessamento, entende que, para tal, deverá ser apresentado os seguintes documentos:

- Licença Ambiental da empresa receptora;
- Anuência do órgão licenciador de que o resíduo poderá ser coprocessado;
- 3- Documento comprobatório de recebimento do resíduo emitido pela empresa de coprocessamento. Este documento poderá ser o próprio CTR do resíduo, preenchido com a identificação do destino final pela empresa de coprocessamento, ou na sua impossibilidade a documentação deverá identificar, no mínimo, o gerador, o resíduo, a quantidade recebida (peso ou volume), a data de recebimento e anexar a cópia do MTR e DMR.

**Madeira**

12

O procedimento ideal para resíduo de madeira é a reutilização das peças exaustivamente, redimensionando-as para uso diversificado em local próximo à carpintaria, com formação de estoques intermediários. A madeira utilizada na construção civil está, frequentemente, contaminada por substâncias químicas (fungicidas, desmoldantes, tintas, etc.).

Considerando o princípio da precaução, que deve nortear as análises técnicas, a impossibilidade/dificuldade da avaliação de contaminação, rastreamento e comprovação da origem da madeira nas diversas etapas da obra, o resíduo de madeira proveniente da construção civil é considerado pela SMMA como um resíduo contaminado, devendo, assim, ser direcionada ao coprocessamento ou biendagem para coprocessamento.

O coprocessamento atende à demanda dos dois diferentes segmentos: de um lado, as indústrias – incluindo a da construção civil –, que precisam descartar seus resíduos; do outro, as cimenteiras, que têm uma alta demanda por combustível para seus fornos.

Para tanto, é necessário que as empresas que farão o coprocessamento utilizando madeira de construção civil como insumo (fonte energética) sejam devidamente licenciadas para tal, de forma que seja garantida a observação de todos os mecanismos de controle (Ex: tratamento de efluentes atmosféricos, entre outros) em seu processo produtivo (matéria prima ou combustível).

Contudo, em geral as cimenteiras não fazem diretamente a recepção dos resíduos para coprocessamento. Essas indústrias recebem o blend, que é uma mistura de diferentes resíduos, preparado por empresas licenciadas. As empresas que fazem a biendagem para coprocessamento também necessitam de licença ambiental.

Não será aceito o uso de resíduo de madeira, proveniente da construção civil, como fonte de energia em estabelecimentos comerciais (ex. fornos de padaria, pizzaria, etc) ou em estabelecimentos de serviços (ex. academia, etc).

16 /24

A queima de resíduos de madeira em equipamentos não preparados para tratar as emissões atmosféricas, não são autorizados, devido à possibilidade presença de conservantes ou outros produtos químicos na madeira, que podem gerar efluente atmosférico nocivos à saúde.

O uso de resíduos de madeira proveniente da construção civil como fonte de energia em fornos de indústria de cerâmicas, só será aceito em casos que o órgão ambiental licenciador se manifeste especificamente atestando a possibilidade de uso destes resíduos.

Resíduo lenhoso procedente de supressão arbórea deverá estar contemplado no Relatório, com aproveitamento socioeconômico e ambiental adequado às suas características e regulamento legal.

No Sistema MTR-MG para a madeira utilizada na construção usar o código 200137 (\*) para identificar o resíduo e a tecnologia selecionada deve ser coprocessamento ou biendagem para coprocessamento. E para o resíduo lenhoso, proveniente de supressões e/ou destoca utilizar o código 170201.

**Sacos de cimento**

O saco de cimento deve ser classificado como Resíduo Classe B. Conforme estabelecido na Legislação Estadual nº 18.031 de 2009, no Art 46-F "havendo alternativa tecnológica viável para a reutilização ou a reciclagem de resíduos sólidos Classe I - Perigosos ou Classe II-A - Não Inertes, fica proibida a sua disposição final em aterros industriais". Diante do exposto, os sacos de cimentos deverão ter segregação especial e podem adotar, dentre outras, a alternativa tecnológica da reciclagem por meio do coprocessamento como insumo (fonte energética) ou biendagem para coprocessamento.

No Sistema MTR-MG para o saco de cimento utilizar o código 150101 ou 191201 para identificar o resíduo e a tecnologia selecionada deve ser coprocessamento ou biendagem para coprocessamento.

**Gesso**

O gesso conforme Resolução CONAMA 307/02, deve ser reciclado. A reciclagem dos resíduos de gesso é tecnicamente possível, com várias aplicações. A segregação do resíduo de gesso no momento da geração e o controle de sua contaminação nas etapas de estoque e transporte são condições para tornar a reciclagem possível. Deverão ser utilizados sempre contenedores cobertos, para livrá-los das intempéries.

O gesso é considerado contaminante visto que pode trazer alteração significativa do solo e da água. Esse resíduo pode inviabilizar a segregação/proveimento correto de outros resíduos a ele misturados. Desta forma, sua segregação deverá ser feita de maneira que não haja mistura com outros resíduos, com especial atenção para os de Classe A. Salienta-se que este resíduo não deve ser encaminhado a aterros, sendo considerada adequada sua destinação o coprocessamento ou biendagem para coprocessamento.

No Sistema MTR-MG identificar o resíduo de gesso e materiais de construção a base de gesso utilizando o código 170602 e a tecnologia selecionada deve ser coprocessamento ou biendagem para coprocessamento.

**Latas de tinta**

As latas de tintas escorridas e limpas, bem como, aquelas provenientes de tintas a base de água são classificadas como resíduos Classe B, portanto, deverá ser seguido o destino preconizado pela Resolução Conama 307 e suas alterações.

17 /24

No âmbito da Resolução 469/15 que altera a Resolução CONAMA no 307, consideram-se embalagens vazias de tintas imobiliárias, aquelas cujo recipiente apresente apenas filme seco de tinta em seu revestimento interno, sem acúmulo de resíduo de tinta líquida.

As embalagens de tintas vazias usadas na construção civil deverão ser submetidas a um sistema de logística reversa, conforme requisitos da Lei nº 12.305/2010, que contemple a destinação ambientalmente adequados dos resíduos de tintas presentes nas embalagens (Redação dada pela Resolução nº 469/2015). Caso a logística reversa não se viabilize a SMMA considera aceitável a condução das latas de tinta para reciclagem - coprocessamento (matéria prima) em indústria siderúrgica ou biogeração para coprocessamento.

No Sistema MTR-MG para identificar o resíduo - a lata de tinta/recipiente de tinta - deve ser utilizado o código 150104 (quando for metal), 150102 (quando for de plástico) e 150106 (quando for mistura de materiais) a tecnologia selecionada deve ser coprocessamento ou biogeração para coprocessamento.

Resíduos Classe C - são os resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem ou recuperação; (Redação dada pela Resolução nº 431/11).

Resíduos Classe D são resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como tintas, solventes, óleos (estopas, pincéis, rolos) e outros ou aqueles contaminados ou prejudiciais à saúde oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros, bem como telhas e demais objetos e materiais que contenham amianto ou outros produtos nocivos à saúde. (Redação dada pela Resolução nº 348/04). No caso de utilização de serragem para absorção de óleo, esta deverá ser destinada como resíduo perigoso. Estes resíduos devem ser armazenados em contêineres separados, em local coberto e protegido, com acesso restrito às pessoas responsáveis pelo seu manuseio. Conforme Resolução 448/12 os resíduos Classe D devem ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

O transporte de resíduos perigosos deverá ser executado por empresas que possuam autorização específica para transporte de resíduo perigoso emitida pela SEMAD - Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Deverá ser encaminhada documentação comprobatória de sua autorização;

No Sistema MTR-MG para identificar o resíduo Classe D deve ser utilizando o código mais apropriado entre os fornecidos pelo sistema, quais sejam: 17 01 05, 17 02 04, 17 03 01, 17 03 03, 17 04 09, 17 04 10, 17 05 02, 17 05 03, 17 05 05, 17 05 07, 17 05 09, 17 06 01, 17 06 03, 17 06 05, 17 08 01, 17 09 01, 17 09 02 e 17 09 03 conforme IBAMA 13/2012

**Fora de lata e/ou lata de tinta sem escomer e/ou suja**

No Sistema MTR-MG para identificar o resíduo - lata de tinta e/ou lata de tinta sem escomer e/ou suja - deve ser utilizado o código 080111 (\*), a tecnologia selecionada deve ser coprocessamento ou biogeração para coprocessamento.

III - Destino em Áreas de Transbordo e Triagem- ATT

Nas áreas de ATT é possível realizar a triagem dos resíduos recebidos, eventual

processamento e posterior remoção para a adequada destinação final, portanto, estes empreendimentos não atuam local de destino final.

Em processos que se utilizam áreas de ATT faz-se necessário que se apresente no Relatório de Monitoramento o destino final conforme cada tipo de resíduo. Para tanto, deverá ser apresentado documento comprobatório do destino final.

O esquema abaixo, capturado do site da Feam, exemplifica o trâmite necessário considerando o Sistema MTR-MG.

**MTR Complementar**



Uma empresa licenciada para destino final de um determinado resíduo quando recebe um volume de uma ATT recebe uma MTR complementar que contempla várias MTRs. O destinador final emite o CDF - Certificado de Destinação Final. Ex: a cimenteira que recebe o gesso de uma ATT acusa o recebimento por meio do CDF.

**A Declaração de Movimentação de Resíduos - DMR não se aplica** aos Armazenadores Temporários, mas deverá ser emitida pelos Geradores, e pelos Destinadores, samostralmente.

As cópias das licenças ambientais das empresas receptoras dos resíduos devem estar acompanhadas das respectivas condicionantes. A documentação apresentada deve trazer o escopo dos materiais autorizados para recebimento.

Para a utilização do Sistema MTR - MG, em atendimento à Deliberação Normativa COPAM Nº 232, de 27 de fevereiro de 2019, deverá ser observado, entre outros aspectos:

O cadastramento e a utilização da Plataforma Digital Sistema MTR-MG, disponível na página eletrônica da Feam;  
Emissão do Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR para os resíduos gerados no empreendimento;  
Acompanhamento dos MTR gerados pelo empreendimento, até que ocorra a emissão do Certificado de Destinação Final - CDF.

Elaboração e envio, por meio do Sistema MTR-MG, da Declaração de Movimentação de Resíduos - DMR, na forma e prazos estabelecidos na Deliberação Normativa COPAM nº 232/2019.

IV - Dos Relatórios de Monitoramento - Conforme Ofício - Circular  
SMMA Nº1212, expedido em 13 de maio de 2019

Segundo dispõem o Ofício Circular SMMA Nº1212 para o acompanhamento do Plano de Gerenciamento de Resíduo - PGRCC o empreendedor deve apresentar trimestralmente

19 /24

declaração expedida pelo responsável técnico, acompanhado da respectiva ART de execução, informando sobre o regular cumprimento do Plano.

Os Relatórios de Monitoramento periódicos, sempre acompanhados de ART de execução do Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil - PGRCC, devem permanecer disponíveis na obra para análise da SMMA e fiscalização. Por ocasião de verificação na obra, a SMMA poderá retirá-los temporariamente para proceder as devidas análises. Neste momento, as páginas deverão numeradas e visadas pelo responsável e emitido recibo pelo técnico da SMMA ou fiscal.

As declarações e as ARTs apresentadas periodicamente à SMMA devem estar anexadas aos respectivos Relatórios Periódicos mantidos na obra.

Os Relatórios de Monitoramento periódicos, sempre acompanhados de ART de execução do Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil - PGRCC, devem permanecer disponíveis na obra, contemplar o volume gerado por cada tipo de resíduo, a descrição da forma e do local disponibilizado para acondicionamento e estarem acompanhados por fotos. Deverá conter cópias dos CTR, MTR, DMR, das licenças relativas às empresas receptoras dos resíduos e de transporte (no caso de resíduos perigosos).

Entende-se que, em princípio, salvo disposições em contrário, a emissão de CTR determinada pela legislação municipal -Lei 10.522/2012, bem a emissão do Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR - DN 232/2019- devem ser atendidas concomitantemente, uma vez que estas disposições não são conflitantes e, em certos aspectos, até complementares. A Declaração de Movimentação de Resíduos - DMR, na forma e prazos estabelecidos na Deliberação Normativa COPAM nº 232/2019 deve compor os relatórios periódicos.

O Relatório de Monitoramento deverá conter no mínimo os seguintes itens: 1 - Identificação.

- Obra / Empreendedor
- ART do Responsável técnico (execução do PGRCC, no período)
- Identificar o período, a etapa da obra e as atividades realizadas no período.
- Identificar e classificar os resíduos gerados no período (com fotos);
- Descrever forma de segregação (com fotos);
- Descrever forma de armazenamento (temporário e não temporário) (com fotos);
- Descrever a destinação.
- Apresentar documentação (rastreadibilidade) - Licenças/Alvará de Localização e Funcionamento
- Transportadores
- Áreas receptoras
- Destino final - (certificado do recebimento pelo destino final)
- Cópias dos CTRs

- Planilha Resumo - o Relatório de Monitoramento deverá vir acompanhado da Planilha Resumo dos Resíduos no período, preferencialmente utilizando o modelo abaixo:

20 /24



Obra : XXXXXXXXXXXX				
Resumo Mensal de Destinação de Resíduos				
Classe A				
Resíduo: Solo				
Nº CTR	Data	Quantidade (m3)	Quantidade (Kg)	Local de Destino
Resíduo: Concreto				
Nº CTR	Data	Quantidade (m3)	Quantidade (Kg)	Local de Destino
Resíduo: Alvenaria				
Nº CTR	Data	Quantidade (m3)	Quantidade (Kg)	Local de Destino
Classe B				
Resíduo: Papel				
Nº CTR	Data	Quantidade (m3)	Quantidade (Kg)	Local de Destino
Resíduo: Madeira				
Nº CTR	Data	Quantidade (m3)	Quantidade (Kg)	Local de Destino
Resíduo: Aço				
Nº CTR	Data	Quantidade (m3)	Quantidade (Kg)	Local de Destino

- 12 - Cópia do Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR para os resíduos gerados no período;
- 13- Cópia da Declaração de Movimentação de Resíduos - DMR, na forma e prazos estabelecidos na Deliberação Normativa COPAM nº 232/2019, para os resíduos gerados no período;
- V - Documentação a ser contemplada nos Relatórios de Monitoramento
- 1 - Resíduos Terra (solo)**  
I - Autorização para Movimento de Terra emitido pela PBH;

- II - Autorização de Tráfego; (quando for realizado por caminhões emitido pela SUREG)
- III - Cadastro de Veículos; (quando for realizado por caminhão emitido pela SUREG)
- IV - Alvará de Localização e Funcionamento para coleta de resíduo não perigoso através de caçamba; e a Licença de Caçamba emitido pela SUREG (qd o transportador fizer uso de caçamba)
- 2 - Resíduos Classe A, B ou C**  
I - Documento do transportador:  
A - Alvará de Localização e Funcionamento para CNAE, emitido pela SUREG; CNAE - 381140001 - Coleta de resíduo não perigoso através de caçamba; ou CNAE - 381140002 - Coleta de resíduo não perigoso exceto através de caçamba;  
B - Licença de Caçamba, emitido pela SUREG (qd o transportador faz uso de caçamba).  
III - Documento da área de ATT: Licença Ambiental e seu escopo;  
IV - Documento do receptor final: Licença Ambiental do destino final.

- 3 - Resíduos Classe D**  
- Alvará de Localização para coleta de resíduo perigoso CNAE -38122000, emitido pela SUREG.  
- Autorização Ambiental da SEMAD (SUPRAM) para Transporte de resíduo perigoso, quando for dentro do Estado.  
Quando o transporte for Interestadual a Autorização deverá ser do IBAMA.  
- Documento do receptor final: Licença Ambiental do destino final.

- Nota:  
I - Para transporte por caminhão deve possuir o Cadastro de Veículo e Autorização de Transporte.  
II - Para transporte por caçamba deve possuir o Alvará de Coleta de Resíduo e a Licença de Caçamba
- VI - Modelo de CTR a ser utilizado na obra para transporte dos resíduos

CTR - COMPROVANTE DE TRANSPORTE DE RESÍDUOS			
I - CARACTERIZAÇÃO DO RESÍDUO TRANSPORTADO			
TIPO DE RESÍDUO TRANSPORTADO		VOLUME (m3, peso, etc)	
CLASSE A	CONCRETO ARMADO/ALVENARIA	SOLO	OUTRO ESPECIFICAR:
CLASSE B	PAPEL	PAPEL EMBALAGEM	OUTRO ESPECIFICAR:
CLASSE C	PAPEL EMBALAGEM	PAPEL EMBALAGEM	OUTRO ESPECIFICAR:
CLASSE D	PAPEL EMBALAGEM	PAPEL EMBALAGEM	OUTRO ESPECIFICAR:
II - GERADOR			
RUA/AVENIDA		Nº	
Cidade		UF	
CEP		ZONA	
III - TRANSPORTADOR			
RUA/AVENIDA		Nº	
Cidade		UF	
CEP		ZONA	
IV - ÁREA RECEPTORA			
RUA/AVENIDA		Nº	
Cidade		UF	
CEP		ZONA	

Nota 13: Após a entrada em operação do empreendimento, deverá ser solicitada vistoria no sistema de armazenamento de resíduos sólidos para fins de comprovação da implantação e liberação de uso. Para solicitar vistoria no sistema de armazenamento de resíduos sólidos, protocolar os seguintes documentos no BH DIGITAL: cópia do DRAIM e do respectivo comprovante de pagamento referente a Vistoria de Abrigo para Resíduo Sólido. Para emissão do DRAIM, entrar no site [www.fazenda.pbh.gov.br/draim](http://www.fazenda.pbh.gov.br/draim). Apresentar também ofício assinado pelo

17

responsável técnico ou legal do empreendimento em que conste a declaração de implantação do Sistema de Armazenamento de Resíduos.

#### ORIENTAÇÕES PARA APROVAÇÃO DO PROJETO JUNTO À SUREG:

As edificações deverão ser aprovadas à luz da Lei 11.181/19 e demais normas pertinentes junto à SUREG/GELED e obter Baixa da Construção junto à SUREG/GEOD. Na etapa do Licenciamento Urbanístico foram analisados somente os dados declarados que constaram no Memorial do EIV se atentando apenas a verificar se a edificação é passível de aprovação. Não foi realizada qualquer verificação do projeto arquitetônico, caso as peças gráficas tenham sido apresentadas. Lembramos que a veracidade dessas informações prestadas e de responsabilidade do Responsável Técnico e a verificação em projeto do cumprimento de todos os parâmetros será feita apenas quando da abertura do processo de aprovação do projeto junto à SUREG.

23 /24

O empreendedor deverá apresentar documento comprobatório de projeto aprovado junto à SMOBI, atendendo ao escoamento primitivo. Além disso, o projeto deve atender a proposta anteriormente apresentada à DPCA em fotossuperfícies, de forma a ficar o mais parecido possível, uma vez que a qualidade apresentada em detalhes agrega valor ao empreendimento e ao entorno imediato (Projeto aprovado pelo CDPCM-BH, conforme a Deliberação no 012/2021).

#### Cindacta

A autorização CINDACTA deverá ser reapresentada e deverá estar válida no momento do novo protocolo para aprovações das edificações via SUREG/GELED pela Lei 11.181/19 e deve ser condizente com novo projeto avaliado no EIV.

#### Conclusão

Este Parecer de Licenciamento Urbanístico – PLU possui validade de 2 (dois) anos, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial do Município, nos termos do art. 8º, I, do Decreto no 17.266/20.

Ressalta-se ainda que o Executivo poderá exigir, a qualquer tempo, procedimentos corretivos para minimizar incômodos decorrentes do funcionamento das atividades.

Faz parte deste documento o Anexo I com as orientações e os procedimentos para a continuidade do processo de licenciamento do empreendimento.

Belo Horizonte, 01 de dezembro de 2021

Isaac Henriques de Medeiros  
Diretor de Análise de Licenciamentos Urbanísticos Especiais Subsecretaria de Planejamento Urbano - SUPLAN  
Secretaria Municipal de Política Urbana - SMPU

José Júlio Rodrigues Vieira Subsecretaria de Planejamento Urbano - SUPLAN Secretaria Municipal de Política Urbana - SMPU

24 /24

#### ANEXO I

#### ORIENTAÇÕES E PRAZOS PARA O LICENCIAMENTO URBANÍSTICO Residencial Senela Pampulha – PLU nº 0448/21

As condicionantes para Licenciamento Urbanístico estão descritas no Parecer de Licenciamento Urbanístico em referência. Para o atendimento das condicionantes, observar as diretrizes conforme as etapas e prazos especificados abaixo.

Destaca-se que esta organização do processo de atendimento do PLU visa dar continuidade e sequência ao trâmite do atendimento das condicionantes e que os prazos fixados neste documento são máximos, sendo que os itens podem ser atendidos em tempo inferior ao estipulado nos quadros, conforme etapa, e que múltiplos itens de várias etapas podem ser apresentados, desde que viável conforme o caso.

18

#### ETAPA 1

PRAZO: até 30 dias a partir da publicação do PLU

Item	Diretrizes	Órgãos	RC*
	Apresentar o Plano de Comunicação com a vizinhança. <i>Ver nota 1 do PLU</i>	SUPLAN	1
	Apresentar a proposta de mitigação do impacto pluvial proveniente do empreendimento no sistema público de drenagem. <i>Ver nota 3 do PLU</i>	SUPLAN SMOBI	E 3
	Apresentar a BHTRANS projeto arquitetônico contemplando tratamento das calçadas ladeiras ao empreendimento, acessos de veículos e pedestres, faixa de acumulação, vagas internas para estacionamento de veículos e bicicletário, de acordo com as legislações municipais vigentes e os parâmetros da BHTRANS. <i>Ver Nota 7 do PLU</i>	BHTRANS	9
	Apresentar a proposta de melhoria nas condições de iluminação dos passeios lideiros ao empreendimento de modo a gerar conforto e segurança para a circulação de pedestres. <i>Ver Nota 9</i>	SUPLAN	11
	Apresentar a proposta de gradil ou outro elemento construtivo delimitador que permita permeabilidade visual ao longo do alinhamento das ruas Aurélio Pires e General Aranha. <i>Ver nota 10 do PLU</i>	SUPLAN	12
	Apresentar sistema de armazenamento de resíduos sólidos do condomínio. <i>Ver nota 13</i>	SLU	15

\* Referência a condicionante

#### ETAPA 2

PRAZO: até 60 dias a partir da publicação do PLU

Item	Diretrizes	Órgãos	RC*
	Apresentar o Plano de Capacitação e Contratação de Mão de Obras – PCMO. <i>Ver nota 2 do PLU</i>	URBEL	2
	Apresentar o Plano de Controle de Poluição Sonora. <i>Ver nota 4 do PLU</i>	SMMA	4
	Apresentar as propostas de sustentabilidade para o empreendimento, envolvendo: o sistema de coleta e aproveitamento de água, o sistema de medição individualizada de água e os dispositivos economizadores de água e de aproveitamento de energia solar. <i>Ver nota 5 do PLU</i>	SMMA	5, 6 e 7
	Apresentar Plano de Controle das Emissões dos Veículos a Diesel utilizados na obra, com levantamento de opacidade. <i>Ver nota 6 do PLU</i>	SMMA	8
	Apresentar o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil. <i>Ver nota 12 do PLU</i>	SLU	14

\* Referência a condicionante

#### ETAPA 3

PRAZO: até 90 dias a partir da publicação do PLU

Item	Diretrizes	Órgãos	RC*
	Aprovar o Plano de Capacitação e Contratação de Mão de Obras – PCMO. <i>Ver nota 2 do PLU</i>	URBEL	2
	Aprovar as propostas de sustentabilidade para o empreendimento, envolvendo: o sistema de coleta e aproveitamento de água, o sistema de medição individualizada de água e os dispositivos economizadores de água e de aproveitamento de energia solar. <i>Ver nota 5 do PLU</i>	SMMA	5, 6 e 7
	Apresentar os Projetos Viários Executivos de Geometria e de Sinalização (Horizontal, Vertical e Semafônica) conforme diretrizes definidas no Parecer Técnico BHTRANS/DSV/GEDIV Nº 373/2021. <i>Ver Nota 8 do PLU</i>	BHTRANS	10
	Apresentar o projeto executivo de rota cicloviária na vizinhança do empreendimento. <i>Ver nota 11 do PLU</i>	BHTRANS e SUPLAN	13

\* Referência a condicionante

#### ETAPA 4

PRAZO: para protocolo do projeto arquitetônico na SUREG

Item	Diretrizes	Órgãos	RC*
	Aprovar o Plano de Comunicação com a vizinhança. <i>Ver nota 1 do PLU</i>	SUPLAN	1
	Aprovar proposta de mitigação do Impacto pluvial proveniente do empreendimento no sistema público de drenagem. <i>Ver nota 3 do PLU</i>	SUPLAN e SMOBI	3
	Aprovar o projeto arquitetônico contemplando tratamento das calçadas lideiras ao empreendimento, acessos de veículos e pedestres, faixa de acumulação, vagas internas para estacionamento de veículos e bicicletário, de acordo com as legislações municipais vigentes e os parâmetros da BHTRANS. <i>Ver Nota 7 do PLU</i>	BHTRANS	9
	Aprovar a proposta de melhoria nas condições de iluminação dos passeios lideiros ao empreendimento de modo a gerar conforto e segurança para a circulação de pedestres. <i>Ver Nota 9</i>	SUPLAN	11
	Aprovar a proposta de gradil ou outro elemento construtivo delimitador que permita permeabilidade visual ao longo do alinhamento das ruas Aurélio Pires e General Aranha. <i>Ver nota 10 do PLU</i>	SUPLAN	12
	Aprovar o sistema de armazenamento de resíduos sólidos do condomínio. <i>Ver nota 13</i>	SLU	15

\* Referência a condicionante

**ETAPA 5**  
**PRAZO: para emissão do Alvará de Construção**

Item	Diretrizes	Órgãos	RC*
	Implantar o Plano de Comunicação com a vizinhança. <i>Ver nota 1 do PLU</i>	SUPLAN	1
	Implantar o Plano de Capacitação e Contratação de Mão de Obras – PCMO. <i>Ver nota 2 do PLU</i>	URBEL	2
	Implantar o Plano de Controle de Poluição Sonora. <i>Ver nota 4 do PLU</i>	SMMA	4
	Implantar Plano de Controle das Emissões dos Veículos a Diesel utilizados na obra, com levantamento de opacidade. <i>Ver nota 6 do PLU</i>	SMMA	8
	Implantar Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil. <i>Ver nota 12 do PLU</i>	SLU	14

\* Referência a condicionante

**ETAPA 6**  
**PRAZO: até 180 dias a partir da publicação do PLU**

Item	Diretrizes	Órgãos	RC*
	Aprovar os Projetos Viários Executivos de Geometria e de Sinalização (Horizontal, Vertical e Semafórica) conforme diretrizes definidas no Parecer Técnico BHTRANS/DSV/GEDIV Nº 373/2021. <i>Ver Nota 8 do PLU</i>	BHTRANS	10
	Aprovar o projeto executivo de rota cicloviária na vizinhança do empreendimento. <i>Ver nota 11 do PLU</i>	BHTRANS e SUPLAN	13

\* Referência a condicionante

**ETAPA 7**  
**PRAZO: para obtenção de certidão de baixa**

Item	Diretrizes	Órgãos	RC*
	Comprovar a implantação do Plano de Capacitação e Contratação de Mão de Obras – URBEL. <i>Ver nota 2 do PLU</i>	Obras – URBEL	2
	Implantar proposta de mitigação do Impacto pluvial proveniente do empreendimento no sistema público de drenagem e comprovar a implantação da mesma. <i>Ver nota 3 do PLU</i>	SMOBI e SUPLAN	3
	Comprovar a implantação do Plano de Controle de Poluição Sonora. <i>Ver nota 4 do PLU</i>	SMMA	4

Item	Diretrizes	Órgãos	RC*
	Comprovar a implantação das propostas de sustentabilidade para o empreendimento, envolvendo: o sistema de coleta e aproveitamento de água, o sistema de medição individualizada de água e os dispositivos economizadores de água e de aproveitamento de energia solar. <i>Ver nota 5 do PLU</i>	SMMA	5, 6 e 7
	Comprovar a implantação do Plano de Controle das Emissões dos Veículos a Diesel utilizados na obra, com levantamento de opacidade. <i>Ver nota 6 do PLU</i>	SMMA	8
	Comprovar a implantação do projeto arquitetônico contemplando tratamento das calçadas lideiras ao empreendimento, acessos de veículos e pedestres, faixa de acumulação, vagas internas para estacionamento de veículos e bicicletário, de acordo com as legislações municipais vigentes e os parâmetros da BHTRANS. <i>Ver Nota 7 do PLU</i>	BHTRANS	9
	Comprovar a implantação dos Projetos Viários Executivos de Geometria e de Sinalização (Horizontal, Vertical e Semafórica) conforme diretrizes definidas no Parecer Técnico BHTRANS/DSV/GEDIV Nº 373/2021. <i>Ver Nota 8 do PLU</i>	BHTRANS	10
	Comprovar a implantação da proposta de melhoria nas condições de iluminação dos passeios lideiros ao empreendimento de modo a gerar conforto e segurança para a circulação de pedestres. <i>Ver Nota 9</i>	SUPLAN	11
	Comprovar a implantação de gradil ou outro elemento construtivo delimitador que permita permeabilidade visual ao longo do alinhamento das ruas Aurélio Pires e General Aranha. <i>Ver nota 10 do PLU</i>	SUPLAN	12
	Comprovar o fornecimento ao Município do projeto executivo de rota cicloviária na vizinhança do empreendimento. <i>Ver Nota 11 do PLU</i>	BHTRANS e SUPLAN	13
	Comprovar a implantação do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil. <i>Ver nota 12 do PLU</i>	SLU	14
	Comprovar a implantação do sistema de armazenamento de resíduos sólidos do condomínio. <i>Ver Nota 13 do PLU</i>	SLU	15

\* Referência a condicionante

**Orientações específicas**

As edificações deverão ser aprovadas à luz da lei 11.181/19 e demais normas pertinentes junto a SUREG/GELED e obter Baixa da Construção junto a SUREG/GELED. Na etapa do Licenciamento Urbanístico foram analisados somente os dados declarados que constaram no Memorial do EIV se atentando apenas a verificar se a edificação é passível de aprovação. Não foi realizada qualquer verificação do projeto arquitetônico, caso as peças gráficas tenham sido apresentadas. Lembramos que a veracidade dessas informações prestadas e de responsabilidade do Responsável Técnico e a verificação em projeto do cumprimento de todos os parâmetros será feita apenas quando da abertura do processo de aprovação do projeto junto a SUREG.

O empreendedor deverá apresentar documento comprobatório de projeto aprovado junto a SMOBI, atendendo ao escoamento primitivo. Além disso, o projeto deve atender a proposta anteriormente apresentada a DPOA em totemisrções, de forma a ficar o mais parecido possível, uma vez que a qualidade apresentada em detalhes agrega valor ao empreendimento e ao entorno imediato (Projeto aprovado pelo CDPCM-BH, conforme a Deliberação no 012/2021).

A autorização CINDACTA deverá ser reapresentada e deverá estar válida no momento do novo protocolo para aprovações das edificações via SUREG/GELED pela Lei 11.181/19 e deve ser condizente com novo projeto avaliado no EIV.

Este documento é anexo ao Parecer de Licenciamento Urbanístico – PLU nº 0448/21.

Bele Horizonte, 01 de dezembro de 2021.

**Isaac Henriques de Medeiros**  
Diretor de Análise de Licenciamentos Urbanísticos Especiais  
Subsecretaria de Planejamento Urbano - SUPLAN  
Secretaria Municipal de Política Urbana - SMPU